UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA CIDADÃ

CARLOS ROBÉRIO GARAY CORRÊA

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: PARADIGMAS PREDOMINANTES ENTRE 2007 E 2018

PORTO ALEGRE
2020

Carlos Robério Garay Corrêa

Política de segurança pública no Rio Grande do Sul: paradigmas predominantes entre 2007 e 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para aprovação no Mestrado Profissional em Segurança Cidadã.

Orientadora: Prof.ª Dra. Rochele Fellini Fachinetto.

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR
Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA
Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS
Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS
Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES
Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

Corrêa, Carlos Robério Garay
Política de segurança pública no Rio Grande do Sul: paradigmas predominantes entre 2007 e 2018 / Carlos Robério Garay Corrêa. -- 2020.
204 f.
Orientadora: Rochele Fellini Fachinetto.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Segurança Cidadã. 2. Paradigmas de segurança pública no Brasil. 3. Políticas de segurança pública no Rio Grande do Sul. 4. Orientações paradigmáticas das políticas de segurança pública no Rio Grande do Sul. 5. Evolução dos paradigmas de segurança pública no Rio Grande do Sul. I. Fachinetto, Rochele Fellini, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carlos Robério Garay Corrêa

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: PARADIGMAS PREDOMINANTES ENTRE 2007 E 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para aprovação no Mestrado Profissional em Segurança Cidadã.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Rochele Fellini Fachinetto
Orientadora

Prof.ª Dr.ª Lígia Mori Madeira
Examinadora

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
Examinador

Prof. Dr. Lucas Coradini
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, que me ensinaram que o conhecimento é a única herança que se deixa, na vida, e que me auxiliaram no processo de compreensão de que o conhecimento é muito mais amplo do que a educação formal: são todas as experiências vividas.

À minha filha, Gabriela, que me permitiu vivenciar o amor incondicional de ser pai. Que, a cada dia, me faz querer mais um mundo de igualdades, que questiona privilégios, e que compartilhou comigo os momentos de conclusão da minha dissertação, ao mesmo tempo em que concluía seu TCC.

Às mulheres que, por seus exemplos, exerceram importante influência na minha vida.

À Roseli, que provocou o meu gosto pela história, enquanto realizava sua primeira graduação, e que retomou um antigo sonho, ao completar também a graduação de arquitetura.

À Nena, que soube transferir sua experiência vivida, na luta cotidiana das mulheres, para sua experiência acadêmica.

À Neila, que, após uma exitosa carreira como jornalista, volta-se para a dança, e recomeça uma jornada acadêmica, voltada para o exercício da docência superior.

À colega Maíra, que teve papel decisivo, nesta minha trajetória, e que, em uma tarde de 2015, em um café ao redor da praça da Matriz, insistiu que eu planejasse uma vida acadêmica – que, até então, eu havia negligenciado.

Aos membros da banca, José Vicente Tavares dos Santos, Lígia Mori Madeira e Lucas Coradini, que me inspiram, com suas trajetórias vinculadas à valorização dos Direitos Humanos e ao fortalecimento da cidadania.

À Rochele Fellini Fachinetto, minha orientadora desde a especialização, que sempre ensinou com tranquilidade os complexos temas que envolvem o emaranhado da diversidade social, e que me inspirou, enquanto uma jovem sábia.

À UFRGS, melhor universidade federal do Brasil, que, durante meu período de graduação, ao final dos anos 80, foi um território inatingível para um filho de trabalhadores, mas que se tornou um ambiente diverso, devido às políticas públicas constituídas, no Brasil, após o ano de 2003. Hoje, é um espaço de resistência social e política, que tem o conhecimento como fundamento, do qual tenho a honra de fazer parte.

Por fim, agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, que faz parte de uma nova institucionalidade na área da educação, que materializa as transformações promovidas por políticas sociais de educação do início deste século, que, hoje, também é espaço de resistência, e que pode transformar-se em uma experiência revolucionária.

RESUMO

A presente dissertação tem como propósito contribuir para o esclarecimento de qual ou quais foram os paradigmas de segurança pública que predominaram, no Rio Grande do Sul, na área da segurança pública, no período compreendido entre 2007 e 2018. São descritas as políticas de segurança pública desenvolvidas, no Rio Grande do Sul, neste período. Ademais, por meio das categorias de análise (objetivos, conceito de violência, papel do Estado, papel dos indivíduos e estratégia de política pública), desenvolvidas por Freire (2009), com vistas à identificação dos núcleos paradigmáticos dos paradigmas de segurança pública vigentes, no Brasil (paradigma de Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã), analisa-se as influências paradigmáticas que orientaram as políticas públicas de segurança dos governos Yeda Crusius, Tarso Genro e José Sartóri, assim como a evolução paradigmáticas destas políticas governamentais.

Palavras-chave: Segurança Cidadã. Paradigmas de segurança pública. Políticas públicas de segurança.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to contribute on clarifying which or what were the public security paradigms that prevailed in Rio Grande do Sul, in public security, in the period between 2007 and 2018. The public security policies developed in Rio Grande do Sul during this period are described. Furthermore, through the analysis categories (objectives, concept of violence, role of the State, role of individuals and public policy strategy), developed by Freire (2009), with a view to identifying the paradigmatic nuclei of the current public security paradigms, in Brazil (National Security, Public Security and Citizen Security paradigm), the paradigmatic influences that guided the public security policies of the Yeda Crusius, Tarso Genro and José Sartóri governments are analyzed, as well as the paradigmatic evolution of these government policies.

Keywords: Citizen Security. Public security paradigms. Public security policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Categorias de análise do paradigmas da área da segurança pública.....4
Quadro 2 Demonstrativo da influência dos paradigmas da área da segurança sobre as políticas públicas de segurança, no Rio Grande do Sul.....161

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO 11
1.2 OBJETIVOS 13
1.3 MÉTODOS E TÉCNICAS 14
2 PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: HISTÓRICO, EVOLUÇÃO E DEFINIÇÕES **..... 18**
2.1 PARADIGMA DE SEGURANÇA NACIONAL 28
2.2 PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA 29
2.3 PARADIGMA DE SEGURANÇA CIDADÃ 31
3 O GOVERNO YEDA 34
3.1 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: MANIFESTAÇÕES OFICIAIS (PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2007 E MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2008) 34
3.2 ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS 42
3.2.1 Objetivos da política pública de segurança 42
3.2.2 Conceito de violência associado à política pública de segurança 45
3.2.3 Papel do Estado, em relação à política pública de segurança 49
3.2.4 Papel dos indivíduos, em relação à política pública de segurança 54
3.2.5 Estratégia de política pública associada à política pública de segurança 57
4 O GOVERNO TARSO 63
4.1 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: MANIFESTAÇÕES OFICIAIS (PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011 E MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012) 63
4.2 ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS 83
4.2.1 Objetivos da política pública de segurança 84
4.2.2 Conceito de violência associado à política pública de segurança 89
4.2.3 Papel do Estado, em relação à política pública de segurança 95
4.2.4 Papel dos indivíduos, em relação à política pública de segurança 100
4.2.5 Estratégia de política pública associada à política pública de segurança 104
5 O GOVERNO SARTORI 111
5.1 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: MANIFESTAÇÕES OFICIAIS (PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2015 E MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016) 111
5.2 ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS 122
5.2.1 Objetivos da política pública de segurança 122
5.2.2 Conceito de violência associado à política pública de segurança 128
5.2.3 Papel do Estado, em relação à política pública de segurança 132
5.2.4 Papel dos indivíduos, em relação à política pública de segurança 137
5.2.5 Estratégia de política pública associada à política pública de segurança 142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, NO RIO GRANDE DO SUL **..... 149**

REFERÊNCIAS 164
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista 168
APÊNDICE B – Entrevista (Goularte) 171
APÊNDICE C – Entrevista (Michels) 183
APÊNDICE D – Entrevista (Schirmer) 193

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial das Nações Unidas, na década final do século XX, propõe, em nível global, um profundo exame sobre os reflexos econômicos, sociais e culturais decorrentes das transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea. De acordo com José Vicente Tavares dos Santos (2014, p. 20), entre os principais temas propostos para este debate mundial, estão as questões sociais relacionadas à violência e à criminalidade, as suas diversificadas formas de expressão, bem como as concepções e estratégias constituídas para enfrentá-las. Deste modo, conforme Santos (2014), as questões sociais relacionadas a violência socialmente generalizada, as novas formas de realização e desenvolvimento da criminalidade, a violência contra grupos socialmente vulneráveis e também o debate sobre o fortalecimento da cidadania na constituição de modelos de segurança, com carácter universal e democrático, constituído "como um direito fundamental da modernidade", passam a fazer parte da agenda mundial de debates provocado pela Organização Mundial das Nações Unidas.

Para Santos (2014, p. 19-20), o debate sobre "as novas questões sociais globais" se desenvolve em diferentes momentos, tais como a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realizada no ano de 1993 na Áustria, nos fóruns Sociais Mundiais e também na I Conferência brasileira de Segurança Pública no ano de 2009, já no período de implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania no Brasil.

No entendimento de Melissa de Mattos Pimenta (2014, p. 221), entre essas questões sociais debatidas globalmente destacam-se a violência, a criminalidade e os mecanismos de controle social, com atenção especial para a elevação dos indicadores dos crimes contra a vida, a exacerbação de enfrentamentos de natureza étnico raciais e religiosos, o incremento das ações delituosas e do narcotráfico nas regiões de grandes conglomerados urbanos, bem como a disseminação da violência, como um componente factual do cotidiano na contemporaneidade, para amplos segmentos sociais, muitos deles até então não atingidos por estes fenômenos.

No Brasil, nas últimas décadas, conforme Moema Dutra Freire (2009, p. 101), a crescente sensação de insegurança da população aliada ao aumento dos indicadores de criminalidade e violência tem promovido um intenso e generalizado debate nos meios acadêmicos e na sociedade sobre as políticas propostas e executadas na área da segurança pública.

Expressos majoritariamente nas grandes cidades brasileiras e suas áreas periféricas, estes significativos aumentos dos índices de criminalidade e violência, em paralelo a

insuficiência das políticas públicas propostas pelas estruturas de Estado para o controle deste contexto social, constituem um cenário no qual as políticas públicas para a área da segurança passam a fazer parte, de forma permanente, da agenda política nacional proporcionando um intenso debate sobre a reestruturação e inovação das políticas públicas de segurança, inclusive sobre a possibilidade de adoção de novos paradigmas (CANO, 2006, p. 137).

A formulação de políticas públicas voltadas à área da segurança no Brasil e as estratégias adotadas ao longo do tempo e em diversos espaços geográficos, para fazer frente aos processos sociais que envolvem a violência disseminada socialmente, de acordo com Freire (2009, p. 101), estão fundamentadas teoricamente em paradigmas de segurança pública. Identificar os diversos paradigmas de segurança que orientaram e orientam a constituição de políticas públicas de segurança no Brasil é importante para que se conheçam os interesses que representam os agentes responsáveis pela elaboração e execução das políticas e os reflexos sociais delas decorrentes.

O conceito de paradigma relacionado a cosmovisões assemelhadas com capacidade de intervenção e de condicionamento do pensamento de um determinado grupo, em uma determinada época e local, tanto no desenvolvimento da ciência como na concepção de políticas públicas, desenvolvido por Freire (2009, p. 101) a partir das reflexões de Thomas Kuhn, constitui-se em um importante referencial teórico para o entendimento da evolução do processo histórico que envolve os paradigmas de segurança pública no Brasil.

Com base no artigo Paradigmas da Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias, tomamos como referência o conceito de paradigma utilizado por Moema Dutra Freire (2009). Ademais, os principais paradigmas que inspiraram e induziram a formulação das políticas públicas de segurança no Brasil partir da década de 1960, Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã, como instrumentos de sustentação teórico-metodológica na realização da pesquisa.

A reflexão sobre o processo histórico que envolve a formulação e o desenvolvimento das políticas públicas voltadas a área de segurança no Brasil e a sua relação com o desenvolvimento e fortalecimento de paradigmas na área da segurança pública, os interesses a que estão vinculados e o significado que emprestam como elementos teóricos fundantes na elaboração e execução das políticas de segurança, em momentos e regiões distintas no país, é um exercício de natureza intelectual que concorre para compreensão dos processos contemporâneos que envolvem a violência difundida socialmente, a sua natureza multicausal e as suas diversificadas formas de expressão (FREIRE, 2009; SANTOS, 2014).

Os paradigmas constituídos na área da segurança pública no Brasil, de acordo com Freire (2009), tem sustentado a elaboração de políticas públicas de segurança com reflexos diretos na forma de atuação das instituições de controle e de combate à violência, bem como nas suas prioridades e a quem dirigem suas ações de proteção ou até mesmo desconstituição de direitos.

No Brasil, após o fim da ditadura militar implantada em 1964, com o fortalecimento da cidadania, das lutas sociais e da consolidação de direitos sociais na Constituição de 1988, o processo de elaboração e execução de políticas públicas passa a ser marcado pela participação social.

A cidadania deixa de ser unicamente objeto de atenção das políticas públicas para influir diretamente nos processos de formulação e de controle delas. Projetos de acordos com organismos internacionais para a constituição de novos modelos de políticas públicas para a área da segurança são entabulados. Em 2003, como exemplo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública em colaboração com a Organização Mundial das Nações Unidas passa a desenvolver um projeto de cooperação técnica denominado “Segurança Cidadã”. Segundo Freire (2009, p. 107), percebe-se um movimento de transição para um novo paradigma de segurança pública, no entanto sem que este resulte em materialização imediata de novas formas de fazer de políticas públicas para a área da segurança.

Considerando a evolução das políticas públicas para a área de segurança no Brasil após os anos 1960, a reflexão realizada pela sociedade brasileira nas últimas décadas sobre estas políticas públicas, e o atual contexto político e social brasileiro, com a ascensão à Presidência da República pelo voto direto, de uma concepção de extrema direita, hegemonizada e orientada por segmentos religiosos (rigorosos e excludentes), militares, elite agrária e defensores do armamento da população, este estudo tenta perceber quais os paradigmas que orientaram as políticas de segurança no RS, no período entre 2007 e 2018, como forma de contribuição para a compreensão dos dias que virão.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Ao longo do período compreendido entre os anos de 2007 e 2018, o Estado do Rio Grande do Sul foi governado por distintas coligações partidárias, as quais apresentaram em seus programas de governo, propostas de políticas públicas para a área de segurança pública.

Em 2006, nas eleições realizadas para o governo do RS, a coligação partidária Rio Grande Afirmativo elegeu a Deputada Federal Yeda Crusius governadora. Esta coligação partidária foi composta pelos seguintes partidos políticos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Liberal (PL), Partido Social Cristão (PSC), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), Partido dos Aposentados da Nação (PAN), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), e Partido Trabalhista Cristão (PTC).

A coligação liderada por Yeda Crusius obteve 32,90 % dos votos válidos no primeiro turno contra 27,39 % da coligação A Força do Povo composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderada por Olívio Dutra; com quem disputou o segundo turno das eleições sagrando-se vencedora com 53,94 % dos votos válidos. A coligação Rio Grande Afirmativo apresentou o programa de governo "Plano de Governo - Yeda 45".

Nas eleições de 2010, a coligação partidária vitoriosa foi a "Unidade Popular pelo Rio Grande", composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido da República (PR), apresentando o programa de Governo "Rio Grande do Sul, do Brasil e do Mundo". Tarso Genro (PT) foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul neste processo eleitoral, acompanhado por Beto Grill (PSB) como vice governador, em primeiro turno com 54,35 % dos votos válidos.

Em 2014, a coligação partidária "O Novo Caminho para o Rio Grande", composta pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrático (PSD), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido Social Liberal (PSL), Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) venceu as eleições, apresentando o programa de governo "O Novo Caminho para o Rio Grande: Plano de Governo de José Ivo Sartori e José Paulo Cairoli". José Ivo Sartori (PMDB) foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul e José Paulo Cairoli (PSD) Vice Governador, em segundo turno, com 61,21 % dos votos válidos.

A pesquisa que desenvolvemos pretendeu lançar luzes sobre qual é ou quais são os paradigmas predominantes na área de segurança pública no RS no período compreendido entre 2007 e 2018, através da análise das proposições para a área de segurança pública apresentadas pelos programas de governo vencedores nas eleições de 2006, 2010 e 2014; das proposições e

ações contidas nas Mensagens dos Governadores apresentadas à Assembleia Legislativa do Rio grande do Sul nos dois primeiros anos de cada governo entre 2007 e 2018, e nas percepções dos Secretários de Estado de Segurança Pública que conduziram as políticas públicas de segurança no RS por mais tempo em cada governo.

Tendo em vista que as ações de distintos governos (tomando como referência as diversas composições das coligações partidárias que os constituem) na área das políticas públicas de segurança são determinadas por distintos paradigmas, provocando diferentes impactos na sociedade, a questão central a qual a pesquisa se propôs a contribuir para a busca de respostas está configurada da seguinte maneira:

Tomando como base as categorias de análise do estudo realizado por Moema Dutra Freire (objetivos, contexto histórico, conceito de violência, papel do Estado, papel dos indivíduos e estratégia de política pública), com vistas à identificação dos núcleos paradigmáticos dos paradigmas de Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã (FREIRE, 2009), buscamos, a partir da análise dos governos Yeda, Tarso e Sartori, responder as seguintes questões: quais foram os paradigmas predominantes na área de segurança pública? Ao longo do período compreendido entre 2007 e 2018, mais de um paradigma em segurança pública referenciou a formulação e a execução de políticas públicas para a área de segurança pública no RS?

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral contribuir para identificar qual ou quais os paradigmas da área de segurança pública influenciaram no desenvolvimento das políticas públicas de segurança desenvolvidas, no Rio Grande do Sul, durante o período compreendido entre 2007 e 2018. Como objetivo específico, buscamos identificar os objetivos e estratégias das políticas públicas para a área da segurança, o conceito de violência empregado, o papel do Estado e dos indivíduos na concepção de cada governo do Rio Grande do Sul, entre 2007 e 2018. Ademais, a pesquisa analisa os programas de governo, as mensagens dos governadores à Assembleia Legislativa e as entrevistas com os Secretários de Estado.

1.3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a realização da pesquisa acessamos os programas de governo propostos pelas coligações vencedoras nos processos eleitorais ocorridos em 2006, 2010 e 2014, disponíveis na internet. Da mesma forma acessamos as mensagens enviadas à Assembleia Legislativa nos dois primeiros anos dos governos da Governadora Yeda Crusius e dos Governadores Tarso Genro e José Ivo Sartori. A Mensagem enviada pelos Governadores à Assembleia Legislativa atende ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, que trata das atribuições do Governador e que estabelece como sua competência "expor em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo" (RIO GRANDE DO SUL, 1989, n.p.). Também realizamos entrevistas com os Secretários de Estado da Segurança Pública que atuaram por mais tempo em cada um dos governos, no período compreendido entre 2007 a 2018.

Os ex-Secretários de Estado da Segurança Pública entrevistados neste estudo não tiveram seus nomes mantidos em sigilo, pois concederam autorização para que as informação e opiniões fornecidas para a pesquisa pudessem ser utilizadas publicamente. Também pelo fato de que são pessoas de notória expressão pública e identificadas com as funções que desempenharam.

Tomando como referência os paradigmas na área da segurança pública (Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã) e as categorias de análise que visam identificar os núcleos centrais dos paradigmas (traços mais significativos que permitem a identificação e a diferenciação dos paradigmas) na área de segurança pública vigentes no Brasil após os ano de 1960 (objetivos, conceitos de violência, papel do Estado, papel dos indivíduos e estratégia de políticas públicas) propostos por Moema Dutra Freire, a pesquisa buscou identificar nas políticas públicas de segurança desenvolvidas no Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2018, pistas do paradigma ou dos paradigmas predominantes neste período, conforme categorias de análise propostas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Categorias de análise dos paradigmas da área de segurança pública

	Segurança Nacional	**Segurança Pública**	**Segurança Cidadã**
Categorias de análise	Descrição das características	Descrição das características	Descrição das características
1. Objetivos	-Proteção dos interesses nacionais associados às	Preservação da: -ordem pública,	-Promoção de convivência e cidadania,

	preferências dos detentores do poder.	-da incolumidade das pessoas, -do patrimônio.	prevenindo e controlando a violência.
2. Conceito de violência	Associado a: -Ameaça aos interesses nacionais, soberania e ordem pública. -Atos contra o Estado e elite no poder.	Associado à ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.	-Associado aos fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, -Tem origem multicausal, - Demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle.
3. Papel do Estado	-Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais, -Podem ser adotados quaisquer meios para o alcance desse objetivo. -Foco na atuação das Forças Armadas.	-Controle e prevenção da violência com foco nas estratégias de repressão à violência. -Papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança. - Atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal.	-Implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local. -Governo federal, estados e municípios possuem papel nesse processo. -Além das instituições policiais, as instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política. -É conferido papel importante à gestão local da segurança.
4. Papel dos indivíduos	-Submissão plena aos interesses nacionais; -Indivíduos não participam das decisões sobre as Políticas de Segurança.	-Pouca participação dos indivíduos na política. -Indivíduos são tratados como beneficiários das políticas de segurança.	-O indivíduo é o centro da política e seu principal beneficiário. -Papel preponderante na gestão local das políticas de Segurança Cidadã.
5. Estratégia de políticas públicas	Prioridade a: -Serviços de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais. -Criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.	-Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência. -Papel central dos estados na execução das políticas de segurança, -Diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. -Proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.	-Implementação de políticas setoriais integradas voltadas a prevenção e controle da violência. -Fomento a participação dos cidadãos -Fomento ao desenvolvimento de ações direcionadas a comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na pesquisa, realizamos a análise dos programas de governo propostos para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança pelas Coligações Partidárias vencedoras nas eleições realizadas em 2006, 2010 e 2014.

Analisamos, ainda, as realizações e proposições para a área das políticas de segurança pública contidas na Mensagem da Governadora Yeda Crusius enviada à Assembleia Legislativa, nos anos de 2007 e 2008, do Governador Tarso Genro, nos anos de 2011 e 2012, e do Governador José Ivo Sartori, nos anos de 2015 e 2016. Ao analisarmos os Programas de Governos das Coligações Partidárias e as Mensagens dos Governadores à Assembleia Legislativa, buscamos referências relacionadas às categorias de análise propostas por Freire (2009) em todo o texto destes documentos, procurando ações ou referências que pudessem indicar inter-relações direcionadas à área da segurança, entre as políticas de segurança e as demais políticas públicas apresentadas. Com o objetivo de enriquecer a análise, a pesquisa foi além dos textos relacionados exclusivamente à área da segurança, mas mantendo o foco nas categorias de análise propostas por Freire (2009).

Também analisamos o conteúdo das entrevistas realizadas com ex-Secretários de Estado de Segurança Pública do RS dos governos da Governadora Yeda Rorato Crusius, do Governador Tarso Fernando Hertz Genro e do Governador José Ivo Sartori. O governo liderado pela Governadora Yeda Crusius, teve como secretários de Estado de Segurança Pública o Deputado Federal Ênio Bacci (03.01.2007 a 11.4.2007), o Delegado da Polícia Federal José Francisco Mallmann (23.4.2007 a 26.7.2008), e, por fim, o General do Exército Edson de Oliveira Goularte (27.7.2008 a 31.12.2010), a quem entrevistamos para a realização da pesquisa. A opção pelo General Edson de Oliveira Goularte deveu-se ao fato de ser o Secretário de Segurança mais longevo da gestão da Governadora Yeda Crusius.

O Procurador de Justiça do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, Airton Aloisio Michels, também entrevistado pela pesquisa, foi o Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul no governo da coalização originada da coligação Unidade Popular pelo Rio Grande, liderada pelo Governador Tarso Genro, do primeiro ao último dia de governo (01.01.2011 a 31.12.2014).

O ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Santa Maria, Cesar Augusto Schirmer, foi Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul de 09 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2018 pela coalização de governo composta a partir da vitória eleitoral da coligação O Novo Caminho para o Rio Grande em 2014, liderada pelo Governador Jose Ivo Sartori. Antecedido na Secretaria de Estado da Segurança Pública pelo Delegado da Polícia

Federal Wantuir Francisco Brasil Jacini (01.01.2015 a 28.8.2016), Cesar Schirmer foi entrevistado, nesta pesquisa, por ser o Secretário da Segurança Pública mais longevo do Governo Sartori.

Para permitir a análise das percepções dos ex-Secretários de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul no período, de como foram desenvolvidas as políticas públicas de segurança no Rio Grande do Sul e a que paradigmas da área da segurança pública estão vinculados, desdobramos as categorias de análise trabalhadas por Freire (2009), em um questionário apresentado aos Secretários de Estado representantes de cada uma das gestões governamentais, no período de 2007 a 2018.

Ao elaborar o questionário, adotamos como estratégia, a formulação de dois tipos de questões sobre cada uma das categorias de análise. A primeira questão apresentada permitiu ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema, enquanto a segunda, de maneira objetiva, apresentava múltiplas alternativas reproduzindo as categorias de análise identificadas a cada um dos paradigmas na área da segurança pública.

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. No primeiro, são apresentados a problematização e os aspectos metodológicos relativos ao tema estudado. No segundo, os paradigmas de segurança pública são referenciados, em termos de seu histórico, evolução e definições. Já no terceiro capítulo, a análise ingressa no primeiro período estudado, o Governo de Yeda Crusius para então dar seguimento aos demais, Governos Tarso Genro e José Ivo Sartori, nos dois capítulos subsequentes. Para fins de retomada dos principais apontamentos realizados, o sexto capítulo apresenta as considerações finais.

2 **PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA:** HISTÓRICO, EVOLUÇÃO E DEFINIÇÕES

Neste capítulo, abordamos a evolução dos paradigmas de segurança pública no Brasil. Trazemos como antecedentes o debate realizado sobre as questões sociais que passam a preocupar a humanidade em escala global, ao final do século XX, focalizando a emergência dos debates relacionados à violência e à criminalidade e a sua ampliação em nível mundial. Ainda nesta contextualização trazemos breves reflexões sobre a evolução das políticas públicas no Brasil, particularmente sobre as políticas relacionadas a área da segurança pública. Por fim, ao abordarmos a evolução dos paradigmas de segurança pública, tomamos como referência os estudos de Moema Dutra Freire (2009), em seu artigo "*Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias*", para apontar os paradigmas na área da segurança vigentes no Brasil.

As profundas mudanças vivenciadas pela humanidade, no mundo contemporâneo, têm, a partir da década dos anos de 1990, uma especial atenção da Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU propõe a mundialização do debate envolvendo o surgimento de novas questões sociais em escala global, decorrentes destas transformações. A violência generalizada socialmente, suas diversas formas de expressão, bem como o surgimento de novas maneiras de realização do crime são elementos que, ao lado dos debates sobre o envolvimento e fortalecimento da sociedade civil no enfrentamento a violência, compõe esta pauta de debates e a segurança passa a ser vista como um "direito fundamental da modernidade" (SANTOS, 2014, p. 20).

A realização da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, no ano de 1993, na Áustria; os fóruns Sociais Mundiais como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos a partir de 2001; e no Brasil, a I Conferência Brasileira de Segurança de Pública, no ano de 2009, durante o período de implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, de acordo com Santos (2014, p. 19-20), são expressões dos diferente momentos e espaços geográficos em que se desenvolvem as discussões sobre "as novas questões sociais globais".

Em nível mundial, segundo Santos (2014, p. 20), este debate abarcou "as transformações da sociedade contemporânea, as novas formas do crime, a expansão da violência difusa, as violências contra grupos em vulnerabilidade, a violência homofóbica, a violência contra crianças e idosos e a violência de gênero". Envolveu, ainda, o debate sobre o fortalecimento da sociedade civil na busca de formas para que a segurança alcance a condição de direito fundamental na contemporaneidade.

Sobre as “novas questões sociais globais”, Melissa de Mattos Pimenta (2014, p. 221) ressalta, dentre elas, “as dimensões do crime, da violência e do controle social”, com especial atenção à ampliação dos índices de “homicídios, recrudescimento de conflitos étnicos, raciais e religiosos, aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos, escalada do narcotráfico”, bem como a banalização da violência e a sua difusão para amplos segmentos sociais.

Com destaque no debate e na agenda política de inúmeros países, e em diversos continentes (África, Europa, América Latina e América do Norte), o tema da violência difundido para todas as esferas do cotidiano, transmitido em nível mundial pelos veículos de comunicação de massa com contornos de forte apelo emocional, segundo Santos (2002, p. 22), provoca “um conjunto de questões sociológicas que orientam a investigação sobre o significado social e cultural das múltiplas formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas, neste jovem século XXI”.

O atual momento da história da humanidade, para Santos (2004, p. 5-6) pode ser intitulado de “Processo de Mundialização”, e entendido como o primeiro do século XXI (SANTOS, 2002, p. 22). Conforme Santos, este período tem sido marcado pela globalização da economia, sob o controle do capital financeiro especulativo, com a expansão da produção industrial em escala global gerando a reestruturação das relações de trabalho em nível mundial e pelas conflitualidades sociais mundiais, que ocorrem concomitantemente em diferentes sociedades, e de acordo com suas especificidades sociais e culturais.

O processo de globalização atualmente em curso é promotor de profunda desigualdade social e as populações mais diretamente por ele atingidas, são justamente aquelas que estão submetidas a condições desiguais de vida e de restrição de acesso a recursos básicos, que segundo José Tavares do Santos (2002, p. 22), podem ser resumidas em “oito dimensões: habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação e conhecimento, e participação política”.

Neste contexto de um mundo globalizado, de acordo com Santos (2004, p. 3-5), a violência passa a ocorrer de forma generalizada em toda a sociedade, assumindo novas características, “em um processo social diverso do crime, anterior ao crime ou ainda não codificado como crime no Código Penal”. As diversas formas de expressão da violência, manifestadas em questões ambientais, exclusão social, raciais, nos ambientes educacionais, a violência de gênero, caracterizam-se “como um processo de dilaceramento da cidadania”, no qual os espaços de socialização confrontam-se com um quadro de descaracterização.

Decorrente deste quadro, Santos (2002, p. 23) entende que o controle social promovido por instituições de socialização tais como a família, as religiões, os ambientes de trabalho e a

estrutura de justiça penal passam “a uma fase de desinstitucionalização ou recorrente crise” tornando-se instituições ineficazes.

Ainda que a violência assombre de maneira indistinta a amplos segmentos sociais, para o sociólogo Beato Filho (1999, p. 14), suas principais vítimas estão concentradas em extratos populacionais determinados, atingindo principalmente as camadas mais jovens da população, do sexo masculino, com baixa renda e habitantes de grandes centros urbanos. A par da utilização de diversificados indicadores com o objetivo de definir o perfil das vítimas da violência, as classes sociais menos favorecidas estarão entre as principais vítimas. Beato exemplifica citando a realidade de Minas Gerais, que, ao final dos anos 1990, de acordo com o Ministério da Saúde, concentrava aproximadamente 90% das vítimas de homicídios entre os homens com idade entre os 15 e os 30 anos, e os Estados Unidos, onde “quem tem renda familiar anual inferior a $15.000 tem três vezes mais chance de ser estuprado ou sofrer algum tipo de violência sexual do que pessoas com renda superior”, e “duas vezes mais chance de ser vítima de roubo e uma vez e meia de ser vítima de assalto com violência”.

O crime e a violência são problemas sociais geradores de problemas públicos e exigem atuação por parte das estruturas de Estado e de um conjunto de instituições sociais, a quem também cabe a busca de solução para o crime e a violência como problema público considerando o debate relativo as dimensões culturais e estruturais envolvidas. Beato Filho (1999, p. 14) entende como extremamente grave a situação do crime e da violência, no Brasil, na medida em que ele passa a chamar a atenção dos governantes apenas no momento em que são rompidas as tradicionais relações de privilégios sociais.

O intrincado processo de construção de conhecimentos para a elaboração de políticas públicas para a área de segurança, segundo Beato Filho (1999, p. 15-16), encontra limites nas diversificadas formas de expressão da violência e da criminalidade. A complexidade do conceito de violência e a sua natureza multicausal, as suas diversas formas de expressão e de ocorrência, constituem elementos que dificultam o esclarecimento dos atributos que identificam o crime e a busca de soluções para problemas de natureza tão complexa e distinta. Para Beato, a generalização conceitual da violência, das formas de manifestação e de expressão da criminalidade quando da formulação de políticas públicas, ao desconsiderar a complexidade do problema, podem gerar equívocos na formulação dos diagnósticos que irão orientá-las.

Para Claudio Beato Filho (1999, p. 24), o insucesso e a fragilidade das políticas públicas para a área da segurança pública, no Brasil, podem residir “num plano puramente cognitivo”, gravitando ora em torno de conceitos que se baseiam em proposições de uma reforma social, ora em ações concentradas sobre processos de ressocialização individualizados. Para Beato, a

formulação de planos para o enfrentamento da criminalidade que tem como referência a promoção de profundas transformações sociais ou a incidência sobre os processos de educação e reinserção social dos transgressores de normas socialmente estabelecidas; sustentam-se em convicções de que a violência e a criminalidade decorrem de aspectos econômicos e sociais que limitam as possibilidades de amplos segmentos sociais de prover os meios para o desenvolvimento de uma vida digna e da desestruturação das esferas de socialização, tais como a família, a escola, grupos de convivência por locais de moradia, gerando maus processos de socialização.

Uma outra vertente, conforme Beato (1999, p. 24), também sustentada em fortes convicções, entende que os processos sociais, nos quais ocorrem o descumprimento das normas sociais e a indisciplina individual, são fatores geradores de um campo fértil para a disseminação e ampliação da criminalidade e da violência. Como decorrência, nesta vertente a proposição de ações para a área da segurança pública tem como prioridade os atos do judiciário e das esferas de controle social, resultando em legislações mais duras e intensificação de modelos de policiamento ostensivo, com a finalidade de imediata repressão e sanção aos delitos.

> Discursos inflamados dão suporte a ambas as versões, cujo grau de combustão é tanto maior quanto mais aferrados a questões de princípio ideológico. Do ponto de vista da modificação de valores das pessoas, reconhece-se hoje como isso é extremamente difícil mediante políticas públicas. No outro extremo do movimento pendular estão aqueles que acreditam que o problema do crime é fundamentalmente uma questão de polícia e de legislação mais repressivas (BEATO FILHO, 1999, p. 25).

No Brasil, a disseminação da violência para amplos segmentos sociais e a consequente disparada dos índices de criminalidade somados a ampliação da sensação de insegurança, também generalizada socialmente, tem provocado um intenso debate sobre a "efetividade das políticas públicas de prevenção e controle da violência" (FREIRE, 2009, p. 101), suscitando questões relacionadas a forma como estas políticas tem apreendido o tema da violência ao longo do tempo e sobre as estratégias adotadas para enfrentá-la.

Este debate, envolvendo o conjunto de políticas públicas planejadas e desenvolvidas no Brasil, ocorre dentro dos marcos da reestruturação do Estado Brasileiro, em um período histórico de redemocratização. A consolidação da retomada democrática, no Brasil, tem, na Constituição de 1988, o seu grande símbolo, e como um de seus resultados, a reorientação da formulação e da execução das políticas públicas brasileiras. Em seu artigo "*Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo*", publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, Marta Arretche (1999) reflete sobre as reformas promovidas no Estado

Brasileiro nos anos 90 do século XX, reestruturando o “Sistema Brasileiro de Proteção Social”, à luz da Constituição Federal de 1988, e com reflexos sobre as políticas sociais brasileiras.

O Estado Brasileiro, durante os governos militares instalados após 1964, através de seu comando militar, definia por via indireta, desprezando as escolhas pelo voto popular, quem seriam os governantes dos estados, das capitais e de muitas cidades de porte médio e grandes consideradas áreas de segurança nacional. Segundo Arretche (1999, p. 113), caracterizava-se assim um claro modelo de relações entre entes federados típico de ditaduras e não de uma federação. Neste período, as polícias militares nos estados estavam sob o controle do exército brasileiro e não de seus governadores, que como os prefeitos de todo o país gozavam de parca liberdade fiscal.

De acordo com Arretche (1999, p. 114), é neste modelo de Estado que se consolida o “Sistema Brasileiro de Proteção Social”, que tem na centralização financeira e administrativa uma das suas principais características e que até então resultava de frágeis políticas governamentais na área social.

O sistema de proteção social no Brasil, segundo Mattei (2019, p. 60), começou a ser constituído após a segunda guerra mundial e consolidou-se dentro do modelo centralizador do regime militar instalado em 1964. Sem a participação social, bloqueada pela ditadura, na formulação e na execução das políticas sociais brasileiras, e sendo gradativamente apropriado por agrupamentos clientelistas e por interesses particularistas, este modelo de sistema de proteção social passa por um esgotamento na década de 1980.

A partir dos anos 90, conforme Arretche (1999, p. 25), a estrutura organizacional do “Sistema Brasileiro de Proteção Social” foi profundamente alterada, resultando em transformações que ocorrem de formas bastante diversas, variando de acordo com as especificidades regionais e com as inúmeras políticas públicas sociais em curso. Verifica-se uma enorme variação na amplitude dos processos de descentralização política, administrativa e financeira nas políticas públicas sociais e nos diversos estados brasileiros.

Arretche (1999, p. 114) destaca, que com o avanço do processo de redemocratização, com a retomada das eleições diretas em todos os níveis e com a promulgação da Constituição de 1988 (que propõe significativa descentralização fiscal e administrativa no país), ocorrem profundas mudanças no perfil das relações intergovernamentais. A autoridade de prefeitos e governadores resultam do voto popular direto e não mais do poder centralizado. Há um claro fortalecimento da visão municipalista, e os municípios passam ser considerados entes federados, tendo como resultante o fortalecimento da autoridade política, administrativa e

financeira dos prefeitos. A Constituição de 1988 traz consigo um novo pacto federativo, no qual todos os entes da federação tem reconhecida a sua autoridade política e a sua soberania.

Neste novo contexto político, de acordo com Arretche (1999), os estados e municípios passam a assumir novas atribuições, sejam elas por determinações constitucionais, disposição própria ou ainda por aderência a proposições políticas de outros entes federados. O fortalecimento da estrutura federativa influencia o modelo administrativo do Estado Brasileiro, consolidando as diretrizes descentralizadoras da Constituição de 1988, promovendo a descentralização das políticas sociais no país. Neste contexto, ocorre o fortalecimento de estados e municípios e da sua soberania em assumir a gestão de políticas sociais públicas por adesão.

Durante os anos de 1990, parcelas significativas das ações decorrentes da gestão de diversas áreas das políticas públicas sociais foram incorporadas de forma voluntária por estados e municípios, ações estas delegadas pelo governo federal (ARRETCHE, 1999, p. 115). No que diz respeito às políticas públicas de segurança, no Brasil, de acordo com Santos (2014, p. 109), embora constando do texto constitucional de 1988, em seu artigo 144, como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e a ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, somente depois de uma década da promulgação da denominada Constituição Cidadã, passam a ser tratadas nos marcos de uma democracia.

No entanto, Santos (2014, p. 109-110) destaca que, antes dos anos 2000, o governo federal realizou ações de segurança pública, demonstrando que não havia um total abandono na formulação e execução de políticas públicas para área da segurança. A Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública foi criada em 1995, e, em 1997, transformada em Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP). A Secretaria Nacional de Segurança Pública propunha a aproximação, na elaboração e execução de políticas na área da segurança pública, entre a união e os estados e estruturou a proposta do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) com a proposição de articular as ações federais, estaduais e municipais na área de segurança pública e criou ainda o Plano Nacional de Segurança Pública, entendido à época como inovador por abordar temas como a integração das políticas sociais e de segurança e a modernização tecnológica. Para Santos (2014), o Plano Nacional de Segurança Pública é considerado “o primeiro plano democrático na área da segurança pública” no Brasil.

No mesmo sentido, Luiz Eduardo Soares (2007, p. 83) ressalta a valorização dada ao tema da segurança pública no período em que o país terá, pela primeira vez na sua história democrática recente, mesmo que tardiamente, um plano de segurança pública, embora o faça de forma assistemática, sem planejamento, e o divulgando com objetivos midiáticos para

responder à pressão pública, condicionados por fatos conjunturais, tais como o caso do ônibus 174, em junho de 2000, no Rio de Janeiro.

Para Soares (2007, p. 85-86), a par da valorização dos movimentos populares e de natureza associativa como demonstrativos de um processo de democratização política pelo qual o país passou, "a transição democrática não se estendeu à segurança pública, o que corresponde a um testemunho vivo do nosso passado obscurantista e, do ponto de vista dos interesses da cidadania, ineficiente".

Em 2003, o Governo Federal, sob fortes expectativas sociais, inicia a implementação de um Plano Nacional de Segurança Pública através da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Este plano, segundo Soares (2007), foi concebido em 2002, no âmbito do Instituto Cidadania, envolvendo "gestores, pesquisadores, especialistas das mais diversas instituições e regiões do país, formados nas mais diversas disciplinas, além de lideranças da sociedade em todo o país". No entanto, conforme Soares, este plano perde força política e deixa de ser executado no mesmo ano de sua implementação.

Ainda dentro do contexto pós constituição de 1988, no ano de 2007, o governo federal instituí o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, através da lei nº 11.530. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, no art. 3º, a Lei nº 11.530 apresenta as seguintes diretrizes:

> A promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural; criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias; promoção da segurança e da convivência pacífica; modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários; participação do jovem e do adolescente em situação de risco social, ou em conflito com a lei, do egresso do sistema prisional e famílias; promoção e intensificação de uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento, e de combate sistemático aos preconceitos; ressocialização dos indivíduos que cumprem penas privativas de liberdades e egressos do sistema prisional, mediante a implementação de projetos educativos e profissionalizantes; intensificação e ampliação das medidas de enfrentamento do crime organizado e da corrupção policial; garantia do acesso à justiça, especialmente nos territórios vulneráveis; garantia, por meio de medidas de urbanização, da recuperação dos espaços públicos; e observância dos princípios e diretrizes dos sistemas de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais e resoluções dos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos afetos ao Pronasci (BRASIL, 2007, n.p.).

O foco principal do Pronasci estava nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos com altos índices de criminalidade e violência, na população juvenil entre os 15 e os 24 anos, e no combate ao crime organizado e sua finalidade foi de propor e firmar "convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como entidades de direito público e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público" (BRASIL, 2007).

Para Mariana Chies Santiago Santos (2014, p. 112), a principal mudança proposta pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania foi da adoção de ações, projetos e programas de natureza preventiva aliadas a ações de natureza repressivas baseadas em técnicas policiais qualificadas, orientadas pelos direitos da cidadania e da preservação da integridade física e emocional dos agentes públicos da área da segurança. Ou seja, a associação de políticas de natureza social com ações de repressão qualificada, sustentadas na participação social, com o propósito de enfrentamento à criminalidade através de políticas de prevenção da criminalidade e da violência. A autora afirma que:

> É nesse contexto que surge o conceito de segurança cidadã pela primeira vez como parte integrante de uma política pública na área da segurança, já que os responsáveis pela elaboração do plano conseguiram entender que o fenômeno da violência é multifatorial e envolve diversas dimensões, não podendo ser visto apenas como parte do sistema de justiça criminal. Foi então apenas a partir de 2009 que se fez no Brasil uma segurança pública democratizada, já que surgiu a possibilidade, por parte dos indivíduos que compõem a sociedade brasileira, de exercer sua cidadania, ou seja, de elaborarem, em conjunto com as instituições públicas, um programa que representasse e entendesse suas demandas (SANTOS, 2014, p. 113).

Conforme Luiz Eduardo Soares (2007, p. 92), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania reafirmou o Plano Nacional de Segurança Pública de 2003 do Governo Federal. Este, por sua vez, representava uma significativa evolução, mas, também, a sequência de princípios políticos do Plano Nacional de Segurança Pública de 2000, indicando a continuidade de esforços na constituição de políticas públicas na área da segurança no Brasil.

Segundo Fábio de Sá e Silva (2017, p. 22), o período de 2011 a 2014 é caracterizado pela desaceleração e pelo reposicionamento da Política Nacional de Segurança Pública do Governo Federal em relação à década anterior. O Plano Nacional de Segurança Pública de 2012 tem foco nas políticas de segurança de fronteiras e de grandes eventos, no combate ao crime organizado e ao uso de drogas, e na gestão do sistema prisional, em detrimento das políticas de prevenção e de controle da violência propostos no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Conforme Silva (2017), ao final de 2014, o Governo Federal anunciou a criação do Plano Nacional de Prevenção e Redução de Homicídios, em seu Plano Nacional de Segurança Pública, que acabou por não se realizar. Em 2016, o Ministério da Justiça propôs um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, mas que também sofreu descontinuidade, após o golpe parlamentar que conduziu Michel Temer à Presidência da República, nesse mesmo ano.

Nesse período, encerra-se, então, mais um ciclo das políticas públicas de segurança, no Brasil. A adoção de políticas públicas para a área da segurança pública, com vistas ao enfrentamento à violência e a criminalidade através da prevenção, orientadas pelos interesses e diretos da cidadania, difundidas em escala mundial por instituições como a Organização das Nações Unidas a partir da segunda metade da década de 1990, e que prosperaram, no Brasil, na primeira década do século XXI, passam a enfrentar um período de estagnação, ou, até mesmo, de retrocessos.

Para um melhor entendimento de como ocorrem os processos que envolvem a violência, e das políticas que pretendem enfrentá-los, faz-se necessário refletir sobre a história das políticas de segurança pública promovidas no país e a vinculação destas ao desenvolvimento e ao fortalecimento de paradigmas de segurança. Reconhecer estes paradigmas (fontes conceituais para a formulação de políticas públicas de segurança) que "definem a elaboração de políticas públicas de segurança no Brasil, em diferentes períodos e localidades, é essencial para se conhecerem melhor os objetivos dos formuladores de políticas e os resultados que estas podem trazer para a sociedade" (FREIRE, 2009, p. 101).

Ao longo das últimas décadas, as correlações entre as forças sociais estabelecidas, os interesses dos grupos de elite no exercício do poder e o pacto social resultante destes arranjos tem originado e orientado os paradigmas que constituem e fundamentam as políticas públicas de segurança no Brasil. Portanto, conhecer a origem paradigmática das políticas públicas de segurança formuladas desde meados do século passado possivelmente auxiliem na constituição de caminhos para a qualificação destas políticas públicas e para compreender um pouco mais da complexidade que envolve a criminalidade e a violência em nosso país (LIMA; COLVERO, 2018, p. 47).

Em seu artigo "*Paradigmas da Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias*", Freire (2009, p. 101) propõe reflexões para a compreensão do desenvolvimento histórico dos paradigmas de segurança no Brasil. Entende paradigmas "como visões de mundo compartilhadas, que influenciam a forma de pensar de determinado grupo, em determinada época, no que se refere não só à produção científica, mas também à formulação de políticas públicas". Para esta compreensão, Freire (2009) utiliza-se de um conceito de paradigmas baseado em formulações de Thomas Kuhn:

> Cientistas podem concordar que um Newton, um Lavoisier, um Maxwell ou um Einstein produziram uma solução aparentemente duradoura para um grupo de problemas especialmente importantes e mesmo assim discordar, algumas vezes sem estarem conscientes disso, a respeito das características abstratas específicas que tornam essas soluções permanentes. Isto é, podem concordar na identificação de um

> paradigma, sem entretanto entrar num acordo (ou mesmo tentar obtê-lo) quanto a uma interpretação ou racionalização completa a respeito daquele. A falta de uma interpretação padronizada ou de uma redução a regras que goze de unanimidade não impede que um paradigma oriente a pesquisa. A ciência normal pode ser parcialmente determinada através da inspeção direta dos paradigmas. Esse processo é frequentemente auxiliado pela formulação de regras e suposições, mas não depende dela. Na verdade, a existência de um paradigma nem mesmo precisa implicar a existência de qualquer conjunto completo de regras (KUHN, 2013, p. 74).

> Como se escolhe uma comunidade determinada e como se é aceito por ela, trate-se ou não de um grupo científico? Qual é o processo e quais são as etapas da socialização de um grupo? Quais são os objetivos coletivos de um grupo; que desvios, individuais ou coletivos, ele tolera? Como é controlada a aberração inadmissível? Uma compreensão mais ampla da ciência dependerá igualmente de outras espécies de questões, mas não existe outra área que necessite de tanto trabalho como essa. O conhecimento científico, assim como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e o utilizam (KUHN, 2013, p. 214-215).

De acordo com Freire (2009, p. 101), nas últimas décadas, as políticas públicas empreendidas na área da segurança pública no Brasil, resultaram de propósitos e planejamentos diversos, diretamente relacionados a paradigmas conceituais na área da segurança, que as sustentaram.

Em seu artigo, tomando como referência o período que vai dos anos de 1960 em diante, Freire (2009) analisa características principais dos paradigmas na área de segurança pública no Brasil, propondo sua identificação através do que chama de "núcleo paradigmático", em três paradigmas predominantes: O paradigma de Segurança Nacional, de Segurança Pública e de Segurança Cidadã.

Estes três paradigmas possuem características importantes que os distinguem, no entanto para Freire (2009, p. 102), não estão isolados e não existem como se tivessem propriedades específicas e imutáveis ao longo do tempo, pois são passiveis de alterações que inclusive podem "indicar a transição para um novo paradigma". Estes paradigmas também não tem existência exclusiva, podendo existir simultaneamente dois ou mais paradigmas em um mesmo lapso de tempo, embora não seja possível identificar de maneira clara o período de ocorrência de cada um deles. No entendimento de Freire (2009), "as transições entre paradigmas se aproximam mais de um processo do que de uma brusca ruptura. Essa coexistência pode ocorrer quando se considera não só a escala temporal, mas também a distribuição geográfica".

Segundo Freire (2009, p. 102), o desenvolvimento dos paradigmas ao longo do tempo condicionam as estratégias e as ações das políticas públicas voltadas à área da segurança, mas ao mesmo tempo, um paradigma não pode ser confundido com uma política pública. "Os

paradigmas são crenças, valores e conceitos que predominam no governo e na sociedade em determinada localidade e período. Mas isso não quer dizer que essas mesmas crenças, valores e conceitos sejam automaticamente traduzido em políticas públicas". A constituição e o desenvolvimento das políticas públicas são condicionadas por vários outros fatores tais como programas de governo, variáveis orçamentárias, variáveis técnicas, entre outras, incidindo em sua formatação final.

2.1 PARADIGMA DE SEGURANÇA NACIONAL

Embora consolidado durante a ditadura militar principiada em 1964, período em que teve sua maior expressão e influência sobre a formulação e execução das políticas para a área da segurança pública, o Paradigma da Segurança Nacional teve sua origem ainda no período do Governo do Presidente Getúlio Vargas e "moldou diversas políticas voltadas à proteção dos interesses nacionais" (LIMA; COLVERO, 2018, p. 47).

O paradigma de Segurança Nacional passa a orientar as políticas de segurança pública no Brasil a partir da instalação da ditadura militar em 1964, fundamentando a primazia da preservação do Estado e da ordem política e social acima de qualquer outro objetivo, sustentado em um conceito no qual o interesse nacional é absoluto, e para garanti-lo o grupo instalado no poder pode lançar mãos de quaisquer meios que entenda necessário (FREIRE, 2009, p. 103).

A Doutrina de Segurança Nacional, concebida pela Escola Superior de Guerra, com destaque para o treinamento recebido por oficiais superiores das Forças Armadas brasileiras no *National War College* nos Estados Unidos da América com o "sentido de contenção do perigo de expansão do comunismo", constituiu as referência teóricas e conceituas para o desenvolvimento das ações do Estado na formulação e na execução de políticas de segurança pública com base no propósito da Segurança Nacional, "definido então como a habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e manutenção de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais" (FREIRE, 2009, p. 103).

O paradigma de Segurança Nacional, conforme Lima e Colvero (2018), consolida-se na Constituição Federal de 1967, na qual aborda o tema da segurança na perspectiva de segurança nacional e segurança interna.

De acordo com Freire (2009, p. 103-104), a vinculação dos conceitos de defesa nacional e defesa do Estado, um dos componentes centrais do núcleo deste paradigma, torna-se mais nítida com a promulgação da constituição de 1967 pelo regime militar e após, em 1969 com o

destaque dado ao papel das Forças Armadas na área da segurança pública através de emenda constitucional , “com o argumento de que eram essenciais à execução da política de Segurança Nacional, cabendo a estas promover a obtenção e a salvaguarda dos objetivos nacionais”.

No paradigma de Segurança Nacional, conforme Freire (2009, p. 104), “a ameaça à segurança é vista como tudo aquilo que atenta contra o Estado e contra os interesses nacionais”, e a “atuação do Estado é incisivamente repressiva, por meio das Forças Armas e de órgãos especiais criados para este fim”, e concretiza-se no enfrentamento a inimigos internos e externos.

2.2 PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

No contexto histórico pós ditadura militar, no qual o processo democrático brasileiro é retomado, promulga-se a Constituição Federal Brasileira de 1988. Esta Constituição Federal, em seu artigo 144, propõe a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e que a sua execução deve se realizar para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Estabelece também, no seu artigo 142, como papel das Força Armadas, a manutenção da segurança nacional, da soberania nacional, a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais. Segundo Freire (2009, p. 104), estas mudanças constitucionais promovem alterações significativas em relação ao paradigma de Segurança Nacional, “no qual as Forças Armadas detinham a primazia da preservação da ordem”.

A Constituição de 1988 destaca em seu texto o papel das instituições policiais estaduais e federais na área da segurança pública e o diferencia daquele que deve ser exercido pelas Forças Armadas. De acordo com Freire (2009, p. 104), distinguem-se então as visões de “Segurança Pública e Segurança Nacional: a primeira é voltada para a manifestação da violência no âmbito interno do país e a segunda refere-se a ameaças externas à soberania nacional e defesa do território”. No entanto para Freire (2009), a Constituição de 1988 não faz referência a importantes segmentos da estrutura política e social brasileira quando promove a reestruturação dos princípios que orientam a área da segurança pública. Esta Constituição não propõe o envolvimento de outros órgão públicos com o tema da segurança para além daqueles que estão diretamente vinculados à área da segurança pública, bem como não prevê a participação dos município e das comunidades com as ações de prevenção à violência e a criminalidade.

O paradigma de Segurança Pública emerge como uma nova perspectiva para área, dentro de um contexto político e social no qual a Constituição de 1988 promove o

fortalecimento do processo de descentralização administrativa no país. De acordo com Freire (2009, p. 104), para a área da segurança pública, uma das consequências desta realidade é a transferência da gestão da segurança pública para os estados no âmbito de seus territórios. Este fato, ao mesmo tempo que promove a autonomia dos estados na gestão da segurança, restringe a possibilidade de implementação de orientações políticas de segurança pública em escala nacional, o que segundo Freire (2009, p. 104-105) "poderia trazer prejuízo para a prevenção e controle da violência e criminalidade, pois a manifestação desses fenômenos não respeita as fronteiras estaduais".

Para fazer frente a este cenário, segundo Freire (2009, p. 104-105), posteriormente à promulgação da Constituição de 1988, o encadeamento das políticas de segurança entre os estados passa a ser desenvolvido pelo Governo Federal, que, em 1995, cria a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública. Esta secretaria é sucedida em 1997 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que passa a ter como competência, entre outras, a de auxiliar ao Ministro da Justiça na formulação e na execução da política nacional de segurança pública, assim como monitorar o trabalho das demais instituições responsáveis pela segurança pública. A Secretaria Nacional de Segurança Pública passa a promover a articulação entre os estados visando a constituição uma política nacional de segurança pública e conforme Freire (2009), tem no Sistema Único de Saúde o modelo estrutural para organizar as ações na área de segurança pública de forma planejada e qualificada entre os entes da federação visando a constituição do SUSP, Sistema Único de Segurança Pública.

O Sistema Único de Segurança Pública conta com o Fundo Nacional de Segurança Pública para a implementação das diretrizes políticas de segurança pública do governo federal e tem como seus conceitos estruturantes a gestão unificada da informação, a gestão do sistema de segurança, a formação e aperfeiçoamento de policiais, a valorização das perícias, a prevenção, e a constituição de ouvidorias independentes e corregedorias unificadas (FREIRE, 2009, p. 104-105).

> Assim, observa-se que a perspectiva da Segurança Pública desloca o papel de prevenção e controle da violência das Forças Armadas para as instituições policiais. Nesse sentido, no paradigma da Segurança Pública, cabe primordialmente às instituições policiais a responsabilidade pelo controle e prevenção da violência. No entanto, enquanto na perspectiva da Segurança Nacional a violência era representada como as ameaças aos interesses nacionais, no arcabouço da Segurança Pública esta é caracterizada como ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio (FREIRE, 2009, p. 105).

2.3 PARADIGMA DE SEGURANÇA CIDADÃ

Para Lígia Mori Madeira (2015, p. 8), a base teórica para a constituição do paradigma de Segurança Cidadã é encontrada nas ações de organismos internacionais como a ONU e suas agências através da elaboração dos conceitos de desenvolvimento humano materializado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), instrumentos utilizados para induzir países a adotar políticas de proteção aos direitos humanos e a modernização de suas estruturas governamentais

De acordo com Madeira (2015, p. 8), os organismos internacionais provocaram, já na década de 90, iniciativas inovadoras na área da segurança pública na América Latina. A cidade de Bogotá na Colômbia deu ao conceito de segurança cidadã um exemplo concreto de gestão pública com a implementação de ações de prevenção no enfrentamento à criminalidade e a violência. O exemplo bem sucedido da Colômbia difundiu-se pela América Latina, em especial no Brasil.

Conforme Freire (2009, p. 105-106), o paradigma de Segurança Cidadã tem na cidadania a sua centralidade, tanto pelo fato de ter as pessoas como principal beneficiárias de suas proposições, como pela importância que estas adquirem no processo de concepção, gestão e acompanhamento das políticas públicas desenvolvidas na área da segurança. Para Freire, a compreensão de que os fatores geradores da violência são multicausais é um elemento fundamental neste paradigma. Esta definição da origem da violência, neste paradigma, provoca a necessidade da articulação de diversos setores para a realização de ações de prevenção e de repressão qualificada no enfrentamento à violência e à criminalidade.

A aplicação de políticas de segurança pública baseadas no conceito de Segurança Cidadã, de acordo com Freire (2009), pressupõe o envolvimento dos três entes da federação, rompendo com a visão de concentração da responsabilidade da segurança pública nos estados, colocando os municípios como protagonistas deste novo fazer das políticas públicas de segurança.

> Uma intervenção baseada no conceito de Segurança Cidadã precisa, necessariamente, envolver as várias instituições públicas e a sociedade civil, na implementação de ações planejadas a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, entre outras (FREIRE, 2009, p. 105).

Para a efetivação de políticas públicas na área da segurança, referenciadas em um modelo de Segurança Cidadã, com vistas à antecipação dos fatores geradores da violência e da

criminalidade, não somente em relação à sua manifestação, mas também quanto ao controle da sua amplificação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (SERRATO, 2007, p. 14) propõe cinco categorias de intervenção. São elas: as que visam a obtenção do cumprimento voluntário das normas; a promoção da inclusão social e a redução dos fatores de risco; a qualificação dos espaços urbanos relacionados ao medo ou ao perigo real; a facilitação ao acesso da cidadania aos mecanismos institucionais ou alternativos de mediação de conflitos e as que visam a qualificação das capacidades institucionais, bem como a melhoria da eficácia policial e das autoridades executivas ou judiciais e da confiança dos cidadãos nessas instituições.

Segundo Freire (2009), a elaboração e a execução das políticas públicas de segurança no Brasil nas últimas décadas tem se orientado em uma perspectiva histórica resultante de um roteiro paradigmático sustentado nas concepções de Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã. Este roteiro paradigmático distingue o paradigma de Segurança Cidadã dos outros dois e demonstra uma tendência de influência crescente em novas possibilidades de formulação de políticas públicas de segurança, principalmente pela forma de abordagem do conceito de violência a partir de uma visão multicausal e multidisciplinar e de sua perspectiva democrática, participativa e cidadã na gestão local destas políticas públicas de segurança (FREIRE, 2009, p. 112). Muito embora, para Freire (2009), a perspectiva de Segurança Cidadã se faça presente, no debate teórico sobre segurança pública, como uma importante referência conceitual e já tenha orientado ações governamentais na formulação de políticas públicas para a área da segurança, sua difusão ampla entre os diversos segmentos que se envolvem com os temas relacionados com a segurança pública, e o enfrentamento a criminalidade e a violência, ainda não se consolidou.

A proposição, elaboração e execução de políticas públicas de segurança referenciadas no paradigma conceitual de Segurança Cidadã pressupõe a constituição de uma cultura política democrática, participativa e cidadã. Esta concepção, por via de regra, é confrontada por duras visões de mundo consolidadas dentro de estruturas policiais que invariavelmente respondem solitariamente pela execução de políticas para a área da segurança pública e que não compreendem as demais políticas sociais como contribuintes significativas no enfrentamento a violência e a criminalidade. Orientam-se em perspectivas que pressupõem ações predominantemente de caráter ostensivas e repressivas. No entanto, as barreiras à constituição de uma cultura política de Segurança Cidadã não são encontradas apenas nas áreas da segurança, dissemina-se muitas vezes pelas demais áreas sociais em forma de resistência à realização de ações articuladas visando constituir e executar políticas sociais. A difusão da

cultura da política de Segurança Cidadã baseada em uma cultura de paz, é ainda uma tarefa social inconclusa (FREIRE, 2009, p. 113).

3 O GOVERNO YEDA

3.1 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: MANIFESTAÇÕES OFICIAIS (PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2007 E MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2008)

Para disputar as eleições estaduais de 2006, o PSDB, do Rio Grande do Sul, aprovou, em convenção partidária, o nome da Deputada Federal, Yeda Crusius, para concorrer ao cargo de Governadora do estado. Consolida-se a Coligação Rio Grande Afirmativo (2006) para a disputa do pleito, e é apresentado então um plano de governo da candidatura Yeda Crusius para o período de 2007 a 2010.

O Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo apresenta um modelo de gestão com o qual pretende tratar e enfrentar o que considera como problemas estruturais e históricos do Rio Grande do Sul e "que impedem um maior desenvolvimento da economia e o crescimento da qualidade de vida", no território gaúcho. Esta proposição estrutura-se a partir de um diagnóstico que analisa a dinâmica do crescimento, as desigualdades regionais, a pobreza urbana e rural, a crise das finanças públicas e a qualidades dos serviços públicos no estado do Rio Grande do Sul. O modelo proposto traz consigo um entendimento de que a crise das finanças públicas enfrentada pelo estado do Rio Grande do Sul nas últimas décadas é estrutural e não conjuntural (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 2-5).

> A compressão dos gastos com investimentos, principalmente no que diz respeito ao setor de infra-estrutura, ameaça comprometer a posição competitiva do Estado frente a outras unidades da federação, como mostra o estudo sobre a competitividade dos estados feito pela FEE para o Movimento Brasil Competitivo (MBC). Deve-se abandonar a política do ajustamento gradual e partir-se para a política que solucione o problema de uma vez por todas. Ou, dito de outro modo, para um déficit estrutural deve-se ter uma política de ajustamento estrutural. O reconhecimento deste fato é o primeiro e indispensável passo na solução do problema (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 6).

Desenvolvido em três grandes eixos (Desenvolvimento econômico sustentável, desenvolvimento social, e finanças e gestão pública), o Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo aborda o tema das Políticas Públicas para a área da Segurança Pública no capítulo em que trata do desenvolvimento social. São dedicadas quatro páginas deste capítulo ao tema da Segurança Pública.

Encontramos ainda referências a Segurança Pública no Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo na página 07, quando faz a análise dos serviços públicos ("no caso da segurança o quadro é igualmente preocupante, com pioras acentuadas em indicadores como o de furto de automóveis – quando em outros estados vêm ocorrendo melhoras expressivas nesses mesmos indicadores") (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 7), e, também, no eixo desenvolvimento econômico sustentável, à página 20, quando faz referência a parcerias público-privadas ("construção e/ou Manutenção de Presídios, preservando inteiramente as atribuições tipicamente públicas da administração dos presídios") (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 20).

Conforme descrito no Programa de Governo da candidata Yeda Crusius e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35), a política de segurança pública proposta deve garantir à cidadania os "direitos básicos à vida, à integridade física, à liberdade, à propriedade pessoal e à inviolabilidade do domicílio". A responsabilidade pela Segurança Pública deve extrapolar as obrigações exclusivas do Poder Executivo Estadual e das estruturas sob sua gestão, envolvendo também os Poderes Legislativo e Judiciário na sua consecução. Esta visão destaca a necessidade de legislação e sistema judiciário adequados e competentes para o enfrentamento das ações criminosas. Entende que por mais eficaz que seja a ação das polícias no combate à criminalidade, sem o anteparo da legislação e do sistema judiciário, "corrói-se a credibilidade dos poderes constituídos e produz-se na sociedade um sentimento de desesperança e de desproteção".

A defasagem do efetivo das força policiais em mais de dez mil policiais militares e quatro mil policiais civis têm destaque no Plano de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35). A definição imediata de prazos e metas para a recomposição dos efetivos da Brigada Militar e da Polícia Civil, a qualificação da gestão e dos serviços, atualização e integração das estruturas de inteligência policiais e a efetivação de ações cooperadas com as estruturas federais de segurança pública são entendidas no Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo como indispensável para "priorizar de fato a segurança pública e recuperar a confiança da sociedade, revertendo rapidamente a sensação de insegurança e de impunidade, que hoje alarma a população gaúcha".

Visando a modernização da gestão na área da segurança pública, o Plano de Governo da Governadora Yeda e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35) aponta para o desmembramento da Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança, desassociando os temas de justiça e segurança, criando uma secretaria específica para a área da segurança pública, com a pretensão de aportar maior autonomia às instituições policiais e de promover o fortalecimento

profissional dos servidores da área “considerando o tripé: recursos humanos, treinamento e tecnologia”.

Tem destaque a necessidade de apoio e valorização aos policiais como forma de fazer frente ao processo no qual a sociedade se desenvolve velozmente e a criminalidade se estrutura e progride disseminando-se sobre amplo espectro da população. O Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 36) parte da premissa que as ações de prevenção e combate ao crime não acompanham o ritmo de desenvolvimento da sociedade e da criminalidade, e que portanto “caçar criminosos, prender, julgar e punir é enfrentar apenas parte de um problema que se agrava. A eficácia do trabalho policial demanda hoje mais cérebro do que músculos. Para tanto, necessitamos de policiais treinados, motivados e bem remunerados”.

A proposição programática da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 36) expressa em seu texto o entendimento de que “a segurança pública não é só uma questão de polícia e do governo do estado. O Poder Legislativo e a municipalidade têm um papel fundamental perante a comunidade e ao lado dos governos estadual e federal, no combate à criminalidade e à violência”.

O papel dos entes municipais fica mais claro na medida em que o Programa de Governo (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 36) destaca o que chama de “boas políticas de assistência social, voltadas à educação, geração de renda e emprego, tratamento de dependentes químicos e alcoolistas e programas de assistência social stricto sensu”. Caracterizadas como indispensáveis, estas políticas de assistência social são coordenadas pela municipalidade, dada a sua condição de catalizadora das energias da comunidade para o desenvolvimento de um eficiente projeto de segurança, com vistas a evitar o envolvimento da juventude “em carreiras criminosas”.

O déficit prisional também é arrolado entre os temas a serem enfrentados pelo Plano de Governo da candidatura Yeda Crusius (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 36) na área da Segurança Pública. Para além da abordagem do déficit prisional sob a ótica dos Direitos Humanos e da sua consequência mais crítica que é a superlotação dos presídios, este déficit também é entendido como importante fator na “formação de facções criminosas, responsáveis por uma série de delitos, tanto dentro quanto fora dos presídios, e que são de difícil repressão e punição”.

O Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo arrola ainda o governo federal, em decorrência da sua incumbência de controlar as fronteiras nacionais, do enfrentamento ao contrabando de munições e armas, ao narcotráfico, ao crime organizado, como o principal responsável pelo aumento da criminalidade no país.

> Não produzimos cocaína nem fabricamos fuzis e metralhadoras. Tampouco é atribuição do governo do estado o controle de portos e aeroportos. Por isso, pressionaremos o governo federal a cumprir seus deveres constitucionais e a criar condições para que os estados também cumpram os deles (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 36).

Em fevereiro de 2007, cumprindo obrigação constitucional disposta no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual que "cria a obrigação ao Governador do Estado de expor em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo", a Governadora Yeda Crusius encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul o documento intitulado "MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA" (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 4).

A Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007, à semelhança do que fora realizado em seu Programa de Governo para as eleições de 2006, estrutura-se em três grandes eixos: "A Economia Gaúcha no Período 2003-2006", "As Finanças Públicas no Rio Grande do Sul" e "A Estratégia do Governo para o Quadriênio". Neste documento (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 69), as proposições e entendimentos sobre as políticas públicas para a área da segurança são descritas no capítulo "A Estratégia do Governo para o Quadriênio". A primeira referência ocorre à página 69 do documento no item que trata das parcerias público-privadas fazendo breve referência "a construção e manutenção de presídios".

Dentro deste capítulo, no item "Desenvolvimento Social", são apresentadas as ações para a área da Segurança Pública praticamente reproduzindo os conteúdos descritos no Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006).

> É indispensável priorizar a segurança pública e recuperar a confiança da sociedade, revertendo a sensação de insegurança e de impunidade que alarma a população gaúcha... De parte do Governo Estadual, é necessário modernizar a gestão e recompor os efetivos das forças de segurança... Há, igualmente, que qualificar e equipar os serviços de segurança pública, considerando sempre o tripé: recursos humanos, treinamento e tecnologia... A eficácia do trabalho policial demanda hoje policiais treinados, motivados e bem remunerados. É, portanto, objetivo do Governo apoiar e valorizar o policial... É importante, também, enfrentar o déficit prisional do Estado. A consequência mais grave da superlotação, além da questão humanitária, é a formação de facções criminosas, responsáveis por uma série de delitos, tanto dentro quanto fora dos presídios, e que são de difícil repressão e punição... (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 74-75).

Ainda dentro do item "Desenvolvimento Social", relacionados com a área da segurança, no tópico "Igualdade Social e Terceiro Setor", a Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79) elenca como prioridade a constituição de

políticas destinadas a grupos sociais historicamente excluídos, “como é o caso das mulheres, dos negros, dos jovens, dos idosos e dos portadores de necessidades especiais”.

A Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79) destaca a condição de discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho, no qual recebem menores salários que os homens e são submetidas a maiores índices de desemprego. Aponta o tema da violência doméstica como um sério problema a ser enfrentado e a necessidade de que o “Estado garanta uma proteção efetiva às mulheres com medo de denunciar”. Neste sentido, o documento destaca a criação da “Delegacia da Mulher” como “uma iniciativa que deve ser aprimorada e ampliada”.

Neste tópico a Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79) aponta ainda os jovens como o principal grupo social vítima da violência, principalmente por homicídios e acidentes de trânsito, e indica que a “principal causa da proliferação da violência entre os jovens é a falta de perspectiva. A maioria deles vive em situação precária, e não vê, em seu horizonte, uma maneira de melhorar de vida”.

O documento enviado pela Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79) destaca a gravidade do tema das drogas nas escolas e a necessidade do envolvimento da sociedade para o enfrentamento deste problema. Ressalta a importância da reabilitação e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos através do fortalecimento do trabalho das instituições que atuam nesta e a necessidade de implantação de “uma política coerente e estruturada de trabalho”.

Na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2008, o Governo Estadual apresenta informações sobre as atividades econômicas do Estado, o quadro atualizado das finanças públicas, as principais ações realizadas, no ano anterior, e, também, apresenta as principais ações para o próximo período de acordo com a estratégia de governo.

Em 2008, o tema da Segurança Pública é apresentado novamente, no capítulo “As Realizações do Governo”, no item “Desenvolvimento Social”, das páginas 112 a 119, nas quais são descritas prioritariamente as ações realizadas no ano anterior. No entanto, já no texto de apresentação da Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 7), assinado pela Governadora Yeda Crusius, na página 7, encontra-se referência à Segurança Pública na qual destaca-se a preocupação com o enfrentamento ao déficit de vagas no sistema prisional: “na área da segurança, a elaboração e o início de um conjunto de projetos e obras na área prisional que permitirá reduzir o déficit de vagas e a sensação de impunidade”.

Entre os conceitos expressos sobre Segurança Pública e as ações previstas na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa 2008, verifica-se significativo alinhamento com as proposições descritas no documento do ano anterior e com o Programa de Governo apresentado pela Coligação Rio Grande Afirmativo (2006) para disputar às eleições ao Governo do Estado em 2006.

> O Governo do Estado, nesta área, propõe-se a priorizar a segurança pública e recuperar a confiança da sociedade. Nesse sentido, estão sendo desenvolvidas ações para recomposição do efetivo policial; modernização da gestão e dos serviços de segurança pública – sempre considerando o tripé recursos humanos, treinamento e tecnologia; reestruturação e integração dos sistemas de inteligência das polícias; articulação e integração das ações do Governo relativas à prevenção à violência e à criminalidade; estreitamento da cooperação e troca de informações com os órgãos e as forças federais de segurança; apoio e valorização do policial em termos de treinamento, remuneração e motivação; e integração das ações de segurança pública com as políticas de desenvolvimento social (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 112).

Nesta Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 113), o Governo do Estado, em conformidade com a sua "agenda estratégica", informa que "a intensificação da prevenção à violência e à criminalidade, a redução da criminalidade e a reforma do sistema prisional", foram traçadas como prioridades. Também estão no rol de prioridades "o fortalecimento das parcerias com a União, Estados e Municípios, organismos internacionais, iniciativa privada e entidades do terceiro setor". Para dar conta desta "agenda estratégica", como uma pré-condição, o Governo Estadual coloca na pauta da gestão da segurança pública a realização de ações para viabilizar o "fortalecimento da inteligência policial, qualificação dos profissionais, modernização por meio da tecnologia da informação e do reaparelhamento dos órgão policiais, reestruturação dos processos internos e adoção de técnicas modernas de avaliação dos seus serviços".

A Governadora Yeda Crusius informa, ainda, na Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 114), a efetiva integração do Estado do Rio Grande do Sul ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), de acordo com termo de convênio celebrado com a União por intermédio do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, em abril de 2007, e a reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada (com o objetivo de coordenar o SUSP no Estado) visando a integração das ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade.

O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada tem como referência a ampliação das ações integradas "entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal; implantação do

planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas pelo Sistema de Justiça Criminal, e constituição da informação como principal ferramenta da ação policial".

Para a realização e o fortalecimento de ações de prevenção e repressão à criminalidade, o Governo Yeda definiu como diretriz a execução de ações e operações focalizadas na redução de "12 indicadores de criminalidade" (os de maior potencial ofensivo e apelo popular): "latrocínio; roubo de veículos; furtos; estelionato; posse de entorpecentes; tráfico de entorpecentes; delitos relacionados à corrupção; extorsão mediante sequestro; homicídios; extorsão, e delitos relacionados com armas e munições" (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 115).

A Secretaria de Segurança Pública, com vistas ao "combate à criminalidade", orienta a Brigada Militar e a Polícia Civil a realizarem as suas ações a partir da instituição de cinco categorias de "Operações Permanentes", para atenderem às estratégias governamentais relativas à área da Segurança Pública, a saber:

> Operação "Esforço Concentrado" – atuação voltada para a redução dos 12 indicadores de criminalidade apurados por estudo continuado do Comando-Geral da Brigada Militar, ocorrendo em dias e horários não coincidentes com as demais operações, e em locais de real ou potencial incidência dos delitos abrangidos pelos mesmos; Operação "Cadeado" – bloqueio controlado de vias de acesso a determinados locais, visando a coibir o indicador de criminalidade "furto e/ou roubo de veículo" e outros delitos decorrentes, ocorrendo semanalmente, por 24 horas, abrangendo todos os principais acessos a uma determinada área ou localidade, tendo como referência os municípios que se apresentam entre os dez com maiores índices dos referidos delitos; Operação "Lei Seca" – prevenção da ocorrência de delitos em todas as suas formas, em princípio sob a influência do álcool ou substância similar, e onde se destaca o indicador "homicídio", e prevenção e repressão dos crimes de trânsito previstos no Código de Trânsito Brasileiro, especialmente na direção de veículo automotor, submetendo a dano potencial a integridade de terceiros; Operação "Sensação" – ampliação da sensação de segurança da comunidade e inibição da ocorrência de delitos, especialmente de "furtos e roubos de veículos", através da realização de barreiras policiais, blitz, abordagens e outras ações congêneres, durante 24 horas, no mínimo em dois dias da semana, recaindo a escolha naqueles lugares em que os estudos estatísticos da SSP indicam ser os de maior incidência dos delitos relacionados a estes indicadores; e Operação "Caixa Forte" – realizada junto a estabelecimentos bancários e/ou que realizem transações financeiras, destina-se à inibição da ocorrência de furtos, roubos a estes estabelecimentos e demais delitos correlatos, sendo realizada permanentemente, de segunda a sexta-feira, das 10 às 16 horas, nos períodos de início e final de mês (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 116).

Com relação ao déficit de vagas na área prisional, a Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 118) relata "a elaboração e implantação do primeiro Plano Diretor do Sistema Penitenciário (PDSP) do Estado, devidamente aprovado pelo Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)" possibilitando o acesso à recursos federais junto ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do Ministério da Justiça.

No documento enviado pela Governadora Yeda Crusius à Assembleia Legislativa, em 2008, também são arroladas as ações prioritárias para a área da Segurança Pública no decorrer do ano. Os programas anunciados são destinados à prevenção e repressão à criminalidade, ao funcionamento da escola de governo e à administração e aperfeiçoamento do sistema prisional. São arroladas as seguintes ações: Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, através da Brigada Militar, reformulação de 50 delegacias, prevenção da violência nos municípios, qualificação para 5.000 servidores e construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais para ampliação de vagas (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 119).

No envio da Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2008, tem destaque a página 106, no tópico que aborda o tema da Saúde Pública, no capítulo das "Realizações do Governo", item "Desenvolvimento Social", o lançamento do Programa Estadual de Prevenção à Violência em 27 de fevereiro de 2007. Nesta data, é assinado o decreto 44.907, criando a Câmara Setorial da Segurança e Prevenção à Violência, vinculada ao Gabinete da Governadora, e o decreto 44.908, instituindo o Comitê Estadual para a Prevenção da Violência no Estado do Rio Grande do Sul, coordenado pela Secretaria Estadual da Saúde (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, 2007b).

O Programa Estadual de Prevenção à Violência, buscando fundamentação em concepções da Organização Mundial da Saúde, tem como ponto de partida o entendimento da violência como uma questão de saúde pública e para o seu enfrentamento propõe a realização de ações descentralizadas, intersetoriais, articuladas socialmente em rede e de forma preventiva "dentro das perspectivas de construção de uma cultura da paz e da segurança humana propugnadas pela UNESCO". O programa objetiva, em um período de quatro anos, a redução das ocorrências de violência nas cinquenta maiores cidades do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 106).

Segundo Anelise Lopes Rodrigues e Jorge Castellá Sarriera (2015), em artigo produzido para a revista eletrônica Fractal: Revista de Psicologia, com base na realização de atividades de consultoria técnica no âmbito da "Cooperação UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) / Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Programa de Prevenção da Violência (914BRA3043)", o Programa Estadual de Prevenção à Violência foi inicialmente instaurado em cinco municípios, sendo estendido posteriormente, a partir de 2009 a mais quarenta e cinco cidades "através do trabalho direto de consultoria prestada aos gestores municipais". A consultoria realizou atividades de assessoramento a grupos de técnicos e gestores públicos municipais de diferentes áreas das políticas públicas, na

concepção de diagnósticos situacionais da violência, e de planos de ação para o enfrentamento das ocorrências de violência identificadas.

Ainda entre os programas originados pelas Políticas de Segurança Pública do governo da Governadora Yeda Crusius, em 04 de março de 2009, foi lançado o Programa Estruturante Cidadão Seguro, composto pelos projetos de "Recuperação de Efetivos, Renovação da Frota de Veículos, Ampliação de Vagas Prisionais, Modernização dos Sistemas de Inteligência, Reformas de Prédios da Brigada Militar e da Polícia Civil, e Recomeçar, com foco na ressocialização de apenados" (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Este programa sistematiza, em grande parte, o conjunto de ações concebidas a partir das políticas de segurança pública propostas pelo Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006) e pela Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008).

3.2 ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS

Em busca de pistas que permitam a identificação do paradigma ou dos paradigmas que orientaram as políticas públicas desenvolvidas na área da segurança pública, pelo governo da Governadora Yeda Crusius, realizamos pesquisa documental utilizando o Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), a Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e entrevista realizada com o Ex-Secretário de Estado da Segurança Pública Edson de Oliveira Goularte (2019).

Para a realização da análise do material pesquisado, conforme apresentado no capítulo Métodos e Técnicas, utilizamos cinco categorias de análise (objetivos da política pública, conceito de violência, papel do Estado, papel do indivíduo e estratégias de políticas públicas) para a identificação dos núcleos centrais dos paradigmas de segurança pública orientadores das políticas das públicas de segurança no Brasil tomando como referência as formulação de Moema Dutra Freire.

3.2.1 Objetivos da política pública de segurança

Conforme o referencial teórico utilizado, baseado nos estudos de Freire (2009), ao definirmos o objetivo de uma política pública de segurança como uma categoria de análise para buscar pistas de identificação do paradigma de segurança a qual ela está vinculada, esta política terá elementos que a referenciam ao paradigma de Segurança Nacional, na medida em que

apresente, como seu objetivo central, a proteção dos interesses nacionais associados às preferências dos detentores do poder. Se os objetivos da política de segurança estiverem vinculados à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, esta política terá elementos que a referenciam no paradigma de Segurança Pública. Mas se entre os objetivos da política pública de segurança estiver a promoção de convivência e cidadania como forma de prevenir e controlar a violência, poderemos ter como referência o paradigma de Segurança Cidadã.

Buscando elementos para a identificação dos objetivos das políticas públicas do governo da Governadora Yeda Crusius para a área da segurança, encontramos, na página 35 do Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo, a afirmação de que a política de segurança pública a ser desenvolvida pelo governo do Rio Grande do Sul deve garantir à população os "direitos básicos à vida, à integridade física, à liberdade, à propriedade pessoal e à inviolabilidade do domicílio" (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 35).

Entre as propostas de ação apresentadas para a área da segurança, na página 37 do Programa de Governo, estão listadas, no item 3, a criação e monitoramento de "indicadores de esforço para a segurança pública com ênfase em homicídios, furtos e roubos", e no item 7, a disseminação de "Delegacias da Mulher" (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 37). No Programa de Governo da candidata Yeda Crusius, a disseminação das delegacias da mulher não é acompanhada de outras ações políticas destinadas às mulheres, caracterizando-se como uma ação específica de proteção à pessoa. Os indicadores propostos destinam-se às ações de proteção ao patrimônio e às pessoas. Estas ações são exemplos de política de segurança orientadas no sentido da proteção às pessoas e ao patrimônio, características de objetivos de uma política orientada pelo paradigma de Segurança Pública.

Na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007, o enfrentamento à violência doméstica e a premência de ações do Estado para garantir "uma proteção efetiva às mulheres com medo de denunciar", e ainda neste sentido, a proposição da criação de Delegacias da Mulher, como apresentado no Plano de Governo, estão destacados na página 79 do documento (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79). Esta ação, no documento enviado pelo governo à Assembleia Legislativa, em 2007, apresenta a mesma orientação paradigmática encontrada no Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006).

Em 2008, a Mensagem da Governadora à Assembleia, na página 115, apresenta a orientação do governo para a execução de ações na área da segurança com foco na redução dos resultados de doze indicadores de criminalidade com maior potencial ofensivo e apelo popular.

Entre eles estão o “latrocínio; roubo de veículos; furtos; estelionato; delitos relacionados à corrupção; extorsão mediante sequestro; homicídios; extorsão, e delitos relacionados com armas e munições” (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 115). Os indicadores de criminalidade, utilizados como orientadores das ações da política de segurança do governo estadual, estão associados aos objetivos de proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Identificamos também neste documento, a associação da política pública de segurança do Governo Yeda ao paradigma de Segurança Pública.

Para efetivar as estratégias do governo na área da Segurança Pública, a Brigada Militar e a Polícia Civil são orientadas a estruturar a sua atuação a partir da realização de “Operações Permanentes”. Este modelo de atuação estrutura as ações das instituições em cinco modalidades de “Operações Permanentes”, conforme descrito na página 116 da mensagem da Governadora. A operação “Esforço Concentrado” com foco na redução dos doze indicadores de criminalidade que atuam prioritariamente sobre a proteção a vida e o patrimônio. A operação “Cadeado” com atuação na contenção do furto e roubo de veículos, enquanto a operação “Lei Seca” tem em vistas a redução dos delitos decorrentes da influência do uso do álcool e similares, nos quais os homicídios se destacam. A operação “Sensação” com o propósito da ampliação da sensação de segurança da população através da realização de barreiras e blitz, com foco principal nos furtos e roubos de veículos, e a operação “Caixa Forte”, que tem como objeto a atuação junto a instituições financeiras com a finalidade de coibir o furto e o roubo a estes estabelecimentos comerciais. Estas operações também concentram seus objetivos na proteção a vida e ao patrimônio (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

O governo estadual, na página 119 da Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa de 2008, informa que a sua atuação na área da segurança pública ocorrerá através de três programas: O Programa Escola de Governo com vistas a qualificação dos servidores da segurança; o Programa de administração e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional, com a finalidade de reestruturação física da área prisional e o Programa de Prevenção e Repressão a criminalidade com o propósito de fortalecer o “policiamento ostensivo e preservação da ordem pública através da Brigada Militar”, reformulação de delegacias e integração das ações dos órgão da secretaria da Segurança Pública para a prevenção da violência nos municípios (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 119). Novamente, encontramos a priorização das ações voltadas à preservação da ordem pública, das pessoas e do patrimônio.

O Secretário da Segurança Pública à época do Governo Yeda Crusius, General Edson de Oliveira Goularte (2019), em resposta ao questionamento sobre os objetivos da política de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a sua gestão à frente

da Secretaria da Segurança Pública faz referência ao Programa Cidadão Seguro como uma síntese dos objetivos do governo. Este programa foi composto pelos projetos de recuperação de efetivos, renovação da Frota de veículos, ampliação de vagas prisionais, modernização dos sistemas de inteligência, reformas de prédios da Brigada Militar e da Polícia Civil, e projeto de ressocialização de apenados.

Segundo o ex-Secretário da Segurança Pública, Goularte (2019, n.p.), "o objetivo que se queria ao desenvolver esses programas, era o fortalecimento das estruturas, das organizações vinculadas a segurança pública". No entendimento do General Goularte, a Governadora Yeda Crusius percebeu a necessidade do fortalecimento das instituições da área da segurança e que "sem se proporcionar aos órgãos que farão os trabalhos de proteção da sociedade, os meios e as condições necessárias não se obtém resultado" (GOULARTE, 2019, n.p).

Quando apresentada a ele a pergunta de múltipla escolha, sobre a alternativa mais adequada à sua visão, para identificação dos objetivos de uma política de segurança pública, a resposta foi a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Tanto no Programa de Governo da candidata Yeda Crusius e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), quanto nas mensagens enviadas pela Governadora Yeda Crusius à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e na entrevista realizada com o Ex-Secretário de Estado da Segurança Pública, Edson de Oliveira Goularte (2019), ao utilizarmos como categoria de análise os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão da Governadora Yeda Crusius, constatamos, através das informações obtidas, que está orientada à preservação da ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio (RIO GRANDE DO SUL, 2007c; COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2006; GOULARTE, 2019). Apresenta, portanto, características do paradigma de Segurança Pública.

3.2.2 Conceito de violência associado à política pública de segurança

Ao utilizarmos o conceito de violência como categoria de análise para a identificação de paradigmas orientadores de políticas públicas para a área da segurança pública a partir de Freire (2009), poderemos encontrar indicativos do paradigma de Segurança Cidadã na medida em que o conceito de violência, expresso em documentos e ou manifestações de representantes dos governos, responsáveis por estas políticas públicas, se associe a fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, admita a origem da violência vinculada a fatores multicausais e que o enfrentamento a violência requeira estratégias multissetoriais de

prevenção e controle. Os indicativos de influência do paradigma de Segurança Nacional sobre as políticas públicas de segurança poderão ser encontrados à medida em que o conceito de violência se encontre associado a ameaças aos interesses nacionais, à soberania, à ordem pública e a atos contra o Estado e elite no poder. Se o conceito de violência expresso através das políticas públicas de segurança estiver associado à ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio, poderemos encontrar indicativos de referências destas políticas públicas, no paradigma de Segurança Pública.

Com base no referencial teórico utilizado, fomos em busca de pistas que pudessem trazer à luz o conceito de violência associado às políticas públicas de segurança desenvolvidos pelo Governo Yeda Crusius.

Analisamos inicialmente o Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006) e da candidata Yeda, em 2006. As referências ao tema da violência encontrados no documento analisado, embora escassas e não conceituadas de forma explícita, estão associadas quase que exclusivamente ao exercício da criminalidade, ao seu combate e a ameaça que a criminalidade representa aos "direitos básicos à vida, à integridade física, à liberdade, à propriedade pessoal e à inviolabilidade do domicílio" (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 35), circunscrevendo o conceito de violência aos limites da legislação vigente.

Dentre as propostas apresentadas, no Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), encontramos o tema da violência associado à criminalidade, na página 37: "Enfrentar mais duramente os delitos considerados menos graves, como o consumo de drogas, a prostituição, a exploração infantil e outros congêneres, porque eles, em pouco tempo, potencializam a violência na atividade criminal" (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 37). Ainda no Programa de Governo, exemplificando a vinculação do tema da violência com a criminalidade, encontramos na página 37, no décimo terceiro item a seguinte proposta para a área da segurança pública: "adotar política agressiva de combate ao tráfico de drogas e de armas. O diálogo com os criminosos e a tolerância com o crime só geram mais criminalidade e delitos cada vez mais violentos" (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 37).

Ao analisarmos a Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007, encontramos o tema da violência doméstica e da violência da qual os jovens são vítimas, abordados como graves problemas a serem enfrentados pelo Estado. A Mensagem da Governadora indica a necessidade de o Estado ofertar garantias efetivas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e aponta a implantação da "Delegacia da Mulher" como "uma

iniciativa que deve ser aprimorada e ampliada". O documento aponta os jovens como o principal grupo social vítima da violência, principalmente por homicídios e acidentes de trânsito (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79).

Nas duas situações destacadas na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007, tanto da violência doméstica quanto da violência contra os jovens, o foco central na abordagem do tema e na proposição de ações está direcionado para a preservação dos direitos básicos à vida e à integridade física das pessoas. Nesta perspectiva, o conceito de violência restringe-se ao exercício da criminalidade e aos limites daquilo que está previsto em lei, caracterizando-se como fator de ameaça às pessoas e ao patrimônio (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

Em 2008, ao enviar a Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 112-114), o Governo do Estado apresenta entre as prioridades de sua "agenda estratégica", "a intensificação da prevenção à violência e à criminalidade, a redução da criminalidade e a reforma do sistema prisional" como resultantes principais da sua política de segurança pública. Dentro desta pauta de prioridades, a Mensagem da Governadora à Assembleia também destaca a importância da articulação e integração das ações do Governo relativas à prevenção à violência e à criminalidade. Dentro desta perspectiva a Mensagem à Assembleia informa que o Estado o Rio Grande do Sul integra-se efetivamente ao Sistema Único de Segurança Pública e promove a reestruturação do Gabinete de Gestão Integrada visando a integração das ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade.

Da mesma forma, como na Mensagem do Governo à Assembleia, em 2007, a Mensagem à Assembleia de 2008 aborda o tema da violência quase sempre vinculada à criminalidade e às ações relacionadas ao seu enfrentamento como sendo um único fenômeno. Nesta mensagem, quando são apresentadas as ações destinadas à área da segurança, a expressão "prevenção a violência" em regra acompanha o tema da criminalidade e das ações de combate às ações delituosas, permitindo a associação da política de segurança do governo a um conceito de violência sob a influência do paradigma de Segurança Pública.

Foge à regra no uso da expressão "prevenção à violência", quando a Mensagem do Governo à Assembleia, em 2008 informa o lançamento do Programa Estadual de Prevenção à Violência entre às políticas públicas de saúde. Conforme o documento enviado à Assembleia Legislativa, este programa, de acordo com orientações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, identifica a violência como uma questão de saúde pública. O Programa Estadual de Prevenção à Violência, sob a coordenação da Secretaria Estadual da Saúde, propõe o enfrentamento à violência por meio de ações descentralizadas, intersetoriais, articuladas

socialmente em rede e de forma preventiva “dentro das perspectivas de construção de uma cultura da paz e da segurança humana propugnadas pela UNESCO” (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 106).

Ao abordarmos o tema da violência, perguntando sobre o conceito de violência que o orienta, sobre a sua percepção em relação à violência, no Rio Grande do Sul, o ex-Secretário da Segurança Pública do Governo Yeda manifestou o entendimento de que a violência é um fenômeno de abrangência mundial, se expressa de diversificadas formas, e não pode ser entendido com foco apenas em âmbito local. Conforme o ex-Secretário Edson Goularte (2019, n.p.), a violência “é uma questão mundial, preocupa a todos, só que nós ainda não conseguimos encontrar qual a melhor maneira de mantermos essa violência sob controle, porque ela aparece e alguns dizem que ela chega a ser uma doença incurável, mas ela é tratável”.

Ele expressa o seu entendimento sobre as características da violência no Brasil: “Nós temos a violência considerada violência urbana e não temos nada de terrorismo, não temos nada de fanatismo. A forma como as pessoas vivem nesses grandes centros, contribuem seguramente para que ali a violência se instale com maior intensidade” (GOULARTE, 2019, n.p.).

Apresentamos ao Secretário da Segurança Pública da gestão da Governadora Yeda Crusius uma questão de múltipla escolha para inquirir sobre qual das alternativas mais se aproximaria da sua visão sobre violência. As alternativas conceituais sobre a violência, foram formuladas a partir das categorias de análise que utilizamos, na realização deste estudo, com vistas à identificação de pistas sobre os paradigmas da Segurança Pública que orientam as políticas de segurança. As alternativas relacionadas ao conceito de violência, apresentadas ao General Goularte, foram as seguintes: a. Os fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle; b. Ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública; c. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

A resposta do ex-Secretário foi ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio. “Para mim, é a C. Depois, a “A” é a número dois” (GOULARTE, 2019, n.p.). Mesmo sendo uma questão de múltipla escolha, o General Goularte continua falando sobre o assunto:

> É claro que hoje eu estou me reportando àquele período, porque hoje provavelmente nós não poderíamos desprezar a letra B. Dentro dessas palestras que eu tenho feito, dizendo que a violência brasileira é uma questão de segurança nacional, levando em conta a intensidade, a extensão e o custo que ela gera para o Estado como um todo, esses 3 aspectos, quando você examina com lente de aumento, você vai perceber que essa nossa violência não pode mais ser tratada nem como questão de polícia, nem como problema social. Ela é um problema de segurança da Nação, porque ela já vem afetando em alguns momentos a própria estabilidade das instituições. Quer dizer, o

> crime organizado desafia as instituições sem medo nenhum das consequências (GOULARTE, 2019, n.p.).

Majoritariamente, tanto no Programa de Governo da candidata Yeda Crusius e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), quanto nas mensagens enviadas pela Governadora Yeda Crusius à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e na entrevista realizada com o Ex-Secretário de Estado da Segurança Pública Edson de Oliveira Goularte (2019), ao utilizarmos como categoria de análise o conceito de violência associado à política de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão da Governadora Yeda Crusius, constatamos, através das informações obtidas, que estão identificadas a um conceito de violência associado à ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

Embora o conceito de violência apareça quase que exclusivamente identificado ao tema da criminalidade, tratado como o mesmo fenômeno, e circunscrito aos marcos da legislação vigente, verificamos, nas manifestações do ex-Secretário da Segurança Pública do Governo Yeda, uma conceituação mais ampla, na qual tem destaque o seu entendimento sobre a amplitude e origem multicausal do fenômeno da violência. Também se diferencia do sentido geral expresso nos documentos, de redução do fenômeno da violência à expressão da criminalidade e aos limites do que preconiza a lei, o Programa Estadual de Prevenção à Violência, pois é orientado por concepções fundadas em organismos internacionais, tomando a violência como um problema de saúde pública e a ser enfrentada através de ações multisetoriais, interdisciplinares, descentralizadas, com envolvimento social e voltadas a uma cultura de paz.

3.2.3 Papel do Estado, em relação à política pública de segurança

Na etapa seguinte da pesquisa procuramos identificar a visão do Governo Yeda Crusius sobre o papel do Estado na formulação, execução e gestão das políticas públicas para a área da segurança, tomando como referência os estudos de Freire (2009). Ao utilizamos o papel do Estado como uma categoria de análise para apontar referências paradigmáticas de políticas públicas de segurança, encontraremos pistas do paradigma de Segurança Cidadã na medida em que o governo tenha a sua visão do papel do Estado associada a implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local; ao entendimento de que o governo federal, estados e municípios tem papel na formulação e na execução da política; a concepção de que além das instituições policiais, as instituições responsáveis pelas políticas sociais também

devem participar da política de segurança; e a gestão local da segurança também tem papel importante.

Se entre os atributos do papel do Estado como categoria de análise encontrarmos a eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais e foco na atuação das Forças Armadas, a política de segurança pública desenvolvida terá indicativos de influência do paradigma de Segurança Nacional.

O paradigma de Segurança Pública poderá ser a referência das políticas de segurança se entre os atributos da categoria de análise papel do Estado encontrarmos o controle e prevenção da violência com foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal.

No Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo as ações da área da segurança pública estão voltadas ao controle e a prevenção da violência e ao fortalecimento das instituições vinculadas à secretaria da área da segurança.

> Nessa questão, é indispensável priorizar de fato a segurança pública e recuperar a confiança da sociedade, revertendo rapidamente a sensação de insegurança e de impunidade, que hoje alarma a população gaúcha. Para tanto, vamos, de imediato, definir metas e prazos para recompor o efetivo policial do Estado; modernizar a gestão e qualificar os serviços; reestruturar e integrar os sistemas de inteligência das polícias; estreitar a cooperação e a troca de informações com os órgãos e as forças federais de segurança (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006, p. 35).

O texto do Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35) indica a necessidade de aprimorar e estruturar a área da segurança pública e tem como foco o "o tripé: recursos humanos, treinamento e tecnologia". Indica também a necessidade de "disseminar técnicas mais modernas de avaliação dos serviços de segurança".

A adoção de medidas que priorizam a recomposição do efetivo policial; a modernização da gestão e a qualificação dos serviços de segurança; o fortalecimento dos sistemas de inteligência policial e aproximação com as estruturas de segurança de nível nacional, indicam o foco da política de segurança da candidatura Yeda nas ações de controle e prevenção da violência e nas estratégias de repressão à violência desenvolvidas pelas instituições policiais. Estas características da política de segurança propostas indicam a sua associação ao paradigma de Segurança Pública.

A responsabilidade pela segurança pública, segundo o entendimento exposto no Programa de Governo da candidata Yeda Crusius e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35-36), não se limita às obrigações do Governo Estadual e nem pode ser tratado somente

como “uma questão de polícia”. Deve ser compartilhada com os poderes legislativo e judiciário, constituindo um sistema judicial e um aparato legal competentes para o enfrentamento à criminalidade, e envolver os municípios na realização de ações caracterizadas no documento como “boas políticas de assistência social, voltadas à educação, geração de renda e emprego, tratamento de dependentes químicos e alcoolistas e programas de assistência social stricto sensu”. Nesta passagem o Programa de Governo da candidata Yeda Crusius adota um entendimento no qual o governo federal, estados e municípios desempenham papel importante em relação às políticas de segurança pública. Nesta situação, o papel do Estado está associado a uma política pública de segurança identificada com o paradigma de Segurança Cidadã.

Na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007, novamente tem destaque a preocupação com as ações voltadas a qualificação e estruturação dos serviços oferecidos na área da segurança pública. Neste documento enviado ao legislativo gaúcho, na página 79, tem destaque a proposição do governo sobre a necessidade da formulação de políticas direcionadas a grupos historicamente excluídos, “como é o caso das mulheres, dos negros, dos jovens, dos idosos e dos portadores de necessidades especiais” (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79). Esta proposição não faz referência às políticas voltadas à área da segurança e compõe as políticas voltadas à área da igualdade social e ao terceiro setor. No entanto, mesmo sem referências diretas, quando aborda o tema da violência contra as mulheres, a proposição decorrente desta política é da criação de Delegacias da Mulher.

Novamente, identificamos o controle e prevenção da violência com foco nas estratégias de repressão à violência e a predominância das instituições policiais, na implementação da política de segurança apresentada pela Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2008. A política de segurança pública expressa no documento enviado à Assembleia Legislativa prioriza “a intensificação da prevenção à violência e à criminalidade, a redução da criminalidade e a reforma do sistema prisional”. As ações de prevenção e repressão à criminalidade proposta pelo Governo Yeda, em 2008, tem como diretriz a redução de indicadores de criminalidade de maior apelo popular e potencial ofensivo, reorientando a atuação da Brigada Militar e a Polícia Civil. As instituições, segundo a mensagem de 2008 passaram a realizar operações permanentes para atender às estratégias definidas pela Política de Segurança Pública do governo. Ainda estão entre as ações prevenção e repressão à criminalidade a intensificação do policiamento ostensivo e preservação da ordem pública através da Brigada Militar e a reformulação de cinquenta delegacias (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 119).

Distintamente da maioria das ações projetadas ou executadas na área da segurança pública, de controle e prevenção à violência, com foco nas estratégias de repressão à violência, arroladas na Mensagem à Assembleia Legislativa de 2008, o Programa Estadual de Prevenção a Violência propões ações na área da segurança identificadas com a implementação de políticas setoriais articuladas e com foco no âmbito local envolvendo instituições responsáveis pelas políticas sociais, abordando o tema da segurança para além das obrigações das polícias (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

O General Goularte, ao ser questionado sobre o seu entendimento em relação ao papel do Estado na elaboração e execução de políticas públicas para a área da segurança pública identifica no Programa Estadual de Prevenção a Violência um exemplo de como a Governadora Yeda Crusius e o Governo Estadual entendiam o papel do Estado:

> A governadora Yeda Crusius, e o Programa estadual de Prevenção à Violência mostra bem, é um exemplo de como ela tinha uma visão de que o Estado tem que ser indutor das políticas públicas, e essas políticas serão tão melhor definidas quanto maior for a participação da sociedade na sua elaboração e execução. Então o Estado, como ele tem o monopólio do uso da força, é dever do Estado, é uma obrigação nesse campo da segurança pública, o uso para preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio. Então o Estado também é o indutor, agora precisa fazer com que a sociedade também esteja presente. Hoje a sociedade tem diversas organizações, viu? Associações de moradores, condomínios e associações de classe. Então ela tem "N" instrumentos para que ela possa se valer, quando ela deseja fazer algo que interesse a uma comunidade (GOULARTE, 2019, n.p.).

A mesma questão foi apresentada novamente ao ex-secretário da Segurança do Governo Yeda, mas agora com um conjunto de alternativas preestabelecidas, para que ele escolhesse a mais próxima do seu entendimento sobre o papel do Estado. Formuladas com base na categoria de análise papel do Estado, de acordo com o referencial teórico que utilizamos, as alternativas apresentadas ao General Goularte foram as seguintes:

a. Controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal;

b. Implementação de políticas setoriais articuladas com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios possuem papel na formulação e execução da política; e além das instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política de segurança, sendo conferido papel importante à gestão local da segurança;

c. Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais com foco na atuação das Forças Armadas.

Em resposta, o ex-Secretário opta pela alternativa A, que indica como papel do Estado, o controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, o papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e a atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal, mas não sem fazer algumas ponderações sobre o tema:

> Eu diria o seguinte, há dois aspectos. São complementares, olha só: O controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão, na verdade não é o foco, né? Eu sempre entendi o seguinte: O foco tem que ser na prevenção. A repressão é uma decorrência de a prevenção tendo falhado, você tem que reprimir, viu? E com os meios que você dispuser e conforme a situação, né? E o cara não, nós os órgãos de segurança, não pode esquecer que como é que está escrito no Art. 142. O Estado, lato senso, ou seja os seus poderes e nos seus três níveis, federal, estadual e municipal. Então é vertical e horizontal. Por isso que a junção do A e B, eu acho que vai responder melhor essa questão, viu? (GOULARTE, 2019, n.p.).

O papel do Estado na formulação e na execução das políticas públicas para a área da segurança é apresentado, no Plano de Governo da candidata Yeda Crusius (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006) e na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c), majoritariamente associados às políticas de controle e prevenção da violência, com foco nas estratégias de repressão à violência, e ao papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança. Conforme os documentos analisados, a proposta de atuação na área da segurança envolve entes de âmbito estadual, federal, e, também, municipal, atributo do paradigma de segurança Cidadã.

Na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2008, embora perceptível a prioridade concedida às ações de controle e prevenção da violência sustentadas nas estratégias de repressão envolvendo as instituições policiais, o destaque dado ao Programa Estadual de Prevenção à Violência neste documento indica uma associação a atributos do paradigma de Segurança Cidadã, demonstrando portanto, a coexistência de duas referências paradigmáticas a influenciar a política de segurança do governo estadual, distintamente do encontrado no Programa de Governo e na Mensagem de 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Da mesma forma, ocorre na entrevista com ex-Secretário da Segurança Pública do Governo Yeda. Ao responder à questão de múltipla escolha, a sua opção inicial identifica-se com as características do paradigma de Segurança Pública. Em sequência, ao justificar a sua resposta e ainda refletindo sobre o tema em questão, propõe uma síntese envolvendo também a alternativa que traz as características do paradigma de Segurança Cidadã.

Com base na análise documental, não encontramos nenhum atributo da política de segurança pública do Governo Yeda Crusius que a identificasse ao paradigma de Segurança Nacional. Estas políticas de segurança estão majoritariamente associadas à ações controle e prevenção da violência com foco nas estratégias de repressão à violência, nas quais as instituições policiais tem papel preponderante na implementação da política de segurança. Embora a política de segurança pública da Governadora Yeda Crusius apresente a clara influência do paradigma de Segurança Pública nas suas ações de caráter operacional, encontramos algumas ações que indicam também a existência de influência do paradigma de Segurança Cidadã. Portanto, a política de segurança pública adotada no período de 2007 a 2010 no Rio Grande do Sul recebe a influência, embora em intensidades diferentes, de dois paradigmas de segurança.

3.2.4 Papel dos indivíduos, em relação à política pública de segurança

Conforme o referencial teórico utilizado, tomando como base os estudos de Freire (2009), no qual são apresentados as características que identificam os principais paradigmas de segurança pública vigentes no Brasil após a década de 1960, e que define o papel dos indivíduos em relação a uma determinada política pública de segurança como uma categoria de análise para identificar pistas do paradigma de segurança a qual ela está vinculada, sob esta perspectiva, analisamos o Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), a Mensagem da Governadora Yeda Crusius à Assembleia Legislativa, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e a entrevista realizada com o ex-secretário da Segurança Pública Edson Goularte (2019).

No Programa de Governo da candidata Yeda Crusius e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 36), encontramos a manifestação de que a "segurança pública não é só uma questão de polícia e do governo do estado", que a responsabilidade sobre ela deve ser partilhada com os demais entes federativos e com a sociedade civil em suas diversas formas de expressão, desde as entidades de classe até empresário, lideranças locais e igrejas.

"Criar e fazer funcionar de fato, em parceria com os municípios, os Conselhos de Defesa e Segurança Comunitários, incumbidos de encaminhar e apontar soluções a problemas localizados de segurança pública, cumprindo o previsto no art. 126 da Constituição Estadual" está entre as propostas apresentadas para a área da segurança, pelo Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativos (2006, p. 38).

O Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006) apresenta o entendimento de que a política de segurança pública não se restringe ao governo estadual e as polícias. Propõe o envolvimento da sociedade civil e dos demais entes federativos com as políticas estaduais de segurança pública e a criação dos Conselhos de Defesa e Segurança Comunitários, no entanto, na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007 e 2008, não encontramos qualquer ação que pudessem dar consequências a estas proposições.

Na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 79-80), quando trata do tema "Desenvolvimento Social", a prioridade apresentada é a constituição de políticas públicas orientadas a segmentos sociais historicamente excluídos, tais como pessoas com deficiência, negros, mulheres, jovens e idosos. O documento apresenta, como forma de enfrentamento a esta prioridade política, as seguintes ações: No caso de mulheres vítimas de violência doméstica, a proposta está associada ao entendimento que "a criação da Delegacia da Mulher foi um avanço e é uma iniciativa que deve ser aprimorada e ampliada. Além disso, é necessário que o Estado garanta uma proteção efetiva às mulheres com medo de denunciar". Em relação às pessoas com deficiência, o incentivo a empregabilidade e para os idosos, a integração social. O Programa de Governo expressa que "o papel do governo é possibilitar que todo cidadão, independentemente da idade ou da saúde, possa participar ao máximo de qualquer atividade, seja profissional, social ou familiar".

Trouxemos esta passagem do texto da Mensagem da Governadora em 2007, mesmo que não faça parte do balanço e das ações propostas pelas políticas de segurança pública do governo, porque faz referência às delegacias da mulher como uma inciativa positiva e a ser estimulada e indica o papel dos indivíduos como beneficiários da política de segurança (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

Quando perguntado sobre o seu entendimento em relação ao papel dos indivíduos na formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas para a área da segurança, o ex-Secretário da Segurança Pública, Edson Goularte responde da seguinte forma:

> É o que eu já tinha falado anteriormente, toda a política pública imposta de cima para baixo, a tendência dela é ter um resultado ameno. Aquém daquele que nós gostaríamos. Quando você envolve a sociedade, os resultados são muito mais palpáveis, viu? Tanto é que toda a vez que nós nos reunimos aí pelo interior do Rio Grande do Sul com os órgãos de segurança, a gente procurava ter contato com as entidades mais representativas. E aqui no Rio Grande do Sul nós tínhamos contato com os COREDE e com os conselhos CONSEPRO. Então o papel do indivíduo aqui é fundamental, principalmente por intermédio das associações que existem nos espaços urbanos onde nós pretendemos imprimir alguma ação. Você tem associações de moradores, você tem associações de classe, você tem os condomínios, viu? As igrejas, você depois tem a associação comercial e industrial, comércio logístico, CDL. Então você tem todas essas entidades, elas compostas por indivíduos, na medida em

> que eles se voluntariam para prestar o apoio que cada um pode, as ações, os resultados sempre serão melhores (GOULARTE, 2019, n.p.).

Apresentamos ao ex-Secretário Edson Goularte (2019), um conjunto de formulações, para que ele escolhesse a mais identificada com o seu entendimento quanto ao papel dos indivíduos em relação às políticas públicas de segurança. As alternativas apresentadas foram as seguintes:

a. O papel dos indivíduos/cidadania subordina-se aos interesses nacionais sem que tenham envolvimento com a formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança.

b. O texto constitucional estabelece a segurança como papel de todos, no entanto o indivíduo/cidadania são tratados como beneficiários das políticas de segurança.

c. Os indivíduos são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

A resposta do ex-Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, foi a alternativa C, os indivíduos são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

As referências ao papel dos indivíduos nos processos que envolvem a formulação, construção e execução das políticas públicas de segurança, apresentadas nos textos da Mensagem da Governadora à Assembleia, em 2007 e 2008, estão relacionados a condição dos indivíduos como beneficiário das políticas (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008).

No Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), encontramos a proposição de participação dos indivíduos nas políticas de segurança por meio de representação, envolvendo instituições de natureza social ou de conselhos setoriais. Esta proposta de participação dos indivíduos na política de segurança estadual, não superou os limites do Programa de Governo, e não apresentou qualquer indício de concretização nas Mensagens da Governadora à Assembleia, seja em balanço de ações realizadas ou de ações futuras. Mesmo o Programa Estadual de Prevenção à Violência, parte do planejamento e proposições da política estadual de saúde, não recebe qualquer menção a formas de participação entre as políticas de segurança do Governo Yeda Crusius.

O ex-Secretário da Segurança Pública, na entrevista concedida à nossa pesquisa, destaca a participação social como fator relevante no desenvolvimento das políticas públicas de Segurança. Embora a importância emprestada pelo ex-Secretário da Segurança Pública à

participação social em relação ao papel dos indivíduos frente às políticas públicas para a área da segurança, e a proposta contida no Programa de Governo, nos demais documentos analisados, as referências e as proposições em relação ao tema praticamente inexistem (GOULARTE, 2019).

As poucas evidências de participação dos indivíduos na política estadual de segurança pública e a limitação dos indivíduos a condição de beneficiários destas políticas de segurança, indicam a influência paradigmática de Segurança Pública. A manifestação do ex-Secretário da Segurança Pública, de significativa valorização da participação dos indivíduos nas políticas públicas de segurança, entendimento da importância da participação social manifestado no Programa de Governo da candidata Yeda Crusius, bem como a proposição da criação de conselhos municipais de segurança neste mesmo Programa de Governo, podem apontar para indícios de uma transição em direção ao paradigma de Segurança Cidadã.

3.2.5 Estratégia de política pública associada à política pública de segurança

Nesta etapa da pesquisa, a análise do Programa de Governo da candidatura Yeda Crusius (COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO, 2006), da Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e das percepções do Secretário da Segurança Pública mais longevo do governo de Yeda Crusius (GOULARTE, 2019), tomando como base os estudos de Freire (2009), tem como propósito a identificação da estratégia de políticas públicas utilizadas pelo governo para desenvolver as suas políticas públicas de segurança. A estratégia definidas pelo governo para a área da segurança é utilizada como uma categoria de análise na busca de pistas para a identificação do paradigma ou dos paradigmas de Segurança Pública que orientaram o Governo Yeda, nas suas políticas de segurança pública.

De acordo com o referencial teórico utilizado (FREIRE, 2009), ao encontrarmos entre os atributos da categoria de análise estratégia de políticas públicas, serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional, teremos pistas do paradigma de Segurança Nacional. Ao encontrarmos entre os atributos da categoria de análise em questão, a implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, e o fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade, teremos pistas do paradigma de Segurança Cidadã. Se entre os atributos da categoria de análise estratégias de políticas públicas

estiverem o foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações, estaremos diante de pistas do paradigma de Segurança Pública.

No Programa de Governo da coligação partidária liderada pela candidata Yeda Crusius em 2006, identificamos diversas ações deduzidas das políticas públicas de segurança do governo estadual focalizadas na atuação das polícias, e principalmente em estratégias de controle da violência. Dentre as prioridades apresentadas pelo Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35) para a área da segurança estão arroladas a recomposição dos efetivos das polícias, a qualificação e integração dos serviços da área da segurança e das estruturas de inteligência das polícias e a efetivação de ações cooperadas com as instituições públicas de segurança da esfera federal. No Plano de Governo está destacado também o desmembramento entre as áreas da justiça e da segurança, com a criação de uma secretaria específica para a segurança pública com a finalidade dar maior autonomia às estruturas policiais e promover o fortalecimento profissional dos servidores da área "considerando o tripé: recursos humanos, treinamento e tecnologia".

Entre as propostas apresentadas pelo Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 37) para a área da segurança pública, na página 37 do documento encontramos as seguintes ações: Criar indicadores de violência para a segurança pública com destaque para os indicadores de aferição de homicídios, furtos e roubos; ampliar o número de delegacias de polícia de pronto atendimento e criar delegacias da mulher; fortalecer e investir nos setores de inteligência e de investigação especializada das polícias como meio preventivo de enfrentamento ao crime organizado; fornecer modernos equipamentos eletrônicos para uso em viaturas policiais; adquirir coletes a prova de balas, armas, algemas e veículos para a estruturação das polícias; promover a integração entre a Brigada Militar, Polícia Civil e Polícia Federal através de uma banco de dados e estatísticas comum e da formação profissional compartilhada e com treinamento profissional complementar de tiro, investigação policial, e polícia científica entre outros; enfrentar mais duramente os delitos considerados menos graves, como o consumo de drogas, a prostituição, a exploração infantil e outros congêneres; adotar política agressiva de combate ao tráfico de drogas e de armas.

Para dar consequência às políticas públicas apresentadas para a área da segurança, o Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006, p. 35-36) parte do entendimento que "a segurança pública não é só uma questão de polícia e do governo do

estado", e afirma a necessidade de envolvimento dos Poderes Legislativo e Judiciário em nível estadual, Executivos e Legislativos no âmbito municipal, ao lado dos governos estadual e federal e da sociedade civil organizada, no "combate à criminalidade e à violência". Propõe ainda a criação dos Conselhos de Defesas e Segurança Comunitários.

Nesta passagem do Programa de Governo, a Coligação Rio Grande Afirmativo propõe o envolvimento dos demais entes federados, dos poderes Legislativo e Judiciário e da sociedade civil no tema da segurança, caracterizando a participação social como elemento da estratégia de política pública de segurança. A proposição de constituir os Conselhos de Defesas e Segurança Comunitários fortalece esta estratégia, no entanto, permanece a estratégia de controle da violência através do "combate à criminalidade e a violência".

Na primeira Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p. 74-75), no ano de 2007, a política de segurança pública do Governo orienta suas ações para as estruturas da área da segurança priorizando a recuperação da "confiança da sociedade" através da modernização da gestão, da recomposição dos efetivos das forças de segurança, da qualificação e recomposição estrutural dos "serviços de segurança pública, considerando sempre o tripé: recursos humanos, treinamento e tecnologia".

Em 2008, na Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 113), a Governadora Yeda Crusius informou a recriação da Secretaria Estadual da Segurança Pública com a atribuição de garantir "a ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio; redução dos índices de violência e criminalidade; administração do serviço penitenciário; e integração das ações constitucionalmente atribuídas aos órgãos da segurança pública".

Baseada nestas competências e na "agenda estratégica do governo", a Secretaria da Segurança Pública estabeleceu como prioridade estratégica "a intensificação da prevenção à violência e à criminalidade, a redução da criminalidade e a reforma do sistema prisional". Entre as ações prioritárias destacam-se a capacitação e qualificação dos recursos humanos da área da segurança, o fortalecimento das estruturas de inteligência policial, a recomposição da estrutura material e atualização dos meios tecnológicos colocados à disposição das polícias, a reorganização dos processos internos e dos serviços da área da segurança com a introdução de novas tecnologias de avaliação e a atuação da Brigada Militar e da Polícia Civil em "Operações Permanentes" com a finalidade da "redução de 12 indicadores de criminalidade" de maior apelo popular e potencial ofensivo (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 113-115-116).

Ainda, na Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 144), o governo estadual informa a sua integração ao Sistema Único de Segurança

Pública e a reformulação do Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública com vistas a coordenar e a integrar as ações de prevenção e repressão a violência e a criminalidade no Rio Grande do Sul.

O Programa Estadual de Prevenção à Violência, sob a coordenação da Secretaria Estadual da Saúde, segundo o documento enviado pelo governo estadual à Assembleia Legislativa, em 2008, apresentou como meta a redução das ocorrências de violência nos cinquenta maiores municípios do Rio Grande do Sul para um período de quatro anos. Este programa, através da realização de ações preventivas, transversais e multidisciplinares, de acordo com diretrizes da Organização Mundial da Saúde, propôs o enfrentamento da violência, entendida como um problema de saúde pública, dentro das perspectivas de construção de uma cultura da paz e da segurança humana propugnadas pela UNESCO" (RIO GRANDE DO SUL, 2008, p. 106). Diferentemente das demais ações informadas pelo governo estadual na Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 2008, no Programa de Prevenção à Violência encontramos características da implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, no entanto está informado entre as políticas de segurança pública.

O General Goularte (2019), durante a entrevista que compõe esta pesquisa, fez menção ao lançamento do Programa Estruturante Cidadão Seguro em 2009 como uma síntese das ações do Governo Yeda para a área da segurança pública. Este programa foi composto por seis projetos: "Recuperação de Efetivos, Renovação da Frota de Veículos, Ampliação de Vagas Prisionais, Modernização dos Sistemas de Inteligência, Reformas de Prédios da Brigada Militar e da Polícia Civil, e Recomeçar, com foco na ressocialização de apenados" (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Na entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública Edson Goularte, perguntamos sobre qual foi a estratégia adotada para o desenvolvimento das políticas públicas de segurança pelo governo da Governadora Yeda Crusius durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

> Estratégia é uma questão de Estado. Uma estratégia tem que ser uma questão de Estado. Vontade política ou seja, prioridade absoluta para o assunto, porque é a própria sociedade que se manifesta, que esse é o assunto que mais preocupa. Um outro aspecto estratégico importante aqui, é a integração, visão sistêmica, com integração total de esforços (GOULARTE, 2019, n.p.).

Apresentamos ao ex-secretário uma questão de múltipla escolha sobre a estratégia adotada durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança para viabilizar as políticas públicas de segurança com as seguintes alternativas:

a. Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade;

b. Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.

c. Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

Qual delas, no seu entendimento, definiriam a estratégia de políticas públicas para a área da segurança utilizadas durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública?

O General Goularte (2019), ex-Secretário da Segurança do Estado optou pela alternativa que propõe a implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade. Esta alternativa analisada pela categoria estratégias de políticas públicas apresenta atributos do paradigma de Segurança Cidadã. Embora escolhendo a primeira alternativa, o General Goularte ainda fez algumas considerações sobre a segunda opção, mas sem fazer qualquer referência a questões de segurança nacional:

> Informações, você vê que era um dos eixos que a governadora deu atenção muito especial: Modernização da inteligência. Uma eficiência da atuação dos órgãos de segurança passa pela modernização do serviço de inteligência. Porque a inteligência pode, pode não, aliás, ela contribui para que as ações a serem desenvolvidas sejam nos locais onde os fatos estão acontecendo ou poderão acontecer. A análise estatística da violência permite que nós distribuamos o nosso esforço, para que a partir daí, com as informações colhidas, se planeje melhor a atuação dos órgãos de segurança (GOULARTE, 2019, n.p.).

Ao analisarmos o Programa de Governo da candidata Yeda Crusius e da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), a Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e a entrevista realizada com o Secretário de Estado da Segurança Pública do Governo Yeda Crusius (GOULARTE, 2019), tomando como base a categoria de análise estratégia de políticas públicas, identificamos

que as estratégias de controle da violência focalizadas na atuação das polícias predominam entre as política públicas de segurança desenvolvida pelo governo estadual à época. No Programa de Governo, a proposta de criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança e Defesa apresentam características de uma política de natureza cidadã, no entanto nem a Mensagem da Governadora enviada à Assembleia, em 2007 e nem a de 2008, fazem qualquer referência ao tema, seja para a renovação da proposição, seja para apresentar alguma forma de viabilização.

O Programa Estadual de Prevenção à Violência apresenta características de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, atributo que o identifica como paradigma de Segurança Cidadã, embora como já referimos, não esteja descritos entre as ações políticas previstas para a área da segurança nos documentos do governo estadual.

Da mesma forma o ex-Secretário da Segurança Edson de Oliveira Goularte, em resposta a questão de múltipla escolha sobre as estratégias de políticas públicas de segurança adotadas durante a sua gestão, opta por uma alternativa identificada com o paradigma de Segurança Cidadã.

4 O GOVERNO TARSO

4.1 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: MANIFESTAÇÕES OFICIAIS (PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011 E MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012)

Em convenção partidária realizada no dia 26 de junho de 2010, o Partido dos Trabalhadores confirmou o ex-Ministro da Justiça Tarso Genro como candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, constituindo uma composição de partidos integrada pelo Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, e Partido da República. Este conjunto de partidos deu, então, origem à Coligação Unidade Popular pelo Rio Grande, vencedora em primeiro turno, com mais de três milhões de votos, no processo eleitoral para o governo estadual, em 03 de outubro de 2010.

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 1) constitui-se através de inúmeras "reuniões, plenárias, seminários, e debates realizados por todo o Estado", agregando "experiências, visões, classes sociais, universidades, sindicatos, associações empresariais, movimentos sociais, entidades, cooperativas, ONGs e governos". A realização das "Caravanas pelo Rio Grande" no primeiro semestre de 2010, pelo Partido dos Trabalhadores e pelo ainda pré-candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, foi um dos meios utilizados para a elaboração do Programa de Governo da Coligação liderada por Genro.

Dentre os documentos protocolados pela candidatura de Tarso Genro ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em 2010, consta à página 03 da Proposta de Governo da Coligação Unidade Popular pelo Rio Grande, a informação de que o processo de elaboração do Programa de Governo envolveu "mais 500 encontros que contaram com a presença e a contribuição de quase 20.000 pessoas em todo o estado, com 85 municípios polos visitados em 24 regiões" (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, p. 3).

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 2) apresentado para a eleição ao governo estadual em 2010, toma como referência a análise de que o cenário político, econômico e social brasileiro vivenciado no período é extremamente positivo e no qual se associam "crescimento econômico, diminuição da pobreza e fortes investimentos

públicos”, questões estas que “foram assumidas e exitosamente cumpridas, no plano nacional, pelos dois governos do presidente Lula”, e que portanto é “preciso construir um programa que seja tão transformador como o que está sendo realizado no Brasil”. No entanto, segundo esta análise que orienta a formulação do Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande, apesar do cenário favorável em escala nacional, o Rio Grande do Sul não acompanha o processo de desenvolvimento experimentado pelo restante do país.

De acordo com o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 2-3), a reconstituição do papel do Estado, a ampliação da sua capacidade de investimento, o seu papel como indutor de um processo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e “uma participação forte e protagonista no cenário nacional” são tópicos integrantes de uma agenda política que tem como propósito “pensar um projeto de futuro para o Rio Grande”. O Plano de Governo da candidatura Tarso Genro, ao governo estadual, aponta para a necessidade de equilibrar as contas públicas com a finalidade de reconstituir a capacidade de investimentos do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e social, contrapondo-se a política dos últimos governos estaduais, de Germano Rigotto e de Yeda Crusius, entendida como promotora de significativas reduções dos investimento em políticas públicas, tais como saúde e educação, comprometendo gravemente o crescimento do Estado.

> Os dois últimos governos gaúchos cristalizaram um círculo vicioso na economia. Procurou-se combater o déficit através do corte de gastos públicos, especialmente os sociais, despotencializando a capacidade de crescimento econômico que, por sua vez, diminui o crescimento da receita pública o que leva a novos cortes. Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul teve um descolamento do ritmo de desenvolvimento do Brasil, crescendo abaixo da média nacional. A maior parte do crescimento que registrou foi produzido pelas políticas econômicas, sociais e de investimento do Governo Federal. A nossa participação no PIB nacional caiu de 7,1%, em 95, para 6,37%, em 2009. A participação gaúcha no valor adicionado da indústria caiu de 9,3% para 7,1%, a segunda maior perda relativa do País. A variação acumulada do PIB gaúcho teve seu maior índice durante o governo Collares (1991-1994), chegando a 23%, frente a 11% do País, e a taxa de crescimento do Rio Grande superou a do Brasil, nas duas últimas décadas, apenas entre 1999 e 2002, período do governo Olívio Dutra. Entre os anos de 2003 e 2006, iniciou-se uma tendência de queda e, atualmente, esta tendência se aprofundou, com crescimento inferior ao da média nacional. O Estado cada vez investe menos, com graves consequências no médio e longo prazo em termos de crescimento econômico. Em 2008, o investimento total do governo estadual, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), foi de apenas 3,7%, muito baixo se comparado, por exemplo, com os 8,5% de investimento alcançados em 2000 pelo governo Olívio Dutra. O baixo nível de investimento compromete não só os serviços, mas também o nosso futuro. Precisamos buscar o equilíbrio das contas públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado. O chamado Déficit Zero, do atual governo, na verdade, deve-se ao baixo investimento e o não cumprimento dos mínimos constitucionais, especialmente na Educação e Saúde. Entre 1999 e 2006, o setor público gastou, por exemplo, 32,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino – MDE. Em 2008, este percentual foi de apenas 27,7%. Por isso, entendemos que é preciso recuperar o papel indutor do Estado e suas taxas de crescimento, buscando o equilíbrio

> fiscal sem comprometer o desenvolvimento e as políticas públicas (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 3-4).

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), apresentado em 2010, estrutura-se em quatro grandes títulos. O primeiro, "Desenvolvimento Econômico com Distribuição de Renda - Isto é Colocar o Rio Grande no Ritmo de Crescimento do Brasil", subdivide-se em quatro tópicos: Rio Grande no ritmo de crescimento do Brasil; equilíbrio fiscal com recuperação do investimento e do crescimento; desenvolvimento econômico com distribuição de renda; e relações internacionais que acompanhe as mudanças na geopolítica mundial, focada na integração regional, na cooperação solidária e a ousadia na inserção da nossa economia em novos mercados. O segundo, "Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos - É assim que o Rio Grande vai crescer no ritmo do Brasil", apresenta proposição de gestão participativa, controle público e transparência nas ações e decisões do estado como elementos fundantes do modelo de gestão proposto ("um projeto democrático e popular"). O terceiro título, "ProRedes RS – Um programa de Todos para o Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil", propõe a mobilização social "em torno de metas claras e objetivas de justiça e inclusão social, crescimento econômico, combate às desigualdades sociais e regionais e recuperação de uma atuação forte e consistente do Estado frente ao país e ao mundo". O quarto, "Chegou a Hora do Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil – E Cuidar da Nossa Gente", propõe a constituição de programas de emergência social, para fazer frentes aos históricos problemas dos desastres climáticos, da violência no trânsito e da epidemia do crack, a saber: Plano Estratégico para Enfrentamento das Calamidades Climáticas, Programa Integrado de Segurança no Trânsito e Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack

O tema das políticas públicas para a área da segurança pública é tratado de forma transversal e interdisciplinar em diversos tópicos ao longo do texto do Programa de Governo da candidatura Tarso Genro e de forma específica dentro do capítulo "ProRedes – Um Programa de Todos para o Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil", no item "Redes Segurança Pública", da página 17 à 19 (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 17-19).

No capítulo "Desenvolvimento Econômico com Distribuição de Renda - Isto é Colocar o Rio Grande no Ritmo de Crescimento do Brasil", o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 4-5) propõe a constituição de um processo de desenvolvimento orientado prioritariamente pela inclusão social e o enfrentamento às desigualdades. Este modelo de desenvolvimento econômico deve proporcionar os meios para o

equilíbrio dos gastos públicos permitindo ao Estado, em um círculo virtuoso, por sua vez, voltar a investir recursos públicos e promover o desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. Neste modelo, são eixos fundamentais o fortalecimento e o aprimoramento das ações voltadas à segurança e à assistência social, o acesso universal à educação de qualidade, expansão e aprimoramento dos serviços de saúde pública, entre outros.

Ainda neste capítulo, o Plano de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 2-3) propõe intensificar as relações com o Governo Federal ampliando o alcance de programas destinados ao fortalecimento das políticas públicas, à promoção da inclusão social e ampliação da qualidade de vida, constituídos dentro do "novo ciclo de crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza que o Brasil tem experimentado nos últimos anos", tais como o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, Bolsa Família, Minha Casa Minha vida, entre outros.

No capítulo "Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos - É assim que o Rio Grande vai crescer no ritmo do Brasil", tem destaque a proposição da criação e fortalecimento de espaços públicos democratizados, vocacionados à definição dos rumos da gestão pública e da promoção das mediações políticas entre as formas de democracia participativa e representativa. De acordo com o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 7-9), estes espaços devem promover o ajuste e a concertação das "políticas dos conselhos estaduais e municipais de direitos, temáticos e setoriais e dos movimentos sociais", estruturando um modelo de gestão partilhada entre governo e sociedade e que a partir do protagonismo social promovam o desenvolvimento econômico, o enfrentamento à corrupção, ao modelo social patrimonialista e às desigualdades.

No item "Gestão e Controle Público do Estado com Ética, Transparência e Combate à Corrupção", o Plano de Governo da candidatura Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 10-11) propõe a implantação de um "Departamento Especializado na Prevenção e Combate à Corrupção no setor público" com estrutura tecnológica, inteligência e quadro funcional qualificado; e a reconstrução dos presídios, "recompondo a concepção de sanção legal e buscando a não proliferação do sentimento de impunidade, em que hoje, efetivamente, presos estão sendo soltos devido à superlotação do sistema carcerário", em acordo com proposições do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, nas quais entende-se que investir em presídio é investir em Segurança Pública.

Dentro das políticas para a área da educação, no capítulo "ProRedes RS – Um programa de Todos para o Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil", no item "Redes Educação", o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 16) destaca a

necessidade de “qualificação dos espaços físicos, segurança nas escolas e criação de políticas que valorizem o esporte” entre os eixos prioritários. Este eixo propõe a elaboração “participativa de políticas e programas de enfrentamento à drogadição e violência”, fortalecendo a escola como lócus do conhecimento, do convívio harmônico entre os diferentes, da cultura e da ciência.

Ao apresentar as políticas públicas para a área da saúde, o Plano de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 20-23) distingue como um dos treze pontos prioritários para a “recuperação e qualificação dos serviços no Estado”, a necessidade de integrar as ações de saúde entre os segmentos do governo e da sociedade civil tais como as áreas da segurança pública, da educação, do meio ambiente, da cultura, organizações não governamentais, entre outros. O projeto “Rede de Saúde e suas Transversalidades” propõe o fortalecimento da articulação entre as políticas de saúde para promoção do bem estar social e da saúde e as ações decorrentes de diversas políticas públicas tais como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Primeiro Emprego e Jovem Aprendiz, Educação de Jovens e Adultos, Pontos de Cultura, entre outros.

O tema da segurança pública também é alvo de proposição quando o Plano de Governo da candidatura Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 32) discorre sobre as ações previstas para a Região Metropolitana de Porto Alegre no item “Redes Porto Alegre e Região Metropolitana”. A Região Metropolitana de Porto Alegre, composta por trinta e um municípios, concentra mais de 36% da população gaúcha e gera aproximadamente 45 % do produto interno bruto do Estado. É fonte de questões sociais decorrentes de problemas urbanos e sociais relacionados às áreas da segurança pública, habitação, transporte, saúde, saneamento, energia, educação, entre outras.

> Criação de Plano Metropolitano de Segurança Pública como estratégia de pacificação, tranquilidade e segurança, constituído com a participação ampla da sociedade, dos órgãos da segurança pública e dos municípios. Criação do Gabinete Integrado de Gestão Metropolitana e fomento a criação de novos Territórios da Paz na Região Metropolitana. Ampliação das Delegacias de Pronto Atendimento (DPPA) e criação de novos Centros Integrados de Operações descentralizados, com o devido aparelhamento dos órgãos de segurança através da aquisição de viaturas e sistema de telecomunicações e dados. Implantação de novos Núcleos Municipais de Vídeo monitoramento, dando prioridade à prevenção e à informação, para o enfrentamento ao Tráfico de Drogas. Mais e Melhores Presídios. Conclusão da construção dos presídios de São Leopoldo e Canoas e busca de parcerias com os demais municípios da Região para criação de novas vagas no sistema carcerário do Estado (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 33).

A semelhança de outras experiências relacionadas com as políticas públicas para a área da segurança realizadas na América Latina, como a da Colômbia, o Programa de Governo da

Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, 46-47) propõe a construção de “500 bibliotecas públicas modernizadas” e “500 pontos de cultura”, distribuídos em todo o Estado como forma de “qualificação e reestruturação dos espaços públicos de cultura”. Segundo o Programa de Governo, a gestão cultural através do programa “Redes de Cultura” se propõe “democrática e republicana”, com a finalidade de tornar acessível a todas às pessoas a produção cultural gaúcha. O conceito central de cultura não se restringe apenas ao caráter de lazer, diversão ou passatempo, mas compreendido como ambiente constituinte de “valor simbólico (criativo e estético), civilidade, solidariedade e pluralidade”, gerador de “desenvolvimento econômico e social, bem como importante fator de qualificação do ambiente social, do desenvolvimento coletivo e individual”. Propõe o fortalecimento das diversas expressões culturais gaúchas partindo do princípio de que o intercâmbio cultural proporciona “conhecimento mútuo, autoestima, paz, solidariedade e tolerância”.

No tópico “Redes Assistência Social e Combate à Pobreza” o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 48-49) reitera a precedência do Estado na responsabilidade de elaboração e execução de políticas sócio assistenciais bem como reafirma o princípio do seu cofinanciamento pela União, Estados e Municípios, propondo entre as suas diretrizes: a promoção de atividades educativas na abordagem de temas como drogas e violência virtual; a transversalidade como método no atendimento socioeducativo; o emprego de medidas sócio educativas (com o objetivo da ressocialização) em consonância com os princípios da justiça restaurativa; e a realização de ações intersetoriais “no enfrentamento e prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas”.

Entre as políticas públicas voltadas para a juventude, para as mulheres, e a livre orientação sexual, expostas no Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 50-51), no item “Redes Inclusão Social Justiça e Dignidade”, tornam-se visíveis as interfaces com as políticas voltadas à área da segurança pública. Neste item está descrito o “compromisso” do Programa de Governo “com uma política de Direitos Humanos e Justiça e com a elaboração de um programa de retomada do desenvolvimento social voltado ao atendimento de políticas de inclusão e dignidade humana”.

Na formulação de política estadual para a Juventude o Programa de Governo da candidatura Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 50) elenca entre os principais desafios, o direito a segurança pública e a vida digna (“nos últimos anos os homicídios ultrapassaram os acidentes de trânsito como a principal causa de morte entre os/as jovens”); o acesso, a permanência e o êxito em um sistema educacional qualificado; e o direito à atividade laboral digna e qualificada.

Para o enfrentamento a estes desafios, a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 50-51) apresenta como proposta a criação de um Plano Estadual para a Juventude; Conselho Estadual da Juventude; PROUNI-RS a semelhança do Programa Universidade para Todos do Governo Federal e Bolsa Juventude; Política Estadual de Garantia do Trabalho Decente para a Juventude; Centros de Referência da Juventude; e Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack.

O Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack apresentado pela Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 51), tem como pressuposto o entendimento de que o uso das drogas e a epidemia do crack são problemas de saúde pública. Ademais, que, portanto, devem ser alvo de ações preventivas e enfrentados com metodologias de tratamento não convencionais, visando restringir os danos psicológicos e sociais, e, para os casos extremos, a disponibilização de estruturas para internação e tratamento.

> É preciso enfrentar a questão da violência e em especial o problema do Crack na juventude. Os remédios tradicionais da repressão policial ao longo dos anos tem se mostrado necessários, porém insuficientes frente a uma escalada de violência e consumo de drogas. O desafio de uma política estadual de juventude está em implementar com seriedade ações preventivas, que apresentem alternativas concretas para os milhares de jovens em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido precisam ser multiplicadas em parceria com o governo Federal e municípios experiências como os Territórios de Paz e os Centros de Referência da Juventude – CRJ´s, financiados pelo PRONASCI, do Governo Lula, que inseridos nas comunidades mais vulneráveis, a partir da realidade local, estão construindo outros caminhos para a juventude e promovendo a cidadania (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 51).

O Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande traz, em sua avaliação, o entendimento de que as políticas de gênero tiveram uma evolução histórica, na primeira década do século XXI, em decorrência das ações promovidas pelo Governo Lula. Ao propor políticas públicas para as mulheres em nível estadual, o faz em convergência com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em sintonia com este plano nacional, o Programa de Governo prevê a assinatura do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher promovido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, com os seguintes objetivos:

> 1) Reduzir os índices de violência contra as mulheres. 2) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz. 3) Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 51).

Com vistas à redução dos índices de violência contra as mulheres, o Programa de Governo Tarso Genro propõe:

> Criar campanhas públicas estaduais que incentivem a igualdade de gênero e o respeito a diversidade no mundo do trabalho, na escola, no meio rural, e nos meios de comunicação, enfrentando a violência contra a mulher e estabelecendo metas, parcerias e acordos com o setor público e privado, organizações da sociedade civil; pactuar com o Judiciário a ampliação das Varas de Violência Doméstica e Familiar no Estado; estimular e promover consórcios intermunicipais para a implantação de Centros de Referência da Mulher e Casa Abrigo para Vítimas de Violência em todas as regiões do RS. Ampliar e qualificar as Delegacias da Mulher no RS; aderir ao Programa Sentinela do Governo Federal, que previne e combate à exploração, tráfico e violência contra mulheres. Assinar – em parceria com entidades sindicais e empresariais – o Protocolo de Combate ao Assédio Moral e Sexual nas organizações; divulgar a Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 52).

A Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 52) propõe, ainda, entre as ações relacionadas à formulação de políticas públicas para as mulheres, medidas para a promoção de "uma mudança cultural acerca do respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz" e da "autonomia das mulheres, especialmente àquelas vítimas de violência".

As inúmeras formas de violências impostas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, violações de direitos humanos que resultam em alarmantes índices de violência homo-lesbo-transfóbica são alvo de atenção do Programa de Governo Tarso Genro. O texto que trata da Política Estadual de Livre Orientação Sexual faz referência a dados produzidos e divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, organização não governamental que promove a cultura de paz e dos direitos humanos da população LGBTTI, que apontam para 198 assassinatos no Brasil, em 2009, decorrentes de homo-lesbo-transfobia. O Plano de Governo propõe como forma de enfrentamento à estas formas de violações de direitos humanos:

> Instituir programas afirmativos sobre Consciência Homossexual e Visibilidade Lésbica. Apoiar o desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e todo e qualquer tipo de violência e opressão; apoiar à realização de Paradas Livres. Possibilitar aos funcionários públicos estaduais a inclusão de seus companheiros e companheiras como dependentes para fins previdenciários; implementar o Programa por um RS sem Homofobia; apoiar a criação de centros de referências em direitos humanos; estimular a participação do segmento LGBTT em mecanismos de controle social no Estado; implementar programas de saúde para as mulheres lésbicas; criar um programa educacional estadual pela escola sem homofobia; ampliar o debate sobre a diversidade sexual na sociedade gaúcha. Implementar o Plano Estadual de Enfrentamento da Epidemia de Aids entre gays, mulheres, homens, travestis e transexuais (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 53).

No ano de 2007, o Ministério dos Esportes e o Ministério da Justiça, buscando construir ações intersetoriais na formulação e execução de políticas públicas, promovem a inclusão do Programa de Esporte e Lazer na Cidade – PELC (Ministério do Esporte), em articulação com o recém criado Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, realizando atividades de esporte e laser com fins educativos em áreas definidas pelo Ministério da Justiça como de maior exposição da juventude à violência e a criminalidade (BRASIL, 2010. p. 3).

Segundo Regina Miki (BRASIL, 2010. p. 7), Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça a época, para enfrentar a complexidade do fenômeno da violência no Brasil e do crescimento alarmantes dos índices de criminalidade e violência, não bastam ações realizadas exclusivamente pela área da segurança pública. Para além das ações de repressão qualificada executada por profissionais da área da segurança pública, para superar a cultura da violência no Brasil e propiciar o pleno desenvolvimento da cidadania e a constituição de uma cultura de paz, é necessário a construção de políticas públicas de prevenção à violência e a criminalidade envolvendo às áreas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social e diversas outras políticas públicas.

Com este entendimento, a formulação programática da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 56) para a disputa eleitoral de 2010, no Rio Grande do Sul, apresenta a proposição de implantação de "Praças da Juventude" em territórios de vulnerabilidade social, a ampliação dos municípios atendidos pelo Programa de Esporte e Lazer na Cidade, e a implantação do Programa de Esporte e Lazer na Cidade/Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania nos municípios onde serão implantados os Territórios da Paz.

Entre os três programas de emergência social propostos pelo Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande, dois estão diretamente relacionados à área da segurança pública. O Programa Integrado de Segurança no Trânsito prevê um conjunto de ações visando a redução do número de vítimas em colisões e atropelamentos no trânsito responsáveis por números alarmantes de óbitos. "Segundo dados do site do Detran, "Levantamento da Acidentalidade no Trânsito RS em 2009", o total de vítimas em acidentes de trânsito no RS (inclui mortos e feridos) foi de 48.036 pessoas ou seja uma taxa de 44 vítimas para cada 10 mil habitantes" (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 58).

O Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, apresentado pelo Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 59), no capítulo "Redes Assistência Social e Combate à Pobreza", entre as políticas destinadas à juventude, já abordado anteriormente, propõe o entendimento sobre a utilização e uso abusivo das drogas, tanto as

socialmente aceitas quanto as que têm o uso criminalizado, para além das “áreas da saúde ou da segurança, e que exige uma abordagem transdisciplinar, multimodal e multifacetada a uma série de outras políticas, particularmente no campo da inclusão social, econômica e política”.

Para além das referência e interações multidisciplinares e transversais apresentadas pelo Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande entre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico com inclusão social e redução das desigualdades; à constituição de espaços de participação social; à gestão e controle público do Estado; à educação; à cultura; à assistência social e combate à pobreza; ao esporte e lazer; às emergências sociais; à juventude, às mulheres e à população LGBTTI, com a política pública para a área da segurança, o tema da segurança pública é tratado de forma específica no capítulo “ProRedes RS – Um programa de Todos para o Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil”, no item “Redes Segurança Pública”.

O Plano de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 17) relaciona o problema da sensação de insegurança, do aumento da violência e da criminalidades vivenciados pela sociedade gaúcha como um sério entrave ao desenvolvimento econômico, com fortes implicações sobre as possibilidades da permanência de empreendimentos aqui instalados e da recepção de novos investimento no Estado. Segundo este Programa de Governo, “não há desenvolvimento econômico sem segurança pública, que cada vez mais é considerada um dos fatores determinantes para os investimentos”.

Em seu Programa de Governo, a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 18) propõe a elaboração e a execução de políticas públicas para a área da segurança no Rio Grande do Sul a partir da realização de ações articuladas entre as “políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do Estado”, agregando os municípios a estes esforços.

A semelhança da política proposta pelo Ministério da Justiça à época, a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 18) aponta para a criação de um piso salarial para os servidores públicos da área da segurança. Propõe ainda o estímulo à ocupação isonômica de espaços na gestão da segurança pública pelas mulheres policiais, a recomposição e qualificação dos efetivos de servidores da área da segurança pública, e a reforma do sistema prisional para fazer frente aos dilemas da superlotação e da falta de vagas.

A criação do “Programa Rio Grande Território de Paz”, em busca da plena implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em nível estadual e a constituição de um “programa gaúcho de segurança com cidadania”, “Pronasci RS”, responsável pela implantação dos “Territórios de Paz” e “Áreas Integradas de Segurança Pública” no Rio Grande do Sul, integram o Programa de Governo da Coligação Unidade

Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 18) com a finalidades de enfrentar os desafios de "desenvolver uma nova cultura política acerca da segurança" associando políticas de prevenção e ações de repressão qualificada, articulando as polícias estaduais e a Polícia Federal no enfrentamento à violência e à criminalidade.

Dentre as ações listadas, estão, ainda, a descentralização dos serviços e a qualificação das informações providas pelo Instituto Geral de Perícias; o fortalecimento e atualização do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, atribuindo-lhe estrutura própria, com mais recursos e equipamentos e investimentos na qualificação e na profissionalização das tarefas desenvolvidas pelos bombeiros; constituição de "Planos Municipais de Contingenciamento" através dos Gabinetes de Gestão Integrada dos Municípios para a qualificação das atividades de defesa civil e fazer frente a eventos e ou desastres de natureza climáticos conhecidos nas regiões; constituir observatórios da violência e criminalidade; reconstituir, revitalizar e fortalecer o Conselho Estadual Penitenciário e desenvolver projetos de ocupação e renda destinados a egressos e apenados do sistema prisional por meios cooperativos e associativos em parceria com os segmentos da economia popular e solidária, e desenvolver e fortalecer projetos de ensino profissional destinados à reinserção social de pessoas privadas de liberdade de acordo com potencial ofensivo da transgressão cometida. Ainda em relação ao sistema prisional, com vistas à reestruturação da área técnica, propõe a formulação de um projeto de saúde mental em acordo com o "Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, resgatando o papel da equipe técnica do Sistema Prisional do Rio Grande do Sul, composta por odontólogos, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, enfermeiros e médicos" (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 18-19).

O tema do Crack, já abordado no Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande, quando descritas as interfaces entre às políticas de saúde e políticas para a juventude com a área da segurança, volta a ser tema de reflexão entre as propostas para a segurança pública no Programa de Governo:

> A "epidemia do crack", tem atingido de forma vertiginosa as pessoas das mais diversas faixas etárias, econômicas e sociais. Entendemos que o problema do usuário de drogas é um problema de Saúde Pública e não apenas de Segurança Pública. Criaremos uma rede transversal, capacitando e envolvendo os profissionais da educação, saúde, assistência social e segurança, a fim de identificar, em especial, crianças e adolescente (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 18).

A promoção do diálogo junto ao Poder Judiciário sobre temas como a justiça comunitária, justiça restaurativa, penas alternativas, fortalecimento do sistema de

monitoramento eletrônico e do sistema do trabalho assistencial prestado aos presos no regime semiaberto e aberto constam como itens da política de segurança pública apresentada no Programa de Governo do candidato Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 19). Em relação ao Manicômio Judiciário do Estado prevê a alteração na sua forma de funcionamento buscando a adequação à medidas de segurança articuladas com a área da saúde mental, em consonância com SUS e com vistas ao atendimento no disposto na Lei 10216/2001 que trata da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Em seu Programa de Governo, a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 19) destaca proposição da "participação democrática da sociedade no tema da segurança". Propõe que este processo ocorra através da realização de Conferencias Estaduais, de Fóruns Regionais, do estímulo a constituição e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Justiça e Segurança e da reformulação do caráter do Conselho Estadual de Segurança Pública tornando-o deliberativo, envolvendo a diversidade representativa da sociedade civil gaúcha com o propósito de fortalecer a política pública de segurança. O Programa de Governo propõe ainda a ampliação de cursos destinados a formação integrada de profissionais da área da segurança e da sociedade civil, através da RENAESP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, incentivando a realização de cooperação entre universidades e organizações de formação de policiais.

Em atenção ao dispositivo constitucional que trata das atribuições do Governador e que estabelece como sua competência "expor em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo" (RIO GRANDE DO SUL, 1989, n.p.), em fevereiro de 2011, o Governador Tarso Genro encaminha à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a primeira "Mensagem à Assembleia Legislativa" do governo recém eleito pela Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), que após incorporar à sua base de governo o PDT, PTB, PPL e PRB, constitui-se em uma coalizão de governo.

"O Desempenho da Economia Gaúcha, O Panorama Social Gaúcho Frente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, As Finanças Públicas do Rio Grande do Sul e As Propostas do Governo para o Quadriênio" compõe um conjunto de quatro capítulos que estruturam a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2011c), enviada em fevereiro de 2011.

Neste documento, o Governador manifesta a disposição de executar medidas "com vistas à recuperação das funções públicas do Estado, prevenção e resolução de crises, promoção do desenvolvimento econômico e formas públicas democráticas de ação voltadas ao conjunto

da cidadania". O entendimentos acerca das políticas públicas voltadas à área da segurança são descritas no capítulo "As Propostas do Governo para o Quadriênio", no entanto, a primeira referência ao tema ocorre no texto de apresentação do documento (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, p. 5).

> Na base desse projeto está a busca de tornar nosso Estado um território de paz; o equilíbrio fiscal; a sustentabilidade ambiental; a transparência, o combate ao patrimonialismo e à corrupção; o fomento à inovação, à criatividade e ao desenvolvimento científico e tecnológico; a qualidade dos serviços de educação e saúde públicos; a valorização da diversidade cultural; o estímulo à capacidade de trabalho; e o combate à pobreza e a busca da inclusão social e produtiva. Uma visão que identifica e implementa soluções que colocarão o nosso Estado no ritmo do Brasil. Um Rio Grande do Sul do Brasil e do Mundo (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 5).

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, p. 93), à semelhança do que fora realizado, na elaboração do Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande, para o processo eleitoral de 2010, traz o item "Redes Segurança Pública". Neste item, apresenta de forma sintética, as ações propostas para a área da segurança e associa o tema da Segurança Pública ao debate sobre às possibilidades de desenvolvimento econômico do Estado. O contexto social de violência e criminalidade experimentado em âmbito regional é percebido como um grave limitador ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

> O aumento da insegurança pública verificada nos últimos anos no Estado tem afetado diretamente não só a vida da população gaúcha, mas também tem fortes efeitos negativos no desenvolvimento econômico, sobretudo, na atração de novos investimentos, ou mesmo na permanência de empreendimentos. Esse é um tema central para a economia do Estado, pois não há desenvolvimento econômico sem segurança pública, que cada vez mais é considerada um dos fatores determinantes para os investimentos. Por isso, nessa área, é preciso uma ação rápida do poder público estadual para oferecer respostas satisfatórias à sociedade. É necessário recuperar os efetivos dos servidores da segurança pública, agentes penitenciários, peritos, bombeiros e seus equipamentos, qualificar e reestruturar o sistema prisional, diante do colapso de vagas e da superlotação e, ainda, buscar um piso salarial mínimo para os policiais, como está sendo defendido pelo Ministério da Justiça (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, p. 93).

Em 2012, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa traz, no seu primeiro capítulo, o "Panorama da Economia Gaúcha", elaborado a partir da avaliação da conjuntura econômica nacional e internacional e do desempenho da economia gaúcha. No segundo capítulo, apresenta a situação em que se encontram "As Finanças Públicas do Estado" e no terceiro são apresentadas "As Ações de Governo", capítulo no qual está contido o tema da segurança pública.

No texto de apresentação da Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 6), estão destacados na pauta do Governo os temas da segurança pública, da ampliação das políticas de acesso a direitos sem distinções de gênero, da ampliação da proteção e inclusão social, da constituição de cultura da paz e do respeito à diversidade.

O documento chama atenção para a qualificação dos procedimento com vistas à reinserção social de jovens que são objeto de medidas sócio educativas ou que habitam áreas de vulnerabilidade; para políticas destinadas a garantia de direitos e fomento da autonomia das mulheres, e do enfrentamento às violência das quais são vítimas; e ainda para redução da violência no trânsito.

Nesta mensagem (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 8), ainda no texto de introdução, são elencados na área da segurança, a constituição do Programa RS na Paz e da instalação de Território da Paz para a promoção de ações públicas de natureza interdisciplinar e multisetorial com a finalidade de prevenção e redução da violência. Estão descritas também no texto desta mensagem, a realização de ações voltadas à qualificação das estruturas de Estado destinadas à prevenção e ao enfrentamento da criminalidade e à reformulação do sistema penitenciário.

Assim como no Programa de Governo apresentado pela Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), no processo eleitoral de 2010, a Mensagem à Assembleia Legislativa enviada pelo Governo Tarso Genro, em 2012, apresenta um conjunto de ações voltadas à prevenção à violência, à promoção da cultura de paz, ao enfrentamento às desigualdades sociais, culturais e econômicas e à criminalidade envolvendo diversos segmentos de governo (RIO GRANDE DO SUL, 2012). As questões relacionadas à violência e à segurança não se restringem exclusivamente à Secretaria de Segurança Pública.

A Organização das Nações Unidas (2018) lançou, em maio de 2011, a "Década de Ação Pela Segurança no Trânsito 2011-2020", sob a coordenação da Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), em busca do comprometimento de governos em escala planetária, com ações de prevenção à acidentes no trânsito, responsáveis pela morte de aproximadamente 1,25 milhão de pessoas anualmente em todo o mundo.

Em 11 de maio de 2011, através do Decreto n° 48.013 o Governo do Estado instituiu o "Programa Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito", criou o "Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito" e aderiu à Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 89).

Alinhado ao Governo Federal, o Governo de Tarso Genro lançou o "Programa RS Mais Igual" (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 94-100) em junho de 2011, logo após a implantação do "Plano Brasil sem Miséria" em nível nacional. Tendo como eixos a transferência de renda,

o acesso aos serviços públicos e a geração de oportunidades e inclusão produtiva, o "Programa RS mais Igual" traz como propósito, o deslocamento de aproximadamente 300 mil pessoas da condição de extrema pobreza no Rio Grande do Sul. A política proposta pelo programa tem como objetivo impactar a região metropolitana de Porto Alegre, os Território da Paz e Territórios da Cidadania.

A constituição dos "Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas" (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 175) é descrita como uma relevante ação da Secretaria Estadual de Educação na Mensagem do Governador. Estes comitês têm como finalidade o enfrentamento às situações de violência no âmbito escolar e propõe a criação de um "Grupo Executivo Intersetorial Estadual" com o objetivo mais amplo de enfrentamento à violência infanto-juvenil.

Entre as políticas públicas para a área da saúde inter-relacionadas com a segurança pública está a de "Atenção Integral à Saúde Prisional". Nesta mensagem do executivo estadual à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 191), em relação às ações executadas em 2011 na área da saúde, são informados a implantação de 7 "Equipes Municipais de Saúde Prisional", elevando para 15 o número o total no Rio Grande do Sul; o repasse de recursos para equipar as 9 unidades de saúde prisional em 8 estabelecimentos e a reedição do contrato com o Hospital Vila Nova para atender a massa carcerária gaúcha. Anuncia ainda para 2012 o aumento de 15 "Equipes Municipais de Saúde Prisional" para 23 e a construção da "Rede de Atenção Hospitalar por Região de Saúde" aumentando a disponibilidade de vagas hospitalares destinadas à população carcerária.

O Programa Estadual de Prevenção à Violência, concebido e colocado sob a coordenação da Secretaria Estadual da Saúde durante o Governo Yeda Crusius, é referido na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 192), pela realização do II Encontro Estadual dos Comitês Municipais de Prevenção a Violência em 2011 e pela previsão da realização de novo encontro em 2012, e também pela realização de ações conjuntas de prevenção à violência envolvendo às Secretarias de Saúde, Segurança Pública e Geral de Governo, no âmbito dos programas RS na Paz e RS Mais Igual, com foco nos Territórios de Paz e nos grupos familiares identificados dentro da linha de pobreza extrema.

Outra ação destacada entre as políticas públicas de saúde na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 196) é a de "Vigilância da Violência" dentro da área da "Vigilância em Saúde". Esta ação tem a finalidade de "implementação da notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Violência (SINAN/Violência)" nas 19 Coordenadorias Regionais de Saúde e nos municípios e região onde

estão localizadas. Essa notificação permite, para além de identificar atos de violência, "orientar as ações intra e intersetorais necessárias para o enfrentamento desse grave problema".

Entre as ações que compõem a Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 230-231), está descrita a parceria constituída entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos para a realização do Programa de Oportunidades e Direitos com o intuito de reduzir a violência e a evasão escolar entre jovens de 15 a 24 anos. O texto do documento enviado à Assembleia Legislativa faz menção ao "engajamento" do banco estadual com "a questão da segurança dos gaúchos, através do Programa RS Na Paz", no âmbito do qual realizou palestras de educação financeira, microcrédito, empreendedorismo, oficinas e feiras como ações de natureza preventiva ao uso e a dependência de drogas, dirigidas a jovens de 12 a 24 anos dos bairro Restinga, Rubem Berta, Santa Teresa e Lomba do Pinheiro, identificados como Territórios de Paz.

Para dar suporte ao projeto estratégico definido pelo Governo, na área das tecnologias da informação, segundo a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 236-238), a Companhia Estadual de Processamento de Dados, com base nos "princípios de transversalidade, colaboração e transparência" se estruturou "para gerar soluções de governo eletrônico que tenham como foco principal a inovação nas ações" entre as quais:

> A modernização dos sistemas da Secretaria da Segurança Pública: Publicação das estatísticas e indicadores de violência contra mulher em formato de dados abertos para que a sociedade possa reutilizar em aplicações e para prestação de novos serviços públicos; implantação do Sistema de Procedimentos da Polícia Civil (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 238).

De acordo com a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 266-267), a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa, criou o "Projeto Economia Pacificadora" com foco nas pessoas e segmentos vinculados à economia solidária e aos pequenos e microempreendimentos localizados em áreas conflagradas pelos fenômenos da violência e da criminalidade. Este projeto tem como objetivo "transformar a economia informal, a economia ilegal e a economia criminosa em economia social" e se propõe a atuar principalmente com jovens de idade entre os 15 e os 34 anos. Com a meta de reduzir a violência, promover cultura cooperativa entre micro e pequenos empreendedores, desenvolver práticas comunitárias e promover ambientes mais seguros em zonas de baixa renda, o projeto foi implantado inicialmente nos bairros Restinga, Rubem Berta, Santa Tereza e Lomba do Pinheiro em Porto Alegre e em Canoas, Vacaria e Passo Fundo.

O tema das drogas, abordado tanto no Programa de Governo da Candidatura Tarso Genro ao Governo Estadual em 2010 quanto na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011, volta a ser tratado como uma ação multi setorial na Mensagem de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 290). A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos propôs e aprovou em março de 2011 na Assembleia Legislativa do Estado, a Lei que criou o Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas. Este sistema, para além da repressão ao uso das drogas pressupõe ações de natureza preventiva bem como o tratamento dos usuários.

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, de acordo com texto da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 293-293-297-298), ainda com foco nas políticas públicas de prevenção à violência, e relacionadas com à área da segurança, também participou como organizadora da IX edição da Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizada em sete cidades polo do Rio Grande e propôs a edição da X Jornada para 2012. Propôs a construção de um "Centro de Convivência e Expressão da População LGBT"; a implantação de quatro "Casas da Juventude"; a constituição do "Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos"; a constituição do "Programa de Proteção a Crianças Ameaçadas de Morte"; a realização de "mutirões de direitos humanos, prevenção e combate ao tráfico de pessoas; o "Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas"; a difusão e o fortalecimento da Justiça Restaurativa em cooperação com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul; e a elaboração do Plano de Gestão da Fundação de Atendimento Sócio Educativa, a partir das fragilidades arroladas no Relatório do Conselho Nacional de Justiça, procurando adequar o atendimento socioeducativo da instituição "às diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo".

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 319-320), a Secretaria de Política para as Mulheres, criada em 1° de janeiro de 2011 com a missão de "promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural", tem na "prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher" uma de suas principais diretrizes, assim como também tem a atribuição de coordenar o "Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher" em âmbito estadual.

Entre as ações realizadas pela Secretaria de Política para as Mulheres, no ano de sua criação, listadas na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 321-322), destaca-se um conjunto de atividades relacionadas com à área da segurança pública: A formulação do "Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra a

Mulher"; a adesão do Estado do Rio Grande do Sul ao "Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher"; a realização de mutirões e oficinas com a finalidade do enfrentamento à violência contra às mulheres nos Territórios da Paz; e a participação na "Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres".

Para o ano de 2012, no documento entregue pelo Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 323), consta também o planejamento da Secretaria de Política para as Mulheres da constituição e qualificação de "rede de atendimento, integrando os órgãos governamentais e não-governamentais para atendimento, orientação e promoção social de mulheres em situação de violência".

Também constam do texto da Mensagem do Governo à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 326) a realização de ações de capacitação e a preparação da estrutura turística do Rio Grande do Sul para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes pela Secretaria do Turismo em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres e com o Ministério Público.

O Programa Estadual de Prevenção à Violência mencionado nas ações da área da saúde, volta a ser referido entre as ações da Secretaria do Esporte e do Lazer na Mensagem do Governador. O documento relata a entrega de 18 quadras poliesportivas no ano de 2011 em cidades do interior incluídas na área de abrangência do programa, e projeta para 2012 a entrega final do programa das obras de quadras poliesportivas programadas (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 334-337).

Ainda relacionada à área do esporte e do lazer, a interface com a área da segurança é identificada na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 339-340) através da descrição da realização de atividades educativas de esporte e lazer associadas às ações de prevenção à violência coordenadas pelo Programa RS na Paz, destinadas à crianças de escola públicas e dos Territórios de Paz.

Também identificam estas interfaces, o destaque no texto da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 341), para as tratativas conduzidas pelo centro do governo com a finalidade de transferir a gestão do "Vida Centro Humanístico" (espaço de cidadania com ações de saúde, trabalho, lazer, educação, esporte e cultura, situado em uma área física de 120 mil metros quadrados, no bairro Rubem Berta em Porto Alegre, para o atendimento de pessoas de Porto Alegre e Região Metropolitana) da Secretaria do Trabalho e Assistência Social para a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul com vistas a atender às diretrizes de prevenção e enfrentamento à violência do Programa RS na Paz, do

Projeto Praças da Juventude e de fortalecer as relações com as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal.

Conforme descrição, na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de fevereiro de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 212), a Secretaria Estadual da Segurança Pública tem por finalidade "garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, bem como a proteção da vida e do patrimônio" e estrutura as suas ações para a área da segurança pública a partir do "Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade', "Programa RS na Paz" e "Programa de Administração e Modernização do Sistema Prisional".

De acordo com a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 213-214-215), o "Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade" envolve ações de proteção à saúde física e mental e a formação e qualificação dos servidores da área da segurança pública; a complementação do efetivo das instituições policiais; a promoção de investimentos nos serviços de identificação e perícias criminais; e a promoção de investimentos no policiamento ostensivo, na polícia judiciária e corpo de bombeiros. O documento descreve as ações e os investimentos realizados no programa em cada uma destas áreas em 2011 e a previsão de ações e investimentos para 2012.

Apresentado na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 217-218), entre as ações realizadas em 2011, o "Programa de Administração e Modernização do Sistema Prisional" destaca a recomposição do efetivo, qualificação profissional, recomposição salarial e a atualização das promoções dos servidores que atuam na Superintendência de Serviços Penitenciários; o reaparelhamento do serviço penitenciário; e a geração e recuperação de vagas no sistema prisional. Este programa é apresentado na Mensagem do Governador à Assembleia com o propósito de "promover a inclusão social com cidadania das pessoas privadas de liberdade", aprimorar e incrementar as ações desenvolvidas na área penitenciária, e promover a valorização dos trabalhadores do sistema prisional,

Ainda em relação ao enfrentamento do déficit de vagas e da qualidade das vagas ofertadas no sistema prisional e do objetivo da Secretaria da Segurança Pública de proporcionar às pessoas privadas de liberdade, o cumprimento de suas penas e medidas restritivas de direitos em um formato social inclusivo e de respeito aos direitos fundamentais, a Mensagem do Governador à Assembleia (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 219) destaca o "Programa de Classificação da Pena". Criado através da Superintendência de Serviços Penitenciários, este programa propõe o desagrupamento, dentro sistema prisional, das pessoas presas provisoriamente daquelas que são alvo de condenação.

De acordo com a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), o "RS na PAZ - Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania", nominado no Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande em 2010 como PRONASCI - RS e no início do Governo Tarso Genro em janeiro de 2011 como PROESCI, constitui-se sob a coordenação da Secretaria da Segurança Pública. Este programa, de acordo com o Decreto n° 48.611 de 22 de novembro de 2011, que institui o Comitê Gestor RS na Paz, atua tendo a prevenção, a transversalidade e a gestão como eixos estratégicos de ação para atender bairros e regiões das cidades com maiores índices de criminalidade e violência (medidos pelas taxas de homicídios), desenvolvendo ações sociais de prevenção à violência em articulação com a sociedade civil, com as diversas esferas da administração estadual, com municípios, e União Federal, a partir da implantação dos Territórios de Paz (RIO GRANDE DO SUL, 2011a).

De acordo com o Decreto n° 48.704 de 16 de dezembro de 2011 (reestrutura o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul) (RIO GRANDE DO SUL, 2011b), em decorrência da política pública de segurança que se instala partir da institucionalização do Programa RS na Paz visando a "redução da vulnerabilidade criminal no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de projetos e ações de prevenção social à violência e à criminalidade, consolidando um novo paradigma na segurança pública", promovendo a cidadania, os direitos humanos e dignidade das pessoas, e comprometido com as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública e com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública do Rio Grande do Sul passa a ser "órgão deliberativo, consultivo, executivo que opera por consenso, sem hierarquia, respeitando a autonomia dos Órgãos e Instituições que o compõem". Também passa a "desenvolver propostas de Políticas de Direitos Humanos, e agrega a sua composição, na condição de titulares os Secretários da educação, da saúde, da Justiça e Direitos Humanos, Secretária de Políticas para as Mulheres, Ouvidora da Segurança Pública, e na condição de convidados, o Procurador Geral do Estado, a Defensora Pública Geral do Estado, o Subchefe da Defesa Civil da Casa Militar, Representante da Federação das Associações de Municípios do Estado, Representantes de dois Municípios com Secretaria de Segurança Pública ou análoga, sendo um da Região Metropolitana e outro do interior do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Pela proposta do Governo Tarso Genro expressa na Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 216), as políticas públicas de segurança planejadas e implementadas pelo Programa RS na Paz devem se materializar na constituição e implantação

dos Territórios da Paz. O propósito do projeto é de estabelecer novos modelos de relações sociais baseados em ações de cooperação e associativismo, de convivência ancorada na cultura de paz e em busca da reconstituição da estrutura social local onde são implantados os Territórios da Paz.

Segundo o documento enviado pelo Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 216), inicialmente foi previsto a implantação de três Territórios da Paz em 2011, no entanto como resultante de ações do Governo do Estado em cooperação com municípios, este número foi ampliado para sete. Os Territórios da Paz foram instalados em Porto Alegre, nos bairros Restinga, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta e Santa Tereza; em Canoas no bairro Mathias Velho; em Passo Fundo e em Vacaria. Na implantação dos Territórios da Paz, a realização de um diagnóstico sócio econômico e criminal subsidia o planejamento e as ações a serem realizadas.

Em paralelo à implantação dos Territórios da Paz, a Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 216) informa a constituição de "Núcleos de Policiamento Comunitário". Estes núcleos pretendem, por meio da concessão de subsídios para moradia, a fixação dos policiais na região onde trabalham visando através da aproximação entre o policiamento e a comunidade, "construir um novo modo de vida em comunidade, garantindo a participação ativa do cidadão, da sociedade civil organizada, da municipalidade e do Governo do Estado.

4.2 ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS

Nesta etapa da pesquisa, referenciados nos estudos de Moema Dutra Freire (2009), utilizamos como categorias de análise, os objetivos, o conceito de violência, o papel do Estado, o papel do indivíduo e as estratégias de políticas públicas adotadas, relacionados à política pública de segurança desenvolvida no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2014. Por meio destas categorias de análise procuramos apontar indicativos do paradigma ou dos paradigmas da área da segurança que orientaram as formulações, as proposições a as ações desenvolvida pelo Governo Tarso Genro na gestão do Estado do Rio Grande do Sul. Realizamos este estudo através da análise documental do Programa de Governo do candidato Tarso Genro e da Coligação Partidária Unidade Popular Pelo Rio Grande, da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa nos anos de 2011 e 2012 e da entrevista realizada o Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul de 01 de janeiro de 2011 à 31 de dezembro de 2014.

4.2.1 Objetivos da política pública de segurança

Em busca da identificação dos objetivos das políticas públicas de segurança do Governo Tarso Genro, e utilizando os objetivos destas políticas como uma categoria de análise para identificar o paradigma ou os paradigmas de segurança que as orientaram, tomando como base os estudos de Freire (2009), procuramos descobrir atributos destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã. A proteção dos interesses nacionais associados às preferências dos detentores do poder são atributos de objetivos vinculados ao paradigma de Segurança Nacional. A preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, são características de objetivos associados ao paradigma de Segurança Pública. A promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência são atributos de objetivos identificados com o paradigma de Segurança Cidadã.

O Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 4-5), entre seus objetivos prioritários propõe a implantação de um modelo de desenvolvimento orientado pela inclusão social e pelo enfrentamento às desigualdades em suas diversificadas formas. O aperfeiçoamento e o fortalecimento das ações nas áreas da segurança pública, da assistência social, da educação pública e a qualificação e ampliação da rede de atendimento à saúde pública vertebram o modelo de desenvolvimento proposto.

Associados a estes objetivos, identificamos no Programa de Governo da candidatura Tarso Genro um conjunto de proposições de estímulo e fortalecimento à cidadania e a convivência como formas de prevenção à violência.

Destaca-se o propósito de constituir e incrementar ambientes sociais democráticos destinados a partilha dos rumos da gestão pública e da promoção do desenvolvimento econômico e do enfrentamento à corrupção, ao modelo social patrimonialista e às desigualdades, a partir do protagonismo social e da concertação entre modelos democráticos participativos ou de representação, nos quais deverão ser ajustadas as "políticas dos conselhos estaduais e municipais de direitos, conselhos temáticos e setoriais e dos movimentos sociais" (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 7-9).

O Plano de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 18) propõe políticas públicas de segurança para o Rio Grande do Sul a partir da articulação das ações entre às "políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do Estado". A criação do "Programa Rio Grande Território de Paz", em

busca da plena implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em nível estadual tem neste contexto a finalidades de enfrentar os desafios de "desenvolver uma nova cultura política acerca da segurança" associando políticas setoriais de prevenção e ações de repressão qualificada, articulando as polícias estaduais e a Polícia Federal no enfrentamento a violência e a criminalidade.

Com base em um conceito de cultura compreendido como espaço de construção de "valor simbólico (criativo e estético), civilidade, solidariedade e pluralidade", promotor de "desenvolvimento econômico e social, bem como importante fator de qualificação do ambiente social, do desenvolvimento coletivo e individual" o Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 46-47) propõe a superação da visão e do modelo de gestão da cultura associada restritivamente ao entretenimento, propondo-se a constituir um modelo de gestão "democrática e republicana" com a finalidade de fortalecer a cidadania e de proporcionar o acesso a produção cultural do Rio Grande do Sul a toda a sociedade. Com esta finalidade o Programa de Governo apresenta a proposta de construção de 500 bibliotecas públicas e 500 pontos de cultura, a realização da Conferência Estadual de Cultura e Conferências Regionais, criação de um Sistema Estadual de Cultura assegurando ampliação dos serviços de cultura ao cidadão, implantação do Programa Cidadania Cultural como objetivo garantir o acesso à cultura à população de baixa renda a partir de um programa estadual de subsídio para espetáculos, exposições, apresentações, shows, recitais, cinema, fortalecendo as diversas expressões culturais partindo do princípio que o acesso à cultura e a sua diversidade proporciona "conhecimento mútuo, autoestima, paz, solidariedade e tolerância".

Encontramos no conceito e nas ações propostos pelo Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 46) para a área da cultura, e no princípio de que as "trocas culturais promovem conhecimento mútuo, autoestima, paz, solidariedade e tolerância", a identificação de objetivos da política pública de promoção da cidadania a partir do acesso à espaços públicos destinados ao debate e ao convívio social, e a bens culturais materiais e imateriais, capazes de aportar capital cultural e gerar resultados de prevenção à violência.

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 50-51) apresenta políticas públicas voltadas para a juventude, para as mulheres, e a livre orientação sexual, na qual assume o "compromisso com uma política de Direitos Humanos e Justiça e com a elaboração de um programa de retomada do desenvolvimento social voltado ao atendimento de políticas de inclusão e dignidade humana". Na formulação de política estadual para a juventude o Programa de Governo elenca entre os principais desafios, a garantia do direito a

segurança pública e a vida digna; o acesso, a permanência e o êxito em um sistema educacional qualificado; e o direito a atividade laboral digna e qualificada. Propõe a criação de Territórios da Paz e Centros de Referência da Juventude nas comunidades mais vulneráveis propondo outros caminhos para a juventude e promovendo a cidadania.

Ainda no Programa de Governo do candidato Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 33), encontramos a proposição da constituição do "Plano Metropolitano de Segurança Pública como estratégia de pacificação, tranquilidade e segurança, constituído com a participação ampla da sociedade, dos órgãos da segurança pública e dos municípios" e a também criação do Gabinete Integrado de Gestão Metropolitana e de novos Territórios da Paz na Região Metropolitana.

Tanto entre as políticas públicas de Direitos Humanos destinadas a grupos socialmente vulneráveis, quanto na criação do Plano Metropolitano de Segurança Pública, encontramos os objetivos de política pública destinadas à promoção e ao fortalecimento da convivência e da cidadania como forma de prevenção à violência.

Segundo a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011, "o povo gaúcho elegeu uma proposta baseada em um governo sintonizado com o novo momento nacional", e por esta razão declara a intensão de realizar ações "com vistas à recuperação das funções públicas do Estado, prevenção e resolução de crises, promoção do desenvolvimento econômico e formas públicas democráticas de ação voltadas ao conjunto da cidadania". Neste documento está expresso:

> Na base desse projeto está a busca de tornar nosso Estado um território de paz; o equilíbrio fiscal; a sustentabilidade ambiental; a transparência, o combate ao patrimonialismo e à corrupção; o fomento à inovação, à criatividade e ao desenvolvimento científico e tecnológico; a qualidade dos serviços de educação e saúde públicos; a valorização da diversidade cultural; o estímulo à capacidade de trabalho; e o combate à pobreza e a busca da inclusão social e produtiva (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, p. 5-6).

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012, traz entre as prioridades do governo as políticas de segurança pública de amplificação de acesso a direitos sem distinções de gênero, de fomento a inclusão e a proteção social, da construção de uma cultura da paz e de respeito à diversidade (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 6).

Se, no Programa de Governo do candidato Tarso Genro e na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2011, entre os objetivos das políticas de segurança pública, encontramos os atributos desta política associados ao paradigma de Segurança Cidadã, em

2012, na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, identificamos, também, atributos do paradigma de Segurança Pública:

> A Secretaria da Segurança Pública visa garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, bem como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança: Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias e Superintendência dos Serviços Penitenciários (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 212).

Para entendermos esta contradição, é importante considerar como estão organizadas as ações, os programas e as prioridades políticas do Governo Tarso Genro para a área da segurança pública.

Conforme o texto da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012 a Secretaria Estadual da Segurança Pública organiza as suas ações com base no "Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade', "Programa RS na Paz" e "Programa de Administração e Modernização do Sistema Prisional".

Dentre os programas que estruturam as ações das políticas de segurança públicas conduzidas pela Secretária Estadual da Segurança Pública, apresentados na Mensagem enviada à Assembleia, em 2012, distinguem-se os conceitos que orientam as ações de prevenção à violência dos que orientam as ações de prevenção e repressão à violência e a criminalidade.

> O Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade objetiva a prevenção e a repressão da criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante ações de prevenção e repressão da violência, controle gerencial de indicadores, adoção de procedimentos operacionais dos órgãos de segurança pública, potencializados pela recomposição dos recursos humanos e de infraestrutura necessários à implementação das atividades, e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia. A Secretaria da Segurança Pública é responsável também pelo Programa RS na Paz (antigo Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania – PROESCI/RS), o qual tem por objetivo reduzir a violência e a criminalidade no Estado, proporcionando aos municípios gaúchos a possibilidade de elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção da violência, com a finalidade de combater a violência, a criminalidade e a discriminação. Busca, ao mesmo tempo, disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada à gestão da segurança pública, por meio do desenvolvimento de programas, projetos e ações de prevenção. A transversalidade é traço característico do Programa, envolvendo os governos federal, estadual e municipal, bem como diversas Secretarias de Estado (Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Saúde; Educação; entre outras), em uma conjugação de esforços para a consecução do bem-estar social (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 213-216).

Também é importante destacar que, de acordo com o Decreto n° 48.704 de 16 de dezembro de 2011 (reestrutura o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul) (RIO GRANDE DO SUL, 2011b), em decorrência da institucionalização do Programa RS na Paz, se instala uma política pública de segurança visando a "redução da vulnerabilidade criminal no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de projetos e ações de

prevenção social à violência e à criminalidade, consolidando um novo paradigma na segurança pública", promovendo a cidadania, os direitos humanos e dignidade das pessoas, e comprometido com as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública e com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

A atribuição formal da Secretaria da Segurança Pública está de fato relacionada com os atributos (preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio) dos objetivos de políticas públicas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Nacional, no entanto, as ações e proposições contidas nos programas RS na Paz e Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade e a distinção conceitual e complementar existente entre eles indica a possibilidade de uma transição paradigmática que pode ser compreendida na reflexão de Moema Dutra Freire:

> Ao se examinarem as características do paradigma de Segurança Cidadã, especialmente quando comparadas àquelas existentes nas perspectivas apresentadas anteriormente (Segurança Nacional e Segurança Pública), nota-se uma grande mudança conceitual. Na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania. Em outras palavras, permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania (FREIRE, 2009, p 107).

A Mensagem do Governador à Assembleia destaca a implantação dos Territórios da Paz com o objetivo de "produzir um padrão de sociabilidade e de coesão social nos bairros em que for instalado, reforçando novas formas de convivência, capazes de contribuir para restaurar o tecido social" (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 216). Estes territórios, concebidos e implementados no âmbito do Programa RS na Paz, devem se constituir em espaços de materialização de parte das políticas públicas de segurança apresentadas pelo Governador na Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2012.

Na entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública Airton Michels, procuramos elementos para identificar os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão do Governador Tarso Genro. Questionado sobre o tema, o ex-Secretário de Estado da Segurança Pública respondeu:

> Se criou na América Latina e eu não sei bem porquê, depois de tantas ditaduras nos anos 70, que as instituições de segurança pública também devem ter políticas de prevenção à criminalidade. Isso é uma novidade. Porque até então se cobrava das instituições, solução para a resposta ao cometimento de crime. Sempre reativas, esse é o preparo. Lógico, a polícia militar tem a função preventiva também e está ali fazendo flagrantes e tal, mas a civil tinha que dar a resposta, investigar. Os objetivos que eu te digo: criar uma polícia mais democrática, mas o objetivo é o seguinte: Cuidar dos índices de segurança, baixar os índices mantendo os escrúpulos (MICHELS, 2019, n.p.).

Diante de uma questão com múltiplas alternativas (proteção aos interesses nacionais associados aos dos segmentos detentores do poder; preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio; promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência) para identificar qual a mais adequada a sua visão sobre os objetivos da política de segurança pública do Governo Tarso, o ex-Secretário optou pela promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência e fez a seguinte complementação:

> Eu fui contraditório quando eu te disse: eu não sei ainda se está certo isso de instituição de segurança se envolver tanto com prevenção, mas esse é o ideal, que a secretaria possa ter. Já que as outras não tem meios para isso. Porque assim, o Tarso um dia disse: "não vai ter Pronasci mas tu vai fazer políticas com as outras secretarias". E tinha secretário me chamando de governador, porque o Tarso disse várias vezes: "Ninguém instala política social sem falar com o Michels, ele é quem vai dizer onde deve ser instalada" (MICHELS, 2019, n.p.).

Ao analisarmos os objetivos das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Tarso Genro na área da segurança pública, a luz do Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), das Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, 2012), e da entrevista com ex-Secretário Airton Michels (2019), as identificamos majoritariamente associadas à promoção de convivência e cidadania com a finalidade de prevenção e controle da violência, caracterizando, portanto, o vínculo destas políticas públicas com o paradigma de Segurança Cidadã.

4.2.2 Conceito de violência associado à política pública de segurança

Na sequência da pesquisa, ao utilizarmos o conceito de violência como uma categoria de análise para a identificação de paradigmas orientadores de políticas públicas para a área da segurança pública, tomando Freire (2009) como referência, fomos em busca de pistas que permitam a identificação do conceito de violência contido entre as políticas públicas de segurança do Governo Tarso Genro.

Procuramos identificar características destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã.

Ameaças aos interesses nacionais, a soberania, a ordem pública e atos contra o Estado e elite no poder são atributos de políticas de segurança vinculados ao paradigma de Segurança

Nacional. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio, são características de políticas associadas ao paradigma de Segurança Pública. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, origem da violência vinculada a fatores multicausais e o enfrentamento da violência através de estratégias multissetoriais de prevenção e controle, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

Entre as políticas públicas voltadas para a juventude, para as mulheres, e a livre orientação sexual, expostas no Programa de Governo do candidato Tarso Genro, encontramos algumas pistas do conceito de violência contido entre as políticas públicas propostas para a área da segurança. Estas políticas públicas, na perspectiva do paradigma da Segurança Cidadã, associam a origem da violência a múltiplas causas e exigem a adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle para o enfrentamento aos fatores que ameaçam o pleno exercício da cidadania por parte dos indivíduos.

O Programa de Governo da candidatura Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010) arrola o direito à segurança pública e à vida digna; o acesso, a permanência e o êxito em um sistema educacional qualificado; e o direito à atividade laboral digna e qualificada, entre os principais desafios colocados para que as políticas públicas destinadas à juventude possibilitem aos indivíduos o pleno exercício da cidadania.

O tema da violência, em especial o problema do uso do Crack na juventude e a utilização de métodos tradicionais de tratamento tais como a repressão policial, que ao longo do tempo tem se demostrado incapaz de deter o aumento da violência e do uso de drogas, de acordo com o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), desafiam as política públicas de juventude, através de ações preventivas, a apresentar alternativas factíveis para as juventudes colocadas em condição de vulnerabilidade.

A redução dos índices de violência contra as mulheres; o estímulo à constituição de uma cultura de respeito à diversidade de gênero e a difusão de comportamentos de caráter igualitário e afirmação de uma cultura de paz; a garantia e preservação dos direitos das mulheres vítimas de violência; são objetivos do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher promovido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Estes objetivos são objeto de reflexão do Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 51), que propõe a adesão do governo estadual ao esforço social nacional como forma de fortalecimento da cidadania.

Esta reflexão, proposta no Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010) tem consequência nas ações de governo. Conforme proposição contida no

Programa de Governo do candidato Tarso Genro, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 321) informa a adesão do Rio Grande do Sul ao "Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher" e a criação do Pacto estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 1° de janeiro de 2011 com a missão de "promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural", e com o propósito de "construir uma política de equidade de gênero efetiva e consolidá-la como política de Estado" (RIO GRANDE DO SUL, 2012) tem destaque na Mensagem do Governador ao Legislativo em 2012, e está associada a atributos do paradigma de Segurança Cidadã.

As diversas formas de violências, de violações dos Direitos Humanos, às quais estão submetidos as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, expressas em assustadores indicadores de violência homo-lesbo-transfóbica, são objeto de atenção das políticas propostas pelo Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 53). A proposta de políticas públicas para o enfrentamento a estas violações, por que estas se caracterizam como claros entraves ao exercício pleno da cidadania, e que para a sua superação exigem a adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle, e na medida em que associam a origem da violência a múltiplas causas, apresentam características associadas ao paradigma de Segurança Cidadã

Encontramos, na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012, um conceito de violência característico do paradigma de Segurança Cidadã, contido em Programas como o RS na Paz e Programa de Oportunidades e Direitos; no envolvimento do Banrisul com estes programas; no Programa RS Mais Igual; e no Projeto Economia Pacificadora. Este conceito de violência está associado aos fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, indica a compreensão da origem da violência vinculada a múltiplos fatores, e que para a sua superação devam ser adotadas estratégias multissetoriais de prevenção e controle, conforme descrito abaixo.

O texto introdutório da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), informa a instituição do Programa RS na Paz – Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania e a implantação de Territórios da Paz com a finalidade de prevenção e redução da violência através de ações multisetoriais, interdisciplinares e transversais envolvendo as diversas esferas do setor público e da sociedade civil.

Concebido para ser desenvolvido nos Territórios da Paz, na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos Territórios da Cidadania, o Programa RS Mais Igual (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 94-100) apresentou como meta a movimentação de aproximadamente 300 mil pessoas da linha da pobreza absoluta através da "transferência de renda, do acesso a serviços públicos e da geração de oportunidades e da inclusão produtiva", caracterizando-se como uma ação de natureza multisetorial , interdisciplinar e transversal vinculada a política de segurança pública proposta pelo governo estadual na Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2012.

A ação conjunta entre o Banrisul e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, informada na Mensagem do Governador, com o objetivo de restringir a violência e de reduzir a evasão escolar entre jovens dos 15 aos 24 anos através do Programa de Oportunidades e Direitos e o envolvimento com "a questão da segurança dos gaúchos, através do Programa RS Na Paz", em parceria com a Secretaria da Segurança Pública, realizando palestras de educação financeira, microcrédito, empreendedorismo, oficinas e feiras para jovens dos 12 aos 24 anos com vistas à prevenção ao uso e à dependência de drogas, nos Territórios da Paz da Restinga, Rubem Berta, Santa Teresa e Lomba do Pinheiro (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 230-231), caracteriza-se como uma ação que busca enfrentar os fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, através de estratégias multissetoriais de prevenção e controle da violência.

Também como o propósito de fortalecimento da cidadania e das estratégias multisetoriais, interdisciplinares e transversais de enfrentamento aos fatores ameaçam o seu pleno exercício, o Projeto Economia Pacificadora (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 266-267, realizado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa, atua em segmentos vinculados à economia popular e solidária, voltada para áreas conflagradas pela violência e pela criminalidade com o objetivo de "transformar a economia informal, a economia ilegal e a economia criminosa em economia social" atuando privilegiadamente com jovens de idade entre os 15 e os 34 anos.

Entre as ações apresentadas na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa no exercício de 2012, a parceria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o envolvimento do banco estatal com as atividades de prevenção à violência realizadas no âmbito dos Territórios da Paz e o Projeto economia Pacificadora da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa, e o Programa RS Mais Igual, são exemplos de políticas públicas associadas ao conceito de violência característico do paradigma de Segurança Cidadã.

O Secretário de Estado da Segurança Pública durante o Governo Tarso Genro, Airton Aloisio Michels foi questionado sobre o conceito de violência que orientou o governo do qual fez parte. Foi perguntado: Qual a sua percepção sobre o fenômeno da violência no Rio Grande do Sul? Qual o seu conceito sobre violência? Havia convergência entre o seu conceito de violência e o do governo?

Segundo o ex-Secretário de Estado da Segurança Pública Airton Michels o conceito de violência que presidiu a gestão das políticas públicas de segurança durante o Governo Tarso Genro tinham como referência os temas da desigualdade social, da pobreza, e da miséria:

> Tu vê o seguinte, todos os nossos conceitos, todas as nossas formulações, eu acho que, meio que, não digo, foram não, indo por água à baixo, mas foram... Nossa primeira grande solução disse que a violência estava na miséria, certo? Muito bem. Bom, aí tu começa a estudar esse troço e tu vê que tem a Índia, tem a Bolívia, tem o Paraguai, índices sempre menores que nós, em violência... Aí tu foi para a questão da desigualdade. Eu não estou nem falando na Argentina e no Uruguai. No Uruguai o índice está em 11% e só se fala nisso... Bom depois a gente foi para a desigualdade social, aí a gente vai pro Chile. Vai para, bom, e vem o desemprego. É o desemprego o causador da violência. Bom, nós tivemos quase pleno emprego, né? 4,5% no governo Lula e a violência não diminuiu. Deu uma diminuidinha em 2008, 2009. É, e agora deu essa baixada... Eu continuo achando assim, a pobreza é fundamental, a miséria é, mas eu não tenho resposta. Nós estávamos mais restrito à miséria. E ali também, muito generalizado (MICHELS, 2019, n.p.).

Apresentamos ao ex-Secretário da Segurança Pública, em uma questão de múltipla escolha, três alternativas, para identificar qual delas mais se aproximaria do seu conceito sobre violência. As alternativas apresentadas foram as seguintes: Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle; ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública; e ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

A resposta do ex-Secretário da Segurança Pública Airton Michels foi a seguinte:

> É a 1ª que se adequa mais. Porque claro, defesa do patrimônio, essa é uma função, digamos, de uma polícia da Suécia, da Escandinávia, defender o patrimônio e a vida das pessoas. Mas nós temos outros fatores, mesmo a segurança pública, ela tem que ter sensibilidade para isso, para essas questões da violência. Tudo isso que nós falamos, porque se tu tem essa violência nativa, genética na sociedade, é muito difícil. Nós tivemos os Territórios de Paz e no fim nós só pudemos botar polícia, mas isso foi bom. As pessoas gostaram. Mas mesmo assim, nos quatro Territórios de Paz em Porto Alegre, nós botamos um gestor em cada um, mas aumentamos a polícia militar. Onde tinha quinze, foram para trinta. Era o que as pessoas queriam. Dentro de um espírito de convivência comunitária, em alguns lugares conseguia mais, noutros menos. Dependia menos do Coordenador Regional do Território de Paz e mais do oficial da Brigada que estava lá (MICHELS, 2019, n.p.).

Após a análise do Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande, da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 e da entrevista com o ex-Secretário Airton Michel, não encontramos nenhum atributo do paradigma de Segurança Nacional associado ao conceito de violência que possa ser identificado com as políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo Governo Tarso Genro.

Na entrevista que realizamos, o ex-Secretário da Segurança Pública Airton Michels, faz uma clara opção pelo conceito de violência vinculado ao paradigma de Segurança Cidadã. Embora as suas declarações permitam deduzir a origem da violência relacionada à múltiplas causas, bem como a associação da violência aos fatores que ameaçam o pleno exercício da cidadania, características de uma política de Segurança Cidadã, a sua manifestação provoca alguma estranheza ao relacionar a participação da polícia militar como o principal fator de sustentação dos Territórios da Paz. Essa aparente contradição será esclarecida quando estudarmos, nos próximos tópicos, as categorias de análise papel dos indivíduos diante da política pública de segurança e a estratégia de política pública adotada pelo governo Tarso durante a gestão do ex-Secretário à frente da Secretaria da Segurança Pública. Distintamente da categoria de análise conceito de violência, com o qual o ex-Secretário Michels está em consonância com os conceitos de violência encontrados nos demais documentos analisados (Programa de Governo e Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa), associados ao paradigma de Segurança Cidadã, nas categorias de análise papel dos indivíduos e estratégia de política pública, a visão do ex-Secretário estará associada ao paradigma de Segurança Pública.

As políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo Governo Tarso Genro na perspectiva de enfrentamento à violência apresentam foco nas ações de natureza preventiva, adotam estratégias interdisciplinares e multisetoriais e tem como objetivo a constituição e o fortalecimento da cidadania para que possa ser exercida de forma plena e universal. O conceito de violência ao qual estas políticas públicas estão associadas tem como atributos os fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania, a origem multicausal da violência, e a necessidade de adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle. Estas políticas públicas, na perspectiva do paradigma da Segurança Cidadã, associam a origem da violência à múltiplas causas e exigem a adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle para o enfrentamento aos fatores que ameaçam o pleno exercício da cidadania por parte dos indivíduos.

4.2.3 Papel do Estado, em relação à política pública de segurança

Na sequência desta pesquisa procuramos identificar a visão do Governo Tarso Genro sobre o papel do Estado na formulação, execução e gestão das políticas públicas para a área da segurança. Ao utilizarmos o papel do Estado como uma categoria de análise para a identificação de paradigmas orientadores de políticas públicas para a área da Segurança, conforme estudos de Freire (2009), fomos em busca de pistas sobre a visão do papel do Estado contida entre as políticas públicas de segurança do Governo Tarso Genro. Procuramos identificar características destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã.

A eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais, podendo ser adotados quaisquer meios para o alcance desse objetivo e o foco na atuação das Forças Armadas são atributos de políticas de segurança vinculados ao paradigma de Segurança Nacional. O controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança, e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal, são características de políticas associadas ao paradigma de Segurança Pública. A implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios desempenhando papel na política pública; e o envolvimento de instituições responsáveis pelas políticas sociais com as políticas de segurança para além das instituições policiais, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de segurança Cidadã.

O Programa de Governo que a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 4-5) apresenta está balizado pela constituição de um processo de desenvolvimento orientado para a inclusão social, para o enfrentamento às desigualdades e para o equilíbrio dos gastos públicos como meio para constituir um ciclo virtuoso no qual o Estado volte a investir recursos públicos e promover o desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. Este modelo de desenvolvimento proposto pela Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010) apresenta o fortalecimento e a qualificação das ações da área da Segurança Pública entre os seus eixos fundamentais.

Neste Programa de Governo, a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 17) associa a questão da insegurança pública, da elevação dos índices de violência e criminalidade experimentados de maneira indistinta pela população do Rio Grande do Sul às dificuldades de desenvolvimento enfrentados pela sociedade gaúcha, com fortes implicações sobre as possibilidades da permanência de empreendimentos aqui instalados e da recepção de

novos. Segundo o posicionamento expresso no texto do Programa de Governo, “não há desenvolvimento econômico sem segurança pública, que cada vez mais é considerada um dos fatores determinantes para os investimentos”.

A Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 18) propõe a elaboração e a execução de políticas públicas para a área da segurança no Rio Grande do Sul a partir da realização de ações articuladas entre as “políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do Estado”, agregando os municípios a estes esforços.

> A proposta de segurança pública prevê a criação do Programa Rio Grande Território da Paz que buscará implementar plenamente o Pronasci nacional no Estado e a estruturação do Pronasci RS, um programa gaúcho de segurança com cidadania que irá instalar as Áreas Integradas de Segurança Pública e os Territórios da Paz em todas as regiões do Estado em parceria com municípios. Enfrentará o tema da segurança pública no Estado, a partir da combinação de políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do Estado. Integrando a ação do Estado em segurança com os poderes públicos municipais (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 18).

Ao apresentar o Programa Rio Grande Território de Paz, a Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010) propõe a implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local, e com o envolvimento do Governo Federal e dos municípios no programa. Propõe também o envolvimento de instituições responsáveis pelas políticas sociais nas questões de segurança que envolvem o programa para além das polícias, bem como a participação das instituições responsáveis pela segurança em nível local.

Ao examinarmos as proposições apresentadas pelo Programa de Governo do candidato Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010) para a área da segurança pública, visando a identificação do papel do Estado em relação às políticas públicas de segurança, encontramos na proposta de criação de um Plano Metropolitano de Segurança Pública, a implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local, caracterizando um atributo de uma política de Segurança Cidadã.

De acordo com o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 33), a constituição do Plano Metropolitano de Segurança Pública deve resultar de um amplo processo de participação social, e do envolvimento de organismos do governo estadual e dos munícipios, “como estratégia de pacificação, tranquilidade e segurança” das populações da região metropolitana de Porto Alegre. Este plano pressupõe a implantação de novos Territórios da Paz, do Gabinete de Gestão Integrada da Região Metropolitana, e a ampliação do número de delegacias de pronto atendimento, entre outras ações propostas.

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 50-51) apresenta, em seu texto, o "compromisso" com "uma política de Direitos Humanos e Justiça e com a elaboração de um programa de retomada do desenvolvimento social voltado ao atendimento de políticas de inclusão e dignidade humana", por meio da realização de políticas públicas voltadas à juventude, às mulheres, e à livre orientação sexual.

No desenvolvimento do Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 51) destaca a necessidade da consolidação e da ampliação da parceria com o governo Federal e com os municípios em experiências como os Territórios de Paz e os Centros de Referência da Juventude, financiados pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania, que inseridos em comunidades vulneráveis, promovem a cidadania e procuram constituir novas alternativas para a juventude a partir da realidade local. O Programa de Enfrentamento ao Crack tem como premissa o entendimento de que o uso das drogas e a epidemia do crack são problemas de saúde pública, e portanto devem ser objeto de ações de natureza preventiva e de "tratamentos alternativos de redução de danos, tratamento psicossocial e, no limite, leitos para internação de dependentes de drogas pesadas como o Crack".

Na proposta de criação do Programa Estadual de enfrentamento ao Crack, encontramos uma proposta de política de segurança que envolve a participação do governo federal e dos municípios, deve ser desenvolvida em regiões com comunidades vulneráveis à violência, necessita da participação de diversas instituições públicas responsáveis pelas políticas socais de assistência social, segurança pública, educação, saúde, cultura, esporte, entre outras, além de envolver outros projetos tais como os Território da Paz. Identificamos nesta política, os atributos que associam o papel do Estado a uma política pública de segurança de natureza cidadã.

Proposto pelo Programa de Governo do candidato Tarso Genro para ser implementado e coordenado pela Secretaria Estadual de Esporte e Lazer no Rio Grande do Sul, o PELC, Programa de Esporte e Lazer na Cidade, criado pelo Ministério do Esporte é um exemplo de política setorial voltada ao enfrentamento à violência. Este programa propõe a implementação de uma política setorial articulada com outros setores, com foco nas regiões das cidades com maiores índices de violência; o envolvimento do Governo Federal e dos municípios, bem como de instituições responsáveis pelas políticas sociais nas questões de segurança, para além das polícias.

O Programa de Esporte e Lazer na Cidade foi articulado em nível nacional com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania para promover ações de esporte e

lazer com caráter educativo em áreas nas quais a juventude encontra-se em condição de maior vulnerabilidade à violência e a criminalidade. O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 56) propôs a implantação de Praças da Juventude em comunidades mais expostas à violência e a criminalidade e implantar o Programa de Esporte e Lazer na Cidade/ Programa Nacional de Segurança Cidadã em todas as cidades com Territórios da Paz.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011, o tema da segurança pública é apresentado de forma bastante sintética e associado ao debate sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico do Estado em decorrência do contexto social de violência e criminalidade experimentado em nível regional. O tema da segurança pública é destacado como um grave limitador ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Nesta Mensagem do Governador à Assembleia, as ações propostas para as políticas públicas de segurança, limitam-se às áreas operacionais, com a proposição da recomposição dos efetivos de servidores públicos, das estruturas da área da segurança pública e recomposição salarial do servidores da segurança.

Na análise documental da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012, identificamos ações de políticas públicas de segurança que envolvem a implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local; que contam com a participação do governo federal, dos estados e municípios; que além das instituições policiais, têm o envolvimento de instituições responsáveis pelas políticas sociais nas políticas de segurança pública. Dentre estas, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 94-100) relata o lançamento do Programa RS Mais Igual, em 2011, em parceria com o Governo Federal, logo após a implantação do Plano Brasil Sem Miséria, com atuação nos Territórios da Paz, na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos Territórios da Cidadania.

Também é apresentada, nesta Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 175), a constituição dos Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas com o objetivo do enfrentamento à violência no ambiente escolar e à violência infanto-juvenil socialmente difundida, exemplificando políticas da área da educação voltadas para a área da segurança, envolvendo a sociedade civil, instituições públicas com finalidades de prevenção a violência.

Dentre as políticas de saúde, encontramos mais um exemplo de política setorial articulada, com foco em ações de prevenção e controle da violência, associadas à área da segurança. A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 196) apresenta a Política de Atenção Integral à Saúde Prisional (ampliação

das equipe de atenção à saúde prisional), e a Política de Vigilância da Violência (implementação da notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Violência) com a finalidade de identificar atos de violência e orientar as ações de prevenção e enfrentamento à violência.

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012 apresenta, ainda, mais um conjunto de ações, projetos e programas que contém atributos de papel do Estado associado à política de segurança vinculada ao paradigma de Segurança Cidadã. Entre eles estão, o Projeto Economia Pacificadora com o propósito de "transformar a economia informal, a economia ilegal e a economia criminosa em economia social" atendendo jovens de idade entre os 15 e os 34 anos (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 266); a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres para "promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural" e atuar no enfrentamento à violência contra as mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 319-320); a parceria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul com a Secretaria de Justiça e Direitos Humano através do Projeto de Oportunidades e Direitos com vistas a reduzir a violência e a evasão escolar que atinge jovens entre os 15 e os 24 anos; o engajamento do Banrisul com a com "a questão da segurança dos gaúchos, através do Programa RS Na Paz"(RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 230-231), e ainda, sob a coordenação da Secretaria da Segurança Pública, o RS na PAZ - Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania.

O Secretário de Estado da Segurança Pública do Governo Tarso Genro, Airton Michels, questionado sobre o papel do Estado na formulação e na execução das políticas públicas desenvolvidas na área da segurança no Rio Grande do Sul durante o seu período de gestão à frente da Secretaria da Segurança fez algumas reflexões sobre a origem da violência e o debate em torno deste tema. Defendeu a necessidade de um modelo de Estado com forte papel social e com capacidade de promover as mediações necessárias para o enfrentamento à pobreza, à desigualdade e à violência. Sua reflexão indica a importância das políticas sociais multisetoriais como forma de enfrentamento à violência:

> Ele tem que ser eficiente em todos os outros setores, para diminuir a violência, diminuir a pobreza, diminuir a desigualdade. Embora, como te dei os exemplos, eu diria que as nossas teses não se confirmam. Quando tu vai fazer estudos comparados, tu não tens outros caminhos, tu não vê outros que não seja desigualdade. Então, se tu ajudar na educação, obviamente que vai melhorar a segurança pública. Mas também não adianta falar em educação se essas pessoas não tiverem condições físicas para estudar. Eu te digo assim, criança mal alimentada. A educação é a solução. Mas a solução maior é aumentar a renda dos pobres. Os pobres terem o que comer, estudar sem fome, cuidar da saúde. É óbvio, isso que é o Estado. Nós estamos num período de desconstituição do Estado, isso é um retrocesso civilizatório. O Estado é o quê? O Estado é a união das pessoas para melhorar a vida comum. Lá quando os Gregos

> pensaram. Então, isso é o Estado. Se o Estado pudesse, o Estado tinha que estar em tudo. Quanto mais Estado tiver mais comunidade tem. Agora com esse princípio de Estado fraco, que está na moda, que a mídia apoia desesperadamente, nós estamos perdidos. Porque o evento civilizatório é quanto mais Estado, melhor. Porque aquele Estado repressor, estalinista, não é isso que eu estou falando. Estou falando do Estado de solidariedade, presente quanto mais puder estar. Porque Estado é solidariedade. Foi a grande descoberta, o Estado. As pessoas serem solidárias entre si, criarem a instituição Estado. Porque assim melhora a convivência social e não destruir o Estado. A visão do nosso governador, o Tarso, sempre teve essa visão, é um estudioso. Sempre teve essa visão quanto mais Estado melhor. Era a visão do nosso governo, de todos os secretários. Tinham que o Estado é quem pode ajudar (MICHELS, 2019, n.p.).

Diante de uma questão de múltipla escolha sobre o papel do Estado diante das políticas públicas de segurança, o ex-Secretário Airton Michels escolheu a alternativa identificada com o paradigma de Segurança Cidadã.

Após a análise documental do Programa de Governo do candidato Tarso Genro, das Mensagens do Governo à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012, e da entrevista com o ex-Secretário de Segurança Pública Airton Michels, não encontramos nenhum atributo da política pública de segurança do Governo Tarso Genro associada ao paradigma de Segurança Nacional.

Também não identificamos atributos que pudessem permitir a associação do papel do Estado diante das políticas públicas para a área da segurança do Governo Tarso ao paradigma de Segurança Pública.

A implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local; o envolvimento do governo federal, estados e municípios com as políticas públicas de segurança do Rio Grande do Sul; o envolvimento de instituições responsáveis pelas políticas sociais, para além das instituições policiais, nas políticas de segurança pública; são atributos de identificação do papel do Estado diante das políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo governo Tarso Genro durante o período analisado. Estas características associam a política pública de segurança do Governo Tarso Genro ao paradigma de Segurança Cidadã.

4.2.4 Papel dos indivíduos, em relação à política pública de segurança

Na sequência da pesquisa procuramos identificar a visão do Governo Tarso Genro sobre o papel dos indivíduos diante das políticas públicas para a área da segurança. Através do papel dos indivíduos dentro da política pública de segurança, de acordo com os estudos de Freire (2009), aqui tratado como uma categoria de análise, procuramos identificar características destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã.

A subordinação plena dos indivíduos aos interesses nacionais e a não participação destes nas decisões sobre as políticas públicas de segurança, são atributos de políticas de segurança que estão associados ao paradigma de Segurança Nacional.

Indivíduos com pouca participação na política pública de segurança e tratados como beneficiários destas políticas, são características de políticas associadas ao paradigma de Segurança Pública.

Cidadão com papel central na política de segurança pública, indivíduos como centro e principais beneficiário da política e com papel preponderante na gestão local das políticas de segurança, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 8) propõe, com base em experiências práticas de democracia participativa, a construção de um processo de democratização do Estado "visando constituir uma nova relação do estado com a sociedade", no qual "a gestão participativa, o controle público e a transparência das ações e decisões do estado são referências centrais para um projeto democrático e popular". Propõe a criação e fortalecimento de espaços públicos democratizados, vocacionados à definição dos rumos da gestão pública e da promoção das mediações políticas entre as formas de democracia participativa e representativa.

Nesta perspectiva, o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 8-9-10) propõe estruturar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul nos moldes do Conselho de Desenvolvimento Nacional, criar e fortalecer um sistema de participação popular visando a participação presencial dos cidadãos na sua cidade e região e possibilitar também a participação digital, com a finalidade de decidir sobre os investimentos estratégicos; fortalecer o orçamento participativo; realizar conferências estaduais, plenárias públicas temáticas, plebiscito e referendos; criar fórum de entidades de âmbito estadual; criar e fortalecer conselhos estaduais; criar o Gabinete dos Municípios para a promoção de políticas comuns entre Estado e Municípios, a elaboração de projetos para a captação de recursos e fortalecer a regionalização e a descentralização da gestão de políticas públicas do Estado.

A "participação democrática da sociedade no tema da segurança" consta do Programa de Governo a Unidade Popular Pelo Rio Grande. Nesta perspectiva de participação, o indivíduo é o centro da política, e, também, o seu principal beneficiário, e tem papel importante, na gestão local das políticas públicas de segurança:

> Fomento à implementação e qualificação dos Conselhos Municipais de Justiça e Segurança e a reestruturação do Conselho Estadual de Segurança Pública para que tenham caráter deliberativo. Ampliar o debate e a participação democrática da sociedade no tema da segurança através da realização de Conferências Estaduais sobre Segurança Pública com a participação dos trabalhadores, gestores e da comunidade, como forma de aprimorar e qualificar a política pública de segurança. Também serão constituídos Fóruns Regionais de Segurança Pública, os quais irão dialogar com as regiões por meio dos COREDES e das associações representativas dos municípios (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010, p. 19).

Caracterizando políticas com centro na cidadania e a ela destinada, o Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 50-51) apresenta políticas públicas voltadas para a juventude, para as mulheres, e a livre orientação sexual. Esta políticas são expostas no Programa de Governo como "compromisso com uma política de Direitos Humanos e Justiça e com a elaboração de um programa de retomada do desenvolvimento social voltado ao atendimento de políticas de inclusão e dignidade humana".

Em uma leitura atenta da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2012, identificamos entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Tarso Genro na área da segurança pública, um conjunto delas que destinam aos indivíduos a condição de principal beneficiários de suas ações e papel central na sua realização. Listamos abaixo, políticas públicas de segurança que apresentam estas características:

O Programa de Oportunidades e Direitos realizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos em parceria com o Banrisul; o Programa RS Mais Igual destinado aos Territórios da Paz; o Projeto Economia Pacificadora desenvolvido pela Secretaria Estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa dirigido aos Territórios da Paz; Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, conduzidos pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Secretária da Segurança Pública; criação da Secretaria de Política para as Mulheres com a finalidade de "promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural"; criação da Política Estadual de Livre Orientação Sexual; realização do Programa de Esporte e Lazer na cidade em Todos os Territórios da Paz.

Como espaço de participação social, temos ainda na Mensagem do Governador à Assembleia de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 175), a criação dos Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas com a finalidade de enfrentamento às situações de violência no ambiente escolar e a criação de um "Grupo Executivo Intersetorial Estadual" com o objetivo mais amplo de enfrentamento à violência infanto-juvenil, envolvendo a comunidade escolar, a sociedade civil e organismos governamentais.

Questionado em relação ao papel dos indivíduos, diante das políticas públicas de segurança, o ex-Secretário de Estado da Segurança Pública, Airton Michels, respondeu da seguinte maneira:

> Eu não posso te dizer como diz a Constituição: O cidadão, somos todos responsáveis... artigo 144. Não vou te dizer o que um pai deve fazer, por que depende. Tudo é relativo. Não vou te dizer que o cidadão deva informar quem é o traficante da vila, quem matou, porque na atual conjuntura, ele corre risco de vida. O que vou te dizer é o seguinte: Um cidadão da Restinga, o papel dele é não cometer crime, só. Da parte dele, eu não vou querer que tenha uma participação nos estados conflitados, nas vilas, porque ele coloca a vida em risco. Isso é inegável, eu dizer, até é meio religioso, meio pastoral, o cidadão que tem uma vida, o que eu posso te dizer? (MICHELS, 2019, n.p.).

O ex-Secretário Michels (2019), neste trecho da entrevista, demonstra pessimismo em relação às possibilidades de participação mais efetiva dos indivíduos na área da segurança pública. Entende que faltam as condições necessárias para o exercício da cidadania nesta área, e que em decorrência da difusão e do descontrole da violência e da criminalidade, a participação dos indivíduos nos processos que envolvem a segurança pública podem colocá-los em condição de risco de vida.

Dentre as formulações abaixo listadas, perguntamos ex-Secretário Airton Michels (2019), qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel dos indivíduos/cidadania em relação às Políticas Públicas para a área da segurança:

a. O papel dos indivíduos/cidadania subordina-se aos interesses nacionais sem que tenham envolvimento com a formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança.

b. O texto constitucional estabelece a segurança como papel de todos, no entanto o indivíduo/cidadania são tratados como beneficiários das políticas de segurança.

c. Os indivíduos/cidadania são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

> A alternativa C, esse é o ideal meu amigo, mas aí tu tens um paradoxo. Talvez tu vais conseguir isso no dia em que tu tiver uma criminalidade muito baixa. E para ter uma criminalidade baixa, talvez tu tivesses que passar por isto, por isso é um paradoxo. Então tu tens que ficar com a segunda opção. Então não vou te dizer, eu não posso exigir que a comunidade se envolva profundamente né, porque hoje em dia nos bairros tem muita força de facções atuando. Isso seria o ideal, evidente (MICHELS, 2019, n.p.).

Em busca da identificação do papel dos indivíduos, em relação às políticas públicas para a área da segurança, após a análise documental do Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande e das Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012, não encontramos atributos dos paradigmas de Segurança Nacional ou de Segurança Pública entre as políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo Governo Tarso Genro, no período analisado. De acordo com os estudos realizados, identificamos que o papel dos indivíduos é central, nas políticas de segurança pública do Governo Tarso, bem como a gestão local tem papel destacado, no desenvolvimento destas políticas, associando-a ao paradigma de Segurança Cidadã.

O ex-Secretário da Segurança Pública Airton Michels (2019), em outro sentido, embora faça referência ao papel dos indivíduos dentro da perspectiva da Segurança Cidadã, como uma condição ideal a ser atingida, por razões relacionadas ao atual quadro da segurança pública, opta pragmaticamente por associar-se a uma política de segurança, no que diz respeito à participação dos indivíduos, relacionada ao paradigma de Segurança Pública, na qual, segundo seu entendimento, por razões de preservação de integridade pessoal, aos indivíduos, não pode ser exigida a participação mais efetiva nos processos que envolvem as políticas públicas de segurança.

4.2.5 Estratégia de política pública associada à política pública de segurança

Nesta etapa do estudo, a análise do Programa de Governo da candidatura Tarso Genro (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010), da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, 2012) e das percepções do Secretário da Segurança Pública do governo de Tarso Genro (MICHELS, 2019), tem como propósito a identificação da estratégia de política pública utilizada pelo governo para desenvolver as suas políticas de segurança. A estratégia definida pelo governo para a área da segurança é utilizada como uma categoria de análise, segundo estudo de Freire (2009), na busca de pistas para a identificação do paradigma ou dos paradigmas de segurança pública que orientaram o Governo Tarso Genro, nas suas políticas de segurança pública.

A utilização de serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e aos interesses nacionais, e a criação de instituições de repressão a qualquer ato percebido como subversivo, são atributos de políticas públicas de segurança vinculados ao paradigma de Segurança Nacional.

Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública, são características de políticas públicas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Pública. Já a implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência; fomento à participação dos cidadãos; e fomento ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

Nas páginas 4 e 5, o Programa de Governo da Unidade Popular Pelo Rio Grande apresenta uma proposta de desenvolvimento orientada prioritariamente para a inclusão social e para o enfrentamento às desigualdades sociais. Através do equacionamento do dilema entre a recomposição da capacidade do Estado em realizar investimentos públicos e o equilíbrio dos gastos públicos, propõe a constituição de um ciclo virtuoso no qual a resultante seja a promoção do desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda, fundamentados no fortalecimento e no aprimoramento de ações para as áreas da segurança, educação, saúde e assistência social. Compreendemos este modelo de desenvolvimento como a proposição de uma política multisetorial que busca entre seus resultados, o enfrentamento à violência através de ações sociais de natureza preventiva (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010).

A política estadual para a juventude, proposta nas páginas 50 e 51 do Programa de Governo, contempla a constituição do Conselho Estadual da Juventude; o PROUNI-RS, um programa estadual de acesso à universidade para os jovens, a semelhança do PROUNI nacional; a constituição de uma política estadual de garantia de trabalho decente para a juventude; o Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack envolvendo a criação de centros de Referência para a Juventude, a construção de Praças da Juventude, atendendo também aos Territórios da Paz. Esta política envolve as áreas da educação, da segurança, da assistência social, do esporte e lazer, entre outras. Caracteriza-se como uma política setorial que integra diversas área e tem entre as suas finalidade a prevenção e o controle da violência que envolve o público jovem. Identifica-se com os atributos de uma política orientada pelo paradigma de Segurança Cidadã (COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE, 2010).

Prevendo medidas para a promoção de "uma mudança cultural acerca do respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz" e da autossuficiência das mulheres, particularmente as vítimas da violência doméstica, o Programa de Governo do candidato Tarso Genro e da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 51-52) propõe políticas

públicas para as mulheres. Estas políticas, em convergência com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, visa a redução dos índices de violência contra as mulheres, promoção do respeito à diversidade de gênero e a garantia e a proteção dos direitos das mulheres em situação de violência. Envolve capacitação profissional para o mundo do trabalho, implantação de centros de referência da mulher, casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, centros de referência em assistência social, programa de microcrédito para mulheres chefes de família, retomada do Programa Coletivos de Trabalho, Política Estadual de Economia Solidária, e com a finalidade de articulação de todas estas políticas, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Propõe ainda a qualificação e a criação de novas delegacias da mulher no Rio Grande do Sul.

A realização deste modelo de política pública para as mulheres, integrando diversas áreas na realização de ações para promover e garantir direitos às mulheres e reduzir as diferenciações das quais são vítimas enquadra-se entre os atributos que identificam características de políticas pública referenciadas no paradigma de segurança Cidadã.

Segundo o Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 53-54), a instituição da Política Estadual de Livre Orientação Sexual e das Políticas de Promoção da Igualdade Racial propostas devem seguir princípios de transversalidade e descentralização política envolvendo o conjunto das políticas de governo no combate às desigualdades e na promoção da igualdade, contando com a participação de todos os segmentos do governo estadual, e estimulando a participação ativa da sociedade civil, dos municípios e universidades nestas políticas.

Identificamos nestas proposições políticas a adoção de estratégias que envolvem ações multisetoriais, integradas e preventivas no enfrentamento às variadas formas de desigualdades, discriminação e violências as quais são historicamente submetidos os segmentos alvo destas políticas. Estas políticas atuam como fatores de prevenção à violência.

A estratégia de políticas públicas de segurança contidas no Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 18) contempla a execução de ações articuladas entre as "políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do Estado". Neste sentido é proposto a criação do Programa Rio Grande Território de Paz, com o objetivo de implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em nível estadual e da implantação de Territórios da Paz e de Áreas Integradas de Segurança Pública no Rio Grande do Sul.

O fomento à participação da cidadania como uma estratégia de política para a área da segurança, no Programa de Governo do candidato Tarso Genro, pode ser identificado quando

da apresentação do projeto de “qualificação dos espaços físicos, segurança nas escolas e criação de políticas que valorizem o esporte”.

Este projeto apresentado pelo Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 16) visa o resgate do papel da escola como espaço do conhecimento, da cultura, das ciências e da convivência harmoniosa entre pessoas diferentes, e nesta perspectiva propõe “a construção participativa de políticas e programas de enfrentamento à drogadição e violência nas escolas”.

Ainda com relação ao fomento a participação da cidadania como uma estratégia de política para a área da segurança, encontramos no Programa de Governo, a proposição de “participação democrática da sociedade no tema da segurança” através do fortalecimento do papel do Conselho Estadual de Segurança Pública.

O Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010, p. 19) propõe dar caráter deliberativo ao Conselho Estadual de Segurança Pública; criar e o apoiar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Justiça e Segurança e realizar Fóruns Regionais e Conferências estaduais de Segurança.

A criação de um Plano Metropolitano de Segurança Pública, do Gabinete Integrado de Gestão Metropolitana e o fomento a criação de novos Territórios da Paz na Região Metropolitana, expostos na página 33 do Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), são estratégias de fomento ao desenvolvimento de ações de políticas de segurança direcionadas às comunidades.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2012, são apresentadas um conjunto de políticas setoriais integradas, voltadas à prevenção e ao controle da violência como estratégia de política pública de segurança. A seguir listamos algumas destas políticas.

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos realiza em parceria com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa de Oportunidades e Direitos, atendendo a jovens com idade entre os 15 e os 34 anos, com vistas à redução da violência e da evasão escolar. Também em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos o Banrisul participou do “Projeto Orquestra de Câmara Jovem do RS”, oferecendo “capacitação em uma oficina da musicalização” e bolsa auxílio a jovens com idade entre os 10 e os 14 anos, oriundos da rede pública de ensino. A Mensagem do Governador à Assembleia, em 2012 apresenta ainda o Banrisul envolvido com “a questão da segurança dos gaúchos, através do Programa RS Na Paz” através da realização de atividades de educação financeira, microcrédito, empreendedorismo

para jovens do Território da Paz da Restinga, do Rubem Berta, da Santa Teresa e da Lomba do Pinheiro com idades entre os 12 e os 24 anos (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 230-231).

A Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul com a centralidade de suas atenções no esporte educacional, em pareceria com a Secretaria da Segurança Pública, realiza atividades educativas de esporte e lazer em apoio às ações de prevenção à violência coordenadas pelo Programa RS na Paz, destinadas à crianças de escola públicas e dos Territórios de Paz (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 339-340).

O Projeto Economia Pacificadora (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 266-267), implantado inicialmente nos Territórios da Paz da Restinga, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta, Santa Tereza, Passo Fundo, Canoas e Vacaria, concentra a sua atuação entre os jovens do 18 aos 34 anos, promovendo ações de "fomento à Economia Solidária e Empreendedorismo das micro e pequenas empresas, empresários individuais e informais nos territórios a serem pacificados, com o objetivo de transformar a economia informal, a economia ilegal e a economia criminosa em economia social.

Para além da repressão ao uso de drogas, o Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 290), apresentado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e aprovado pela assembleia Legislativa, propõe ações de natureza preventiva bem como o tratamento dos usuários.

Como exemplo de políticas setoriais integradas, voltadas para a prevenção e controle da violência e de fomento ao desenvolvimento de ações direcionadas às comunidades temos a constituição do Programa RS na Paz e instalação do Territórios da Paz; a criação dos Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas escolas; e Programa RS Mais Igual.

Na entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública Airton Michel, perguntamos sobre qual foi a estratégia adotada para o desenvolvimento das políticas públicas de Segurança pelo Governo Tarso Genro durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Apresentamos uma questão de múltipla escolha sobre a estratégia adotada durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança para viabilizar as políticas públicas de segurança com as seguintes alternativas:

a. Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade;

b. Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.

c. Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

Qual delas, no seu entendimento, definiria a estratégia de políticas públicas para a área da segurança utilizadas durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública?

> Primeiro nós tínhamos uma garantia que se previa. Ganhamos a eleição aqui, a Dilma ganhou lá. Nós tínhamos um conforto político, que era termos o governo federal. Isso não era nem uma estratégia, termos o governo federal, mas aí a Dilma, por razões que eu acho que até já te falei, ela não gostou do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania foi mal vendido pra ela... Olha, eu te diria o seguinte, bem objetivamente: Nosso projeto mesmo era a primeira hipótese, mas com o negócio da copa do mundo, nós fizemos uma média com a segunda hipótese, não com a terceira. Porque o SUSP na época, praticamente já tinha sido criado. Mas a Senasp foi totalmente desmontada, na verdade no governo da Dilma. Porque o projeto era segurança, vamos chamar de nacional. Era a segurança das fronteiras e tal. Para ter uma copa do mundo bem sucedida. Depois entraram as manifestações. Pensar a segurança pública, pensar em como responder às manifestações, aí sai totalmente dessa primeira. O projeto político era a primeira, mas na prática o terceiro. A gente fez território da paz, se criou, se fez polícia comunitária. É, mas a gente ficou muito tempo, até praticamente 2014, envolvido com isso (Copa do Mundo de Futebol). Mas lógico, as corporações, não adianta, eles não gostam de projetos sociais (MICHELS, 2019, n.p.).

Como resultado da análise do Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, 2012), não encontramos atributos associados à estratégia de políticas públicas adotada pelo Governo Tarso Genro, para desenvolver as suas políticas de segurança, que possam ser identificados com o paradigma de Segurança Nacional ou com o paradigma de Segurança Pública.

Com base na análise destes documentos, identificamos que a estratégia de políticas públicas adotada pelo governo Tarso Genro, no período, envolveu a constituição de mecanismos de participação social, a promoção de ações de políticas públicas de segurança destinadas à comunidade, através de políticas públicas de segurança transversais, multidisciplinares e integradas à prevenção e controle da violência. Estas características associam a política de segurança pública desenvolvida no período ao paradigma de Segurança Cidadã.

A percepção do ex-Secretário da Segurança Pública Airton Michels (2019), em relação à estratégia de políticas públicas adotada pelo Governo Tarso Genro, para o desenvolvimento das suas políticas públicas de segurança tem sentido distinto do encontrado na análise do

Programa de Governo e das Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa. Vincula a estratégia de políticas públicas para a área da segurança do Governo Tarso ao Governo Federal, principalmente em relação à realização da Copa do Mundo de 2014 e às tarefas que dela resultaram. Como decorrência das exigências da Copa de 2014, reflete sobre o conceito de Segurança Nacional associado a ideia de proteção territorial e o afastamento do Governo Dilma do modelo de política de segurança que se orientava pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania e a adoção de um modelo baseado nas concepções da Segurança Pública.

No seu entendimento, a estratégia concebida pelo Governo Tarso estava associada ao modelo de Segurança Cidadã, no entanto, em decorrência das exigências impostas à área da segurança pela realização da Copa Mundial de Futebol no Brasil em 2014 e as manifestações sociais de ruas ocorridas em 2013, o governo estadual que desenvolveu os Território da Paz, também adotou uma estratégia vinculada às concepções do paradigma de Segurança Pública (MICHELS, 2019).

5 O GOVERNO SARTORI

5.1 DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: MANIFESTAÇÕES OFICIAIS (PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2015 E MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2016)

Em 29 de junho de 2014, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro realizou a convenção partidária que oficializou a candidatura de Jose Ivo Sartori, ex-Deputado Estadual e Federal e ex-Prefeito de Caxias do Sul, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, constituindo a Coligação Partidária "O Novo Caminho Para o Rio Grande". Vencedora em segundo turno no processo eleitoral de 2014, a Coligação "O Novo Caminho Para o Rio Grande", composta pelo PMDB, PSD, PPS, PSB, PHS, PT do B, PSL e PSDC lançou seu Plano de Governo intitulado "O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE – Plano de Governo de José Ivo Sartori e José Paulo Cairoli, em julho de 2014.

A Coligação O Novo Caminho para o Rio Grande (2014, p. 3-4-5-7), em sua proposta de governo, avalia que o Brasil e o Rio Grande do Sul estão diante da possibilidade do final de um ciclo político e econômico, e que as mudanças que se fazem necessárias, para além da substituição dos gestores políticos, deverão incidir sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social brasileiro, "em grande parte travado pelos problemas de competitividade decorrentes de nossa precária logística de transportes, dos gargalos de mobilidade urbana a cada dia mais graves, assim como do retardo dos investimentos necessários à expansão da infra-estrutura energética do país".

O Programa de Governo da Coligação Partidária O Novo Caminho Para o Rio Grande estruturara-se em sete tópicos, a saber: "Uma Aliança pela Mudança: Pela Integração do Rio Grande do Sul no Novo Ciclo Histórico Cujo Início se Avizinha"; "Os Desafios do Desenvolvimento Gaúcho e a Inovação"; "O Desafio do Desenvolvimento Urbano e Regional Equilibrado"; "O Desafio da Expansão e da Melhoria dos Serviços Públicos Básicos"; "Os Desafios da Infraestrutura: Transporte, Energia e Saneamento"; "Finanças Públicas" e "Os Desafios da Política Cultural". O Tema das Políticas Públicas para a área da segurança é abordado no tópico "O Desafio da Expansão e da Melhoria dos Serviços Públicos Básicos", no item "o desafio da segurança pública", da página 30 a página 37 do Programa de Governo da

Candidatura Sartori (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 30-37).

Segundo o documento apresentado pela Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 18), com as diretrizes propostas para governar o Rio Grande do Sul, "a questão social é o foco central do programa de governo" e o "objetivo maior nesta frente é a busca da maximização da inclusão social". No capítulo "O Desafio da Expansão e da Melhoria dos Serviços Públicos Básicos" o programa de governo reflete sobre a necessidade de constituir um novo modelo de serviço público que possa "prover a gestão pública de ferramentas modernas e atualizadas de gestão" resultando na utilização de "instrumentos e ferramentas digitais e o desenvolvimento de uma nova cultura integrada ao uso das redes sociais", destacando "as diretrizes que devem orientar a ação" de governo na área social segundo os "três maiores setores – educação, saúde e segurança".

No tópico "As Finanças Públicas", o Programa de Governo do candidato Sartori e da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 44-45) avalia como de extrema gravidade a condição das finanças públicas do Rio Grande do Sul, apontando para um contexto no qual a receita do Estado não faz frente aos repetidos déficits orçamentários, ao crescimento da dívida e às próprias necessidades de investimentos públicos.

O controle das finanças públicas, de acordo com o Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho para o Rio Grande (2014, p. 47) é indispensável para a recomposição da capacidade de promover investimentos públicos, "e, assim, direcionar maior quantidade de recursos para o setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a competitividade da economia gaúcha"; e reestruturar os serviços públicos prestados pelo Estado, "principalmente nas áreas de educação, de saúde e de segurança".

Conforme descrito no Programa de Governo do candidato Sartori e da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 31), a ampla percepção social de insegurança pessoal e patrimonial decorrentes do aumento da criminalidade, agravada pela incapacidade do Estado em oferecer os "serviços de prevenção e investigação policial", "gestão do sistema prisional", ou ainda da formulação de "programas de prevenção criminal" em "escala e eficiência compatível com o agravamento da situação", fez com que as ações das sucessivas administrações estaduais tenham se mostrado insuficientes diante do crescimento da criminalidade, produzindo um novo tipo de segregação social entre os que dispões de recursos próprios para a proteção pessoal e os que dependem exclusivamente de recursos públicos para sua proteção.

O Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 32) associa a incapacidade do Estado em produzir as soluções para enfrentar os problemas decorrentes da sensação de insegurança e da elevação dos índices de criminalidade aos baixos investimentos na Segurança Pública, e os apresenta como "uma das consequências mais graves da crise estrutural das finanças públicas estaduais das últimas quatro décadas".

> É claro que o gasto público em segurança não constitui o único fator a explicar a dinâmica criminal recente, que tem condicionamentos de ordem econômico-social e culturais, mas é sim o principal responsável pela perda de efetividade do Estado no cumprimento de seu papel constitucional de prover segurança pessoal e patrimonial (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 34).

O Plano de Governo da Coligação O Novo Caminho para o Rio Grande aponta para três orientações básicas para a reestruturação dos serviços da área da Segurança Pública: Investimentos, transparência e participação.

> Elaborar e executar um programa permanente de investimentos em recursos humanos e materiais, de modo a criar uma estrutura adequada às necessidades e demandas dos gaúchos por mais segurança. Estimular e incentivar práticas de maior transparência nas políticas de segurança pública, com o objetivo de melhorar os canais de comunicação e informação entre os agentes públicos e a sociedade. Otimizar a parceria com as prefeituras e comunidades locais nas ações preventivas policiais e de natureza social e focalizar e dar maior efetividade às ações policiais em consonância com as peculiaridades das diversas regiões do RS (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 34).

Para dar consequência a estas diretrizes e "fortalecer e renovar o papel das comunidades locais e promover uma articulação mais efetiva das instituições às quais está afeta a produção da segurança e da justiça" no Rio Grande do Sul, a política de segurança pública proposta pelo Programa de Governo do candidato Sartori prevê a realização de um conjunto de ações.

De acordo com o Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 35-36-37), as ações são as seguintes: Promover a institucionalização dos Conselhos Municipais de Segurança Pública; constituir um "Sistema de Justiça Criminal Integrado e Cooperativo"; recompor o efetivo da Brigada Militar; recuperar e modernizar a estrutura de policiamento preventivo; fortalecer a capacidade investigativa da Polícia Civil aumentando o quadro de delegados e investigadores e promovendo investimentos em infraestrutura; promover a integração permanente das ações entre as instituições da área da segurança fortalecendo o papel de coordenação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública e reestruturando as áreas geográficas de operação das polícias civil e militar; qualificar o atendimento aos cidadãos nas delegacias de polícia e constituir sistemas informatizados para

acompanhamento de processos; constituição de bases de policiamento comunitários nas regiões com maiores índices de violência nas médias e grandes cidades do Estado em parceria com os municípios; “zerar o déficit de vagas” no sistema prisional “priorizadas a construção ou ampliação de unidades de médio porte adequadas ao perfil de periculosidade dos presos”; constituir e organizar programas de reinserção social e produtivas de egressos do sistema prisional; constituir e fomentar programas de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas; fomentar programas de enfrentamento ao uso do álcool no trânsito; fortalecer a rede de saúde para atendimento de usuários de drogas; e realizar programas de recuperação de jovens infratores.

No início de 2015, em cumprimento ao dispositivo constitucional descrito no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, o Governador José Ivo Sartori envia a primeira Mensagem do seu governo à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Neste documento o Governo Estadual analisa a “Situação Econômica” do Estado a luz da economia mundial e nacional, “Os Desafios para o Desenvolvimento Regional do RS”, a “Situação das Finanças Públicas Estaduais” e apresenta as “Diretrizes do Plano de Governo para o Quadriênio 2015-2018”.

O Governador Sartori, na Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 6-7) apresenta o entendimento de que é necessário a constituição de “um Estado simples e eficiente naquilo em que ele é mais importante para a população”, e que seja resultante de um processo de modernização da gestão pública estadual. Aponta para a necessidade de qualificação dos serviços públicos prestados à sociedade tais como os de policiamento, saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica, etc. Entende que é indispensável reconhecer a “crise estrutural das finanças estaduais” para “enfrentar a questão nos dois lados: da despesa e da receita”. Ao mesmo tempo que indica a importância da qualificação dos serviços públicos básicos, destaca a necessidade de potencialização das ações de inclusão social.

O enfrentamento à violência, nos diversos ambientes nos quais se manifesta, tais como no âmbito escolar, doméstico, no trânsito, entre outros, estão colocados entre os principais desafios para o setor público do Rio Grande do Sul. Assim como no Plano de Governo da Coligação O Novo Caminho para o Rio Grande, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2015), propõe três diretrizes básicas para a recomposição dos serviços públicos de segurança no Rio Grande do Sul: Investimentos, transparência e participação.

A Mensagem do Governador Sartori à Assembleia Legislativa, no capítulo em que analisa a “Situação das Finanças Públicas Estaduais” (RIO GRANDE DO SUL, 2015), destaca a evolução dos gastos do Estado com a segurança em relação à receita corrente líquida do Rio

Grande do Sul, apresentando dados da Secretaria da Fazenda Estadual demonstrando uma variação de 10,2% em 2003 para 10,3% 2014.

O capítulo das "Diretrizes do Plano de Governo para o Quadriênio 2015-2018" subdivide-se em quatro eixos: "Eixo Econômico: Gerar Novo Ciclo de Desenvolvimento Econômico; "Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais"; "Eixo Infraestrutura e Ambiente: Prover as Condições de Infraestrutura Necessárias ao Pleno Desenvolvimento Regional"; e "Eixo Governança e Gestão: Produzir resultados por Meio do Planejamento e da Integração de Políticas Públicas".

O "Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais" (RIO GRANDE DO SUL, 2015) é apresentado pelo Governo Sartori na Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2015 como prioridade de gestão. Através da modernização da administração pública com vistas à melhoria dos serviços públicos prestados à população rio-grandense e dos "indicadores de educação, saúde e segurança pública" propõe que o Rio Grande do Sul se constitua em "um Estado que proporcione qualidade de vida". Entre os objetivos estratégicos deste eixo, no que diz respeito a área da segurança, estão listados o fortalecimento das "políticas para garantir segurança à sociedade" e o fortalecimento e a ampliação das "políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros, à inclusão social e às diversidades".

A política de segurança pública, contida no "Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais", apresentada na Mensagem à Assembleia pelo Governo Sartori em 2015 está descrita da seguinte forma:

> Outra questão essencial é a da promoção da segurança pública e do combate à criminalidade. O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar e exercitando a cultura da paz. Fundamentais também são os desafios do desenvolvimento social, da justiça e da cidadania. O problema da exclusão social e da pobreza tem gerado muitas demandas para todas as esferas de governo, e é necessário o apoio estadual às políticas públicas de assistência social e a devida atenção a políticas com foco na justiça e nos direitos humanos, tais como as políticas desenvolvidas para grupos específicos como deficientes, idosos, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, povos indígenas, negros e LGBT (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107).

No "Eixo Governança e Gestão: Produzir resultados por Meio do Planejamento e da Integração de Políticas Públicas", a Mensagem do Governador enviada à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2015) destaca que apesar das históricas dificuldades financeiras enfrentadas pela gestão pública estadual, o Governo Sartori propõe prioridade aos

serviços prestados “nos postos de saúde, no policiamento ostensivo, nas escolas, nos serviços de saneamento básico e de fornecimento de energia”.

Em 2016, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul estrutura as suas informações em dois capítulos, nos quais apresenta a “Situação do Rio Grande do Sul”, as “Realizações de Governo em 2015 e Ações para 2016”. No primeiro capítulo apresenta informações sobre a situação do Estado no que diz respeito ao quadro econômico, a situação do desenvolvimento regional, dos indicadores sociais, sobre as finanças públicas e sobre a gestão dos objetivos estratégicos do Governo. No segundo capítulo organiza as informações sobre as realizações do Governo, em 2015, e as ações projetadas para 2016 em quatro eixos: Eixo econômico; eixo social; eixo infraestrutura e ambiente; e eixo governança e gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Nesta Mensagem à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 3) o Governador reafirma o seu compromisso prioritário com a realização de medidas de recuperação da condição financeira do Estado a semelhança do que declara ter realizado em 2015. Além das ações que visam o saneamento das finanças estaduais, a Mensagem do Governador aponta para o “reforço às iniciativas nas áreas de segurança, saúde e educação”, assim como fizera em 2015.

No “Eixo Social”, ao apresentar às ações e planos para a área da educação, a Mensagem do Governador à Assembleia, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 117), destaca a constituição de Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE) em mais de mil e trezentas escolas estaduais como decorrência de programa desenvolvido em “uma parceria entre as secretarias da Educação, Gabinete de Políticas Sociais, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Saneamento, Turismo, Esporte e Lazer, e Cultura”. Estas comissões devem realizar diagnósticos das vulnerabilidades no ambiente escolar e planejar e executar ações com o propósito prioritário de resolução das ocorrências de violência no âmbito das escolas.

Relacionadas com à área da segurança, entre as ações desenvolvidas pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, descritas na Mensagem do Governador (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 122), destacam-se o “Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência às Testemunhas Ameaçadas”; o “Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas”; e o “Programa de Oportunidades e Direitos”.

O Programa de Oportunidades e Direitos desenvolve ações para o enfrentamento ao abandono escolar e à criminalidade juvenil. Sob a coordenação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, envolve inúmeras Secretarias de Estado e atua em áreas atingidas pela

violência em Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Osório e Santa Cruz do Sul. Conforme a Mensagem do Governador a Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 122-123), este programa propôs a implantação de seis "Centros da Juventude" com a finalidade de oferecer "atividades de cultura cidadã, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento da identidade, além de iniciativas culturais e esportivas, bem como de estímulo à conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio".

Entre as ações da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, relacionadas com a área da segurança pública, estão listadas na Mensagem do Governador (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 123), a reestruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos, apresentado com a finalidade de proporcionar um melhor atendimento aos diversos conselhos da área dos direitos humanos; o fortalecimento da "Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania" através da "Coordenadoria da Diversidade Sexual"; e o amparo e proteção a estrangeiros, principalmente senegaleses e haitianos, em ação conjunta com a Secretaria de Segurança Pública, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e Prefeitura de Porto Alegre.

No que diz respeito às políticas para o enfrentamento à violência contra às mulheres, estão arroladas as ações realizadas pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos através do seu Departamento de Política para as Mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 124-125), estrutura do estado que sucedeu a Secretaria de Políticas para as Mulheres criada em 2011 e extinta em 2015. Tem destaque a assinatura do Termo de Cooperação Técnica para a constituição de parceria com os Poderes Executivo, Judiciário, com o apoio do Legislativo e instituições autônomas para ampliação de Rede Lilás visando planejar e executar ações de promoção da autonomia das mulheres bem como do enfrentamento às violências as quais são submetidas. A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 relata a existência do "Observatório da Violência Contra a Mulher" na Secretaria da segurança Pública composto por equipe técnica qualificada para a produção de dados e avaliação de índices de violência contra as mulheres.

Ainda com o objetivo da qualificação e o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, de acordo com a Mensagem do Governador a Assembleia (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 124), destaca-se a produção de cem unidades de material impresso em Braile com a Lei Maria da Penha, em ação realizada pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul, para a promoção da defesa das mulheres portadoras de deficiência visual vítimas de violência,

Vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Fundação de Atendimento Sócio Educativo do Rio Grande do Sul, responsável pela execução do Programa de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, realizou ações em parceria com os Municipais de Osório, Santa Cruz e Porto Alegre, para a obtenção de liberação de terrenos e licenças ambientais com vistas à construção de três novos Centros de Atendimento Socioeducativo. Conforme a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 126), estes centros devem atender ao Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, e deverão oferecer oficinas ocupacionais, educação profissional e aprendizagem visando o "desenvolvimento de competências, habilidades básicas e atitudes necessárias à convivência social e às exigidas pelo mercado de trabalho".

Segundo a Mensagem do Governo Estadual à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 132), no "Eixo Infraestrutura e Ambiente: Prover as Condições de Infraestrutura Necessárias ao Pleno Desenvolvimento Regional", entre as ações realizadas pela Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação, arroladas no item das "Obras Públicas, Saneamento e Habitação, "aproximadamente 90% dos projetos e obras que envolvem os serviços do Departamento de Obras Públicas, são oriundos das Secretarias Estaduais da Educação e da Segurança Pública, destinadas às escolas e instituições de ensino e aos presídios e albergues".

No segundo capítulo da Mensagem do Governador à Assembleia (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 197), ainda no "Eixo Infraestrutura e Ambiente: Prover as Condições de Infraestrutura Necessárias ao Pleno Desenvolvimento Regional", relacionado com a área da segurança pública, tem destaque no documento em análise, o planejamento para a realização de atividades educativas para a segurança no trânsito no ano de 2016, através da Empresa Gaúcha de Rodovias, dentro do Programa Década de Ação pela Segurança no Trânsito, sob a coordenação da Secretaria dos Transportes.

Neste mesmo capítulo, no eixo "Governança e Gestão", também relacionado com a área da segurança, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 206) destaca a atuação da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul na viabilização de projetos de Tecnologia de Informação e Comunicação visando atender a estratégia de Governo, e entre suas principais ações apresenta a informatização do Centro Integrado de Comando e Controle da Segurança Pública e a unificação das bases de dados de indivíduos/biometria.

Para a Secretaria da Segurança Pública, a política pública para a área da segurança proposta pelo Governo Sartori, tomando como base a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 151), estabelece como atribuição prioritária, a garantia da ordem pública, da manutenção dos direitos do cidadão, e da preservação da vida e do patrimônio. A Secretaria da Segurança Pública, principal responsável pela consequência da política de segurança em nível estadual, procura executa-la, segundo o documento enviado pelo Governador à Assembleia, em 2016, através "de ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macro criminalidade, crime organizado e controle de armamentos; bem como de ações para a administração do serviço penitenciário", organizando e articulando a atuação conjunta das instituições vinculadas (polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto Geral de Perícias e Superintendência de Serviços Penitenciários).

Como decorrência da política de segurança pública, a Mensagem do Governador à Assembleia (RIO GRANDE DO SUL, 2016) apresentou as principais ações desenvolvidas pela Secretaria da Segurança Pública e demais organismos sob sua coordenação. Em 2015 as principais ações desenvolvidas foram as seguintes: "Administração e Modernização do Sistema Prisional"; "Prevenção e Repressão à Criminalidade"; "Segurança Pública com Cidadania"; "Combate à Violência Contra a Mulher"; "Lei dos desmanches"; "Implantação da Estratégia de Segurança Pública para Fronteira e Área Rural"; "Projeto Preparando a Liberdade"; e "Policiamento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino".

Conforme a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 151), o propósito do Governo Estadual com as ações relacionadas à "Administração e Modernização do Sistema Prisional" é de resgatar a condição de cidadania das pessoas privadas de liberdade "em uma perspectiva socializadora", na qual tenham garantido o acesso à educação, à formação profissional, à perspectiva de trabalho e a assistência social, tanto para o apenado e suas famílias quanto para os egressos do sistema prisional. Com esta finalidade, o documento informa a realização de ações de formação e qualificação dos servidores da Superintendência de Serviços Penitenciários, criação e reconstituição de vagas nos estabelecimentos prisionais, "bem como a assistência material, espiritual, saúde e ensino".

As ações de "Prevenção e Repressão à Criminalidade" são apresentadas na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 152) como uma necessidade social diante dos danos provocados pelo "crime em geral" e o aprimoramento, a qualificação e a modernização da gestão e das metodologias de atuação das instituições

vinculadas à área da segurança pública, bem como o seu aparelhamento; como indispensáveis para o combate à criminalidade. O documento destaca em 2015, a capacitação de 1.157 policiais militares e 1746 policiais civis; a execução de ações de prevenção e combate a incêndio, de buscas e salvamentos e atividades de Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros Militar; ações de polícia judiciária com vistas à repressão qualificada ao crime; ações de "Policiamento Ostensivo e Preservação da Ordem Pública"; e intensificação das ações do Centro de Comando e Controle Integrado.

A proposição de "Segurança Pública com Cidadania" descrita na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 154) tem como referência os indicadores que apontam para o "aumento da violência, atingindo especialmente o grupo etário de 15 a 24 anos, faixa em que se situam os adolescentes aliciados pelo tráfico de drogas e também a maioria das vítimas de homicídio". O documento relata como ações relacionadas a esta política de segurança, a assinatura de convênios com os Conselhos Comunitários Pró Segurança Pública em 55 municípios, e a implantação e apoio ao pleno funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal e incentivo às políticas de segurança em âmbito municipal.

No "Combate à Violência Contra a Mulher", a Mensagem do Governador (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 155) destaca as ações de atendimento a mulheres vítimas de violência através do "Programa Patrulha Maria da Penha". Neste programa, a Polícia Militar realiza a fiscalização da execução das Medidas Protetivas de Urgência concedidas pelo Poder Judiciário por solicitação das delegacias de atendimento especializado à mulher. O documento enviado à Assembleia Legislativa informa que atualmente existem 37 patrulhas Maria da Penha no Estado, instaladas em 28 municípios. No ano de 2015, foram implantadas patrulhas Maria da Penha em mais seis municípios e ampliada a fiscalização das medidas protetivas de urgências para atender meninas vítimas de violência doméstica a partir dos 12 anos.

Ainda entre as ações de combate à violência contra a mulher, destaca-se o lançamento do aplicativo PLP 2.0, uma ferramenta digital com informações sobre a violência doméstica e a rede de serviços de proteção às mulheres, destinada ao enfrentamento à violência contra as mulheres a ser utilizada no apoio ao cumprimento das medidas protetivas deferidas pelo Poder Judiciário. Esta ferramenta digital permite o acesso prioritário a estrutura da Segurança Pública, às mulheres vítimas de violência com medida protetiva deferida (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 155).

Entre as ações arroladas na Mensagem à Assembleia de 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 155), está a "Implantação da Estratégia de Segurança Pública para a Fronteira e Área

Rural", formalizada através do Decreto n° 52.536 de setembro de 2015, no qual "instituiu a Companhia de Operações de Fronteira da Brigada Militar, a Coordenadoria de Investigações do Departamento de Polícia do Interior da Polícia Civil e o Núcleo de Perícias de Fronteiras do Instituto-Geral de Perícia".

Compondo o conjunto de ações derivadas das políticas para a área da segurança, com a finalidade de reinserir socialmente pessoas privadas de liberdade que cumprem pena no Presídio Central de Porto Alegre, o "Projeto Preparando a Liberdade", é descrito na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 156), como uma ação conjunta das secretarias da Segurança Pública, da Justiça e Direitos Humanos, e do Trabalho e do Desenvolvimento Social, para ofertar cursos de formação profissional através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social.

Destacadas, também, estão na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 156-157), as ações de "Policiamento Comunitário, Prevenção a Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino". Estas ações, sob a coordenação e execução da Brigada Militar, tem como objetivo "fomentar a transversalidade das ações com a comunidade, atuando preventivamente e visando reduzir os índices de criminalidade". Segundo o texto da Mensagem, outra ação de natureza comunitária do policiamento militar é a atuação no ambiente escolar "buscando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar". Com os mesmos objetivos, a Brigada Militar também é responsável pela execução do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, destinado a crianças do Ensino Fundamental e suas famílias, com o objetivo de desenvolver a cidadania e atuar na prevenção à violência e ao uso de drogas entre crianças e adolescentes. "A ênfase deste programa está em auxiliar os alunos a reconhecer as pressões diretas ou indiretas que os influenciarão a experimentar álcool ou outras drogas e a resistirem a elas, bem como àquelas para se engajarem em atividades violentas".

Dentro das políticas de segurança pública apresentadas na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa consta ainda a participação da Secretaria da Segurança Pública no programa de constituição das "Comissões Internas de Prevenção de acidentes e Violência Escolar". Criadas pela Lei Estadual nº 14.030 de 26 de junho de 2012, as comissões devem diagnosticar as vulnerabilidades no âmbito escolar, planejar ações para resolver os problemas de forma viável e eficaz e conter o avanço da violência no ambiente escolar. A participação da Secretaria da Segurança Pública "busca envolver as comunidades para auxiliar a escola diante das situações que ameaçam a integridade dos alunos, professores e do patrimônio público".

> O programa aborda as preocupações da comunidade escolar como drogadição, além de segurança no trânsito e ocorrência de assaltos no entorno dos colégios. Cada escola constitui a sua Comissão Interna de Prevenção a Acidentes de Trânsito Violência Escolar e gestiona junto ao público interno e comunidade local, a participação de órgãos e entidades que contribuirão em ações de prevenção à violência escolar. A Brigada Militar atua reforçando o patrulhamento escolar e executando o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) na região diagnosticada, e o Departamento Estadual do Narcotráfico (Denarc) da Polícia Civil investiga as denúncias sobre a venda de drogas dentro de escolas. Parte do total de Comissões Internas de Prevenção a Acidentes de Trânsito Violência Escolar implantadas em 2015, o foram nos 19 municípios listados pela Secretaria da Segurança Pública como os que possuem os maiores índices de violência no Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 157).

5.2 ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES PARADIGMÁTICAS

Em busca de pistas que permitam a identificação do paradigma ou dos paradigmas que orientaram as políticas públicas desenvolvidas na área da segurança pública pelo Governo Sartori, realizamos pesquisa documental utilizando o Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015 e 2016 e a entrevista realizada com o ex-Secretário de Estado da Segurança Pública Cezar Schirmer.

Para a realização da análise do material pesquisado, conforme apresentado no capítulo Métodos e Técnicas, utilizamos cinco categorias de análise (objetivos, conceito de violência, papel do Estado, papel do indivíduo e estratégia de política pública) para a identificação dos núcleos centrais dos paradigmas de segurança pública orientadores das políticas das públicas de segurança no Brasil tomando como referência as formulação de Moema Dutra Freire (2009).

5.2.1 Objetivos da política pública de segurança

Em busca da identificação dos objetivos das políticas públicas de segurança do Governo Sartori, e utilizando os objetivos destas políticas como uma categoria de análise para a identificar o paradigma ou os paradigmas segurança que as orientaram, de acordo com os estudos de Freire (2009), procuramos identificar atributos destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou paradigma de Segurança Cidadã. A proteção dos interesses nacionais associados às preferências dos detentores do poder são atributos de objetivos vinculados ao paradigma de Segurança Nacional. A preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, são características de objetivos associados ao paradigma de Segurança Pública. A promoção de

convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência são atributos de objetivos identificados com o paradigma de segurança Cidadã.

Ao analisarmos o Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), encontramos poucas informações que permitissem a identificação dos objetivos das políticas públicas de segurança propostas. O texto do Programa de Governo para a área da segurança descreve o quadro da segurança pública no estado e a sensação de insegurança da população gaúcha; as deficiências da estrutura e dos serviços de segurança pública e apresenta proposições para a área. O trecho abaixo destaca a insegurança pessoal e patrimonial como um fator relevante da abordagem do Programa de Governo do candidato Sartori sobre as políticas de segurança pública. Esta abordagem permite a associação da preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, atributo do paradigma de Segurança Pública, com os objetivos da política de segurança pública proposta pelo Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande.

> Tão importante quanto o estresse psicológico derivado da percepção geral da deterioração das condições de segurança pública, são os custos decorrentes do aumento da criminalidade na subtração de vidas, destruição de famílias, deterioração da vida comunitária e em perda materiais significativas e definitivas impostas aos gaúchos. Esse sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial agrava-se em consequência da percepção igualmente generalizada da enorme insuficiência da resposta do Estado a essa situação crítica. Nem os serviços de prevenção e investigação policial, nem a gestão do sistema prisional, nem em programas de prevenção criminal têm escala e eficiência compatível com o agravamento da situação (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 31).

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015 também são escassos os indícios para a identificação dos objetivos das políticas de segurança do governo Sartori. As referências diretas a segurança pública estão contidas em dois pequenos trechos, nas páginas 7, 8 e 107 do documento.

No texto de apresentação da Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 7-8), assinado pelo Governador do Estado, “o desafio da segurança” consta como uma questão central “do Rio Grande do Sul e do seu setor público”. Conforme o texto do Governador, “a recomposição dos serviços públicos de segurança deve ser orientada por três diretrizes básicas: investimentos, transparência e participação”.

No trecho abaixo, o texto da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, aborda o tema da segurança pública com foco na necessidade de qualificação dos serviços públicos de segurança como forma de promover o combate à criminalidade. Os serviços descritos brevemente estão associados as ações policiais, podendo ser identificados com

manutenção da ordem pública e preservação da vida e do patrimônio. O texto também destaca as Comissões Internas de Prevenção à Acidentes e à Violência escolar.

> Outra questão essencial é a da promoção da segurança pública e do combate à criminalidade. O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar e exercitando a cultura da paz (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107).

As Comissões Internas de Prevenção à Acidentes e à Violência Escolar constituem um importante espaço de participação social, de fortalecimento do convívio social e da cidadania, envolvendo a comunidade escolar, instituições públicas de diversas áreas, grupos sociais que compartilham os espaços geográficos das escolas e do seu entorno, com a finalidade de promover ações de prevenção e controle à violência.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, entre as ações da área da educação, o governo estadual apresenta novamente a constituição de Comissões Internas de Prevenção à Acidentes e Violência Escolar.

> Para garantir a qualidade no acesso e na permanência na educação básica, mais de 1,3 mil escolas estaduais formalizaram a criação de Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVEs) em 2015. A Comissão diagnostica as vulnerabilidades no âmbito escolar e planeja ações que visam à resolução, principalmente, das ocorrências de violência. O programa é uma parceria entre as secretarias da Educação, Gabinete de Políticas Sociais, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Saneamento, Turismo, Esporte e Lazer, e Cultura (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 117).

A Mensagem do Governador informa também o envolvimento da Secretaria da Segurança Pública com o Programa das Comissões Interna de Prevenção à Acidentes e à Violência Escolar:

> A SSP participa do Programa CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar), que busca envolver as comunidades para auxiliar a escola diante das situações que ameaçam a integridade dos alunos, professores e do patrimônio público. O objetivo do programa é diagnosticar as fragilidades no ambiente escolar para o planejamento e execução de ações que visem à resolução dos problemas de forma viável e eficaz baseado na mediação de conflitos, debate, mapeamento e ações conjuntas da comunidade e poder público, e envolve secretarias de Estado como o Gabinete de Políticas Sociais, Saúde, Justiça e Direitos Humanos, entre outras, além da Segurança Pública (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 157).

A participação da Secretaria da Segurança Pública com a finalidade de "auxiliar a escola diante das situações que ameaçam a integridade dos alunos, professores e do patrimônio público

que" associada as suas atividades prioritárias de "garantia da ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, a proteção da vida e do patrimônio", poderia identificar o Programa da Comissões Internas de Prevenção à Acidentes e Violência escolar a atributos do paradigma de Segurança Pública, no entanto, dada a natureza intersetorial, interdisciplinar e transversal do programa, numa perspectiva de Segurança Cidadã, conforme Freire (2009, p. 107), mantém "a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania".

Entre as ações da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos, com características de promoção da cidadania e de prevenção e controle da violência, apresentadas na página 122 da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, estão o Programa de Oportunidades e Direitos; o Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; e o Programa Estadual de Proteção, Auxilio e assistência às Testemunhas.

Vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o Departamento de Políticas para as Mulheres, sucessor da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelas políticas de promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra às mulheres, apresentou na Mensagem do Governador à Assembleia (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 124), a proposição de ampliação da Rede Lilás com a finalidade de "articular serviços públicos e ações coordenadas junto às instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, à justiça e ao mundo do trabalho, levando as mulheres e as meninas a saírem do ciclo da violência".

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 apresentou um balanço das ações realizadas pela Secretária da Segurança Pública em 2015, entre as quais preponderam as ações voltadas a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. No entanto, algumas ações da Secretária da Segurança Pública identificam-se com características de ações voltadas à promoção de convivência e cidadania com a finalidade de prevenir e controlar a violência.

As ações da área da segurança realizadas em 2015, informadas na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016) são as seguintes: Administração e Modernização do Sistema Prisional; Prevenção e Repressão à Criminalidade; Segurança Pública com Cidadania; Combate à Violência Contra a Mulher; Lei dos desmanches; Implantação da Estratégia de Segurança Pública para Fronteira e Área Rural; Projeto Preparando a Liberdade; e Policiamento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino.

Os Projeto Segurança Pública com Cidadania; Preparando a Liberdade; e Policiamento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino, envolvem ações de promoção de convivência e cidadania com a finalidade de prevenir e controlar a violência. O Projeto de Combate à Violência Contra à Mulher, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, conforme as descrições da Mensagem do Governador à Assembleia, em 2016, restringe-se às ações de natureza policial, vinculadas a Patrulha Maria da Penha.

O Secretário da Segurança Pública do Governo Sartori, Cezar Schirmer (2019), embora refletindo sobre a violência e as suas múltiplas formas de expressão social, dialogando com aspectos de uma política de Segurança Cidadã, associa o seu conceito de segurança ao fortalecimento das estruturas, da gestão e da articulação dos setores da segurança focados em estratégias de controle da violência:

> Eu acho que tem duas visões de segurança pública no Brasil, sabe? A visão tradicional, que é aquela visão que segurança é mais policiais civis ou militares, que é mais armas, que é mais coletes, que é mais veículos. Eu acho que isto é muito importante, não tem nenhuma dúvida, de que isso é importante. Mas tem outras questões que são tão ou mais importantes que isto. É uma visão moderna e diferenciada de segurança pública, que nós tentamos imprimir aqui no Estado, e acho que esta foi a grande diferença. Primeiro integração. Não pode o nosso país, que é grande, também tem uma distorção, que a Guarda Municipal trabalha de forma independente, a Polícia Civil, Brigada Militar, SUSEPE, IGP, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e até as Forças Armadas, todos eles trabalham sem ter uma integração, sem ter um trabalho conjunto, integrado, no sentido de combater o crime. A outra questão é a prevenção, nós vivemos numa sociedade violenta, tem alguns municípios, o 190, aquele da Brigada Militar, o que mais chamam, é barulheira, é bebedeira, é violência doméstica (SCHIRMER, 2019, n.p.).

O ex-Secretário Schirmer (2019) respondeu a uma questão de múltipla escolha: Entre as alternativas abaixo relacionadas, qual a mais adequada para identificar os objetivos da política de segurança pública durante a sua gestão?

a. Proteção aos interesses nacionais associados aos dos segmentos detentores do poder;

b. Preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

c. Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.

A resposta do Secretário da Segurança Pública à época do Governo Sartori foi a seguinte:

> Eu acho o seguinte: No longo prazo, como solução definitiva, a terceira, ela é fundamental, entendeu? Sem ela você não resolve em definitivo o problema de uma sociedade violenta e insegura, então a terceira, ela é uma política de longo prazo. Mas você não pode esperar que ela possa, daqui a vinte anos, ela possa resultar em benefícios positivos. Então, acho que o primeiro trabalho que eu faria seria o segundo. Você tem que diminuir a violência, você tem que estancar o processo de violência e de criminalidade, no curto prazo. É isso. Tem que fazer isso. Muda a legislação, mais presídios, mais policiamento, o medo tem que mudar de lado. Hoje quem tem medo

> somos nós. Quem tem que ter medo são os criminosos ou quem está pensando em cometer um crime. Porque eles também fazem cálculos, o custo/benefício do ato criminoso, eles fazem cálculo. Ninguém é criminoso porque gosta não. Ele é criminoso porque vai auferir algum benefício, e se o risco de uma punição rigorosa da sua ação criminosa for efetivo e concreto, bom ele vai pensar duas, três vezes antes de cometer o crime, então no curto prazo a segunda hipótese, no longo prazo, a terceira (SCHIRMER, 2019, n.p.).

Ao final da análise documental, com vistas à identificação dos objetivos das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Sartori na área da segurança pública, a luz do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande, das Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015 e 2016 e da entrevista com ex-Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Cezar Schirmer (2019), não identificamos nenhuma característica dos objetivos das políticas públicas de segurança que pudessem ser associadas ao paradigma de Segurança Nacional (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014; RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016).

Entre as características das políticas públicas de segurança que encontramos no Programa de Governo do candidato Sartori (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014), e, também, na entrevista com o ex-Secretário Schirmer (2019), as identificamos associadas à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, caracterizando objetivos de políticas de segurança orientadas pelo paradigma de Segurança Pública. O ex-Secretário, embora adote conceitualmente o objetivo de uma política pública de segurança associado a concepção de Segurança Cidadã, afirma de maneira categórica que pelas necessidades conjunturais, os objetivos do governo estavam associados à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, diante de pouco material para análise, identificamos características das políticas de segurança associadas, tanto a objetivos do paradigma de Segurança Pública como de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, embora a referência ao Programa das Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência nas Escolas e as ações da Secretária de Justiça e Direitos Humanos, características do paradigma de Segurança Cidadã, encontramos uma leve predominância de ações identificadas com características associadas aos objetivos do paradigma de Segurança Pública (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

A análise documental que realizamos nos traz indícios que os objetivos das políticas de segurança pública desenvolvidas pelo governo Sartori, no período em análise, são influenciados predominantemente pelo paradigma de Segurança Pública. Contudo, ao mesmo tempo, também

encontramos ações de políticas públicas da área da segurança influenciadas pelo paradigma de Segurança Cidadã.

5.2.2 Conceito de violência associado à política pública de segurança

Na sequência da pesquisa, ao utilizarmos o conceito de violência como uma categoria de análise para a identificação de paradigmas orientadores de políticas públicas para a área da segurança pública, conforme estudos de Freire (2009), fomos em busca de pistas que permitissem a identificação do conceito de violência contido entre as políticas públicas de segurança do Governo Sartori.

Procuramos identificar características destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã. Ameaças aos interesses nacionais, à soberania, à ordem pública e atos contra o Estado e elite no poder são atributos de políticas de segurança vinculados ao paradigma de Segurança Nacional. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio são características de políticas associadas ao paradigma de Segurança Pública. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, origem da violência vinculada a fatores multicausais e o enfrentamento à violência, através de estratégias multissetoriais de prevenção e controle, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

No Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande, no capítulo que trata dos desafios da gestão do serviço público, encontramos a seguinte manifestação sobre o tema da segurança pública:

> Tão importante quanto o estresse psicológico derivado da percepção geral da deterioração das condições de segurança pública, são os custos decorrentes do aumento da criminalidade na subtração de vidas, destruição de famílias, deterioração da vida comunitária e em perdas materiais significativas e definitivas impostas aos gaúchos. Esse sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial agrava-se em consequência da percepção igualmente generalizada da enorme insuficiência da resposta do Estado a essa situação crítica (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 31).

Encontramos, nesta manifestação, a associação entre a sensação de insegurança vivenciada pela população gaúcha, à expansão da criminalidade e à incapacidade estatal de fazer frente aos desafios da segurança pública no Rio Grande do Sul. O texto apresenta os riscos aos quais as pessoas estão submetidas e os danos materiais decorrentes do quadro de violência experimentado, como uma questão central. Nesta passagem, dada a preocupação prioritária com

a proteção à integridade das pessoas e do patrimônio como política de segurança pública, identificamos características do conceito de violência contido no Programa de Governo do candidato Sartori, associadas ao paradigma de Segurança Pública.

Em 2015, no capítulo das diretrizes do Plano de Governo para o quadriênio 2015-2018, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, ao abordar o tema da segurança pública, dentro do "Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais", apresenta a seguinte visão:

> O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar e exercitando a cultura da paz. O problema da exclusão social e da pobreza tem gerado muitas demandas para todas as esferas de governo, e é necessário o apoio estadual às políticas públicas de assistência social e a devida atenção a políticas com foco na justiça e nos direitos humanos, tais como as políticas desenvolvidas para grupos específicos como deficientes, idosos, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, povos indígenas, negros e LGBT (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107).

No texto, o governo estadual apresenta a "necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial" e "gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar e exercitando a cultura da paz", como uma prioridade política para o enfrentamento ao "agravamento da situação e da sensação de insegurança" (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107). A qualificação da área da segurança envolve tanto setores responsáveis por ações de controle da violência, focadas na proteção da integridade das pessoas e do patrimônio, bem como de setores responsáveis por programas de prevenção à violência, caracterizando a adoção de uma estratégia multissetorial para a execução de ações de prevenção e controle da violência. O texto indica a múltipla influência paradigmática sobre o conceito de violência contido entre as políticas de segurança pública neste documento.

A exclusão social, a pobreza, o desrespeito histórico aos direitos mínimos de grupos sociais específicos como os listados no texto destacado acima, são fatores que ameaçam o exercício pleno da cidadania por parte dos indivíduos. A proposição de políticas públicas de assistência social e de Direitos Humanos, focadas em grupos socialmente excluídos e historicamente vitimados pela violência, apontam para o resgate e o fortalecimento da cidadania. O envolvimento de áreas como a da assistência social, dos direitos humanos e da segurança indicam o envolvimento multisetorial na abordagem do tema da violência. Nesta passagem da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, identificamos o

conceito de violência decorrente das políticas de segurança pública do governo estadual associado ao paradigma de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 117) foi destacada a constituição das Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar, com a finalidade de diagnosticar as situações de vulnerabilidade nas escolas e propor e executar ações objetivando a redução da violência no ambiente escolar. Esta ação envolveu a participação da comunidade escolar e "uma parceria entre as secretarias da Educação, Gabinete de Políticas Sociais, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Saneamento, Turismo, Esporte e Lazer, e Cultura.

A condição de vulnerabilidade a qual estão submetidos os integrantes das comunidades escolares envolvidas com a constituição destas comissões identificam situações de restrição ao pleno exercício da cidadania. As limitações ao acesso, à permanência e ao êxito dos alunos e as condições restritivas para o desempenho profissional qualificados dos professores, em decorrência das diversas formas de violência as quais está submetido o ambiente escolar, são exemplos que caracterizam a limitação do exercício pleno da cidadania. As ações adotadas para o enfrentamento à violência no ambiente escolar propostos pelas Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar envolvem um conjunto diversificados de órgão públicos e o envolvimento da comunidade escolar. A adoção de políticas com estas características, que associam a violência a fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos e que compreendem a origem multicausal da violência, estão identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

O Programa de Oportunidades e Direitos, coordenado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos atua junto a grupos vulneráveis da juventude, em regiões conflagradas pela violência, criando condições de fortalecimento da cidadania através de estratégias multisetoriais voltadas à inclusão, à proteção social e à prevenção e controle da violência, caracterizando-se como uma política de segurança multisetorial identificada com um conceito de violência associado ao paradigma de Segurança Cidadã.

> O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) prevê um conjunto de ações para redução da criminalidade juvenil e a evasão escolar, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos firmou acordo com as prefeituras de Porto Alegre, Alvorada e Viamão para a implantação de seis Centros da Juventude em bairros de maior vulnerabilidade social. Os seis Centros da Juventude oferecerão atividades de cultura cidadã, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento da identidade, além de iniciativas culturais e esportivas, bem como de estímulo à conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio. Também prevê ações de formação para o trabalho, além da

> criação de oportunidades de aprendizagem para estágio e emprego (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 122-123).

Na entrevista realizada com o Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul durante a gestão do Governo de José Ivo Sartori, encaminhamos o seguinte questionamento: Qual a sua percepção sobre o fenômeno da violência no Rio Grande do Sul? Qual o seu conceito sobre violência? Havia convergência entre o seu conceito de violência e o do governo?

> É, eu acho que nós estamos dentro de uma sociedade doente e violenta. Doente porque ela se manifesta no dia a dia das pessoas. Na maneira de dirigir, na violência doméstica, no dia a dia das pessoas. A violência dentro das escolas. O Brasil vive, já há algum tempo, momentos difíceis, e a insegurança é um sintoma de uma realidade. Aí tu bota a droga junto de tudo o que eu falei, permeando essa realidade, aí tu vai ver o está acontecendo no país. O governo trabalhou as escolas, como é aquele programa? Te lembra? CIPAVE (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar) né? Era um trabalho muito interessante nas escolas. Ele começou lá. Tinha um projeto da Maria Helena, ele começou lá em Caxias, mas era um programa muito interessante nas escolas (SCHIRMER, 2019, n.p.).

Diante da questão de múltipla escolha: Considerando as alternativas abaixo relacionadas, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir o conceito de violência?

a. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle.

b. Ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública;

c. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

A resposta do ex-Secretário da segurança Pública Cezar Schirmer foi a seguinte:

> Acho que a 1ª é mais relevante, entendeu? Agora, quero agregar uma questão que envolve um pouco a 2ª. Há trinta anos o Brasil era trânsito da droga. A droga passava por aqui para ir para Europa, para os Estados Unidos. Vinha aqui dos países vizinhos. Agora o Brasil é um grande consumidor de droga. Nós somos o maior de maconha do mundo, maior de crack, segundo de cocaína. Então, aquilo que no passado era trânsito, hoje na verdade é destino (SCHIRMER, 2019, n.p.).

Após a análise documental do Programa de Governo do candidato José Ivo Sartori, das Mensagens do Governo à Assembleia Legislativa, em 2015 e 2016, e da entrevista com o ex-Secretário de Segurança, Cezar Schirmer (2019), não encontramos nenhuma característica da política pública de segurança do Governo Sartori associada ao paradigma de Segurança Nacional. O ex-Secretário Schirmer (2019), na resposta a questão de múltipla escolha, associou a influência do tráfico e do consumo de drogas como uma questão que ameaça os interesses nacionais, mas no nosso entendimento sem estabelecer relação com o paradigma de Segurança Nacional (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016).

Na análise realizada sobre o Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), no trecho do texto que nos permitiu a associação da política pública de segurança proposta pelo candidato Sartori a um conceito de violência, identificamos a influência do paradigma de Segurança Pública sobre esta política.

Na Mensagem do Governador Sartori à Assembleia Legislativa, em 2015, diante de poucas informações, tivemos indicativos de características do conceito de violência contido nas políticas de segurança do governo associados tanto ao paradigma de Segurança Pública como ao de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Na análise da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, com uma disponibilidade significativa de informações, e da entrevista com o ex-Secretário Cezar Schirmer, encontramos como atributos do conceito de violência associados as políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo Governo Sartori, os fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania, a origem multicausal da violência, e a necessidade de adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle, indicando a associação deste conceito de violência ao paradigma de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

5.2.3 Papel do Estado, em relação à política pública de segurança

Na sequência da pesquisa procuramos identificar a visão do Governo Sartori sobre o papel do Estado na formulação, execução e gestão das políticas públicas para a área da segurança. Ao utilizarmos o papel do Estado como uma categoria de análise para a identificação de paradigmas orientadores de políticas públicas para a área da segurança, conforme estudos de Freire (2009), fomos em busca de pistas sobre a visão do papel do Estado contida entre as políticas públicas de segurança do Governo Sartori. Procuramos identificar as características destas políticas relacionadas ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã.

A eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais, podendo ser adotados quaisquer meios para o alcance desse objetivo e o foco na atuação das Forças Armadas são atributos de políticas de segurança vinculados ao paradigma de Segurança Nacional. O controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança, e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal, são características de políticas associadas ao paradigma de Segurança Pública. A implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios desempenhando

papel na política pública; e o envolvimento de instituições responsáveis pelas políticas sociais com as políticas de segurança para além das instituições policiais; são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

Após a análise documental do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014); das mensagens enviadas pelo Governador José Ivo Sartori à Assembleia Legislativa, em 2015 e 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016); e da entrevista realizada com o Secretário da Segurança Pública à época (SCHIRMER, 2019), utilizando o papel do Estado como uma categoria de análise, não identificamos entre estes documentos, nenhuma característica da política pública da área da segurança do Governo Sartori associada ao paradigma de Segurança Nacional.

O Programa de Governo da Candidatura Sartori abordou o tema das políticas sociais dentro do tópico intitulado "O Desafio da Expansão e da Melhoria dos Serviços Públicos Básicos", apresentando a área social como prioridade, destacando as políticas públicas para as áreas da segurança, saúde e educação.

> Não se promove um verdadeiro desenvolvimento só com crescimento econômico, nem apenas com a construção de infraestruturas. Se tais realizações não estiverem voltadas à promoção e ao atendimento dos anseios dos menos favorecidos ter-se-á, na melhor das hipóteses, crescimento, não um verdadeiro desenvolvimento. Esta a razão pela qual a questão social é foco central do programa de governo de nossa coligação (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 17-18).

O texto de apresentação da Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2015, assinado pelo Governador Sartori, expressa o entendimento de que é necessário a constituição de "um Estado simples e eficiente naquilo em que ele é mais importante para a população", e que seja resultante de um processo de modernização da gestão pública estadual. Aponta para a necessidade de qualificação dos serviços públicos prestados à sociedade tais como os de policiamento, saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 6-7).

Na pesquisa, encontramos ao mesmo tempo, exposto no Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande, a proposta de "foco central do programa de governo" na questão social e a delimitação conceitual das políticas públicas de natureza social aos limites de categoria de "serviços públicos básicos", associados à definição de Estado como um modelo "simples e eficiente naquilo em que ele é mais importante para a população" (expressa na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015) (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Para facilitar a exposição de ações que indicam características do papel do Estado contidos em políticas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã, utilizamos algumas passagens dos documentos analisados, acompanhados de comentários.

> A recomposição dos serviços públicos de segurança deve ser orientada por três diretrizes básicas: INVESTIMENTOS: elaborar e executar um programa permanente de investimentos em recursos humanos e materiais, de modo a criar uma estrutura adequada às necessidades e demandas dos gaúchos por mais segurança. TRANSPARÊNCIA: estimular e incentivar práticas de maior transparência nas políticas de segurança pública, com o objetivo de melhorar os canais de comunicação e informação entre os agentes públicos e a sociedade. PARTICIPAÇÃO: otimizar a parceria com as prefeituras e comunidades locais nas ações preventivas policiais e de natureza social e focalizar e dar maior efetividade às ações policiais em consonância com as peculiaridades das diversas regiões do RS. Além destas diretrizes gerais, a política estadual de segurança deverá fortalecer e renovar o papel das comunidades locais e promover uma articulação mais efetiva das instituições às quais está afeta a produção da segurança e da justiça no RS (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 34-35).

O diagnóstico do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande para a área da segurança nas páginas 32 e 33, concentra-se na insuficiência do efetivo das polícias militar e civil; na incapacidade de suprir as necessidades básicas para a realização das operações policiais, “principalmente veículos e estruturas de apoio”; nas limitações das estruturas voltadas à investigação policial; nas limitações tecnológicas para a ações de policiamento preventivo e repressivo; na insuficiência do sistema de monitoramento e controle sobre o regime semiaberto e na ausência de um sistema organizado de acompanhamento e avaliação de indicadores criminais. Embora este diagnóstico indique o foco em ações de controle e prevenção à violência centradas em estratégias de repressão à violência, na definição das diretrizes para a reestruturação dos serviços públicos de segurança (estratégia proposta pelo Programa de Governo para fazer frente aos desafios da segurança pública) apresentadas pelo Programa de Governo do candidato Sartori, a inclusão do eixo “Participação” indica também a presença de características de uma política de natureza cidadã (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 32-33).

A proposição de envolvimento dos municípios e comunidades locais com ações de segurança de prevenção e controle da violência e ações de natureza social de prevenção à violência; ações policiais em acordo com as particularidades regionais; fortalecimento do papel das comunidades e a articulação entre as estruturas públicas voltadas à justiça e à segurança, caracterizam ações de políticas públicas de segurança articuladas setorialmente e com foco local, nas quais os municípios tem papel na gestão local da segurança. A política de participação

formulada pelo Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande para a área da segurança apresenta características que indicam que o papel a ser desempenhado pelo Estado diante da política pública de segurança também tem referências no paradigma de Segurança Cidadã.

> Outra questão essencial é a da promoção da segurança pública e do combate à criminalidade. O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar e exercitando a cultura da paz (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107).

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015 apresenta as questões da "segurança pública e do combate à criminalidade" como essenciais, como foco de sua política, mas ao mesmo tempo destaca a importância das Comissões Internas de Prevenção a acidentes e Violência escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Estas comissões com a finalidade de prevenção e enfrentamento à violência e ao uso de drogas, envolvem a participação e articulação de diversas secretarias de estado na realização de ações multidisciplinares, de municípios, de comunidades escolares e de comunidades localizadas no entorno das escolas. A realização de ações desta natureza, implementando políticas setoriais articuladas e com foco no âmbito local, envolvendo setores públicos para além das polícias, município e sociedade civil, associam o papel do Estado em relação às políticas públicas de segurança a características do paradigma de Segurança Cidadã.

> O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) prevê um conjunto de ações para redução da criminalidade juvenil e a evasão escolar, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A própria comunidade dos territórios prioritários elegerá as atividades para ampliar e qualificar a oferta de serviços de prevenção social das violências e melhorar as oportunidades de integração social. O programa, coordenado pela SJDH, inclui como protagonistas diversas Secretarias de Estado, num esforço conjunto para o atingimento dos propósitos fixados, envolvendo as comunidades conflagradas pela violência nos municípios de Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Osório e Santa Cruz do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 122).

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 encontramos no Programa de Oportunidades e Direitos, coordenado pela Secretária de Justiça e Direitos Humanos, características de uma política de segurança com princípios de cidadania. Esta ação política envolveu a participação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, secretarias de estado, municípios e comunidades de regiões com altos índices de violência e criminalidade, em ações destinadas a juventude, de acesso e permanência na escola, acesso a bens de natureza

cultural, formação para o mundo do trabalho, entre outras, com a finalidade de prevenção e enfrentamento à violência. O programa articula ações multisetoriais e interdisciplinares voltados a territórios conflagrados pela violência e criminalidade envolvendo governos municipais e entidades responsáveis pelas políticas socais, indicando características de políticas públicas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Cidadã.

Em 2016, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 151-156) apresentou informações referentes às principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública durante o ano de 2015. Identificamos ações de natureza policial, mas também ações voltadas à prevenção à violência: 'Administração e Modernização do Sistema Prisional"; "Prevenção e Repressão à Criminalidade"; "Segurança Pública com Cidadania"; "Combate à Violência Contra a Mulher"; "Lei dos desmanches"; "Implantação da Estratégia de Segurança Pública para Fronteira e Área Rural"; "Projeto Preparando a Liberdade"; e "Policiamento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino".

As ações de "Prevenção e Repressão à Criminalidade" são apresentadas como uma necessidade social diante dos danos provocados pelo "crime em geral" e o aprimoramento, a qualificação e a modernização da gestão e das metodologias de atuação das instituições vinculadas à área da segurança pública, bem como o seu aparelhamento; como indispensáveis para o combate à criminalidade (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 152).

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 157-163) previu a realização de vinte e oito ações para materializar a política pública de segurança do governo no decorrer do ano. Estas ações foram classificadas em três categorias: Administração e modernização do sistema prisional; prevenção e repressão à criminalidade; e promoção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar. Foram previstas vinte e uma ações de prevenção e repressão à criminalidade, sendo que somente duas delas não estão diretamente ligadas às ação de natureza policial ou de interesse das corporações policiais.

Na entrevista com o Secretário de Estado da Segurança Pública do Governo Sartori, Cezar Schirmer, encontramos a afirmação da necessidade do envolvimento de todos os entes federados e da sociedade civil com as políticas de segurança, indicando uma das características do paradigma de Segurança Cidadã.

> Então não tem como ter segurança pública sem que o Estado assuma um papel determinante. Isto não significa excluir a possibilidade de contribuições privadas e etc. Não é isso que eu estou falando, estou falando que o papel mais relevante é o estatal... E quando a Constituição fala também em dever do Estado, Poder Público, fala também dos Municípios. Os Municípios também têm um papel relevante, eu falei

> antes, seja na iluminação pública, seja nas guardas municipais, seja enfim na prevenção, seja criar esse ambiente urbano organizado e propício a não violência, essas coisas todas né? Na verdade a minha opinião é que tem que ser todos, o Poder Público em todos os níveis. Mas também a Constituição fala em responsabilidade de todos, de todos os cidadãos e diante da gravidade que vivemos, na insegurança no país, que é muito maior do que parece, não é só pelos indicadores, pelos sintomas. Tem feridas aqui, tem coisas que aparecem aqui e acolá que dão a dimensão do problema, muito mais que já morreu cinquenta mil, mais do que morreu na guerra da Síria. Ah, isso é um número? Mas é muito mais grave do que um número, porque a tendência, mesmo que venha reduzindo os indicadores, a tendência é na medida em que não há uma política nacional, aí vai em todos os níveis e os cidadãos no enfrentamento à insegurança, nós estamos diante de um problema. Então se tu me perguntar a quem cabe? A todos, à União, que não cumpre seu papel, aos estados que tentam cumprir e aos municípios que no geral, também não cumprem e os cidadãos em geral (SCHIRMER, 2019, n.p.).

Na análise documental, encontramos, tanto no Programa de Governo do candidato Sartori, como na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, características associadas ao paradigma de Segurança Pública e ao paradigma de segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Na entrevista com o ex-Secretário de Segurança Cezar Schirmer (2019) identificamos características do paradigma de Segurança Cidadã. Mas particularmente na Mensagem de 2016, identificamos a condição de destaque das instituições policiais no desenvolvimento das políticas de segurança pública do Governo Sartori, no entanto, também encontramos informações da participação de instituições responsáveis pelas políticas sociais nas políticas de segurança pública, assim como os municípios e o Governo Federal (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

5.2.4 Papel dos indivíduos, em relação à política pública de segurança

Na sequência da pesquisa procuramos identificar a visão do Governo Sartori em relação ao papel dos indivíduos diante das políticas públicas para a área da segurança. Através do papel dos indivíduos contido na política pública de segurança, aqui tratado como uma categoria de análise, conforme estudos de Freire (2009), procuramos identificar características destas políticas que as relacionam ao paradigma de Segurança Nacional, paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã.

A subordinação plena dos indivíduos aos interesses nacionais e a não participação destes nas decisões sobre as políticas públicas de segurança, são atributos de políticas de segurança associados ao paradigma de Segurança Nacional.

Indivíduos com pouca participação na política pública de segurança e tratados como beneficiários destas políticas, são características de políticas associadas ao paradigma de Segurança Pública.

Cidadão com papel central na política de segurança pública, indivíduos como centro e principais beneficiário da política e com papel preponderante na gestão local das políticas de segurança, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

Finalizada a análise documental do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014); das mensagens enviadas pelo Governador José Ivo Sartori à Assembleia Legislativa, em 2015 e 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016); e da entrevista realizada com o Secretário da Segurança Pública Cezar Schirmer (2019), utilizando o papel dos indivíduos em relação à política de segurança como uma categoria de análise, não identificamos entre estes documentos, nenhuma característica da política pública da área da segurança do Governo Sartori associada ao paradigma de Segurança Nacional.

Para facilitar a exposição de ações que indicam características de políticas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Pública ou ao paradigma de Segurança Cidadã, utilizamos algumas passagens dos documentos analisados, acompanhados de comentários.

> Esse sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial agrava-se em consequência da percepção igualmente generalizada da enorme insuficiência da resposta do Estado a essa situação crítica. Nem os serviços de prevenção e investigação policial, nem a gestão do sistema prisional, nem em programas de prevenção criminal têm escala e eficiência compatível com o agravamento da situação. O esforço das diversas administrações estaduais recentes em manter o nível do gasto público na segurança em reposição parcial do efetivo policial, manutenção e equipamentos, em um contexto de severas restrições financeiras, embora meritório, se mostrou insuficiente frente às necessidades associadas ao crescimento da criminalidade. Ressalte-se que na dinâmica recente da criminalidade, certamente um dos fatores mais decisivos na elevação dos patamares de ocorrência é a disseminação das drogas, mais particularmente do crack. Também da maior relevância para entendimento da situação em que nos encontramos é que uma das consequências mais graves da crise estrutural das finanças públicas estaduais das últimas quatro décadas foi também um quadro crônico de sub investimento na área da segurança pública. (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 31-32).

Para fazer frente ao "sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial" e de "enorme insuficiência da resposta do Estado" ao quadro de insegurança pública, o Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 34), propõe a reorganização dos serviços públicos de segurança norteado por três diretrizes fundamentais: Um "Plano Permanente de Investimentos" na área da segurança; a "Transparência" nas políticas

de segurança pública e a qualificação da comunicação entre área da segurança e a sociedade; e a "Participação" envolvendo parcerias com prefeituras e comunidades.

Considerando que a reestruturação dos serviços públicos de segurança está no centro da estratégia da política pública de segurança proposta pelo Programa de Governo do candidato Sartori para responder à situação de crise generalizada na área da segurança e à ampliação da sensação de insegurança da população, e considerando que a participação dos municípios e das comunidades compõe as diretrizes para a reestruturação dos serviços públicos da área da segurança pública e que portanto são elementos importantes para a busca de soluções para os problemas da segurança pública, entendemos que estamos diante de indícios de características de políticas públicas de segurança que associam o papel dos indivíduos em relação à política pública, ao paradigma de Segurança Cidadã.

Além da três diretrizes que orientam a recomposição dos serviços públicos de segurança, o Programa de Governo do candidato Sartori e da Coligação o Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 35-36-37) propõe "fortalecer e renovar o papel das comunidades locais e promover uma articulação mais efetiva das instituições às quais está afeta a produção da segurança e da justiça" no Rio Grande do Sul, e para que isto se realize, apresenta um conjunto de ações: Promoção da institucionalização dos Conselhos Municipais de Segurança Pública; qualificação do atendimento aos cidadãos nas delegacias de polícia e a constituição de sistemas informatizados para acompanhamento de processos; constituição de bases de policiamento comunitários nas regiões com maiores índices de violência nas médias e grandes cidades do Estado em parceria com os municípios; constituição e organização de programas de reinserção social e produtivas de egressos do sistema prisional; constituição e fomento de programas de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas; fomento a programas de enfrentamento ao uso do álcool no trânsito; fortalecimento da rede de saúde para atendimento de usuários de drogas; e realização de programas de recuperação de jovens infratores.

Estas ações propostas emprestam aos indivíduos, a condição de principais beneficiários da política de segurança pública proposta pelo Programa de Governo do candidato Sartori. A institucionalização dos Conselhos Municipais de Segurança Pública reforça o papel da gestão local nas políticas de segurança e destaca a participação dos indivíduos neste processo. Encontramos novamente, características de políticas públicas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Cidadã.

As Comissões Internas de Prevenção a Acidentes de Trânsito e à Violência Escolar, destacadas nas Mensagens do Governador à Assembleia, em 2015 e 2016 também nos permitem identificar o papel dos indivíduos em relação às políticas públicas de segurança (RIO GRANDE

DO SUL, 2015, 2016). Em 2015, no "Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais", o governo estadual classifica a educação como a política mais importante para a promoção da igualdade social, e a política de saúde como um desafio de qualificação diante dos avanços históricos que esta política pública representa. Em relação à segurança pública, temos a seguinte referência:

> Outra questão essencial é a da promoção da segurança pública e do combate à criminalidade. O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar e exercitando a cultura da paz (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107).

Neste trecho da Mensagem do Governador, as Comissões Interna de Prevenção à Acidentes de Trânsito e à Violência Escolar estão arroladas entre as principais ações de política de segurança do governo estadual para a "promoção da segurança pública". A constituição e o desenvolvimento destas comissões e a consecução dos seus objetivos dependem diretamente do envolvimento social, da comunidade escolar, dos municípios e dos órgãos do governo estadual. Um programa com as características do Programa das Comissões Internas de Prevenção à Acidentes de Trânsito e à Violência Escolar e com o status de prioridade ocupa entre as ações políticas do governo na área da segurança, emprestam aos indivíduos o papel de centro destas políticas e de seus principais beneficiários, ao mesmo tempo em que assumem papel importante no sentido na construção da "segurança pública" que propõe o governo estadual. As características destas comissões nos permitem identificar o papel dos indivíduos em relação às políticas de segurança, como uma política pública que recebe influência paradigmática do modelo de Segurança Cidadã.

Em 2016, a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, no eixo social do capítulo intitulado "Realizações de Governo em 2015 e Ações para 2016", destaca a participação da Secretaria da Segurança Pública no Programa das Comissões Interna de Prevenção à Acidentes de Trânsito e à Violência Escolar:

> A SSP participa do Programa CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar), que busca envolver as comunidades para auxiliar a escola diante das situações que ameaçam a integridade dos alunos, professores e do patrimônio público (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 157).

Neste trecho da Mensagem do Governador, a atribuição formal da Secretaria da Segurança Pública, de "garantia da ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, a proteção da vida e do patrimônio", é associada aos objetivos do Programa das Comissões

Interna de Prevenção à Acidentes de Trânsito e à Violência Escolar. Esta atribuição formal da Secretaria da Segurança Pública pode ser identificada a um conceito de violência que está associado à ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio, uma característica vinculada ao paradigma de Segurança Pública. Em uma associação apressada, poderíamos identificar as Comissões de Prevenção à Acidentes e a Violência ao paradigma de Segurança Pública. No entanto, no caso das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, se usarmos como referência as reflexões de Moema Dutra Freire, "permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania" (FREIRE, 2009, p. 107). A par da finalidade institucional da Secretaria da Segurança Pública, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, pelas suas características de políticas públicas, identificam-se com o paradigma de Segurança Cidadã.

A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 informa a realização de ações de políticas públicas para as Mulheres pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos através do Departamento de Políticas para as Mulheres em 2015:

> No ano de 2015, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, por intermédio do Departamento de Políticas para as Mulheres, ampliou a Rede Lilás, que foi instituída em 2013, com a publicação do Decreto nº 50.914, para articular serviços públicos e ações coordenadas junto às instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, à justiça e ao mundo do trabalho, levando as mulheres e as meninas a saírem do ciclo da violência. A ampliação se deu com a publicação do Decreto nº 52.511, de 13 de agosto de 2015, e com a assinatura do Termo de Cooperação entre as Secretarias da Justiça e dos Direitos Humanos, Geral de Governo, da Segurança Pública, da Saúde, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, de Obras, Saneamento e Habitação, da Agricultura e Pecuária, da Cultura, do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, de Turismo, Esporte e Lazer, Casa Civil, Gabinete de Políticas Sociais e Coordenação de Comunicação, poderes Judiciário e Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, OAB-RS e Banrisul. Também participam da Rede como convidados o Tribunal de Contas do Estado, a FAMURS e entidades da sociedade civil. O Termo de Cooperação Técnica consiste na articulação de ações coordenadas junto às instituições, visando promover o enfrentamento à violência contra as mulheres e a promoção da autonomia das mulheres, apostando numa forma coletiva de trabalho descentralizado com ações articuladas e integradas entre os Poderes Executivo, Judiciário, com o apoio do Legislativo e das demais instituições autônomas. O Conselho Estadual de Direitos das Mulheres foi estruturado e a nova gestão tomou posse em 30 de abril de 2015, bem como foram criados três Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres, nos municípios de Lagoa dos Três Cantos, Capivari do Sul e Quarai, sendo importantes instrumentos na defesa dos direitos das mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 124-125).

Encontramos, nestas políticas públicas da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, associadas às políticas de segurança pública destinadas às mulheres, os indivíduos como o centro das políticas e como seus principais beneficiários. Também encontramos os indivíduos com papel importante na gestão das políticas através do Conselho Estadual dos Direitos das

Mulheres, e a participação da gestão local através da FAMURS. As características destas políticas nos permitem identificar o papel dos indivíduos em relação às políticas de segurança, como uma política pública de natureza paradigmática de modelo de Segurança Cidadã.

O ex-Secretário Cezar Schirmer (2019), colocado diante da questão do papel dos indivíduos em relação às políticas públicas de segurança, associa a participação social ao comprometimento com processos sociais. Destaca a importância da cidadania em uma perspectiva crítica, cooperativa, responsável, e comprometida com o cumprimento voluntários das normas, na constituição de novos modelos culturais, com reflexo sobre a segurança pública. Sua manifestação valoriza de forma significativa o poder local.

> Bem, quem participa se compromete seja em qualquer nível, então eu acho que a participação da cidadania é muito relevante, é fundamental. Se você me perguntar o que é mais importante para mudar o Brasil, um bom presidente da República ou 5.000 bons prefeitos? Durante muito tempo da minha vida achei que um bom presidente mudaria o Brasil e hoje eu estou convencido que 5.000 bons prefeitos mudam muito mais, entendeu? E se tu me perguntar o que é mais importante, 5.000 prefeitos ou milhões de cidadãos responsáveis, sérios, críticos, mas também cooperativos para mudar o Brasil, eu diria que os cidadãos são os mais importantes, mas agora não tem tradição nosso país. Isso vale para segurança como para qualquer coisa, então tem que mudar muita mentalidade. A revolução no futuro, na minha opinião, é a revolução do poder local, começa por indivíduo, família, a rua, bairro, comunidade, aí tu vai mudando, né? Aquela comunidade que cuida daquela praça, comunidade que cuida da sua rua. Cuidar não significa gastar. Ter os cuidados com a calçada, com o lixo, com a limpeza urbana, com a própria segurança, uma câmera de vídeo aí, cuidar o banco da praça, a lixeira para não ser destruída. O Brasil tem uma, a prestação de serviço à população é um desastre. O Estado brasileiro foi assaltado pelas corporações privadas e públicas, entendeu? E eu acho que o interesse da cidadania, do bem comum foi meio que afastado. Tu não constrói na União, nem no Estado. Constrói lá no Município, no bairro, na família, na escola, na rua, participar da cidadania entendeu? (SCHIRMER, 2019, n.p.).

Ao final da análise do Programa de Governo do candidato Sartori (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014), da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2015 e 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016), e da entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer (2019), em busca da identificação do papel dos indivíduos em relação às políticas públicas de segurança do Governo Sartori, encontramos os indivíduos como o centro destas políticas de segurança pública, como seu principal beneficiário e com papel na gestão local das políticas de segurança. Estas características estão associadas ao paradigma de Segurança Cidadã.

5.2.5 Estratégia de política pública associada à política pública de segurança

Nesta etapa da pesquisa, a análise do Programa de Governo do candidato Sartori (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014), da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015 e 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016), e das percepções do Secretário da Segurança Pública do Governo de José Ivo Sartori (SCHIRMER, 2019) tem como propósito a identificação da estratégia de política pública utilizada pelo governo para desenvolver as suas políticas públicas de segurança, tendo como referência os estudos de Freire (2009). A estratégia definida pelo governo para a área da segurança é utilizada como uma categoria de análise na busca de pistas para a identificação do paradigma ou dos paradigmas de segurança pública que orientaram o Governo Sartori nas suas políticas de segurança pública.

A utilização de serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e aos interesses nacionais, e a criação de instituições de repressão a qualquer ato percebido como subversivo, são atributos de políticas públicas de segurança vinculados ao paradigma de Segurança Nacional.

Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública, são características de políticas públicas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Pública.

A implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência; fomento à participação dos cidadãos; e fomento ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade, são características de políticas de segurança pública identificadas com o paradigma de Segurança Cidadã.

O Programa de Governo da Coligação o Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 31) apresenta um diagnóstico da situação da segurança no Rio Grande do Sul no qual descreve a generalizada percepção social de insegurança pessoal e patrimonial como resultante do aumento significativo das ações criminosas e da incapacidade estatal de oferecer serviços de prevenção e investigação policial, gestão do sistema prisional, e programas de prevenção criminal em "escala e eficiência compatível com o agravamento da situação".

A estratégia proposta no Plano de Governo para fazer frente ao quadro de insegurança social diagnosticado envolve a recomposição dos serviços públicos de segurança. O Plano de Governo do candidato Sartori e da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 34) indica três diretrizes para a reestruturação dos serviços básicos da área da segurança pública:

Constituição de um plano permanente de investimentos, transparência nas ações da segurança e fortalecimento da participação social.

A estratégia apontada pelo Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande para enfrentar a questão da segurança pública implica na adoção de um conjunto de medidas que envolvem a atuação policial no controle à violência e a adoção de políticas setoriais integradas voltadas à prevenção e controle da violência.

O Programa de Governo do candidato Sartori e da Coligação o Novo Caminho Para o Rio Grande (2014, p. 35-36-37) propõe a realização de um conjunto de ações com a finalidade de viabilizar a sua política de segurança pública: Promover a institucionalização dos Conselhos Municipais de Segurança Pública; constituir um "Sistema de Justiça Criminal Integrado e Cooperativo"; recompor o efetivo da Brigada Militar; recuperar e modernizar a estrutura de policiamento preventivo; fortalecer a capacidade investigativa da Polícia Civil aumentando o quadro de delegados e investigadores e promovendo investimentos em infraestrutura; promover a integração permanente das ações entre as instituições da área da segurança fortalecendo o papel de coordenação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública e reestruturando as áreas geográficas de operação das polícias civil e militar; qualificar o atendimento aos cidadãos nas delegacias de polícia e constituir sistemas informatizados para acompanhamento de processos; constituição de bases de policiamento comunitários nas regiões com maiores índices de violência nas médias e grandes cidades do Estado em parceria com os municípios; "zerar o déficit de vagas" no sistema prisional; priorizadas a construção ou ampliação de unidades de médio porte adequadas ao perfil de periculosidade dos presos; constituir e organizar programas de reinserção social e produtivas de egressos do sistema prisional; constituir e fomentar programas de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas; fomentar programas de enfrentamento ao uso do álcool no trânsito; fortalecer a rede de saúde para atendimento de usuários de drogas; e realizar programas de recuperação de jovens infratores.

Ao analisarmos o conjunto de ações propostas para a área da segurança pelo Programa de Governo da candidatura de José Ivo Sartori, percebemos o equilíbrio entre as que estão vinculadas diretamente à atividade policial de controle da violência e as ações resultantes de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência.

No Programa de Governo, a proposição de ações sustentadas em estratégias de polícia, características das políticas de segurança pública, em coexistência relativamente equilibrada com ações decorrentes de políticas setoriais integradas voltadas à prevenção e controle da violência (programas de reinserção social e produtivas de egressos do sistema prisional;

programas de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas; programas de enfrentamento ao uso do álcool no trânsito; programas de recuperação de jovens infratores; e o fortalecimento da rede de saúde para atendimento de usuários de drogas) e ações de fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade (institucionalização dos Conselhos Municipais de Segurança Pública), indicam a influência de concepções de segurança referenciadas, no paradigma de Segurança Cidadã, em relação à estratégia de política pública para a área da segurança do candidato Sartori (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014).

No texto de apresentação da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, encontramos as mesmas diretrizes que compunham a estratégia de política pública de segurança proposta pelo Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014):

> O desafio da segurança está incluído nas questões centrais do Rio Grande do Sul e de seu setor público. O aumento da criminalidade e da sensação de insegurança devem ser enfrentados, assim como os temas da violência doméstica, segurança no ambiente escolar, acidentalidade e mortes no trânsito, entre outros. A recomposição dos serviços públicos de segurança deve ser orientada por três diretrizes básicas: investimentos, transparência e participação (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 7-8).

Compondo o "Eixo Social: Reforçar e Ampliar as Garantias dos Direitos Sociais", a política de segurança pública apresentada na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, está descrita da seguinte forma:

> Outra questão essencial é a da promoção da segurança pública e do combate à criminalidade. O agravamento da situação e da sensação de insegurança levam à necessidade de melhorar os serviços de prevenção e investigação policial, a gestão do sistema prisional e os programas de prevenção criminal, reforçando as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar e exercitando a cultura da paz (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 107).

Este trecho da Mensagem enviada pelo governo à Assembleia, em 2015, somado ao que reproduzimos logo acima, representam a totalidade da abordagem do governo estadual sobre a política de segurança no documento em questão. As Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e à Violência Escolar, destacadas na Mensagem do Governador à Assembleia, em 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2015), pela sua natureza, composição e propósitos, indicam a implementação de políticas setoriais integradas voltadas à prevenção e controle da violência, ao fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas à comunidade. Estas características identificam esta política à estratégia de políticas públicas associada ao paradigma de Segurança Cidadã.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, identificamos algumas políticas públicas e ações, que pela sua natureza destinam-se à prevenção à violência e à criminalidade, e possuem características de políticas de fortalecimento da cidadania, mas que não estão incluídas entre as políticas públicas de segurança apresentadas pelo governo no documento em questão. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos coordena as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres; o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência às Testemunhas Ameaçadas; o Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; e o Programa de Oportunidades e Direitos (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 122-123-124-125).

Desenvolvendo ações voltadas ao enfrentamento à violência juvenil e a evasão escolar, o Programa de Oportunidades e Direitos, exemplifica a realização de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência. A Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016), apresentou as principais ações da política de segurança pública do Governo Sartori, conduzida pela Secretaria da Segurança Pública e demais organismos sob sua coordenação, realizadas em 2015: Administração e Modernização do Sistema Prisional; Prevenção e Repressão à Criminalidade; Segurança Pública com Cidadania; Combate à Violência Contra a Mulher; Lei dos desmanches; Implantação da Estratégia de Segurança Pública para Fronteira e Área Rural; Projeto Preparando a Liberdade; e Policiamento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino.

Considerando que a ação de "Combate à Violência Contra a Mulher" apresentada da página 155 da Mensagem do Governador de 2016 é sustentada fundamentalmente pelo Programa Patrulha Maria da Penha, desenvolvido pela Brigada Militar com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência, requeridas pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher junto ao Judiciário, as ações apresentadas pela política de segurança estadual apresentam um relativo equilíbrio entre ações de prevenção e as vinculadas a estratégias de controle da violência., com leve tendência para a segunda. Distinguem-se deste quadro os projetos de Segurança Pública com Cidadania; Projeto Preparando a Liberdade; e Policiamento Comunitário, Prevenção à Criminalidade e Atuação nos Estabelecimentos de Ensino, envolvendo a participação da Secretaria da Segurança Pública no Programa das Comissões Internas de Prevenção à Acidentes e Violência escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

As ações previstas pela política pública de segurança do Governo Sartori na Mensagem à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 157-158-159-160-161-

162-163) para o ano de 2016 estão classificadas em três categorias (administração e modernização do sistema prisional, prevenção e repressão à criminalidade e promoção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar) e distribuídas da seguinte forma: Quatro ações de administração e modernização do sistema prisional; vinte e uma ações de prevenção e repressão à criminalidade; e três ações de promoção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar.

Entre estas ações de prevenção e repressão à criminalidade, somente duas não estão diretamente ligadas as ação de natureza policial ou de interesse das corporações policiais:

> Proporcionar ao educando uma formação integral voltada para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho; e executar o Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade. Também, potencializar a atuação da Brigada Militar nos Estabelecimentos de ensino, visando o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar, tendo como estratégia alcançar a todos os níveis de frações dos comandos regionais subsídios para a execução do policiamento escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 159-160).

Segundo o ex-Secretário Cezar Schirmer (2019), a estratégia adotada para o desenvolvimento das políticas públicas de segurança pelo governo do Governador Jose Ivo Sartori durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul estava vinculada ao objetivo de controle do quadro de violência instalado no Rio Grande do Sul.

> A meta que nós estabelecemos era enfrentar a crise de segurança que o Rio Grande viveu, vinha vivendo, era no Brasil inteiro, mas afinal nós somos daqui, era estancar o processo de aumento de insegurança e de violência. Então todas as medidas que nós tomamos foram nessa direção. Foram, por exemplo: Nós transferimos 27 cápos do crime organizado para presídios federais. Nunca tinha acontecido isso no Rio Grande do Sul, isso foi um sinal para o crime. Olha aqui, nós vamos enfrentar vocês, se continuar, nós vamos mandar mais gente. Tu sinaliza, eu repito, quem tem que ter medo é o criminoso, não é a sociedade. Trabalhamos também mais para tentar amenizar a questão do sistema prisional, abrimos as prisões para as igrejas. A Secretaria de Educação junto com a Segurança, começando a trabalhar a questão da prevenção nas escolas, mas isso são políticas de longo prazo. Então nosso objetivo, a meta, quando eu assumi, foi estancar o processo de aumento da criminalidade. Nós trabalhamos também isso, porque a tese, isso é mais uma coisa, um diferencial, porque eu te falei da visão tradicional. Essa questão da ostensividade não era propriamente um conceito muito arraigado dentro, ao contrário e eu sempre tive uma tese. Se a população se sentir segura, o criminoso se sente inseguro, então a percepção de segurança, ela é fundamental pela sociedade. Isso é uma coisa inovadora sobretudo nas grandes cidades. Botava os carros em lugares estratégicos. Eu particularmente insistia muito, bota o carro lá com visibilidade, bota ali, bota um brigadiano ali, determinadas horas mais, porque isso impactava a população positivamente e impactava o delinquente (SCHIRMER, 2019, n.p.).

Como resultado da análise do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015 e

2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016), e da entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública Cezar Schirmer (2019), não encontramos características nas políticas públicas de segurança adotadas pelo Governo Sartori, no período em questão, que possam ser associadas a estratégia de políticas públicas identificada com o paradigma de Segurança Nacional.

Entre as proposições de políticas para a área da segurança pública apresentadas no Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), identificamos o equilíbrio entre as ações de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência e de fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas à comunidade com as ações de natureza policial estruturadas por estratégias de controle da violência, indicando a adoção de uma estratégia de políticas públicas de segurança referenciada no paradigma de Segurança Cidadã.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, enviada em fevereiro de 2015, identificamos que as diretrizes que compunham a estratégia de política pública de segurança proposta pelo Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande são incorporadas às políticas públicas de segurança do governo Sartori, indicando a influência do paradigmas de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Já na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2016, na apresentação das ações realizadas em 2015 como resultado das políticas de segurança do Governo Sartori, percebemos uma pequena ampliação das ações identificadas com as estratégias de controle da violência em relação às propostas do Programa de Governo e da Mensagem de 2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2016). Dentre as propostas apresentadas pela Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2016, para o decorrer do ano de 2016, encontramos um aumento significativo das ações de polícia baseadas em estratégias de controle da violência, mas ao mesmo tempo, foram mantidas as proposições de implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, ações de fomento à participação dos cidadãos e de desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade.

O ex-Secretário Schirmer (2019, n.p.), em sua entrevista, manifesta a adoção de ações ostensivas para combater o aumento da criminalidade durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, visando criar uma “percepção de segurança”. Segundo seu entendimento, “se a população se sentir segura, o criminoso se sente inseguro, então a percepção de segurança, ela é fundamental pela sociedade”.

É possível identificarmos a coexistência de influências paradigmáticas de Segurança Pública e de Segurança Cidadã quanto a estratégia de políticas públicas adotadas pelo Governo Sartori em relação às políticas de segurança pública, e ao mesmo tempo pensarmos na

possibilidade de uma transição de uma visão de política de Segurança Cidadã apresentada no Programa de Governo do candidato Sartori, para uma política de Segurança Pública a ser desenvolvida pelo Governador Sartori.

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, NO RIO GRANDE DO SUL

No período de redemocratização, a jovem democracia brasileira enfrenta desafios políticos que colocam sua estabilidade à prova. Ao final da década de 1970, início dos anos 1980, o período de grande ascensão dos movimentos sociais brasileiro se traduz em resultados políticos tais como o movimento das Diretas Já.

Em 1984, em uma resposta conservadora ao movimento por eleições diretas para a Presidência da República, o Congresso Nacional escolheu Tancredo Neves para ser o primeiro Presidente da República pós ditadura militar. Com sua morte, José Sarney assume a Presidência da República em 1985, o Brasil elege um Congresso Nacional Constituinte em 1986 e promulga uma nova Constituição em 1988. A chamada Constituição Cidadã, reflexo de um novo momento de relações intersociais e de relações entre Estado e sociedade, estabelece um novo marco legal para a segurança pública no Brasil. A Constituição de 1988 propõe um novo paradigma para a segurança pública.

O Brasil elege Fernando Collor de Melo o primeiro Presidente da República eleito pelo voto direto da população após o período da ditadura militar em um contexto mundial de ampliação da influência do pensamento neoliberal e da decadência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A democracia brasileira supera a grande crise política do impedimento deste mesmo presidente em outubro de 1992.

A segunda metade dos anos 1990, ao mesmo tempo que traz estabilidade política para a democracia brasileira, consolida a influência do pensamento neoliberal no Brasil nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, e avança em uma transição paradigmática na área da segurança pública, conforme conceituação de Moema Dutra Freire (2009), do paradigma da Segurança Nacional para o paradigma da Segurança Pública.

O novo século é acompanhado de um dos maiores desafios enfrentados pela jovem democracia brasileira. Em 2003, assume a Presidência da República, um líder sindical operário de origem nordestina de forma inédita no país, provocando enormes expectativas sociais.

O Brasil experimenta na primeira década do século XXI uma significativa expansão e consolidação de suas políticas públicas nas áreas da educação, da habitação, da assistência

social, da saúde, materializando quase vinte anos depois, muitas das proposições da Constituição de 1988. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Programa Juventude Viva, Programa Universidade para Todos, Minha Casa Minha Vida, entre outros, exemplificam a ascensão das políticas públicas resultantes de ações políticas históricas dos movimentos sociais.

Na área da segurança pública, o projeto de cooperação técnica entre o Brasil e as Nações Unidas chamado "Segurança Cidadã" em 2003, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em 2007 e a 1° Conferência Nacional de Segurança Pública em agosto de 2009 simbolizam momentos importantes no sentido da constituição de um novo paradigma de segurança pública no Brasil.

Nossa pesquisa procurou identificar influências paradigmáticas na área da segurança pública no Rio Grande do Sul entre 2007 e 2018, coincidindo em parte com período de ascensão da influência do paradigma de Segurança Cidadã sobre as políticas públicas de segurança em nível nacional.

De acordo com a pesquisa que realizamos, analisando o Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo (2006), liderada pela candidata Yeda Crusius; a Mensagem da Governadora Yeda Crusius à Assembleia Legislativa, em 2007 e 2008 (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, 2008), e a entrevista realizada com o Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul mais longevo do Governo Yeda, Edson de Oliveira Goularte (2019), encontramos uma situação um pouco diversa do quadro nacional.

Considerando a metodologia utilizada, com base nos estudos de Moema Dutra Freire (2009), na qual utilizamos os objetivos da política pública de segurança, o conceito de violência associado à política pública de segurança, o papel do Estado em relação à política pública de segurança, o papel dos indivíduos em relação à política pública de segurança e a estratégia de política pública associada à política pública de segurança, como categorias de análise para a identificação de pistas da influência dos paradigmas de segurança pública sobre as políticas de segurança pública do governo do Rio Grande do Sul, encontramos a seguinte situação:

Em relação aos objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão da Governadora Yeda Crusius, constatamos a convergência entre as informações obtidas através dos documentos analisados e as manifestações do general Goularte, que a política de segurança pública do governo estadual estava orientada para a preservação da ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio, apresentando portanto, características associadas ao paradigma de Segurança Pública.

Com base nos estudos realizados por meio das Mensagens da Governadora à Assembleia Legislativa, do Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo e da entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública, identificamos a ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio como o conceito de violência associado à política pública de segurança do Governo Yeda Crusius indicando a influência do paradigma de Segurança Pública sobre esta política. Há de se destacar que o ex-Secretário da Segurança Pública do Governo Yeda, embora tenha sido bastante claro ao identificar na ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio o seu conceito de violência, apresentou uma visão na qual tem destaque o seu entendimento sobre a amplitude e origem multicausal do fenômeno da violência. Também é importante destacar que o Programa Estadual de Prevenção à Violência conceitua a violência como um problema de saúde pública e não apenas como uma questão de polícia.

O papel do Estado em relação à política pública de segurança do Governo Yeda Crusius, tem como prioridade o controle e a prevenção da violência com foco nas estratégias de repressão à violência e destina papel preponderante às instituições policiais na implementação da política de segurança. Apesar do papel hegemônico do Estado associado ao paradigma de Segurança Pública, o Programa Estadual de Prevenção à Violência, embora de forma quase isolada, indica a existência de políticas setoriais articuladas que dialogam com o tema da segurança, indicando características de uma política de Segurança Cidadã. O general Goularte associa o papel do Estado à prerrogativa do uso da força para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio como um elemento central, mas ao mesmo tempo, destaca a importância da participação social no desenvolvimento das políticas de segurança. O Programa de Governo também faz referência à participação dos diversos entes federados no desenvolvimento da política de segurança pública, assim como a constituição dos Conselhos de Segurança em nível municipal, no entanto, nas Mensagens à Assembleia Legislativa de 2007 e 2008, não são mais encontradas referências a estes conselhos. Ou seja, a análise documental nos indica uma influência hegemônica do paradigma de Segurança Pública em relação ao papel do Estado diante das políticas de segurança do Governo Yeda Crusius, mas ao mesmo tempo apresenta algumas características do paradigma de Segurança Cidadã, indicando a coexistência de influências paradigmáticas.

Entre as características que podem identificar o papel dos indivíduos em relação às políticas de segurança do Governo Yeda Crusius, encontramos no Programa de Governo da Coligação Rio Grande Afirmativo, a proposição de constituição dos Conselhos de Defesa e Segurança Comunitários em atendimento a dispositivo legal da Constituição Estadual, no

entanto, na Mensagem da Governadora à Assembleia Legislativa, em 2007 e 2008, não encontramos qualquer ação que pudessem indicar a concretização desta proposição.

As referências ao papel dos indivíduos nos processos que envolvem a política pública de segurança apresentadas nos textos da Mensagem da Governadora à Assembleia, em 2007 e 2008, estão relacionados à condição dos indivíduos como beneficiário das políticas.

Embora a importância dada pelo ex-Secretário de Segurança Pública à participação social no desenvolvimento da política pública para a área da segurança, e da proposta contida no Programa de Governo em relação à criação dos conselhos, nos demais documentos analisados, as referências e as proposições em relação ao tema praticamente inexistem.

Não encontramos entre as características da política de segurança pública do Governo Yeda, elementos que indiquem os indivíduos como o centro das políticas de segurança e com papel preponderante na gestão local das políticas de segurança. A restrição ao papel de beneficiários das políticas de segurança do governo, associadas a quase inexistência de informação de participação dos indivíduos nestas políticas públicas indicam a influência predominante do paradigma de Segurança Pública sobre a política de segurança do Governo Yeda.

A estratégia de política pública associada à política de segurança do Governo Yeda, de acordo com a documentação analisada, concentra-se na atuação das polícias, principalmente nas estratégias de controle da violência e concentra a execução das políticas de segurança no estado.

A proposta de criação dos Conselhos Municipais de Segurança e Defesa apresentada brevemente no Programa de Governo, embora uma ação associada a uma política de Segurança Cidadã, não ultrapassa o limite de proposição e não recebe mais nenhuma menção nas Mensagem da Governadora enviada à Assembleia, em 2007 e 2008, seja para renovar-se como proposta ou em ação realizada ou planejada.

O Programa Estadual de Prevenção à Violência apresenta características de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, atributo que o identifica como paradigma de Segurança Cidadã. Da mesma forma o ex-Secretário da Segurança Edson de Oliveira Goularte, na entrevista, identifica-se em suas respostas com o paradigma de Segurança Cidadã, no entanto, apresenta o Programa Estruturante Cidadão Seguro lançado em 2009 como síntese das ações do Governo Yeda na área da segurança pública. Este programa é composto de seis projetos, quatro deles destinados a estruturação das ações policiais e dois com foco no sistema prisional.

Enquanto no Brasil se amplia a influência de um novo paradigma de segurança pública, baseado em políticas de Segurança Cidadã, tanto no meio acadêmico quanto entre as políticas governamentais, no Rio Grande do Sul, entre 2007 e 2010, segundo o estudo que realizamos, a política de segurança pública, conduzida pelo governo estadual, recebe sólida influência do paradigma de Segurança Pública. As escassas referências ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania que ocorrem na Mensagem da Governadora a Assembleia Legislativa de 2008, estão restritas a um programa de financiamento habitacional destinado a servidores da área da segurança e a obtenção de financiamentos para a construção de presídios. A adesão do Rio Grande do Sul ao Sistema Único de Segurança Pública (RIO GRANDE DO SUL, 2008) visa a estruturação do Gabinete de Gestão Integrada com o objetivo da integração total das ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade.

Mas nosso estudo também aponta, que tanto o Programa Estadual de Prevenção à Violência criado pelo Governo Yeda Crusius, como algumas percepções expressas pelo Secretário Estadual de Segurança Pública mais longevo do período, dialogam com conceitos e sensibilidades relacionados ao novo paradigma de segurança pública.

A campanha eleitoral de 2010 no Rio Grande do Sul coloca o tema da segurança pública no centro do debate político. O candidato da coligação partidária Unidade Popular Pelo Rio Grande, Tarso Genro, eleito em primeiro turno, desenvolveu sua estratégia eleitoral alinhada às ações do Governo Federal e às propostas da candidata presidencial Dilma Rousseff. Apresentou entre as suas principais propostas para a segurança pública, a criação do Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania, com a finalidade de plena implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em âmbito estadual.

Em 2011, o Governo Federal altera a sua política para a área da segurança pública, e concentra as suas atenções em políticas de controle de fronteira e da segurança interna no país com vistas à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014. Segundo a percepção do Secretário de Estado da Segurança Pública do Governo Tarso Genro, o governo da Presidenta Dilma Rousseff praticamente extingue o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, e o governo Rio Grande do Sul desenvolve sua política de segurança pública sem os recursos financeiros para a área da prevenção à violência até então disponíveis.

Considerando os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão do Governador Tarso Genro como categoria de análise para a identificação de pistas da influência dos paradigmas de segurança pública sobre as políticas de segurança pública do governo do Rio Grande do Sul, encontramos a seguinte situação:

O Programa de Governo da candidatura Tarso Genro propõe um modelo de desenvolvimento orientado pela inclusão social e pelo enfrentamento às desigualdades em suas dimensões econômica, social e cultural com o estímulo e fortalecimento à cidadania e à convivência através da constituição de ambientes sociais democráticos destinados à partilha dos rumos da gestão pública, como formas de prevenção à violência. Nas Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 encontramos políticas públicas voltadas para a juventude, para as mulheres, e a livre orientação sexual, para a área da cultura, do esporte e do lazer, saúde e educação com a finalidade de promoção da convivência e da cidadania voltadas a prevenção à violência.

Com base nos estudos do Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), das Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, 2012), e da entrevista com ex-Secretário Airton Michels (2019), ao analisarmos os objetivos das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Tarso Genro na área da segurança, identificamos a associação destas políticas à promoção de convivência e cidadania com a finalidade de prevenção e controle da violência, caracterizando portanto, a influência do paradigma de Segurança Cidadã sobre estas políticas públicas.

O conceito de violência deduzido da política pública de segurança desenvolvida pelo Governo Tarso Genro está associado aos fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania, à concepção de que a origem da violência tem múltiplas causas, e à exigência de adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle para o enfrentamento da violência. As políticas públicas de segurança são desenvolvidas na perspectiva de enfrentamento à violência com foco nas ações de natureza preventiva, adotam estratégias interdisciplinares e multisetoriais e tem como objetivo a constituição e o fortalecimento da cidadania para que esta possa ser exercida plenamente. Estas políticas públicas apresentam características identificadas ao paradigma de Segurança Cidadã.

Após a análise documental do Programa de Governo do candidato Tarso Genro, das Mensagens do Governo à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012, e da entrevista com o ex-Secretário de Segurança Pública Airton Michels, entendemos que o papel do Estado em relação à política pública de segurança do Governo Tarso Genro está associado à implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local; ao envolvimento do governo federal, estados e municípios com a política pública de segurança do Rio Grande do Sul; e ao envolvimento de instituições responsáveis pelas políticas sociais, para além das instituições policiais, nas políticas de segurança pública. Estas características identificam a influência do

paradigma de Segurança Cidadã sobre o papel que cumpre o Estado diante das políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo governo Tarso Genro durante o período analisado.

A cidadania ocupa papel central no desenvolvimento da política pública de segurança desenvolvida pelo Governo Tarso Genro no período estudado. O indivíduo é o centro desta política e seu principal beneficiário e a gestão local tem papel preponderante nestas políticas. A influência do paradigma de Segurança Cidadã sobre a política de segurança pública do governo estadual neste período é identificada em propostas e ações apresentadas no Programa de Governo da Coligação da Unidade Popular Pelo Rio Grande e na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012. O Secretário da Segurança Pública à época, embora afirme ter acordo teórico com a visão de Segurança Cidadã sobre o papel atribuído aos indivíduos em relação às políticas públicas de segurança, faz uma opção pelo conceito de Segurança Pública, pois entende que o envolvimento dos indivíduos em processos de enfrentamento a violência no atual quadro de insegurança pública, os coloca em situações de risco de vida.

A estratégia de política pública associada à política de segurança do Governo Tarso, de acordo com a documentação analisada, concentra-se na constituição de mecanismos de participação social, na promoção de ações de políticas públicas de segurança destinadas à comunidade, através de políticas públicas de segurança transversais, multidisciplinares e integradas com a finalidade de prevenção e controle da violência. Estas características associam a estratégia de política de segurança pública desenvolvida no período ao paradigma de Segurança Cidadã.

O Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul entre 2011 e 2014, Airton Michels apresentou uma percepção mais complexa em relação à estratégia de política pública de segurança do que encontramos no Programa de Governo da Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (2010), e nas Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, em 2011 e 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2011c, 2012). Michels (2019) entendeu que a estratégia de políticas públicas para a área da segurança adotadas pelo Governo Federal a partir de 2011, ao concentrarem-se no controle das fronteiras do país e da organização interna para a realização de uma Copa do Mundo de Futebol bem sucedida em 2014, em detrimento do Programa Nacional de segurança Pública com Cidadania, até então orientador da política nacional de segurança pública, limitou o desenvolvimento da estratégia política do Governo Tarso Genro para a área da segurança.

Para Airton Milchels, o Governo Tarso Genro adotou como estratégia de política pública para a área da segurança o modelo de Segurança Cidadã, implementou políticas públicas como

a da criação dos Territórios da Paz apesar da resistência de setores das áreas das polícias, no entanto, em decorrência das exigências impostas à área da segurança para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e pelas manifestações sociais de ruas de 2013, o governo estadual também adotou estratégias vinculadas ao paradigma de Segurança Pública.

Embora a desconstituição do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em nível Nacional, até então o grande símbolo da política de Segurança Cidadã adotada pelo Governo Federal na primeira década deste século, no Rio Grande do Sul, de acordo com a documentação analisada, percebemos uma transição do paradigma de Segurança Pública para o paradigma de Segurança Cidadã do governo de Yeda Crusius para o governo de Tarso Genro.

Podemos considerar que esta transição paradigmática pode ter pequenos indícios em algumas posições expressas pelo ex-Secretário Edson Goularte e pelas orientações conceituais do Programa Estadual de Prevenção à Violência, ainda durante o Governo Yeda Crusius, embora este, marcadamente orientado pelo paradigma de Segurança Pública. Entretanto, é no Governo Tarso Genro que a transição em direção ao paradigma de Segurança Cidadã ocorre de forma clara.

O Programa de Governo de José Ivo Sartori para o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 2014, anuncia o fim de um ciclo político e econômico no Brasil e no Rio Grande do Sul:

> Neste momento, tanto o Brasil como o Rio Grande do Sul enfrentam uma situação complexa e desafiadora. Tudo indica que estamos diante do esgotamento de um ciclo político e que o desenvolvimento do país e do Estado requerem profundas mudanças. O Brasil experimentou importantes avanços nos últimos 30 anos: o processo de redemocratização liderado, não será demais lembrar, pelo MDB; o controle da inflação; a adoção de novos e mais produtivos padrões de distribuição de encargos entre os setores público e privado na prestação dos grandes serviços públicos; e, mais recentemente, a incorporação de um grande contingente de brasileiros a condições de vida mais dignas, a que se tem denominado de criação de uma nova classe média. A despeito disso, a verdade é que o desvirtuamento do sistema de representação política ocorrido nos últimos anos impõe inadiavelmente uma mudança de lideranças e de direção (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014, p. 3-4).

A campanha eleitoral de Sartori apresenta a questão social com o objetivo de ampliação da inclusão social como centro do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande. Como considera grave a situação das finanças públicas do Rio Grande do Sul, e entende que a receita não faz frente aos repetidos déficits orçamentários do estado, propõe a implantação de um novo modelo de gestão baseado no controle das finanças públicas para orientar os investimentos do Estado para as áreas de infraestrutura e logística e para a

reestruturação dos serviços públicos prestados, focalizando a educação, a saúde e a segurança pública.

Baseados nos estudos realizados no Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), e na entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública Cezar Schirmer (2019), encontramos atributos da política pública de segurança associados à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, caracterizando objetivos de políticas de segurança associadas ao paradigma de Segurança Pública. O posicionamento do ex-Secretário da segurança optando conceitualmente pelos objetivos vinculados à política da Segurança Cidadã, mas pragmaticamente à de Segurança Pública, somados a propostas de ações para a área da segurança associadas ao paradigma de Segurança Cidadã, embora a predominância de objetivos vinculadas a visão de Segurança Pública, apresentam indícios de múltipla influencia paradigmática sobre o Programa de Governo.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2015, mesmo diante de pouco material para análise, podemos identificar atributos de políticas públicas de segurança associados tanto a objetivos identificados ao paradigma de Segurança Pública como ao paradigma de Segurança Cidadã entre as políticas de segurança do governo estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, embora a referência ao Programa das Comissões Internas de Prevenção à Acidentes e à Violência nas Escolas, e as ações da Secretária de Justiça e Direitos Humanos; identificadas com as características do paradigma de Segurança Cidadã, encontramos na ampliação de ações associadas a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a influência predominante do paradigma de Segurança Pública (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

A análise documental realizada, em busca dos objetivos das políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo governo Sartori no período em estudo, indica a predominância da influência do paradigma de Segurança Pública sobre as políticas de segurança desenvolvidas no Rio Grande do Sul, mas ao mesmo tempo, também aponta para a existência da influência do paradigma de Segurança Cidadã.

Na sequência da pesquisa, quando utilizamos o conceito de violência como uma categoria de análise para a identificação de paradigmas orientadores de políticas públicas para a área da segurança, o conceito de violência deduzido da política pública de segurança desenvolvida pelo Governo Sartori, no período em estudo, está associado ao paradigma de Segurança Cidadã, mas também é influenciado pelo paradigma de Segurança Pública.

O foco da proposta de política de segurança do Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), na proteção à integridade das pessoas e do patrimônio permite a sua associação ao paradigma de Segurança Pública, já na Mensagem do Governador Sartori à Assembleia Legislativa, em 2015, mesmo diante de poucas informações, vamos encontramos características do conceito de violência contido nas políticas de segurança do governo associados tanto ao paradigma de Segurança Pública como ao de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Na entrevista com o ex-Secretário Cezar Schirmer (2019) e na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2016), com mais dados sobre a política de segurança desenvolvida pelo Governo Sartori, encontramos como atributos do conceito de violência associado à política pública de segurança, os fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania, a origem multicausal da violência, e a necessidade de adoção de estratégias multisetoriais de prevenção e controle para o enfrentamento à violência, indicando a influência do paradigma de Segurança Cidadã sobre este conceito de violência.

O papel do Estado em relação à política pública de segurança do Governo Sartori, de acordo com o estudo que realizamos, tanto no Programa de Governo apresentado pela Coligação o Novo Caminho Para o Rio Grande (2014) para o processo eleitoral de 2014 quanto na Mensagem do Governador à assembleia Legislativa, em 2015, apresentam características que indicam a influência tanto do paradigma de Segurança Pública como do paradigma de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Verificamos que, conjuntamente à proposição de ações de controle e prevenção da violência com foco nas estratégias de repressão à violência, coexistem proposições de implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local, e que além das instituições policiais, as instituições responsáveis pelas políticas sociais também possuem papel nesse processo.

Na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, encontramos entre as informações referentes às principais ações desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública durante o ano de 2015, o equilíbrio entre as ações associadas ao paradigma de segurança Pública e ao paradigma de segurança Cidadã. No entanto quando são apresentadas as ações planejadas para execução ao longo do ano de 2016, verificamos um grande crescimento de ações de prevenção e repressão à criminalidade, indicando uma transição da influência de dois paradigmas (Segurança Pública e Segurança Cidadã), para o predomínio da influência do paradigma de Segurança Pública sobre o papel do Estado em relação às políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo Governo Sartori (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016).

Em relação ao papel dos indivíduos diante das políticas públicas de segurança do Governo Sartori, ao final da análise do Programa de Governo do candidato Sartori (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014), da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2015 e 2016 (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016), e da entrevista com o ex-Secretário da Segurança Pública Cezar Schirmer (2019), encontramos os indivíduos como o centro destas políticas de segurança pública, como seu principal beneficiário e com papel na gestão local das políticas de segurança. Estas características identificam a influência do paradigma de Segurança Cidadã sobre as políticas de segurança pública do governo estadual à época.

Em relação à estratégia de política pública destinada à política de segurança, no Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), identificamos o equilíbrio entre as proposições de ações de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência e de fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas à comunidade com as ações de natureza policial estruturadas por estratégias de controle da violência, indicando a adoção de uma estratégia de políticas públicas de segurança referenciada no paradigma de Segurança Cidadã.

No estudo que realizamos, identificamos que a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, enviada em fevereiro de 2015, indica a incorporação das políticas públicas de segurança propostas pelo Programa de Governo da Coligação O Novo Caminho Para o Rio Grande às políticas de segurança do Governo Sartori, indicando a influência do paradigmas de Segurança Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Em 2016, na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, ao apresentar as ações resultante das políticas de segurança do Governo Sartori realizadas em 2015, percebemos a ampliação de ações identificadas com as estratégias de controle da violência centradas na atuação policial em relação às propostas do Programa de Governo e da Mensagem de 2015. Entre as propostas para a área da segurança, apresentadas para o decorrer do ano de 2016, encontramos um aumento significativo das ações de polícia baseadas em estratégias de controle da violência (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

O estudo que realizamos aponta para a coexistência de influências paradigmáticas de Segurança Pública e de Segurança Cidadã, com destaque para o paradigma de Segurança Cidadã na formulação da estratégia de política pública proposta pelo Programa de Governo do candidato Sartori, bem como na estratégia apontada para o primeiro ano de governo através da Mensagem do Governador à assembleia Legislativa, em 2015. Como na Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, em 2016, temos um expressivo aumento de ações com

foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência, identificamos a tendência de uma transição da influência do paradigma de Segurança Cidadã para o paradigma de Segurança Pública na estratégia de política pública adotada pelo Governo Sartori para a área da segurança pública no período analisado (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014; RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016).

Considerando os objetivos, o conceito de violência, o papel do Estado, o papel dos indivíduos e a estratégia de política pública desenvolvida como categorias de análise para a identificação de influências paradigmáticas na área da segurança pública no período em análise, em relação ás políticas de segurança adotadas pelo Governo Sartori, identificamos a coexistência da influência do paradigma de Segurança Pública e do Paradigma de Segurança Cidadã.

Dentre os objetivos da política de segurança, identificamos a predominância da influência do paradigma de Segurança Pública, mas também a influência do paradigma de Segurança Cidadã. O conceito de violência do Governo Sartori associado à política pública de segurança, de acordo com nosso estudo, sofre influência hegemônica do paradigma de Segurança Cidadã mas também do paradigma de Segurança Pública. O papel do Estado diante das políticas públicas de segurança do Governo Sartori, inicialmente sob a influência tanto do paradigma de Segurança Cidadã quanto do paradigma de Segurança Pública, passa gradualmente a receber a influência majoritária do paradigma de Segurança Pública. O paradigma de Segurança Cidadã influencia a política de segurança do Governo Sartori no que diz respeito ao papel dos indivíduos diante das políticas de segurança, mas também encontramos características que indicam a influência do paradigma de Segurança Pública sobre estas políticas. Em relação à estratégia de política pública adotada pelo Governo Sartori na área da segurança, assim como em relação ao papel do Estado, percebemos a influência crescente do paradigma de Segurança Pública indicando uma transição paradigmática do Programa de Governo (COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE, 2014), passando pela Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de 2015, para a Mensagem à Assembleia, em 2016, e dos posicionamentos do secretário de Segurança à época (RIO GRANDE DO SUL, 2015, 2016; SCHIRMER, 2019).

Em nível nacional, o Governo Federal desenvolveu políticas de segurança pública após 2003, permitindo vislumbrar o fortalecimento e a consolidação do paradigma de Segurança Cidadã como a principal referência das políticas públicas de segurança brasileiras. No entanto, a partir de 2011, com o redirecionamento das políticas públicas destinadas à área da segurança, para o controle de fronteiras e o controle interno para a realização do Copa Mundial de Futebol

em 2014, abandonando entre outras ações, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, encerra-se um ciclo das políticas públicas de segurança no Brasil.

No Rio Grande do Sul, em um sentido político inverso, o Governo Estadual que até 2010 desenvolveu sua política de segurança sob a influência do paradigma de Segurança Pública, em 2011 adota políticas para a área da segurança referenciadas no paradigma de Segurança Cidadã. Mesmo em um contexto nacional desfavorável, de acordo com nosso estudo, é possível identificar o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a área da segurança, influenciadas por conceitos de uma política pública de segurança de natureza Cidadã neste período.

Na campanha eleitoral de 2014, o candidato Sartori prenunciava, em seu Programa de Governo O Novo Caminho Para o Rio Grande (2014), o fim de um ciclo na política nacional. Em 2015 o PMDB, partido do Governador, lançou o programa chamado "Uma Ponte para o Futuro", elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, e que após o golpe parlamentar perpetrado contra a Presidenta da República Dilma Rousseff, serve de base para o mandato do presidente Michel Temer. É neste contexto que, no Rio Grande do Sul, segundo a nossa pesquisa, verificamos uma involução da influência do paradigma de Segurança Cidadã nas políticas públicas de segurança do estado, para a ampliação da influência do paradigma de Segurança Pública. A desconstituição do Programa Nacional de Segurança com Cidadania lá em 2011, a desconstituição dos Territórios da Paz e a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres e a sua transformação em um departamento da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, são elementos que compõe um cenário de redução da influência do paradigma de Segurança Cidadã sobre as políticas de segurança do Rio Grande do Sul.

Abaixo, como resultado da pesquisa realizada, apresentamos um quadro demonstrativo da influência dos paradigmas da área da segurança no Rio Grande do Sul sobre as políticas públicas de segurança propostas e desenvolvidas durante os governos de Yeda Crusius, Tarso Genro e José Sartori.

Quadro 2 – Demonstrativo da influência dos paradigmas da área da segurança sobre as políticas públicas de segurança no Rio Grande do Sul

	Governo Yeda	**Governo Tarso**	**Governo Sartori**
Categorias de análise	**Paradigma predominante**	**Paradigma predominante**	**Paradigma predominante**
1. Objetivos	- Segurança Pública	- Segurança Cidadã	- Segurança Pública e Segurança Cidadã
2. Conceito de violência	- Segurança Pública	- Segurança Cidadã	- Segurança pública e Segurança Cidadã

3. Papel do Estado	- Segurança Pública com Influência de Segurança Cidadã	- Segurança Cidadã	- Transição de Segurança Cidadã para Segurança Pública
4. Papel dos indivíduos	- Segurança Pública com Influência de Segurança Cidadã	- Segurança Cidadã com Influência de Segurança Pública	- Segurança Cidadã
5. Estratégia de política pública	- Segurança Pública com Influência de Segurança Cidadã	- Segurança Cidadã com Influência de Segurança Pública	- Transição de Segurança Cidadã para Segurança Pública

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em nossa pesquisa, não encontramos em nenhum dos governos analisados, características associadas às categorias de análise que identificam as influências paradigmáticas na área da segurança pública, do paradigma de Segurança Nacional. A par das limitações do estudo realizado, algumas indagações são possíveis em função deste quadro. Qual o significado da ausência desta influência paradigmática? Existe a influência do paradigma de Segurança Nacional sobre setores que atuam na área da segurança pública no Rio Grande do Sul, desde aqueles que atuam na formulação das políticas, e principalmente entre os atuam na linha de frente do setor da segurança, como exemplo as polícias? O novo ciclo que se instala na política brasileira em 2018, com a eleição de um Presidente da República vinculado a setores militaristas e armamentistas, a visões religiosas fundamentalistas e que promove a desvalorização sistemática dos direitos humanos e das estruturas democráticas nacionais, pode fortalecer a influência do paradigma de Segurança Nacional sobre as políticas públicas de segurança? Neste contexto, quais as possibilidades de fortalecimento de políticas públicas de segurança orientadas por concepções influenciadas pelo paradigma de Segurança Cidadã? Embora estas questões devam ser objeto de atenção de um outro estudo, elas se associam aos resultados do nosso estudo, pois percebemos a involução da influência do paradigma de Segurança Cidadã na política de segurança pública do Rio Grande do Sul no período analisado e a acessão de um novo contexto histórico em nível nacional.

Neste contexto histórico, associado às observações de Moema Dutra Freire, a difusão da cultura da política de Segurança Cidadã no Brasil, e em particular no Rio Grande do Sul, enfrenta limites em concepções de mundo consolidadas em instituições policiais, muitas vezes responsáveis únicas pela execução das políticas de segurança. Estas concepções de mundo encaram as demais políticas sociais como alheias à realidade das políticas de segurança, e se sustentam em uma perspectiva meramente repressiva. Mas as barreiras a essa cultura não se limitam apenas à área da segurança, estendendo-se muitas vezes às demais áreas sociais, que apresentam resistências na realização de um trabalho articulado, visando constituir e executar políticas sociais. Ademais, “a comunidade muitas vezes não percebe a importância da sua

colaboração para a prevenção à violência, uma vez que um paradigma reina não só sobre os tomadores de decisão, mas também sobre o povo" (FREIRE, 2009, p. 112).

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69091999000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 abr. 2019.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 13-27, dez. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 24 out. 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Intersetorial:** PELC e PRONASCI. Brasília: PELC; PRONASCI, 2010.

CANO, Ignácio. Políticas de Segurança Pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 03 jan. 2019.

COLIGAÇÃO O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE. **Plano de Governo de José Ivo Sartori e José Paulo Cairoli**. Porto Alegre: [*s.n.*], 2014.

COLIGAÇÃO RIO GRANDE AFIRMATIVO. **Plano de Governo de Yeda Crusius**. Porto Alegre: [*s.n.*], 2006.

COLIGAÇÃO UNIDADE POPULAR PELO RIO GRANDE. **Plano de Governo de Tarso Genro**. Porto Alegre: [*s.n.*], 2010.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 5, n. 1, ago./set. 2009. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1219. Acesso em: 03 jan. 2019.

GOULARTE, Edson de Oliveira. **Entrevista**. [Entrevista concedida a] Carlos Robério Garay Corrêa. Porto Alegre: [*s.n.*], 06 dez. 2019.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

LIMA, A. R. A.; COLVERO, R. B. Os Paradigmas e as Novas Perspectivas para as Políticas Públicas de Segurança no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 47-47, jun. 2018. Disponível em: https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/284. Acesso em: 04 abr. 2019.

MADEIRA, Lígia Mori. Novas Bases para as Políticas Públicas de Segurança no Brasil a Partir das Práticas do Governo Federal no Período 2003-2011. **Rev. Admin. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 3-22, jan./fev. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 jan. 2019.

MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de Proteção Social Brasileiro Enquanto Instrumento de Combate à Pobreza. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000100057&tlng=pt. Acesso em: 23 jan. 2020.

MICHELS, Airton Aloisio. **Entrevista**. [Entrevista concedida a] Carlos Robério Garay Corrêa. Porto Alegre: [*s.n.*], 18 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020). **Governo do Estado da Bahia**, Salvador, 07 dez. 2018. Disponível em: http://www.detran.ba.gov.br/noticias/2018-12-07/decada-de-acao-pela-seguranca-no-transito-2011-2020. Acesso em: 23 jan. 2020.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Violência e Vulnerabilidade Social. *In*: SANTOS, J. V. T.; MADEIRA, L. M. (org.). **Segurança Cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 217-248.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n° 44.907 de 27 de fevereiro de 2007. Cria a câmara setorial de segurança e prevenção da violência e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 27 fev. 2007a.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n° 44.908 de 27 de fevereiro de 2007. Institui o Comitê Estadual para a Prevenção da Violência no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 27 fev. 2007b.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.611, de 22 de novembro de 2011. Institui Comitê Gestor RS na Paz para atuar no âmbito da Secretaria da Segurança Pública. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 24 nov. 2011a.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.704, de 16 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a nova estrutura do Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 19 dez. 2011b.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa, Fevereiro de 2007**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2007c.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa, Fevereiro de 2008**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa, Fevereiro de 2011**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2011c.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa, Fevereiro de 2012**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa, Fevereiro de 2015**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem à Assembleia Legislativa, Fevereiro de 2016**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Governadora lança nesta quarta-feira o Programa Estruturante Cidadão Seguro. **Governo do RS**, Porto Alegre, 04 mar. 2009. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/governadora-lanca-nesta-quarta-feira-o-programa-estruturante-cidadao-seguro. Acesso em: 12 fev. 2020.

RODRIGUES, A. L.; SARRIERA, J. C. Capacitação de Gestores em Programa de Prevenção da Violência Comunitária. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 145-151, maio/ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000200145&script=sci_arttext. Acesso em: 13 jan. 2020.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da Violência, uma questão social mundial. **Ciênc. Cult.**, São Paulo, v. 54 , n. 1, p. 22-24, jun./set. 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100017. Acesso em: 04 jan. 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Dilemas do Ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras. *In*: SANTOS, J. V. T.; MADEIRA, L. M. (org.). **Segurança Cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 19-40.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-12, jan./mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 set. 2018.

SANTOS, Mariana Chies Santiago. Avaliação por Parte dos Beneficiários do PRONASCI: o caso das Mulheres da Paz e dos Jovens do PROTEJO em Canoas e Porto Alegre. *In*: SANTOS, J. V. T.; MADEIRA, L. M. (org.). **Segurança Cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 109-132.

SCHIRMER, Cezar Augusto. **Entrevista**. [Entrevista concedida a] Carlos Robério Garay Corrêa. Porto Alegre: [*s.n.*], 03 dez. 2019.

SERRATO, Héctor Riveros. **Rumo a uma Política Integral de Convivência e Segurança Cidadã na América Latina:** Marco conceitual de interpretação-ação, PNUD. [S.l.]: PNUD, 2007.

SILVA, Fábio de Sá e. "Barcos Contra a Correntes": a Política Nacional de Segurança Pública de Dilma Rousseff a Michel Temer. *In*: CERQUEIRA, D. *et al.* **ATLAS DA VIOLÊNCIA**

2017: Política Nacional de Segurança Pública Orientada para a Efetividade e o Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Ipea, 2017. p. 16-32.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 05 abr. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Governo Tarso Genro Governador Beto Grill Vice – Coligação Unidade Popular Pelo Rio Grande (PSB - PC do B – PT – PR)**. Porto Alegre: [*s.n.*], 2010.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista

Roteiro básico de entrevista da pesquisa "POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: Paradigmas Predominantes Entre 2007 E 2018", realizada com os ex-Secretários de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul Edson de Oliveira Goularte, Airton Aloisio Michels e Cezar Augusto Schirmer:

1. Como foi a sua experiência como Secretário de Estado da Secretaria de Segurança Pública do RS?

2. Quais os fatos positivos e negativos que mais marcaram a sua gestão à frente da secretaria?

3. Quais os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do RS durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública? Havia convergência de objetivos entre o governo e a sua gestão?

4. Entre as alternativas abaixo relacionadas, qual delas mais se adequaria a sua visão para identificar os objetivos de uma política de segurança pública?

a. Proteção aos interesses nacionais associados aos dos segmentos detentores do poder;

b. Preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

c. Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.

5. Qual a sua percepção sobre o fenômeno da violência no Rio Grande do Sul? Qual o seu conceito sobre violência? Havia convergência entre o seu conceito de violência e o do governo?

6. Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir o conceito de violência?

a. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle.

b. Ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública;

c. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

7. Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no Rio Grande do Sul durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, qual o seu entendimento sobre o papel do Estado na formulação e na execução destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo?

8. Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel que deve cumprir o Estado na elaboração e execução de políticas públicas para a área da segurança pública?

a. Controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal;

b. Implementação de políticas setoriais articuladas com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios possuem papel na formulação e execução da política; e além das instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política de segurança, sendo conferido papel importante à gestão local da segurança;

c. Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais com foco na atuação das Forças Armadas.

9. Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no RS durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública do RS, qual o seu entendimento do papel dos indivíduos/cidadania na formulação, execução, acompanhamento e avaliação destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo?

10. Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento do papel dos indivíduos/cidadania na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a área da segurança pública?

a. O papel dos indivíduos/cidadania subordina-se aos interesses nacionais sem que tenham envolvimento com a formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança.

b. O texto constitucional estabelece a segurança como papel de todos, no entanto o indivíduo/cidadania são tratados como beneficiários das políticas de segurança.

c. Os indivíduos/cidadania são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

11. Quais as estratégias de políticas públicas para a área da segurança pública propostas pelo Governo do Estado durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública?

12. Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir as estratégias de políticas públicas para a área da segurança utilizadas durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública?

a. Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade;

b. Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.

c. Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; Papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública: estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

13. Qual o paradigma de segurança que orienta as suas concepções sobre políticas públicas para a área de segurança pública no Brasil?

14. Qual o balanço final que o senhor faz da sua gestão à frente da secretaria? Houve mais convergências ou divergências da sua visão sobre segurança pública com o governo?

15. Durante o período que o senhor esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública do RS, algum programa/projeto/ação caracterizou este período de forma mais significativa?

16. No seu entendimento, quais as principais diferenças entre as visões de políticas públicas para a área de segurança concebidas pelos governos da Governadora Yeda Crusius, Governador Tarso Genro e Governador José Ivo Sartori?

APÊNDICE B – Entrevista (Goularte)

Com a finalidade de buscar subsídios para identificar o paradigma ou os paradigmas de Segurança Pública que orientaram a formulação, a gestão e a execução das políticas públicas para a área da segurança pública no Rio Grande do Sul ao longo do período compreendido entre 2007 e 2010, durante a gestão da Governadora Yeda Crusius, entrevistamos o General Edson de Oliveira Goularte, Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul de 27 de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2010.

General da reserva do Exército Brasileiro, oriundo da arma da infantaria, Edson de Oliveira Goularte possui mestrado em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e pós-doutorado em Planejamento e Aplicações Militares pela Escola de Guerra do Exército Italiano. Tem formação em Matemática, pós-graduação em Matemática Superior e em Ciência Política, e extensão universitária em Estudos de Política e Estratégia Governamental. O General Edson de Oliveira Goularte foi o Secretário da Segurança Pública mais longevo do Governo Yeda Crusius, permanecendo no cargo por dois anos e cinco meses.

Apresentamos ao entrevistado um conjunto de questões as quais respondeu em uma conversa gravada que transcrevemos a seguir.

Pergunta: Quais os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do RS durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública? Havia convergência de objetivos entre o governo e a sua gestão? Havia convergência de objetivos com a Governadora?

General Goularte: Eu fazia parte da cota dela e quando eu assumi a secretaria, pude me inteirar de como ela havia concebido o como deveria ser a segurança.

Aí me deparei com o programa dela, “Cidadão Seguro”, que em última análise apoiava-se em 6 eixos, mas o objetivo que se queria ao desenvolver esses programas, era o fortalecimento das estruturas, das organizações vinculadas a segurança pública. Ela percebeu que sem esse fortalecimento, sem se proporcionar aos órgãos que farão os trabalhos de proteção da sociedade, os meios e as condições necessárias não se obtém resultado. Eu até sempre digo o seguinte: Forneçamos aos de segurança os meios e eles nos devolverão em termos de resultados aquilo que nós mais desejamos, que é o aumento da paz e da tranquilidade.

Eu cheguei a quantificar na época o quanto que custava, o quanto que valia uma ocorrência a menos. Porque no governo dela, quando ela assumiu, não sei se você já deve ter

percebido, o controle da violência é feita por intermédio do controle dos registros das ocorrência policiais feitas no estado como um todo no sistema online. Foi na delegacia e registrou, passa a fazer parte das estatísticas com 13 indicadores. Então esses 13 indicadores somavam 349.620 ocorrências p/ano. Quando eu passei a pasta para o secretário Michels esse número era menos de 300 mil ocorrências, mas no somatório, porque no 1º ano ela não conseguiu reduzir nada.

Foi o ano que eu não estava na secretaria e ela, foi o ano que ela priorizou o ajuste fiscal, controle forte sobre as contas públicas, então ali foi um ano muito difícil que eu não peguei. Eu já peguei no 2º ano quando ela começou a vislumbrar a possibilidade de não só atender o custeio mas também alguns investimentos, principalmente na segurança. E o terceiro e o quarto ano foi aquele show de bola, onde ela liberou, graças ao caixa saneado, ela pode liberar recursos na quantidade necessária e suficiente para que nós apresentássemos resultados melhores na área da segurança.

Então no 1º ano não houve nenhuma redução, no 2º houve uma redução assim muito tímida, mas já deu para perceber uma tendência. No 3º essa redução foi significativa, mais de 50 mil ocorrências a menos, ou seja menos 50 mil ocorrências, caímos pra menos de 300 mil, no 3º ano, no 4º ano mais outros 50 mil a menos fazem com que nos 4 anos nos tivéssemos cerca de 140 mil ocorrências a menos, não 129 mil, ou seja 129 mil pessoas deixaram de comparecer nas delegacias para registrar algum dano pessoal ou material.

Tem preço isso? Não tem preço, principalmente quando se tratar de homicídios e latrocínios. Roubos e furtos: ah, é desagradável, mas você não tendo colocado em risco a sua própria vida, se não gostou mais, com o tempo você vai, claro tem o stress pós-traumático que é um problema de saúde pública.

Então esse foi o legado que ela deixou né. Ela trabalhou a questão da segurança pública como uma questão de estado e não de governo. Questão de estado, e é como eu também acho que a segurança pública tem que ser tratada. Não pode ser um problema de governo, tem que ser de Estado para que se dê sequência naquilo que deu certo e mude-se aquilo que não deu tão certo, que é o direito do novo governante. E a outra é vontade política, que é outro aspecto estratégico. Vontade política é aquela vontade que faz com que as coisas que foram eleitas como imprescindíveis e não necessárias vão receber as prioridade maiores. Governar na escassez é estabelecer prioridade. O governante que não se estrutura semestralmente. Assim dessa forma ele deixa a desejar em relação ao seu público, ao público que o elegeu. Governar é estabelecer prioridades, claro que ele vai explicar por que que está dando aquela prioridade.

Pergunta: Entre as alternativas abaixo relacionadas, qual delas mais se adequaria a sua visão para identificar os objetivos de uma política de segurança pública?

a. Proteção aos interesses nacionais associados aos dos segmentos detentores do poder;

b. Preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

c. Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.

General Goularte: É letra b. A letra c estaria na frente da a. Então é b, c, e a. Se eu fosse colocar numa ordem seria b, c, a.

Pergunta: Qual a sua percepção sobre o fenômeno da violência no Rio Grande do Sul? Qual o seu conceito sobre violência? Havia convergência entre o seu conceito de violência e o do governo?

General Goularte: A violência no meu entendimento não é um fenômeno que diz respeito somente ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, é um fenômeno mundial, nas suas mais variadas formas.

Nós temos a violência considerada violência urbana e não temos nada de terrorismo, não temos nada de fanatismo. Nossa violência é muito específica, ela é aquela que acontece principalmente nos grandes centros urbanos, devido à concentração, concentrações urbanas. A forma como as pessoas vivem nesses grandes centros, contribuem seguramente para que ali a violência se instale com maior intensidade, tanto é que se você observar bem, a região metropolitana de Porto Alegre, Porto Alegre e os municípios do entorno, são 11 se não me engano, ela tem 1/3 a ¼ da população do Rio Grande do Sul e responde com quase 40 a 50% da violência, decorrente dessa concentração.

O interior é mais tranquilo e mais pacífico porque os ambientes são mais diluídos e o nível de educação dessas cidades é muito mais preservado, a educação formal, não o ensino, a educação proveniente do lar, da estrutura familiar. Então o que eu diria: A violência no Rio Grande do Sul é uma violência que existe em todo o país e não difere coisa nenhuma viu.

Ela é uma questão mundial, preocupa a todos, só que nós ainda não conseguimos encontrar qual a melhor maneira de mantermos essa violência sob controle, porque ela aparece e alguns dizem que ela chega a ser uma doença incurável, mas ela é tratável.

Os países mais desenvolvidos conseguiram encontrar um meio termo, claro que aparece agora essas questões de terrorismo como nós temos assistido, mas no cotidiano, no convívio dos cidadãos a coisa funciona bem mais, de forma bem mais segura viu.

Então, o programa da Governadora Yeda Crusius, ele tinha, a minha visão, já era adequada àquilo que já havia visto e claro que eu fui aprendendo pouco a pouco. Tanto é que os primeiros 30 dias eu reservei para me inteirar do como era a segurança e os seus órgãos. Só a partir daí eu me senti em condições de opinar sobre o trabalho da Brigada Militar na prevenção e na repressão, o trabalho da Polícia Civil na investigação, o trabalho depois do Instituto Geral

de Perícias na sua perícia, depois o trabalho da manutenção do encarceramento com os agentes penitenciários.

Então, enquanto eu não percorri todas essas organizações vinculadas, onde eles me apresentaram, me fizeram uma exposição e eu pude interagir com eles, eu não me sentia completamente no domínio daquelas questões que diziam respeito à atividade logo que eu estava enfrentando e ao assumir eu recebi orientações específicas da Governadora Yeda Crusius.

Porque ela tinha uma compreensão exata de que um dos maiores problemas era a questão prisional. Ela me chamou lá e logo em seguida eu assumi em 27 de julho de 2008 e nos primeiros dias de outubro ela emitiu um decreto criando a "Força Tarefa Prisional" que era na verdade a resposta dela a esse problema sério que a segurança pública enfrentava e pelo qual se não houvesse esse esforço, a tendência é que cada vez mais nós estaríamos em risco dos eventos que ocorreram depois, mais recentemente no Brasil todo. Rebeliões de toda a ordem, enfim, dando a impressão de que o Estado não tinha mais controle algum. O Rio Grande do Sul é quase como um oásis assim, nós depois daquela última rebelião no Presídio Central, foi em 95, nós nunca mais tivemos nenhuma rebelião.

Então, a visão que o governo da Governadora Yeda Crusius tinha da questão da violência caiu de luva naquela minha visão. Porque na verdade o secretário, sendo o terceiro, eu era o maestro das ações, porque o secretário é um ente político, ele não é o comandante das organizações vinculadas, o comandante é o Governador. Eu era o ente político que representava ela, para dentro e para fora, e nesse sentido o pensamento que ela tinha, que o governo dela tinha sobre segurança pública, não gerou nenhum problema para eu rapidamente me adaptar.

Pergunta: Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir o conceito de violência?

a. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle.

b. Ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública;

c. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

General Goularte: Para mim é a C. Depois a "A" é a número dois.

É claro que hoje eu estou me reportando àquele período, porque hoje provavelmente nós não poderíamos desprezar a letra B. Dentro dessas palestras que eu tenho feito, dizendo que a violência brasileira é uma questão de segurança nacional, levando em conta a intensidade, a extensão e o custo que ela gera para o Estado como um todo, esses 3 aspectos, quando você examina com lente de aumento, você vai perceber que essa nossa violência não pode mais ser

tratada nem como questão de polícia, nem como problema social. Ela é um problema de segurança da Nação, porque ela já vem afetando em alguns momentos a própria estabilidade das instituições. Quer dizer, o crime organizado desafia as instituições sem medo nenhum das consequências. Por ocasião daquela rebelião em 2017 ou 16 lá em Manaus, depois no Pará, depois no Rio Grande do Norte, onde eles fizeram verdadeiras atrocidades com decapitações e tudo, os órgãos responsáveis pela manutenção da lei e da ordem pública eles estavam sem saber qual a melhor atitude naquele momento para aqueles casos. Tanto é que chamaram as Forças Armadas para ver se naquelas circunstâncias nós, chamaram depois quando eles já estavam no limite né? E porque ninguém tinha coragem de tomar decisões que talvez o caso requeresse, para impor autoridade. Só que é aquela história, nem sem poderia até o uso controlado da violência para debelar a situação. Talvez exigisse um uso mais intenso e isso amedrontava os governantes. Olha agora em São Paulo aí, o Governador Dória com esse episódio lá no baile funk. São situações que não, por mais que a estrutura seja instruída, eles estão aí, eles podem ocorrer a qualquer momento. Agora o fundamental é que sempre se investigue pra ver onde é que se errou e se tome as providências para definir autorias e materialidades de ambos os lados, para que isso sirva de ensinamento e não se repita, né?

Pergunta: Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no Rio Grande do Sul durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, qual o seu entendimento sobre o papel do Estado na formulação e na execução destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo da Governadora Yeda Crusius?

General Goularte: O Estado, eu acho aí, e a Governadora Yeda Crusius e o Programa de Prevenção à Violência mostra bem. É um exemplo de como ela tinha uma visão de que o Estado tem que ser indutor, indutor das políticas públicas, e essas políticas serão tão melhor definidas quanto maior for a participação da sociedade na sua elaboração e execução. Então o Estado, como ele tem o monopólio do uso da força, é dever do Estado, é uma obrigação nesse campo da segurança pública. E é usado para preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio. Então o Estado também é o indutor, agora precisa fazer com que a sociedade também esteja presente, e hoje a sociedade tem diversas organizações viu. Associações de moradores, condomínios e associações de classe. Então ela tem 'N' instrumentos para que ela possa se valer, quando ela deseja fazer algo que interesse a uma comunidade.

Pergunta: E na sua percepção, junto com a Governadora que trazia inclusive dentro do Programa de Prevenção à Violência essa proposição da participação da sociedade, o senhor percebeu se isso tinha eco por dentro das estruturas que executam?

General Goularte: Tinha, tinha sim, tanto é que é total. É porque, é claro que dentro do programa, do PPV, viu, você vai, como dei pra você, ali tem o programa inédito de prevenção da violência. Ações do PPV educação, esporte e lazer. Então você vê, essa secretaria tinha uma participação muito importante, não era só segurança viu. Segurança era um item, mas ela dava aquela tranquilidade para que os demais órgãos envolvidos: saúde, educação, esporte, lazer e saúde, pudessem exercer o seu trabalho com mais tranquilidade e eficiência. Então isso era um aspecto muito importante, ela trazia para dentro da construção do projeto, todas as forças que pudessem colaborar na obtenção dos resultados desejados.

Você vê que para a definição do PPV foi feito um levantamento dos 51 municípios mais violentos do Rio Grande do Sul. Com maiores índices de criminalidade. E desses, qual a região desses municípios que era a causadora do maior número desse índice levantado. Essa região era objeto de um estudo e a partir dali se levantava os aspectos e fatores, e procurava-se atacar exatamente isso. Alvorada por exemplo, que sempre foi o município mais violento do Rio Grande do Sul, recebeu uma atenção muito especial nesse sentido e com isso a gente ia revertendo gradativamente esses índices, porque a comunidade se associando, os moradores enfim, associação de moradores, daqui um pouco você vê que o Estado quase que só entra como um complemento, porque a sociedade tem uma força própria, ela precisa defini, ela precisa uma definição dos caminhos e o apoio, muitas vezes material ou recurso financeiro e isso o Estado pode proporcionar a eles.

Pergunta: Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel que deve cumprir o Estado na elaboração e execução de políticas públicas para a área da segurança pública?

a. Controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal;

b. Implementação de políticas setoriais articuladas com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios possuem papel na formulação e execução da política; e além das instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política de segurança, sendo conferido papel importante à gestão local da segurança;

c. Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais com foco na atuação das Forças Armadas.

General Goularte: Eu diria o seguinte, há dois aspectos. São complementares, olha só: O "controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão", na verdade não é o foco, né? Eu sempre entendi o seguinte: O foco tem que ser na prevenção. A repressão

é uma decorrência de a prevenção tendo falhado, você tem que reprimir, viu? E com os meios que você dispuser e conforme a situação, né? E o cara não, nós os órgãos de segurança, não pode esquecer que como é que está escrito no Art. 142, o Estado, lato senso, ou seja os seus poderes e nos seus 3 níveis, federal, estadual e municipal, então é vertical e horizontal. Por isso que a junção do A e B, eu acho que vai responder melhor essa questão, viu?

Eu diria porque a gente tem que priorizar a prevenção, esse é um outro aspecto estratégico que eu, quando me manifestei sobre "repensando a segurança pública na visão estratégica e tática-operacional", priorizar a prevenção faz com que a partir daí as demais cadeias que participam do combate da prevenção, do caminho do combate à violência se beneficiem. Tanto é verdade que doutrinariamente se diz que se você dispuser de 100 unidades monetárias para aplicar na segurança pública, 90% você tem que utilizar priorizar na prevenção, porque prevenir evita que o fato aconteça, porque depois que o fato aconteceu você já tem prejuízos, alguns irreparáveis como é o caso dos homicídios, dos latrocínios.

Então tudo que você fizer para evitar que o fato aconteça, sempre será aquém daquilo que se gostaria. Porque não se consegue 100% de prevenção, ela tá fora do aspecto dos órgãos policiais prevenirem. Tem a violência intramuros, principalmente em decorrência do consumo de bebidas alcoólicas. Então ali a autoridade policial é impotente. Acontece a despeito de você ter policiais distribuídos em todo o espaço urbano. Não pode prevenir, você tem que reprimir com qualificação.

Agora, a prevenção falhou, a repressão falhou, aí depois entra a polícia civil para definição da autoria e materialidade, A investigação ela tem que ser eficiente. Agora quando você não previne e não reprime, o acúmulo de investigações da polícia torna muitas vezes aquele efetivo da polícia insuficiente, como é o caso. Aí depois da investigação você tem o processo de julgamento, uma enxurrada de questões vai pro sistema judiciário, ministério público, defensoria. Eles não dão conta, por isso as sentenças demoram um tempo enorme porque, por mais que se trabalhe para um fortalecimento do poder judiciário, você não consegue dar vazão à demanda. Uma vez eu assisti uma palestra do presidente do Tribunal de Justiça: São 2 a 3 milhões de processos que entram de todas as áreas, econômica, criminal, civil, é uma coisa de louco, só você vivendo lá para você ver.

Pergunta: Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no RS durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública do RS, qual o seu entendimento do papel dos indivíduos/cidadania na formulação, execução, acompanhamento e avaliação destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo da Governadora Yeda Crusius?

General Goularte: É o que eu já tinha falado anteriormente, toda a política pública imposta de cima para baixo, a tendência dela é ter um resultado ameno. Aquém daquele que nós gostaríamos. Quando você envolve a sociedade, os resultados são muito mais palpáveis, viu? Tanto é que toda a vez que nós nos reunimos aí pelo interior do Rio Grande do Sul com os órgãos de segurança, a gente procurava ter contato com as entidades mais representativas. E aqui no Rio Grande do Sul, nós tínhamos contato com os COREDE e com os conselhos CONSEPRO.

Um CONSEPRO maravilhoso era o de Venâncio Aires, talvez seja um dos melhores CONSEPROS. Um outro que era muito bom, eu fui algumas vezes lá prestigiar porque eu via a importância que eles tinham, era o CONSEPRO de Bento Gonçalves. Era o Jobino Demari o presidente. Eu cheguei, no meu tempo de secretário a conceder uma sala para que ele, presidente estadual dos CONSEPROS pudesse trabalhar ali, do lado do secretário, porque é uma entidade, tinham cento e poucas entidades de CONSEPRO. E ele movimentava uma máquina público-privada interessante para o apoio das instituições. Então o papel do indivíduo aqui é fundamental principalmente por intermédio das associações que existem nos espaços urbanos onde nós pretendemos imprimir alguma ação. Você tem associações de moradores, você tem associações de classe, você tem os condomínios, viu? As igrejas, você depois tem a associação comercial e industrial, comércio logístico, CDL. Então você tem todas essas entidades, elas compostas por indivíduos, na medida em que eles se voluntariam para prestar o apoio que cada um pode, as ações, os resultados sempre serão melhores.

Pergunta: Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel dos indivíduos/cidadania na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a área da segurança pública?

a. O papel dos indivíduos/cidadania subordina-se aos interesses nacionais sem que tenham envolvimento com a formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança.

b. O texto constitucional estabelece a segurança como papel de todos, no entanto o indivíduo/cidadania são tratados como beneficiários das políticas de segurança.

c. Os indivíduos/cidadania são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

General Goularte: Letra c.

Pergunta: Qual a estratégia propostas para o desenvolvimento de políticas públicas para a área da segurança pelo governo da Governadora Yeda Crusius, e qual foi desenvolvida durante a sua gestão à frente da Secretaria da segurança Pública?

General Goularte: Estratégia é uma questão de Estado. Uma estratégia tem que ser uma questão de Estado. Vontade política ou seja prioridade absoluta para o assunto porque é a própria sociedade que se manifesta que esse é o assunto que mais preocupa, viu?

Um outro aspecto estratégico importante aqui é a integração, visão sistêmica, com integração total de esforços. É um outro aspecto fundamental aqui pra nós enfrentarmos melhor a questão, viu? E isso eu encontrei presente no Programa de Governo da Governadora Yeda Crusius. Ela sempre deu prioridade total, era uma conhecedora bem acurada da questão, viu? E como a formação dela era administração, se não me engano, ela tinha uma capacidade muito grande de ver de que forma o planejamento deveria ser conduzido para que obtivesse os resultados mais favoráveis possíveis.

Pergunta: Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas, no seu entendimento, definiria a estratégia de políticas públicas para a área da segurança utilizadas durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública?

a. Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade;

b. Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.

c. Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

General Goularte: É letra a.

Informações você vê que era um dos eixos que a governadora deu atenção muito especial: modernização da inteligência. Uma eficiência da atuação dos órgãos de segurança passa pela modernização do serviço de inteligência. Porque a inteligência pode, pode não, aliás, ela contribui para que as ações a serem desenvolvidas sejam nos locais onde os fatos estão acontecendo ou poderão acontecer.

A análise estatística da violência permite que nós distribuamos o nosso esforço, para que a partir daí, com as informações colhidas, se planeje melhor a atuação dos órgãos de segurança. Só para você ter ideia, um pequeno exemplo: Em 2009, em dezembro de 2009 começaram as primeiras ações de quadrilhas organizadas atuando contra o sistema bancário do interior. Pegou de surpresa com esse tipo de ação delituosa. Aí nós fizemos um encontro, eu acho que foi um encontro histórico, eu não me lembro se depois alguma outra vez aconteceu. Eu patrocinei um encontro da cúpula da Brigada Militar com a cúpula da Polícia lá no QG da Brigada. Ali nós estabelecemos estratégia comum de atuação para essa questão. E ali foi percebido, que por exemplo, que o esforço da Inteligência era durante o dia. Só que os bandidos estavam atuando à noite, então nós mudamos, continuamos a colher informações diurnas, mas uma parte da estrutura de segurança que faz serviços reservados dos órgãos, passou a atuar também à noite. O resultado foi: Passaram a trocar informações. No início de janeiro já desbaratamos a primeira quadrilha, que estava concentrada aqui em São Leopoldo.

Com a capacidade que a gente, a gente se debruçando no problema e chamando as pessoas certas, não já há problema insolúvel. Normalmente o que acontece, é que às vezes a gente deixa de olhar adequadamente e não traz todas as pessoas que poderiam ajudar. O resultado fica uma solução meia-boca, viu? E essa atuação conjunta da Brigada foi histórica, viu? Porque eu não me lembro mais de ter acontecido uma outra reunião. A cúpula da Brigada com a cúpula da Polícia, delegado de quatro estrelas com os coronéis ali, que é uma coisa que não costumava acontecer, viu?

Pergunta: Qual o paradigma de segurança que orienta as suas concepções sobre políticas públicas para a área de segurança pública no Brasil?

General Goularte: Dentro dessa ideia, eu acho que vale aqueles comentários que eu fiz a respeito de aspectos estratégicos. Vontade política, prioridade absoluta. Mais um aspecto aqui, é um tripé praticamente, viu? Visão sistêmica por causa da integração e pactuação. Hoje, mais do que nunca há necessidade de no estabelecimento de políticas públicas, se estabeleça um pacto. O que que é pacto? Pacto são compromissos que cada um dos participantes de determinado fórum ou encontro, em função do problema examinado, ele assume para que aquele problema, para que aquela questão deixe de ser problema.

O grande exemplo que eu dou é o Pacto Anti-Crime realizado em agosto de 2008 no México. Quando o México percebeu que toda a sociedade e as estruturas estavam afundando junto com o crime, o narcotráfico lá, e o presidente convocou, liderou um grande encontro nacional dos poderes, dos governadores, da igreja, das federações, tudo que poderia de alguma forma contribuir para que esse esforço conjunto permitisse a reassunção do controle da

violência. Foi trabalhado ali, até é interessante que a televisão naquela participação, ela percebeu que a forma que ela conduzia a sua grade de programas, então ela disse eu vou fazer, pode chamar o nome que quiser, uma auto censura, vou cuidar melhor da grade. E ela colocou lá como compromisso, listou lá, isso está no meu alcance, ninguém vai dizer pra mim, nós aqui vamos fazer isso, e assim a igreja disse como ela poderia, porque num pacto não é o cara pedir alguma coisa para fazer aquilo, não. Cada um com o que tem. Ele vai dizer o que ele pode fazer, tanto é que por isso há um preparo anterior, aonde reuniões preliminares constroem aquilo que cada um vai apresentar depois nesse grande encontro. Então pactuação é um aspecto fundamental hoje para que nós consigamos fazer a roda girar em proveito da sociedade, fazer a roda girar na melhoria da segurança em proveito da sociedade.

Pergunta: Qual o balanço final que o senhor faz da sua gestão à frente da secretaria? Houve mais convergências ou divergências da sua visão sobre segurança pública com o governo?

General Goularte: É como eu digo, balanço final do governo, da segurança pública no governo da Yeda, foi esse que eu te falei lá. Um passivo de 349.560 ocorrências, nós conseguimos uma redução na soma dos três anos de 129mil ocorrências. Então deixando claro que gastos com segurança não são despesas, são investimentos, porque está em jogo o quê? Os bens mais preciosos que nós arduamente conquistamos: A vida, patrimônio e a liberdade. Isso não se transige com esses três valores fundamentais para uma sociedade democrática. Tem que ser preservado sempre. Então o legado foi o sentido de que a visão que a governadora teve a respeito, conforme os programas desenvolvidos, fortalecimento dos órgãos de segurança, e depois a integração, contribuiu para que nós tivéssemos esses resultados.

Pergunta: Durante o período que o senhor esteve à frente da Secretaria da Segurança Pública do RS, algum programa/projeto/ação caracterizou este período de forma mais significativa?

General Goularte: Seriam esses dois: O Cidadão Seguro, composto de seis projetos e um de PPV, que são os mais simbólicos.

Pergunta: No seu entendimento, quais as principais diferenças entre as visões de políticas públicas para a área de segurança concebidas pelos governos da Governadora Yeda Crusius, Governador Tarso Genro e Governador José Ivo Sartori?

General Goularte: A visão da Governadora Yeda era uma visão global, né? Ela não fazia distinção nenhuma, delinquente é delinquente e o papel do estado é proteger a todos.

Até porque existe um aspecto muito importante, o marginal de um modo geral, ele não atua, ele vai à busca daquilo que onde ele mora não existe. Patrimonialmente o que ele quer tá fora do local onde dele mora. Então as atuações deles são fora do ambiente que ele mora.

Claro, o ambiente que ele mora, você tem que ter atuações muito específicas para que por intermédio dessas ações, você atingindo as causas, reduza o ingresso gradativo daquele contingente ali para o mundo da criminalidade, aumente as oportunidades. Então o marginal, ele vai onde há riqueza que ele não obteve honestamente. Existe isso, essa a visão da governadora Yeda Crusius.

Ela trabalhava para que todos pudessem se beneficiar das ações do Governo, empreendia na área da segurança pública sem fazer distinção nenhuma. E delinquente é delinquente. Ela não entrava muito nessa consideração de ordem sociológica, e isso marcava. Tanto é que no período que ela esteve à frente do governo, em nenhum momento nós nos preocupamos com a criação de Territórios de Paz. Os que foram criados aqui ou que se tentaram, vieram com recurso do Governo Federal, que não foram a frente. Por exemplo, eu fui no evento lá na Bom Jesus, a favela bem complicada ali e lá. O Guajuviras já foi da Yeda, porque aquele complexo que lá, aquilo foi uma construção do prefeito Jairo Jorge com a governadora.

O prefeito Jairo Jorge é uma cara que era do PT, mas ele tinha uma visão muito apropriado daquilo que poderia interessar aos seus munícipes, e nesse momento ele não tinha, o partido era irrelevante para ele. Então quando a governadora anunciou, ele foi o primeiro e ganhou e muitos benefícios para o município. Em função de ele ter colocado à disposição do estado aquela área lá, que só depois avançou porque o próprio governador, ele pediu para não ser assinado. Já estava pronto o PPV, não a PPP. A PPP já estava pronto, já percorrido todas as etapas do processo para que houvesse assinatura. E aí por ele ter uma visão diferente, ele solicitou e ela concordou em não assinar o ato final do desenvolvimento da parceria público-privada, para a construção do complexo lá de 3000 vagas em Canoas.

APÊNDICE C – Entrevista (Michels)

Em busca de subsídios para identificar o paradigma ou os paradigmas de Segurança Pública que orientaram a formulação, a gestão e a execução das políticas públicas para a área da segurança pública no Rio Grande do Sul ao longo do período compreendido entre 2011 e 2014, durante a gestão do Governador Tarso Fernando Hers Genro, entrevistamos Airton Aloísio Michels, Procurador de Justiça do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul. Airton Michels foi o Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, em uma coalizão de governo envolvendo o PT, PSB, PC do B, PR, PDT, PTB, PPL e PRB, liderada pelo Governador Tarso Genro.

Com formação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Procurador de Justiça do Ministério Público Estadual Airton Aloisio Michels foi Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Superintendente da Superintendência de Serviços Penitenciários e Secretário Adjunto da Secretaria de estado da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul durante ao gestão do Governador Olívio Dutra.

Apresentamos ao entrevistado um conjunto de questões, as quais respondeu em uma conversa gravada, transcrita a seguir.

Pergunta: Quais os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública? Havia convergência de objetivos entre o governo e a sua gestão? Havia convergência de objetivos com o Governador?

Airton Michels: Se criou na América Latina e eu não sei bem por que, depois de tantas ditaduras nos anos 70, que as instituições de segurança pública também devem ter políticas de prevenção à criminalidade. Isso é uma novidade. Porque até então se cobrava das instituições, solução para a resposta ao cometimento de crime. Sempre reativas, esse é o preparo.

Lógico, a polícia militar tem a função preventiva também e está ali fazendo flagrantes e tal, mas a civil tinha que dar a resposta, investigar.

E observa como no atual governo, já no governo Sartóri, a mídia tem dado importância para as reações. Hoje se tu ouvisse a Gaúcha, a Bandeirantes, hoje de manhã só falavam num júri que vai ter em Charqueadas. Um caso de um menino, como solução. E tu notar na mídia, quando ocorrer um assalto, a mídia noticia a solução nos últimos tempos. Isso reforça os governos.

No nosso tempo as soluções não eram noticiadas, raríssimamente. Foi noticiada a solução do rapaz que matou seis taxistas. Agora tu nota o conceito. É assim: A brigada faz o que pode, a polícia faz o que pode, e a falta de recursos, a polícia está fazendo muito. Agora o governo não é bom, porque se tem essas polícias que dão a solução.

Agora nós da esquerda assumimos isso? Até hoje eu tenho dúvidas se esse é o caminho, porque não se pôde, não se teve tempo. Quando entra essas questões, a questão diplomática. Eu fico pensando, é caso. Veja bem a questão dos núcleos policiais. Isso são ações de prevenção, mas fundamentalmente de repressão. É o cara morando na vila. As instituições não estavam preparadas e não queriam isso.

Os objetivos que eu te digo: criar uma polícia mais democrática, mas o objetivo é o seguinte: Cuidar dos índices de segurança, baixar os índices mantendo os escrúpulos. Vou te dizer uma coisa eu não confio nos índices do governo (atual). Que estão divulgando agora, porque um governo que prende presos em viaturas, que fecha a rua, avenida e bota presos nas viaturas. Como que não tem lugar nos presídios? Onde cabe 5 mil não cabe mais 50? Não estou falando em delegacias. Porque prender presos em viaturas é crime de tortura. Quer dizer, um governo que faz isso, dentro de uma institucionalidade que não reage à isso, não é confiável na área.

Pergunta: Entre as alternativas abaixo relacionadas, qual delas mais se adequaria a sua visão para identificar os objetivos de uma política de segurança pública?

a. Proteção aos interesses nacionais associados aos dos segmentos detentores do poder;

b. Preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

c. Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.

Airton Michels: É, é a terceira.

Eu fui contraditório quando eu te disse: eu não sei ainda se está certo isso de instituição de segurança se envolver tanto com prevenção, mas esse é o ideal, que a secretaria possa ter. Já que as outras não tem meios para isso. Porque assim, o Tarso um dia disse: “não vai ter Pronasci mas tu vai fazer políticas com as outras secretarias”. E tinha secretário me chamando de governador, porque o Tarso disse várias vezes: “Ninguém instala política social sem falar com o Michels, ele é quem vai dizer onde deve ser instalada”. Bom, daí eu fiz reuniões com os secretários, mas os caras não tinham dinheiro para fazer política. Tirando o Lara com os projetos do Senai, os outros não tinham. Se fez projeto, mas tem que ter recurso. Eu disse: Governador, eles não tem projeto, não por falta de criatividade dos secretários, porque eles não tem recurso.

Pergunta: Qual a sua percepção sobre o fenômeno da violência no Rio Grande do Sul? Qual o seu conceito sobre violência? Havia convergência entre o seu conceito de violência e o do governo?

Airton Michels: Tu vê o seguinte, todos os nossos conceitos, todas as nossas formulações, eu acho que, meio que, não digo, foram não indo por água à baixo, mas foram.

Nossa primeira grande solução disse que a violência estava na miséria, certo? Muito bem. Bom, aí tu começa a estudar esse troço e tu vê que tem a Índia, tem a Bolívia, tem o Paraguai, índices sempre menores que nós, em violência. Sempre avaliando, será que lá eles tem instrumento que traduz essa violência? Será que eles tem pesquisa, se eles enfrentam isso? Se são confiáveis? Porque se tu vai ver os índices de violência, por exemplo baseados em homicídios, em roubos, na Bolívia, Paraguai, na Índia, na China, vamos deixar para lá, são índices muito menores do que no Brasil.

Aí tu foi para a questão da desigualdade. Eu não estou nem falando na Argentina e no Uruguai. No Uruguai o índice está em 11% e só se fala nisso. Acho que nós vamos perder lá. Eles não tem muito o que debater. Não que não tenham, mas de críticas à Frente Ampla porque liberaram a droga e agora está um horror. Não está um horror coisa nenhuma, continua, estão com 11%, tu imagina, a média deles era 6%, 5%. A Argentina é isso também.

Bom depois a gente foi para a desigualdade social, aí a gente vai pro Chile. Vai para, bom, e vem o desemprego. É o desemprego o causador da violência. Bom, nós tivemos quase pleno emprego, né, 4,5% no governo Lula e a violência não diminuiu. Deu uma diminuidinha em 2008, 2009. É, e agora deu essa baixada, mas eu te digo: Com esse governo aqui, eu não confio nessas estatísticas. Aquilo que eu te disse: Porque um governo que põe preso algemado em viatura, não é confiável no que ele está produzindo, né? Em termos de estatística. Eu continuo achando assim, a pobreza é fundamental, a miséria é, mas eu não tenho resposta.

Nós estávamos mais restrito à miséria. E ali também, muito generalizado. Eu vi com muita satisfação quando a Dilma lançou o programa da creche. Porque independentemente de outros fatores, por exemplo, por que que no Paraguai e na Bolívia a criminalidade não é tão alta? Apesar da miséria, por que tu anda por lá e não vê muitos jovens com tênis de marca? É muito restrito. Mas aqui não, aqui nós temos uma pobreza mais democrática. O cara que mora no morro Santa Teresa, ele vai pro centro e passa pelo bairro Menino Deus. Então ele vai ter telefone celular, ele tem acesso à televisão, vai ter acesso a outras coisas, né? Que as pobrezas de outros países, os caras não tinham ainda quando nós começamos a ter. Porque isso influi. É como um guri um dia me disse lá em Sapucaia: Sabe doutor Michels, o senhor quer que eu vá trabalhar. Olha aqui, eu roubo dois, na época era toca-fitas, dois toca-fitas por mês e eu ganho

o que o meu pai ganha. Essas coisas obviamente que contribuem. Mas voltando a questão da Dilma. Uma professora lá da Lomba me disse o seguinte: “Quando a criança chega aqui com a mãe, ela vem bem, porque ela precisa ter autoridade, ter um comando. Agora nós pegamos muita criança aqui que não tem mais jeito. Chega aos 6 ou 7 anos e não tem pai, tem mãe. Mas a coitada da mãe tem mais 3 ou 4 e a deixa ele sozinho, porque tem que fazer faxina. Como é que o senhor acha que com essa idade eu vou mudar a cabeça de uma criança? Não, isso é irreversível”. Eu conversava muito com o Frei Luciano, ele tinha essa ideia também. Isso é um fator, as creches. Ter um lugar, eu não vou entrar naquelas famílias. Os valores. Não é valor de família, uns que não tem família, que tem a coitada da mãe que tem que segurar, né? Isso tudo são fatores.

Pergunta: Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir o conceito de violência?

a. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle.

b. Ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública;

c. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

Airton Michels: É a 1ª que se adequa mais. Porque claro, defesa do patrimônio, essa é uma função, digamos, de uma polícia da Suécia, da Escandinávia, defender o patrimônio e a vida das pessoas. Mas nós temos outros fatores, mesmo a Segurança Pública, ela tem que ter sensibilidade para isso, para essas questões da violência. Tudo isso que nós falamos, porque se tu tem essa violência nativa, genética na sociedade, é muito difícil.

Nós tivemos os Territórios de Paz e no fim nós só pudemos botar polícia, mas isso foi bom. As pessoas gostaram. Mas mesmo assim, nos quatro Territórios de Paz em Porto Alegre, nós botamos um gestor em cada um, mas aumentamos a polícia militar. Onde tinha quinze, foram para trinta. Era o que as pessoas queriam. Dentro de um espírito de convivência comunitária, em alguns lugares conseguia mais, noutros menos. Dependia menos do Coordenador Regional do Território de Paz e mais do oficial da Brigada que estava lá.

Pergunta: Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no Rio Grande do Sul durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, qual o seu entendimento sobre o papel do Estado na formulação e na execução destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo?

Airton Michels: Ele tem que ser eficiente em todos os outros setores, para diminuir a violência, diminuir a pobreza, diminuir a desigualdade. Embora, como te dei os exemplos, eu

diria que as nossas teses não se confirmam. Quando tu vai fazer estudos comparados, tu não tens outros caminhos, tu não vê outros que não seja desigualdade.

Então, se tu ajudar na educação, obviamente que vai melhorar a segurança pública. Mas também não adianta falar em educação se essas pessoas não tiverem condições físicas para estudar. Eu te digo assim, criança mal alimentada. A educação é a solução. Mas a solução maior é aumentar a renda dos pobres. Os pobres terem o que comer, estudar sem fome, cuidar da saúde. É óbvio, isso que é o Estado. Nós estamos num período de desconstituição do Estado, isso é um retrocesso civilizatório. O Estado é o quê? O Estado é a união das pessoas para melhorar a vida comum. Lá quando os Gregos pensaram. Então, isso é o Estado. Se o Estado pudesse, o Estado tinha que estar em tudo. Quanto mais Estado tiver mais comunidade tem.

Agora com esse princípio de Estado fraco, que está na moda, que a mídia apoia desesperadamente, nós estamos perdidos. Porque o evento civilizatório é quanto mais Estado, melhor. Porque aquele Estado repressor, estalinista, não é isso que eu estou falando. Estou falando do Estado de solidariedade, presente quanto mais puder estar. Porque Estado é solidariedade. Foi a grande descoberta, o Estado. As pessoas serem solidárias entre si, criarem a instituição Estado. Porque assim melhora a convivência social e não destruir o Estado.

A visão do nosso governador, o Tarso, sempre teve essa visão, é um estudioso. Sempre teve essa visão quanto mais Estado melhor. Era a visão do nosso governo, de todos os secretários. Tinham que o Estado é quem pode ajudar.

Pergunta: Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel que deve cumprir o Estado na elaboração e execução de políticas públicas para a área da segurança pública?

a. Controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal;

b. Implementação de políticas setoriais articuladas com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios possuem papel na formulação e execução da política; e além das instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política de segurança, sendo conferido papel importante à gestão local da segurança;

c. Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais com foco na atuação das Forças Armadas.

Airton Michels: É a 2ª. Outra coisa que é importante e eu não falei aqui: MP e Judiciário acham que não tem nada a ver com segurança pública. Eu acho que tem muito a ver. Por exemplo, nas prisões descabidas. Quando eu voltei pra cá, a primeira reunião que tive com o

Procurador das criminais, a primeira, nós aqui temos a ver com isso, não é só polícia e brigada. De nós ninguém cobra. Cobram da Segurança Pública. Quiseram o meu fígado, nosso trabalho é “alta justiça”.

Pergunta: Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no RS durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública do RS, qual o seu entendimento do papel dos indivíduos/cidadania na formulação, execução, acompanhamento e avaliação destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo?

Airton Michels: Eu não posso te dizer como diz a Constituição: O cidadão, somos todos responsáveis... artigo 144. Não vou te dizer o que um pai deve fazer, por que depende. Tudo é relativo. Não vou te dizer que o cidadão deva informar quem é o traficante da vila, quem matou, porque na atual conjuntura, ele corre risco de vida. O que vou te dizer é o seguinte: Um cidadão da Restinga, o papel dele é não cometer crime, só. Da parte dele, eu não vou querer que tenha uma participação nos estados conflitados, nas vilas, porque ele coloca a vida em risco. Isso é inegável, eu dizer, até é meio religioso, meio pastoral, o cidadão que tem uma vida, o que eu posso te dizer?

Pergunta: Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel dos indivíduos/cidadania na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a área da segurança pública?

a. O papel dos indivíduos/cidadania subordina-se aos interesses nacionais sem que tenham envolvimento com a formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança.

b. O texto constitucional estabelece a segurança como papel de todos, no entanto o indivíduo/cidadania são tratados como beneficiários das políticas de segurança.

c. Os indivíduos/cidadania são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

Airton Michels: Veja bem, interesses nacionais para mim são os interesses comunitários, se for isto está bem. Mas interesses nacionais, interesses da nação, não. Da segurança nacional que tu quer dizer? Não, daí não, mas vamos deixar claro que interesse é esse.

A alternativa C, esse é o ideal meu amigo, mas aí tu tens um paradoxo. Talvez tu vais conseguir isso no dia em que tu tiver uma criminalidade muito baixa. E para ter uma criminalidade baixa, talvez tu tivesses que passar por isto, por isso é um paradoxo. Então tu

tens que ficar com a segunda opção. Então não vou te dizer, eu não posso exigir que a comunidade se envolva profundamente né, porque hoje em dia nos bairros tem muita força de facções atuando. Isso seria o ideal, evidente.

Pergunta: Qual a estratégia propostas para o desenvolvimento de políticaspPúblicas para a área da segurança pelo Programa de Governo do Governador Tarso Genro, e qual foi desenvolvida durante a sua gestão à frente da Secretaria da segurança Pública?

Airton Michels: Primeiro nós tínhamos uma garantia que se previa. Ganhamos a eleição aqui, a Dilma ganhou lá. Nós tínhamos um conforto político, que era termos o governo federal. Isso não era nem uma estratégia, termos o governo federal, mas aí a Dilma, por razões que eu acho que até já te falei, ela não gostou do PRONASCI. O PRONASCI foi mal vendido pra ela.

Bom, mas aí a primeira coisa que o governador disse: "Nós precisamos dar um jeito na questão salarial desse pessoal". Resolvido isso vieram os projetos, e isso eu já sabia, o Tarso sempre me deixou muito claro uma coisa, que isso eu já sabia antes, que nós não podíamos ter um governo de confronto na Segurança Pública. Tem a questão do presídio central, tem todas aquelas outras, a questão salarial.

Nas questões salariais, quando fizeram isso estava resolvido. Eles queimaram muro, botaram fogo nos carros na época das manifestações de junho de 2013, 2014. Isso foi coisa mesmo da brigada para nos f*, porque a brigada não aceitava aquela nossa posição de paz, de não bater. Aguentar o tirão, não aguentavam, por mais que o Tarso saísse do palácio e fosse lá dar a mão pros caras, não adianta.

Pergunta: Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir a estratégia de políticas públicas para a área da segurança utilizadas durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública?

a. Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade;

b. Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.

c. Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

Airton Michels: Olha, eu te diria o seguinte, bem objetivamente: Nosso projeto mesmo era a primeira hipótese, mas com o negócio da copa do mundo, nós fizemos uma média com a segunda hipótese, não com a terceira. Porque o SUSP na época, praticamente já tinha sido criado. Mas a Senasp foi totalmente desmontada, na verdade no governo da Dilma. Porque o projeto era segurança, vamos chamar de nacional. Era a segurança das fronteiras e tal. Para ter uma copa do mundo bem sucedida. Depois entraram as manifestações. Pensar a segurança pública, pensar em como responder às manifestações, aí sai totalmente dessa primeira. O projeto político era a primeira, mas na prática o terceiro.

A gente fez território da paz, se criou, se fez polícia comunitária. É, mas a gente ficou muito tempo, até praticamente 2014, envolvido com isso (Copa do Mundo de Futebol). Mas lógico, as corporações, não adianta, eles não gostam de projetos sociais. Eles gostam de fazer polícia, claro, é para isso que eles são preparados e geralmente mal ainda.

Pergunta: Qual o paradigma de segurança que orienta as suas concepções sobre políticas públicas para a área de segurança pública no Brasil?

Airton Michels: Eu sempre tive uma certa implicância com o termo Segurança Cidadã, desde sempre. Porque segurança, se não for cidadã o que é? É um bando. Mas na estrutura histórica do país, nós temos que usar o termo Segurança Cidadã. Para não ser a outra, que como está se vendo hoje, que é anti cidadã.

Mas seguramente o paradigma iria ser Segurança Cidadã, que é um conceito nosso, criado pela esquerda e pela academia também. De certa forma, porque a academia sempre foi mais inovadora. Lógico né, era de segurança, que daí envolvia o cidadão na participação e tudo isso. Que os nossos policiais tivessem essa compreensão na abordagem de pessoas e tal.

Nós estamos na eminência de aprovar um assassinato preventivo. A mudança no artigo 25 do Código Penal que o Moro quer, é autorizar os policiais a matar pobre. E matar pobre não é matar rico. É o guri, que é o guri negro, que um dia às 3 da manhã sai correndo entre duas casas lá na vila cruzeiro, o policial vai atirar. O rapaz pode até tá saindo correndo porque estava brincando de pegar, sei lá, né? Isso nunca vai acontecer no Menino Deus. Se um branco sair correndo, um policial vê e diz: “Opa, o que está havendo aqui? Não vai atirar. Não vai atirar primeiro. Lá no coitado, vai atirar primeiro! Então tem isso. Num país como o nosso, em realidade, o termo Segurança Cidadã, como eu te disse que eu tenho implicância, aqui é necessário se usar esse termo, Segurança Cidadã.

Pergunta: Durante o período que o senhor esteve à frente da Secretaria da Segurança Pública do RS, algum programa/projeto/ação caracterizou este período de forma mais significativa?

Airton Michels: Eu vou te dizer o seguinte: Nesse ponto eu fui feliz. Não feliz politicamente, pessoalmente eu e a minha equipe. Primeiro a questão da Patrulha Maria da Penha. Não só porque ela deu o resultado. Ela diminuiu, ela deu uma diminuída boa nos feminicidios. Também nem sei se foi pela Patrulha. Porque também eu não acho possível que um país, que uma civilização possa se desenvolver, com tanta violência contra a mulher. Tu não vai resolver os outros problemas, de violência, de assalto, se a mulher for continuar sendo tratada como ela é. Então pelo menos a questão política. Não tem cidadania, é um problema da América Latina. Só que nós, aqui, é maior de todos. Não é possível que os caras matem, isso eu digo, enquanto não tem processo civilizatório, né?

Depois foi a Polícia Comunitária. Os Núcleos, porquê? Porque era o que os prefeitos adoravam. Segundo que nós fazíamos, eu cheguei a fazer duas ou três reuniões, digamos de devolução depois de 6 meses. Eu ia na comunidade, me reunir com os brigadianos. Os comandos em regra não queriam saber disso. Porque eles perdem. Porque o que era o policial? O policial do núcleo ia morar na vila e só fazer aquilo. Eram dois que iam ter um aluguel pago e se dedicar àquilo. Os comandantes pediam: Eu preciso do cara para fazer uma blitz. Faz as blitz, eu acho importante. Se tem polícia aqui no centro, tem que ter na vila.

Eu notei duas coisas, que foram gratificantes. A comunidade adorava, eu tive devolução em Caxias e diga-se, o primeiro grande parceiro foi o Sartóri, Prefeito de Caxias. Ele disse: “Michels, quantos tu quiser eu boto aqui”. Nós implementamos 18 de largada em Caxias. Em Caxias, eu fui um dia. A comunidade lotou um salão. A comunidade extremamente satisfeita.

Depois os policiais então encantados. Depois em Rio Grande, Novo Hamburgo. Eles gostaram muito. Então foram essas, na verdade, as duas políticas, uma por um princípio básico. Já que nós não temos muito recurso. E os recursos, eu queria realmente, o máximo possível, começar a resolver a questão prisional.

Pergunta: No seu entendimento, quais as principais diferenças entre as visões de políticas públicas para a área de segurança concebidas pelos governos da Governadora Yeda Crusius, Governador Tarso Genro e Governador José Ivo Sartori?

Airton Michels: Vamos começar pelo fim. Tu achas que no governo do Tarso um funcionário da Segurança Pública ia um dia chegar e dizer: Vamos botar preso com algema no carro, já que está superlotado? Tu acha que um funcionário, um brigadiano, um cara do último escalão ia ter ideia de sugerir isso? E se ele tivesse, tu acha que o comando dele, entendeu? Começa por aí. É muita diferença.

O Sartóri ficou um ano e meio torturando preso e as instituições aceitando isso, e a imprensa aceitando. Então, essa para mim já é uma diferença. Nem um brigadiano ia ter a audácia de dar uma sugestão dessa. Já começa por ai.

A Yeda na questão de gestão prisional, vamos começar também aí. Jamais eu faria aquele convênio que a Yeda queria fazer. Era parceria público-privada. Aquilo os estados fizeram. Pernambuco e Minas Gerais. Minas Gerais não foi muito adiante mas fez muita coisa. O projeto era o seguinte: Três mil vagas e tu paga em 29 anos. Consumia todo o orçamento da SUSEPE todo o ano. Todo o orçamento para custeio da SUSEPE. Foi o que aconteceu em Pernambuco. Eles começaram a fazer e viram que não dava. Hoje Pernambuco é pior estado em superlotação prisional no Brasil, de longe. Eles se comprometeram, estava muito caro.

Eu acho que no mínimo a gestão prisional e os cargos fundamentais da gestão prisional tem que ser exercida por funcionários públicos. Também essa diferença é uma visão de Estado. Que o Estado deve ter essa prioridade, né? Na questão da recuperação prisional, de preso, isso é fundamental. Mas tu não recupera preso com presídio superlotado. Primeiro tu tem que ter estrutura, depois vamos pensar no resto, né? Então, do Sartóri eu te dou esse exemplo, né? Da Yeda, essa visão de privatização de ações de segurança pública.

Eu vou dizer, o governo, o nosso, se preocupa, o parâmetro de construção da segurança pública é a questão civilizatória. Dos direitos humanos. Nós não podemos recusar isso. Direitos humanos não é pra proteger bandido, não é nada. É o Estado de Direito, em suma, é o Estado de Direito. Os outros nem falam em direitos humanos, virou pecado falar em direitos humanos. Eles costumam dizer essa história de humanos direitos. Por que que o Sartori deixou presos um ano e meio em viaturas. Por que que essa rapaz que se diz moderno, que vai para Nova York, continua deixando. Porque ele sabe que não tira voto, é capaz até de dar votos. Quer dizer, a gente mesmo abrindo mão de proselitismos e populismos, que nos chamam, a gente segue a linha civilizatória, contra tudo e contra todos, isso é muito diferente.

APÊNDICE D – Entrevista (Schirmer)

Em busca de subsídios para identificar o paradigma ou os paradigmas de segurança pública que orientaram a formulação, a gestão e a execução das políticas públicas para a área da segurança pública no Rio Grande do Sul ao longo do período compreendido entre 2015 e 2018, durante a gestão do Governador José Ivo Sartori, entrevistamos Cezar Augusto Schirmer, Secretário de Estado da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, de 09 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Com formação em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, o Advogado e Professor Cezar Augusto Schirmer foi Vereador em Santa Maria de 1972 a 1974, Deputado Estadual de 1975 a 1995, Deputado Federal de 1999 a 2009, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeito de Santa Maria de 2009 a 2016, e desde outubro de 2019, ocupa o cargo de Secretário da Economia Criativa da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania no Governo Federal.

Apresentamos ao entrevistado um conjunto de questões, as quais respondeu em uma conversa gravada, transcrita a seguir.

Pergunta: Quais os objetivos da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública? Havia convergência de objetivos entre o governo e a sua gestão? Havia convergência de objetivos com o Governador?

Cezar Schirmer: Eu acho que tem duas visões de segurança pública no Brasil, sabe? A visão tradicional, que é aquela visão que segurança é mais policiais civis ou militares, que é mais armas, que é mais coletes, que é mais veículos. Eu acho que isto é muito importante, não tem nenhuma dúvida, de que isso é importante.

Mas tem outras questões que são tão ou mais importantes que isto. É uma visão moderna e diferenciada de segurança pública, que nós tentamos imprimir aqui no Estado, e acho que esta foi a grande diferença.

Primeiro integração. Não pode o nosso país, que é grande, também tem uma distorção, que a Guarda Municipal trabalha de forma independente, a Polícia Civil, Brigada Militar, SUSEPE, IGP, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e até as Forças Armadas, todos eles trabalham sem ter uma integração, sem ter um trabalho conjunto, integrado, no sentido de combater o crime.

Isso é um problema sério, e nós conseguimos enfrentar isso aqui no Rio Grande do Sul, quando criamos o SIMS (Sistema Segurança Integrada nos Municípios). Porque é lá na ponta que as coisas acontecem. Então nós conseguimos ter uma relação muito próxima e intensa e vigorosa, e com resultados, com todas essas instituições que eu estou falando. Só para dar uma ideia. A Guarda Municipal não tinha acesso, como é que era aquele sistema que eles queriam ter acesso lá? Consultas Integradas. Consultas Integradas era para saber se o carro era roubado, enfim, o cidadão estava, se era foragido, qualquer coisa assim. Nós abrimos essas informações para as Guardas Municipais. O Exército e as Forças Armadas tem responsabilidade com a fronteira e nós tínhamos uma dificuldade operacional de trabalhar em conjunto, enfim essas coisas são relevantes e são fundamentais.

Outro ponto, o acesso à tecnologia. Nós lançamos um programa de cercamento eletrônico do Rio Grande do Sul, partindo dos municípios mas envolvendo não só as prefeituras, envolvendo o Estado, que é a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, a Brigada, portanto, a Secretaria da Fazenda porque as câmeras podem identificar também o carro que não pagou IPVA. É do interesse do Estado, da Fazenda e da Prefeitura saber que o carro daquele município não pagou IPVA, mas também da Segurança. Saber que aquele carro é furtado ou roubado enfim, e também a Polícia Rodoviária Federal no sentido que ela controla as estradas, não só a velocidade como hoje ocorre, mas também eventualmente o carro furtado, roubado e etc.

Então essa integração nesse Programa de Cercamento Eletrônico, ele está andando menos, em menor velocidade do que eu gostaria. Nós fizemos o projeto que em dois anos o Rio Grande do Sul estaria cercado, mas aí eu estou querendo dizer que a tecnologia à serviço da segurança, ela é fundamental, e nós estamos anos luz atrasados em relação ao que o mundo mais desenvolvido faz, né? Só para te dar uma ideia, Londres tem praticamente um milhão de câmeras. Uma câmera para cada oito londrinos, se não me falha a memória. Porto Alegre não deve ter mil câmeras. Então, a tecnologia à serviço da segurança. Eu estou falando de uma tecnologia, ela é fundamental. Porque só achar que tem que botar mais gente, mais carro, mais isso, mais aquilo, não vai resolver o problema da segurança.

Agora eu estou falando de questões que impactam a segurança imediatamente, mas tem questões que são estruturais. Por exemplo, a Legislação Brasileira. É uma legislação permissiva, tolerante, eu diria até que estimuladora do crime, tá? A questão da droga. A droga está tomando conta do Brasil. Se tu for a qualquer pequeno município do Rio Grande do Sul, a droga já chegou. Onde a droga chega, chega a violência, chega o crime organizado, chega o homicídio, enfim, a disputa territorial.

A outra questão é a prevenção, nós vivemos numa sociedade violenta, tem alguns municípios, o 190, aquele da Brigada Militar, o que mais chamam, é barulheira, é bebedeira, é violência doméstica. Então nós vivemos numa sociedade violenta, nas pequenas coisas, e obviamente, se você não coibir más condutas, no dia a dia, eu me refiro às pequenas coisas, que não são nem crimes, são pequenas transgressões. Imagina uma criança criada num lar onde o pai bate na mãe, onde o ambiente doméstico é agressivo. Essa criança ela vai reproduzir na rua esse ambiente, ela vai ser agressiva no dia a dia, na escola, vai ser agressiva na torcida do seu time de futebol ou no jogo, ela vai ser agressiva quando dirigir, e depois vai reproduzir na fase adulta. Então essas pequenas coisas.

Iluminação pública é fundamental, uma cidade bem iluminada ela é uma cidade estimuladora da não-violência. Uma cidade mal iluminada é ao contrário. A organização urbana, uma cidade bem organizada e bem cuidada, que cuida o seu lixo, que cuida da limpeza urbana, que cuida da iluminação pública, que cuida das calçadas, e cuida o trânsito, enfim. Esta ordem urbana e esta urbanidade dos cidadãos, ela é fundamental também para a sociedade não violenta, que é base de uma sociedade onde o crime não exista ou seja pequeno. E estou falando de uma ponta da prevenção.

Agora tem a outra ponta. O Sistema Prisional Brasileiro é caótico, é o caos, seja porque a legislação coloca muitas vezes na cadeia, 40% dos que estão na cadeia são presos provisórios. E muitas vezes você coloca na cadeia o pequeno traficante. Nem acho que tem que se discutir esse assunto, porque afinal se há crime tem que... Mas a legislação brasileira é muito ruim neste ponto de vista, porque você mistura presos de alta periculosidade com aqueles que estão iniciando no mundo do crime. Você está entregando para o mundo do crime, do crime organizado, do grande crime, mão de obra pré-qualificada, e quando ele sai da cadeia já sai devedor. Então tem que fazer uma reestruturação de toda a questão da segurança, todo o enfoque que é dado à segurança pública, né?

Infelizmente hoje, seja o aparato legal, seja a questão financeira, seja a questão da prevenção, que não existe, seja a questão da droga que está tomando conta do país, seja o sistema prisional falido, é tudo uma soma de fatores, de fatos que se não forem alterados, você pode baixar os indicadores. Mas a partir de um X, não baixa mais, porque aí você não atacou as causas da insegurança e da violência. Então essa visão que eu estou tentando te expor aqui, era uma visão que nós tentamos introduzir na segurança pública, essa modernidade buscando a integração. A tecnologia, envolvendo a sociedade. Nós conseguimos construir três presídios novos com recursos que o Estado não tinha, mas entregando imóveis do Estado, como forma

de pagamento para a empresa privada construir o presídio. Aí, a base de uma gestão inovadora é a criatividade, então o que se fez exatamente, foi isso.

Pergunta: Entre as alternativas abaixo relacionadas, qual delas mais se adequaria a sua visão para identificar os objetivos de uma política de segurança pública?

a. Proteção aos interesses nacionais associados aos dos segmentos detentores do poder;

b. Preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

c. Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.

Cezar Schirmer: Eu acho o seguinte: No longo prazo, como solução definitiva, a terceira, ela é fundamental, entendeu? Sem ela você não resolve em definitivo o problema de uma sociedade violenta e insegura, então a terceira, ela é uma política de longo prazo. Mas você não pode esperar que ela possa, daqui a vinte anos, ela possa resultar em benefícios positivos.

Então, acho que o primeiro trabalho que eu faria seria o segundo. Você tem que diminuir a violência, você tem que estancar o processo de violência e de criminalidade, no curto prazo. É isso. Tem que fazer isso. Muda a legislação, mais presídios, mais policiamento, o medo tem que mudar de lado. Hoje quem tem medo somos nós. Quem tem que ter medo são os criminosos ou quem está pensando em cometer um crime. Porque eles também fazem cálculos, o custo/benefício do ato criminoso, eles fazem cálculo. Ninguém é criminoso porque gosta não. Ele é criminoso porque vai auferir algum benefício, e se o risco de uma punição rigorosa da sua ação criminosa for efetivo e concreto, bom ele vai pensar duas, três vezes antes de cometer o crime, então no curto prazo a segunda hipótese, no longo prazo, a terceira.

Pergunta: Qual a sua percepção sobre o fenômeno da violência no Rio Grande do Sul? Qual o seu conceito sobre violência? Havia convergência entre o seu conceito de violência e o do governo?

Cezar Schirmer: É, eu acho que nós estamos dentro de uma sociedade doente e violenta. Doente porque ela se manifesta no dia a dia das pessoas. Na maneira de dirigir, na violência doméstica, no dia a dia das pessoas. A violência dentro das escolas. Veja, quando era jovem estudante, o máximo de transgressão que a minha geração cometia era fumar cigarro no banheiro, cigarro! E quando o diretor da escola entrava no banheiro e sentia o cheiro da fumaça, era um pânico na escola para descobrir quem é que tá fumando cigarro no banheiro da escola, etc e tal. Agora recentemente, tempo em que eu estava na secretaria, em Cachoeirinha, uma menina de 12 anos matou o outra de 14 na sala de aula. Então essa violência, ela, violência no trânsito, dentro de casa, nas escolas.

Quando eu fui Prefeito, nós tínhamos um indicador: 21% dos professores estavam de atestado médico permanentemente. Mudavam, mas o percentual era o mesmo. Aí fomos atrás

ver o que é que era. Era medo, medo de chegar na escola, medo dos alunos, medo da violência no entorno da escola, medo dos pais. No meu tempo, quando era criança, professor mandar um bilhetinho chamando o pai na escola, a orelha começava a ficar vermelha. Hoje os professores não mandam bilhete chamando o pai, porque o pai vai lá e xinga o professor, entendeu? Então, isso são sintomas de uma degradação da convivência, da urbanidade, do dia a dia da sociedade. Isto obviamente tem consequências no mundo do crime. Então essa questão das relações pessoais, da urbanidade, da educação no seu sentido amplo, né? No sentido de convivência, ela é fundamental para conduzir para uma sociedade não violenta, esse é o primeiro passo para uma sociedade segura. Não tem sociedade segura com uma sociedade violenta, como não tem governo corrupto num povo não corrupto. Porque quem elege? Quem coloca lá? Como é que se dá o voto, entendeu? O governo honesto, quando o povo é honesto, acompanha, cobra, exige. Quando não há participação comunitária efetiva, bom, o governo faz o que quer. Essas coisas tem muito a ver, né?

O Brasil vive, já há algum tempo, momentos difíceis, e a insegurança é um sintoma de uma realidade. Aí tu bota a droga junto de tudo o que eu falei, permeando essa realidade, aí tu vai ver o está acontecendo no país.

O governo trabalhou as escolas, como é aquele programa? Te lembra? CIPAVE né? Era um trabalho muito interessante nas escolas. Ele começou lá. Tinha um projeto da Maria Helena, ele começou lá em Caxias, mas era um programa muito interessante nas escolas.

Uma vez eu procurei o Jaime Lerner. Curitiba a cidade do Brasil que o lixo seletivo, setenta e dois por cento do lixo saía de casa já pré-separado, pré-selecionado. Eu perguntei para ele: Como é que conseguiu esse milagre, setenta e dois por cento? A cidade do mundo, na época, que tinha o mais alto percentual. Ele me disse uma coisa que eu nunca esqueci, disse: “Tudo o que tu quiseres que tenha êxito, convence as crianças”. Então no longo prazo, nós vamos ter que começar mudar o Brasil de baixo para cima, a começar pelas crianças, né? Valores, essas coisas de respeito, de boa conduta, de civilidade, no meu tempo eu dava o lugar no ônibus para os mais velhos ou para as grávidas. Hoje tira alguém do banco só porque é velho e bota pra outro?

Pergunta: Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas mais se aproximaria da sua visão para definir o conceito de violência?

a. Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos, tem origem multicausal e demanda estratégias multissetoriais de prevenção e controle.

b. Ameaça aos interesses nacionais, à soberania e a ordem pública;

c. Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.

Cezar Schirmer: Acho que a 1ª é mais relevante, entendeu? Agora, quero agregar uma questão que envolve um pouco a 2ª. A trinta anos o Brasil era trânsito da droga. A droga passava por aqui para ir para Europa, para os Estados Unidos. Vinha aqui dos países vizinhos. Agora o Brasil é um grande consumidor de droga. Nós somos o maior de maconha do mundo, maior de crack, segundo de cocaína. Então, aquilo que no passado era trânsito, hoje na verdade é destino.

Pergunta: Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no Rio Grande do Sul durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, qual o seu entendimento sobre o papel do Estado na formulação e na execução destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo?

Cezar Schirmer: O único setor de interesse da sociedade onde o Estado não pode abdicar do seu papel é a segurança pública. Você pode encontrar, a educação, bom a educação sim, tem escolas particulares, comunitárias. Você pode ter educação não pública, nem estou discutindo o mérito, se vai ser bom ou se é ruim, mas tem alternativa. As pessoas de posses, quem tem dinheiro, classe média pra cima migrou, seus filhos migraram da escola pública, pela redução da qualidade, para a escola particular. Na saúde, os que tem condições largaram os postos de saúde, enfim, a estrutura pública, e foram para os planos de saúde. Segurança não tem como. Houve até tentativa. Condomínios fechados, carros blindados, guardas na frente das casas. Mas as pessoas saem, vão ao cinema, vão ao supermercado, vão no parque, então aí não tem estrutura privada. Tem que ter uma estrutura pública. Então a questão da segurança pública, ela é pública por excelência, ela é estatal por excelência. Seja por legislação, seja pelos presídios, pode até fazer parceria e tal mas tem que ter uma gestão pública, pelo Judiciário, Ministério Público.

A questão da prevenção também envolve um papel relevante do Estado. Pode envolver obviamente a sociedade. Então não tem como ter segurança pública sem que o Estado assuma um papel determinante. Isto não significa excluir a possibilidade de contribuições privadas e etc. Não é isso que eu estou falando, estou falando que o papel mais relevante é o estatal.

Pergunta: Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel que deve cumprir o Estado na elaboração e execução de políticas públicas para a área da segurança pública?

a. Controle e prevenção da violência com maior foco nas estratégias de repressão à violência, papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança e atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal;

b. Implementação de políticas setoriais articuladas com foco no âmbito local; governo federal, estados e municípios possuem papel na formulação e execução da política; e além das

instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política de segurança, sendo conferido papel importante à gestão local da segurança;

c. Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais com foco na atuação das Forças Armadas.

Cezar Schirmer: Em primeiro, acho que a questão da prevenção, isso é uma tarefa de toda a sociedade, aliás o próprio dispositivo constitucional, é o artigo 144 se não me falha a memória, é o único artigo da Constituição que fala de segurança pública e diz o seguinte: "segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos", o que que ele está dizendo? Infelizmente esse dispositivo constitucional, ele vem sendo interpretado como se fosse só dos Estados, Unidades da Federação, e na verdade não, a União tem se omitido gravemente, por que é da responsabilidade da União por exemplo, fronteiras, tráfico de drogas, legislação. Certo tipo de presídios é responsabilidade da União e a União sistematicamente tem se omitido nessa questão. E quando a Constituição fala também em dever do Estado, Poder Público, fala também dos Municípios.

Os Municípios também têm um papel relevante, eu falei antes, seja na iluminação pública, seja nas guardas municipais, seja enfim na prevenção, seja criar esse ambiente urbano organizado e propício a não violência, essas coisas todas né? Na verdade a minha opinião é que tem que ser todos, o Poder Público em todos os níveis.

Mas também a Constituição fala em responsabilidade de todos, de todos os cidadãos e diante da gravidade que vivemos, na insegurança no país, que é muito maior do que parece, não é só pelos indicadores, pelos sintomas. Tem feridas aqui, tem coisas que aparecem aqui e acolá que dão a dimensão do problema, muito mais que já morreu cinquenta mil, mais do que morreu na guerra da Síria. Ah, isso é um número? Mas é muito mais grave do que um número, porque a tendência, mesmo que venha reduzindo os indicadores, a tendência é na medida em que não há uma política nacional, aí vai em todos os níveis e os cidadãos no enfrentamento à insegurança, nós estamos diante de um problema. Então se tu me perguntar a quem cabe? A todos, à União, que não cumpre seu papel, aos estados que tentam cumprir e aos Municípios que no geral, também não cumprem e os cidadãos em geral.

Pergunta: Considerando as políticas públicas formuladas e desenvolvidas na área da segurança no RS durante o seu período de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública do RS, qual o seu entendimento do papel dos indivíduos/cidadania na formulação, execução, acompanhamento e avaliação destas políticas? Havia convergência entre o seu entendimento e o do Governo?

Cesar Schirmer: Bem, quem participa se compromete seja em qualquer nível, então eu acho que a participação da cidadania é muito relevante, é fundamental.

Agora o Brasil não tem tradição, o Brasil é um país que foi criado de cima para baixo, historicamente, ao contrário de outros países do mundo. Nós temos essa tradição, ainda no Brasil Colônia, depois no Império Estado unitário, depois veio República Velha, tentou descentralizar mas descentralizou para os estados. Aquela política do café com leite, mas afinal era para todos os estados, e depois veio o Estado Novo, a ditadura do Vargas, teve aquele período 46-64, de novo uma concentração. A Constituição de 88, ela tentou estabelecer bases municipalistas e na verdade ao longo do tempo houve um refluxo no sentido contrário. Então começa pela raiz, o Brasil é um país com extensão continental, é um país gigante. Um país desse tamanho não pode ser governado por Brasília, eu falo da estrutura pública.

Se você me perguntar o que é mais importante para mudar o Brasil, um bom presidente da República ou 5.000 bons prefeitos? Durante muito tempo da minha vida achei que um bom presidente mudaria o Brasil e hoje eu estou convencido que 5.000 bons prefeitos mudam muito mais, entendeu? E se tu me perguntar o que é mais importante, 5.000 prefeitos ou milhões de cidadãos responsáveis, sérios, críticos, mas também cooperativos para mudar o Brasil, eu diria que os cidadãos são os mais importantes, mas agora não tem tradição nosso país.

Isso vale para segurança como para qualquer coisa, então tem que mudar muita mentalidade aí, a revolução no futuro, na minha opinião, é a revolução do poder local, começa por indivíduo, família, a rua, bairro, comunidade, aí tu vai mudando, né? Aquela comunidade que cuida daquela praça, comunidade que cuida da sua rua. Cuidar não significa gastar. Ter os cuidados com a calçada, com o lixo, com a limpeza urbana, com a própria segurança, uma câmera de vídeo aí, cuidar o banco da praça, a lixeira para não ser destruída. Fala com os prefeitos pra tu ver o quanto, o quanto de destruição tem nas cidades. Aqui em Porto Alegre tem um, agora vi aqui na estação do metrô, aqui perto do Mercado, tem um mural muito lindo azul e branco que é o Bento Gonçalves enfim, um pouco a história da Revolução Farroupilha. Eu passei ali e tava pichado, isso é incivilidade, é não urbanidade. O camarada que se acha no direito de pichar um bem desse, ele está induzindo uma visão liberticida, de que cada um pode fazer o que quer. Não pode, a lei estabelece limites pro governante, pros governados, talvez essa discussão seja a matriz dos problemas brasileiros, não só da segurança, de tudo e essa discussão eu não gosto de fazer, ninguém gosta de falar isso aí porque isso é poder, né? E a cidadania empoderada, com responsabilidade, muda o Brasil.

Pergunta: Dentre as formulações abaixo listadas, qual delas mais se aproxima do seu entendimento sobre o papel dos indivíduos/cidadania na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a área da segurança pública?

a. O papel dos indivíduos/cidadania subordina-se aos interesses nacionais sem que tenham envolvimento com a formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança.

b. O texto constitucional estabelece a segurança como papel de todos, no entanto o indivíduo/cidadania são tratados como beneficiários das políticas de segurança.

c. Os indivíduos/cidadania são o centro da política e seu principal beneficiário, seu papel é central na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de segurança, além de desempenhar papel preponderante na gestão local das políticas de segurança.

Cezar Schirmer: Bem, o que eu acho é que a segurança é ciência, não é palpite. Às vezes eu vejo muito especialista que acha que sabe alguma coisa, mas não sabe nada, dando receita. Então, acho que não tem que ser só dos que estão no aparato de segurança, não necessariamente. Tem gente na universidade, tem pessoas do povo que conhecem. Mas política de segurança, ela tem que ser científica, tem que ser técnica, não pode ser palpite. Então a formulação da política ela tem que considerar obviamente um conhecimento, a informação, o exemplo de outros lugares, enfim, ela é ciência.

Agora, o acompanhamento do resultado, a participação em alguns aspectos da segurança, por exemplo prevenção. Por exemplo, colaboração na recuperação de apenados, isso a sociedade pode ajudar, pode participar. Então ela não pode ser excludente. Ela é científica, mas o espírito tem que ser de cooperação e a população tem que avaliar o resultado. Porque como é que você mede uma boa política pública, seja de segurança, ou de saúde, educação? Seja o que for, é pelo resultado, e os resultados são ruins na segurança, na saúde, na educação, na infraestrutura. Infelizmente, se pegar o Brasil dos últimos 35 anos, 30, 40 anos, os resultados são ruins, porque as políticas públicas são ruins.

O Brasil tem uma, a prestação de serviço à população é um desastre. O Estado brasileiro foi assaltado pelas corporações privadas e públicas, entendeu? E eu acho que o interesse da cidadania, do bem comum foi meio que afastado. Tu não constrói na União, nem no Estado. Constrói lá no Município, no bairro, na família, na escola, na rua, participar da cidadania entendeu?

Pergunta: Qual a estratégia propostas para o desenvolvimento de políticas públicas para a área da segurança pelo governo do Governador Sartori, e qual foi desenvolvida durante a sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública?

Cezar Schirmer: A meta que nós estabelecemos era enfrentar a crise de segurança que o Rio Grande viveu, vinha vivendo, era no Brasil inteiro, mas afinal nós somos daqui, era estancar o processo de aumento de insegurança e de violência. Então todas as medidas que nós tomamos foram nessa direção. Foram, por exemplo, nós transferimos 27 capos do crime organizado para presídios federais, nunca tinha acontecido isso no Rio Grande do Sul, isso foi um sinal para o crime. Olha aqui, nós vamos enfrentar vocês, se continuar, nós vamos mandar mais gente. Tu sinaliza, eu repito, quem tem que ter medo é o criminoso, não é a sociedade. Tem que saber que tá sendo enfrentado. Não tem vácuo, se você recua alguém avança, isso vale pra qualquer coisa, para a segurança também. Então a meta nossa foi estancar e nós conseguimos.

A partir de um momento começou a reduzir sistematicamente todos os indicadores. Bom, criamos várias coisas falei do SIME, falei da questão da parceria com os municípios, falei da integração, da tecnologia, criamos a Força Gaúcha, que agora foi, Força Gaúcha de Pronta Resposta, que foi desativada. Colocamos mais policiais, envolvemos a iniciativa privada que aportou recursos, fizemos leis de estímulo à participação comunitária, uma série de coisas. Criamos as regiões integradas no âmbito da Brigada e da Polícia Civil nos municípios, uma série de ações que foram desenvolvidas, além de chamar mais brigadianos, carros, etc e tal.

Trabalhamos também mais para tentar amenizar a questão do sistema prisional, abrimos as prisões para as igrejas. A Secretaria de Educação junto com a segurança, começando a trabalhar a questão da prevenção nas escolas, mas isso são políticas de longo prazo.

Então nosso objetivo, a meta, quando eu assumi, foi estancar o processo de aumento da criminalidade. Conseguimos, os indicadores ainda vem caindo. Porque uma política pública, tanto pro bem quanto pro mal, ela não dá resultado dum dia pro outro. Ela é dez meses um ano no mínimo. Então as políticas do atual governo em relação à segurança vão se manifestar o ano que vem. Então nenhuma política, seja pro mal ou pro bem, ela revela resultados imediatos. Tem consequências no tempo. Mas eu tava dizendo, nós estancamos a criminalidade. Porque 90% dos homicídios é disputa entre traficantes. A sociedade não percebe isso. Criam essas notícias que assassinaram e tal, ninguém diz que era traficante matando traficante. O homicídio em si é um fator perturbador, um indicador bem impactante. Outro é assalto à banco nas cidades pequenas. Do ponto de vista emocional são esses dois entendeu? Nós trabalhamos também isso, porque a tese, isso é mais uma coisa, um diferencial, porque eu te falei da visão tradicional.

Essa questão da ostensividade não era propriamente um conceito muito arraigado dentro, ao contrário e eu sempre tive uma tese. Se a população se sentir segura, o criminoso se sente inseguro, então a percepção de segurança, ela é fundamental pela sociedade. Isso é uma coisa inovadora sobretudo nas grandes cidades. Botava os carros em lugares estratégicos. Eu particularmente insistia muito, bota o carro lá com visibilidade, bota ali, bota um brigadiano ali, determinadas horas mais, porque isso impactava a população positivamente e impactava o delinquente. Ele ia, ah hoje não dá, os caras estão aqui, deixa pra amanhã. No outro dia a mesma coisa, essa percepção de segurança, na minha opinião é fundamental pra ter segurança.

Pergunta: Considerando as alternativas abaixo relacionados, qual delas, no seu entendimento, definiria a estratégia de políticas públicas para a área da segurança utilizada durante a sua gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública?

a. Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência, fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade;

b. Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais e a criação de instituições de repressão a atos que ameacem a segurança nacional.

c. Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência; papel central dos estados na execução das políticas de segurança; diretrizes principais estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; e proposição de Sistema Único de Segurança Pública como estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

Cesar Schirmer: Não acho que elas sejam excludentes, entendeu? Acho que não há, as três são altamente relevantes são muito importantes. Acho que a primeira tem uma ideia assim de permanência, isso que a gente falou de sociedade, prevenção. A segunda é fundamental. Porque uma é mais pra sociedade, essa primeira. A segunda, ela é interna. Por exemplo, a questão da Inteligência. A inteligência é fundamental. Você tem que saber, como nós chamamos o mapa do calor. Pega uma cidade como Porto Alegre, onde é que tem mais homicídio, onde é que o tráfico de drogas é mais violento, onde é que tem mais roubo de carro, onde é que tem mais assalto na rua. Então isso aí é Inteligência. Primeiro você tem que ter o mapa da violência, mapa do calor que eles chamam, e ter políticas diferenciadas. Não há uma política de segurança estadual igual, não. Porque não é? Porque na fronteira o abigeato é um crime muito relevante, aqui na grande Porto Alegre é roubo de veículos, furto de veículos. Eu acho que a informação e a inteligência são fundamentais para saber pra que lado vai o crime, onde eles direcionam

suas atividades. Nós trabalhamos muito nisso, muito, muito, essa cooperação das Inteligências, que é uma coisa difícil, mas é fundamental. A integração, a inteligência, a informação, a abordagem científica dessas informações que tu recolhe, a infiltração no mundo do crime, isso tudo é muito importante, isso é essencial.

A terceira 3º que tu falastes, isso eu não acho ruim entendeu, mas na verdade a União tem que fazer o que é da sua competência, e não faz. Agora a ideia da que tu falastes do Sistema Único, isso é bom. Porque é impossível que o ladrão aqui do Rio Grande do Sul vai pra Santa Catarina e lá eles não tem informação de que o cara é criminoso aqui. Tem que ter claro, essa informação, quando eu falo em informação, ela é no sentido mais amplo possível.